

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNIRIO
Programa de Pós-Graduação em Memória Social

A memória discursiva e as estratégias em torno da identidade luso-brasileira nos discursos do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro: 1837-1888

Volume I

Fabiano Cataldo de Azevedo

Rio de Janeiro
Dezembro de 2012

FABIANO CATALDO DE AZEVEDO

A memória discursiva e as estratégias em torno da identidade luso-brasileira nos discursos do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro: 1837-1888

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito para obtenção do título em Mestre em Memória Social.

Orientadora: Profa. Dra. Carmen Irene Correia de Oliveira.

Rio de Janeiro
Dezembro de 2012

B297

Azevedo, Fabiano Cataldo de.

A memória discursiva e as estratégias em torno da identidade luso-brasileira nos discursos do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro: 1837-1888 / Fabiano Cataldo de Azevedo. – 2012. 2 v. ; 30 cm.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito para obtenção do título em Mestre em Memória Social. Rio de Janeiro, 2012

1. Análise do Discurso. 2. Memória Social. 3. Gabinetes de Leitura. I. Título.

CDD 401.41

FABIANO CATALDO DE AZEVEDO

A memória discursiva e as estratégias em torno da identidade luso-brasileira nos discursos do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro: 1837-1888

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito para obtenção do título em Mestre em Memória Social.

Área de concentração: Memória Social
Linha de pesquisa: Memória e Linguagem

Profa. Dra. Carmen Irene Correia de Oliveira (Orientadora) – UNIRIO.

Profa. Dra. Evelyn Goyannes Dill Orrico – UNIRIO.

Profa. Dra. Tânia Maria Tavares Bessone – PPGH/UERJ.

Profa. Dra. Lúcia M. A. Ferreira (Suplente) – UNIRIO.

Rio de Janeiro
Dezembro de 2012

Aos meus avôs, pais e irmãos.

AGRADECIMENTOS

Aqueles que conhecem minha trajetória sabem que para chegar até aqui muitos caminhos foram percorridos, principalmente na ponte Brasil-Portugal. Inúmeras são as pessoas que mereceriam estar aqui citadas. Foram colaboradores, incentivadores, parceiros e fundamentais.

O adjetivo “amiga” é pouco para: Simone Mesquita, Helena Cardoso, Ana Virginia Pinheiro, Ozana Hannesch e Lucia Lino.

Aos amigos de sempre: Marcelia de Castro, José Marcio Rangel e Manuel Thomas.

Às queridas: Stefanie Cavalcanti Freire, Rosangela Soares, Maria das Graças Cantalino, Maria Luísa Soares, Norma Cassares, Walmira Costa, Dina Araújo, Rosângela Rocha Von Helde, Rita Iabrudi, Kátia (Phoenix) Marina, Patrícia Quaresma, Adriana Ornellas, Fabiana Villar, Janaína Freire, Rachel Rodrigues, Brenda Rocco, Angélica Ricci, etc etc etc etc....

À professora Carmen Irene que foi muito mais que orientadora, foi parceira!!

À Simone da Rocha Weitzel e Richard Romanci responsáveis por despertar em mim o espírito científico.

Ao Real Gabinete Português de Leitura, em especial presidente Dr. António Gomes da Costa pela confiança e respeito; aos senhores Orlando Inácio e Carlos Francisco Moura.

Aos colegas do Polo de Pesquisa sobre Relações Luso-Brasileira, Gilda Santos, Luiz Felipe Baêta Neves Flores, Madalena Vaz Pinto, mas em especial a professora Sheila Moura Hue que me apresentou o acervo do RGPL.

Aos meus colegas do Departamento de Estudos e Processos Biblioteconômicos pela compreensão das minhas ausências e paciência.

Aos queridos amigos do Museu de Astronomia e Ciências Afins, nominalmente: Telma Carvalho Pains de Mattos, Eloísa Helena Pinto de Almeida, Mônica Costa S. Coelho, Maria Celina Soares de Mello e Silva, Araci Lisboa (*in memoriam*), Solange Rocha, Marta Almeida, Moema Vergara e Heloísa Gesteira.

Aos estimados amigos da Congregação Beneditina do Brasil: D. Filipe da Silva, D. José Palmeiro Mendes, D. João Evangelista, D. Emanuel D’Able do Amaral, D. Samuel Dantas, D. Mauro Fragoso.

Aos amigos do CEDOC da Fundação Nacional de Artes, Cristina Valle, Joelma Ismael, Filomena Chiaradia, Caroline Cantanhede, Denise Portugal Lasmar, pessoas que de alguma maneira deram sua contribuição para este trabalho.

Aos professores do PPGMS pela contribuição que cada um deu a minha pesquisa, em especial Evelyn Goyannes Dill Orrico, Lucia Ferreira, Amir Geiger, Regina Abreu e Leila Beatriz Ribeiro.

Aos meus colegas de turma do PPGMS, principalmente aqueles que compartilharam comigo a linha de pesquisa Memória e Linguagem, Elza Kawakami Savaget, Carmen Pereira e Marcelo Benedicto Ferreira.

Aos estimados professores Nelson Schapochnik, Virginia Célia Camilotti, Antônio Edmilson Martins Rodrigues e Aníbal Bragança, por seus trabalhos que tangenciam meu tema e nossas inúmeras conversas.

Aos amigos da pátria de Camões, Vasco Medeiros Rosa, João Luís Lisboa, Marta Lourenço, Manuela Domingos e Maria Manuel Marques Rodrigues.

Aos valorosos profissionais das divisões especiais da Fundação Biblioteca Nacional e Biblioteca Nacional de Portugal.

Às sempre queridas professoras Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira, que me acompanha pacientemente deste a graduação, Lúcia Maria Paschoal Guimarães e Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves que em inúmeras conversas contribuíram imenso para a discussão que apresento nesta dissertação.

“[...] Mover-se é viver, dizer-se é sobreviver. Não há nada de real na vida que o não seja porque se descreveu bem. Os críticos da casa pequena soem apontar que tal poema, longamente ritmado, não quer, afinal, dizer senão que o dia está bom. Mas dizer que o dia está bom é difícil, e o dia bom, ele mesmo, passa. Temos, pois que conservar o dia bom em uma memória florida e prolixa, e assim constelar de novas flores ou de novos astros os campos ou os céus da exterioridade vazia e passageira. Tudo é o que somos, e tudo será, para os que nos seguirem na diversidade do tempo, conforme nós intensamente o houvermos imaginado, isto é, o houvermos, com a imaginação metida no corpo, verdadeiramente sido. Não creio que a história seja mais, em seu grande panorama desbotado, que um decurso de interpretações, um consenso confuso de testemunhos distraídos. O romancista é todos nós, e narramos quando vemos, porque ver é complexo como tudo.

Tenho neste momento tantos pensamentos fundamentais, tantas coisas verdadeiramente metafísicas que dizer, que me canso de repente, e decido não escrever mais, não pensar mais, mas deixar que a febre de dizer me dê sono, e eu faça festas com os olhos fechados, como a um gato, a tudo quanto poderia ter dito.

Livro do Desassossego por Bernardo Soares. Vol.II. Fernando Pessoa. (Recolha e transcrição dos textos de Maria Aliete Galhoz e Teresa Sobral Cunha. Prefácio e Organização de Jacinto do Prado Coelho.) Lisboa: Ática, 1982.

- 520.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo o Gabinete Português de Leitura (GPL), primeira associação portuguesa fundada no Brasil. O tema é a língua portuguesa como elemento identitário nos discurso produzidos pelo Gabinete Português de Leitura, em paralelo com construção do GPL como lugar de memória e sua transformação em instituição luso-brasileira. Objetiva compreender a língua portuguesa como elemento identitário nos discurso produzidos por esta Instituição e como o Tricentenário de Luís de Camões foi importante para afirmação identitária luso-brasileira. O recorte cronológico considera três marcos fundamentais no histórico do GPL: 1837-1880-1888. As análises das sequências discursivas do *corpora* selecionado levaram a detectar que a efeméride camoniana serviu como sustentação para o GPL forjar uma imagem luso-brasileira.

Palavras-chave: Gabinete Português de Leitura. Tricentenário da Morte de Luís de Camões. Análise do Discurso. Memória Social.

ABSTRACT

The following research has the Portuguese Reading Office (GPL - Gabinete Português de Leitura) as its object of study, being the first Portuguese Association founded in Brazil. The theme is the Portuguese language as the identity element in the speech, produced by the Portuguese Reading Office, in parallel with the process of identity construction of GPL as a place of memory as well as its transformation into a Portuguese-Brazilian institution. Its objective is to understand the Portuguese language identity element produced by that institution and how the Tercentenary of Luís de Camões was important for the Portuguese-Brazilian identity statement. The chronological clipping considers three fundamental milestones in the history of GPL: 1837-1880-1888. The analysis of these three selected sequences led us to detect that the “Camoniana” ephemeris (derived from Camões) served as support for GPL to forge a Portuguese-Brazilian image.

Keywords: Gabinete Português de Leitura. Memory. Analysis of the Speech. Third centenary of the death of Luís de Camões.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1	Esquema discursivo.....	23
Ilustração 2	Relação de subordinação os documentos do <i>corpus</i>	48
Ilustração 3	Página de rosto do GPL 1.....	50
Ilustração 4	GPL 2.....	52
Ilustração 5	Página de rosto de <i>Camões: discurso pronunciado [...]</i>	54
Ilustração 6	Primeira Ata de Diretoria.....	69
Ilustração 7	O GPL no <i>Almanak Laemmert</i>	90
Ilustração 8	Esquema da construção identitária do GPL.....	92
Ilustração 9	Encadernação da edição monumental d' <i>Os Lusíadas</i>	111
Ilustração 10	Página de rosto da edição monumental d' <i>Os Lusíadas</i>	111
Ilustração 11	Medalha comemorativa do Tricentenário de Camões.....	112
Ilustração 12	Ao tricentenário de Luiz de Camões.....	129
Ilustração 13	Cena da inauguração do GPL no dia 10 de setembro de 1887...	133

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Acervos consultados.....	34
Quadro 2	Relação das Atas agrupadas por volume.....	35
Quadro 3	Documentos do <i>corpus</i>	47
Quadro 4	Ocorrências.....	71
Quadro 5	Grade referencial.....	85
Quadro 6	Comissão de Seleção.....	88

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

GPL	-- Gabinete Português de Leitura
FBN	-- Fundação Biblioteca Nacional
IHGB	-- Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
BNPT	-- Biblioteca Nacional de Portugal

SUMÁRIO

Volume I

INTRODUÇÃO	17
Do percurso para a construção da pesquisa	18
Da construção do problema de pesquisa, premissas e estrutura metodológica	22
Dos objetivos e arcabouço teórico	31
Das fontes e <i>modus operandi</i> da pesquisa	34
Da estrutura da dissertação	35
CAPÍTULO 1. A DIALÉTICA: MEMÓRIA E DISCURSO	40
1.1 Arcabouço teórico da Análise do Discurso	41
1.2 Constituição do <i>corpus</i> de pesquisa	45
1.3 Apontamentos sobre os documentos do corpus e seus contextos de produção	49
1.3.1 <i>GPL 1</i>	49
1.3.2 <i>GPL 2</i>	51
1.3.3 <i>GPL 3</i>	53
1.3.4 <i>GPL 4</i>	55
1.4 <i>Proposta analítica</i>	56
CAPÍTULO 2. ASPECTOS HISTÓRICOS DO OBJETO DE PESQUISA	59
2.1 Panorama do contexto de fundação	61
2.2 Apontamentos históricos	67
2.2.1 <i>A AD dos documentos GPL 1 e GPL 2: memória discursiva e representações identitárias</i>	70
2.3 Dos primeiros anos da formação acervo aos planos para construção do prédio sede: a materialização de um projeto identitário	86
CAPÍTULO 3. OS ACONTECIMENTOS: TRICENTENÁRIO DA MORTE DE LUÍS DE CAMÕES E A INAUGURAÇÃO DO PREDIO SEDE	99
3.1 Camões e a “Lusitânia” no século XIX	101
3.2 O Tricentenário de Camões no GPL: primeiros planejamentos e intencionalidades	108
3.3 O Tricentenário de Camões no GPL: os festejos e o discurso de Joaquim Nabuco	121
3.3.1 <i>O discurso de Joaquim Nabuco</i>	124
3.4 A construção do prédio e sua inauguração: a consecução do evento de 1880 e mais uma vez Nabuco	130
3.4.1 <i>O discurso de Joaquim Nabuco</i>	134

CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
REFERÊNCIAS	155

Volume II

Anexos

1. GPL 1.
2. GPL 2.
3. GPL 3.
4. GPL 4.
5. REVISTA Ilustrada. Rio de Janeiro, 1880. Edição especial do Tricentenário de Camões.

INTRODUÇÃO

“Não tenho sentimento nenhum político ou social. Tenho, porém, num sentido, um alto sentimento patriótico. **Minha pátria é a língua portuguesa.** Nada me pesaria que invadissem ou tomassem Portugal, desde que não me incomodassem pessoalmente. Mas odeio, não quem escreve mal português, não quem não sabe sintaxe, não quem escreve em ortografia simplificada, mas a página mal escrita, como pessoa própria...”

(Livro do Desassossego por Bernardo Soares. Vol.I. Fernando Pessoa. Recolha e transcrição dos textos de Maria Aliete Galhoz e Teresa Sobral Cunha. Prefácio e Organização de Jacinto do Prado Coelho. Lisboa: Ática, 1982.”

INTRODUÇÃO

E disse: O gente ousada mais que quantas
No mundo cometerão grandes cousas,
Tu que por guerras cruas, taes e tantas
E por trabalhos vãos nunca repousas:
Pois os vedados términos quebrantas
E navegar meus longos mares ousas,
Que eu tanto tempo haja que guardo, e tenho
Nunca arados destranho, ou próprio lenho¹

A citação acima é a fala do Gigante Adamastor, personagem mitológico de Camões, inspirado em Homero e Ovídio. Num dos cantos mais comentados e mais complexos de *Os Lusíadas*, ele chama o povo português de ousado por navegar em seus mares e destaca que eram águas nunca “aradas”, ou seja, jamais navegadas por outros.

Recorremos a esse texto para introduzir esta dissertação pelos personagens que compõe esta pesquisa. A narrativa que se seguirá mostrará que este poema e autor – utilizado tantas vezes pelos portugueses como suporte para momentos cruciais em sua história – serão apropriados para reafirmar a proximidade cultural entre os brasileiros e portugueses.

Nosso **objeto de estudo** é o Gabinete Português de Leitura (GPL)², primeira associação portuguesa fundada no Brasil, em 14 de maio de 1837. Partindo desta data, a pesquisa tem como **tema**: “A língua portuguesa como elemento identitário nos discursos produzidos pelo Gabinete Português de Leitura”. O ponto nevrálgico foi o “Terceiro Centenário da Morte de Luís de Camões”, tangenciando com a construção do processo identitário do GPL como lugar de memória e sua transformação em instituição luso-brasileira.

¹ CAMÕES, Luís. *Os Lusíadas*. Lisboa: em casa de Antonio de Gonçalves, 1572, p. 86 – canto V, 41. Disponível em: <<http://purl.pt/1>>. Acesso em: 21 jul. 2011.

² Foi por um decreto de 12 de setembro de 1906 que o rei dom Carlos I concedeu o título de “Real” à instituição (TABORDA, 1937; TAVARES, 1977). Por coerência ao período delimitado para a pesquisa utilizaremos apenas Gabinete Português de Leitura (GPL).

Do percurso para a construção da pesquisa

Em 2004, quando ingressamos – ainda fazendo estágio – no Gabinete Português de Leitura –, não poderíamos supor o que toda a imersão naquele conjunto de documentos produziria para a nossa vida como investigador.

A escolha do GPL como objeto de investigação teve sua origem no curso de graduação em biblioteconomia. Nosso trabalho nessa instituição teve duas fases – dentre outras – cuja experiência se faz refletir nesta pesquisa de mestrado. Inicialmente, tivemos a oportunidade de ler e indexar mais de 2 mil manuscritos avulsos e códices, muitos deles referentes à história do GPL e a assuntos que a tangenciavam. Na segunda fase, já como membro do Polo de Pesquisa sobre Relações Luso-Brasileiras (PPRLB) realizamos trabalho semelhante, com 1.806 *Actas da Sessão da Directoria do Gabinete Portuguez de Leitura*, do período de 1837 a 1937, o que correspondia a 100 anos de história. Na época, tivemos a exata noção de que aquela documentação estava sendo trabalhada pela primeira vez e estava sendo compulsada. Assim, foi possível levantar e agrupar uma grande quantidade de dados, tanto das *actas* quanto dos catálogos publicados nos anos de 1840, 1844 e 1846. Ao longo desses anos, estudamos e analisamos os livros que foram selecionados para a composição do acervo.

Essa instituição possui uma história de fundação ainda pouco conhecida. Em 2008, publicamos um artigo³ no qual colocamos em cheque a ideia de que a maioria dos portugueses que vieram para o Brasil no século XIX era inculta e se deslocavam para cá por falta de opção em sua terra natal. Os emigrados que fundaram o GPL em 1837, muito pelo contrário, diplomaram-se pelas Universidades de Coimbra ou Porto e atravessaram o Atlântico buscando uma espécie de exílio, pois eram absolutamente contrários ao golpe engendrado por D. Miguel⁴.

Os estudos da **Memória Social**, com sua natureza transdisciplinar, representaram a pedra angular da investigação uma vez que alicerçaram e contribuíram para sistematizar a ideia do caráter identitário e manutenção da memória lusitana,

³ AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. Contributo para traçar o perfil do público leitor do Real Gabinete Português de Leitura: 1837-1847. *Rev. Ci. Inf.*, Brasília, v. 37, n. 2, p. 20-31, maio/ago. 2008.

⁴ Com a morte de D. João VI em março de 1826 a linha sucessória recaía sobre D. Pedro I. Contudo, este como imperador do Brasil, não poderia ser rei em Portugal. Assim, envia sua filha D. Maria da Glória, princesa do Grã-Pará, para assumir o trono. Todavia, D. Miguel, tio dela, empreendeu uma luta para lhe usurpar o trono. De 1826 a 1834, Portugal viveu a denominada *Campanhas da Liberdade* que fragmentaram a sociedade portuguesa. Esse foi um período de luta sangrenta e perseguições. Cf. OLIVEIRA MARTINS, J. P. *Portugal contemporâneo*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1881. Tomo I.

representada por antonomásia pelo GPL. Como linhas teóricas fundamentais desta pesquisa, escolhemos: a **análise do discurso** (AD) de corrente francesa e a dialética entre **memória e identidade**.

O historiador inglês Peter Burke afirmou que “para compreender a história é necessário saber mergulhar sob as ondas.”⁵ Naquela época, era isso que estávamos fazendo. Como era de se esperar, “ao ler os testemunhos de pessoas do passado, ao perceber seus pontos de vistas, seus sofrimentos, suas lutas cotidianas”⁶ dúvidas e inquietações nos sobrevieram.

Foram os discursos produzidos pela instituição que aos poucos foram causando-nos certo *desassossego*, pois percebíamos ali elementos que a análise do discurso, mas especificamente da vertente francesa, chama de memória discursiva.

Outros trabalhos acadêmicos já analisaram algumas facetas acerca da representatividade da cultura portuguesa com a criação do GPL; no entanto, até o presente momento, nenhum desses utilizou as fontes primárias do acervo da instituição.

Em 2012, o GPL completou 175 anos e, ao longo desses decênios, alguns pesquisadores já se debruçaram sobre fatos que construíram a sua importância. O primeiro deles, a crer pela bibliografia, foi Reinaldo Carlos Montóro, na sua *Notícia Histórica*⁷, publicada na edição comemorativa d’*Os Lusíadas*, de 1880. Em poucas páginas ele delineou, em linhas gerais, todas as motivações para a criação do GPL, e para isso se valeu de sua própria memória e de seus contemporâneos. Em seguida A. A. de Barros Martins, bebendo muito nas fontes do primeiro, publicou o *Esboço Histórico do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro*, em 1901, no qual narrou os fatos da fundação até o início do século XX. E o mesmo autor publicou em 1913 uma nova edição sob o título idêntico, porém, abordando o período de 1837 a 1912⁸. Barros Martins, por sua vez, deteve-se em alguns aspectos que contribuíram para a compreensão da estrutura administrativa que foi sendo formada, desde 14 de maio de 1837, quando o GPL foi fundado, até a década de 1910 do século XX. Assim como Montóro, ele apresentou informações sobre a formação do acervo, destacando a

⁵ BURKE, Peter. *A Escola dos Annales, 1929-1989: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 48.

⁶ BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: FONTES históricas. São Paulo: Contexto, 2005, p. 24.

⁷ MONTÓRO, Reinaldo Carlos. Notícia histórica do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro fundado em 1837. In: CAMÕES, Luiz. *Os Lusíadas*. Lisboa: Na Officina de Castro Irmão, 1880. p. 399-422. Esse documento constitui o nosso *corpus* de referência.

⁸ BARROS MARTINS, A. A. de. *Esboço histórico do Real Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro: 1837 a 1912*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1913.

relevância que a instituição sempre considerou na publicação de catálogos, pois ao que parece, sabiam que além de divulgar o acervo, essas publicações contribuiriam para “tornar a biblioteca perene”.⁹ Como parte das comemorações do Centenário do Gabinete, Humberto Taborda publicou, em 1937, *História do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro*. O plano para essa obra surgiu em 1933, tendo sido organizada por Carlos Malheiro Dias, escritor português, que na ocasião vivia no Rio de Janeiro. Seu objetivo era um trabalho que contemplasse os 100 anos de história do GPL, contudo, pouco tempo depois de iniciado, ele adoeceu gravemente, até ficar totalmente incapacitado. Taborda esteve a frente desse trabalho, que embora acrescente algumas notícias a respeito dos anos 20 e 30, não contribui como os anteriores para o alargamento das informações sobre a sedimentação da instituição, restringindo-se muito aos trâmites administrativos. Anos mais tarde, em 1977, António Rodrigues Tavares trouxe a lume, *Fundamentos e Actualidades do Real Gabinete Português de Leitura*, monografia que seguiu a linha de Taborda.

Em comum, Montóro, Barros Martins, Taborda e Tavares foram membros da diretoria do GPL, sendo que o último ocupou o cargo de presidente.

De lá para cá, não houve quem se detivesse no tema para a redação de um livro próprio, figurando apenas em capítulos de excelentes monografias. Em *Gabinetes de leitura da província de São Paulo: a pluralidade de um espaço esquecido: 1847-1890* Ana Luísa Martins¹⁰ apresentou importantes contribuições acerca da situação política e social do Rio de Janeiro, na época que o GPL foi fundado e não faltou ao seu estudo breves considerações sobre o acervo.

Outro trabalho importante foi feito por Kátia Carvalho¹¹, em *Travessia das letras*, ela abordou a representatividade do acervo na afirmação de arquétipos portugueses. De grande contribuição igualmente foi a tese *Os jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na corte imperial*, do historiador paulista Nelson Schapochnik¹², na qual estabelece conexões entre os Catálogos da

⁹ AMADO, Maria Teresa. “Biblioteca” e ordens dos saberes: da Biblioteca-Livraria à Biblioteca-Catálogo na Espanha dos Áustrias. *Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias*, Universidade Nova de Lisboa, v. 9, p. 30, 1997.

¹⁰ MARTINS, Ana Luísa. *Gabinetes de leitura da província de São Paulo: a pluralidade de um espaço esquecido: 1847-1890*. 1990. 370f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

¹¹ CARVALHO, Kátia de. *Real Gabinete Português de Leitura: o livro como construção da imagem do imigrante*. In: _____. *Travessia das letras*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999. p. 107-128.

¹² SCHAPOCHNIK, Nelson. *Os jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na corte imperial*. 1999. 270f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

Sociedade Germânica, *British Subscription Library*, Bibliotheca Fluminense e Gabinete Português de Leitura.

Já na tese (e depois livro) *Palácio de destinos cruzados: homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920*, Tânia Bessone Ferreira¹³ tratou, em breves linhas, da fundação do GPL, analisando amiúde dados referentes ao Catálogo de 1858 e concluindo que “houve ênfase nos cuidados de manutenção do acervo bibliográfico, significativo para médicos, advogados e comerciantes”.¹⁴ Na mesma obra a autora considerou o Gabinete como um “espaço de sociabilidade”, uma vez que “teria sido responsável pela intensificação de laços afetivos, políticos e profissionais entre os frequentadores.”¹⁵

Em âmbito lusitano, o modelo de “Gabinete de Leitura” é percebido a partir das perspectivas de Domingos¹⁶ e de Guedes¹⁷, a primeira, pelo pioneirismo e pela cartografia que traçou deste modelo de espaço de leitura e, o segundo, pelo panorama do cenário do livro e da leitura no mundo luso, sobretudo, no século XIX.

Essa **pesquisa justifica-se** pelo ineditismo da abordagem sob o enfoque da Memória Social e uso de documentos que estavam silentes e solenemente preservados – por sua reconhecida representatividade na história da memória institucional – nos armários do GPL, servindo agora de base para presente trabalho.

¹³ FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920*. 1994. 313f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. *Palácio de destinos cruzados: homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. 240p.

¹⁴ FERREIRA, 1999, op. cit., p. 103.

¹⁵ FERREIRA, 1999, locus cit.

¹⁶ DOMINGOS, Manuela D. O público dos Gabinetes de Leitura. In: ESTUDOS de sociologia da cultura: livros e leitores do século XIX. Lisboa: Instituto Português de Ensino a Distância: Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa, 1985. p. 135-191. (Coleção Temas de Cultura Portuguesa, n.10).

¹⁷ GUEDES, Fernando. *O livro e a leitura em Portugal: subsídios para a sua história, séculos XVIII-XIX*. Lisboa; São Paulo: Verbo, 1987.

Da construção do problema de pesquisa, premissas e estrutura metodológica

Para situar o contexto histórico de formação e consolidação do GPL, tendo em vista a nossa proposta de análise, a filiação teórica que seguimos tem como base principal os estudos de Ferreira¹⁸ que em seu já citado livro, teve o mérito – dentre outros – de ser o primeiro estudo feito sobre o GPL com alicerce na história cultural. O conceito de história cultural advém de Chartier, que a definiu como “aquela que tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é constituída, pensada e dada a ler.”¹⁹

Com Ferreira²⁰, compreendemos e categorizamos o GPL como um dos mais importantes espaços de leitura da corte do Rio de Janeiro, principalmente a partir da década de 1870. Além disso, foi possível compreendê-lo também como um elemento que passa a fazer parte de uma rede de sociabilidade de intelectuais brasileiros e portugueses. Essa ideia é importante para a linha que estamos seguindo, visto que deslocaremos o foco do livro para a instituição que o guarda, sem decerto, deixar de tangenciar em vários momentos a formação do acervo e as possíveis estratégias que o levaram a primar pela língua portuguesa – pois esse critério está longe de ser óbvio.

Para Goldenberg “quanto mais se recorta o tema, com mais segurança e criatividade se trabalha”²¹, assim estabelecemos o período de 1837 a 1888 como recorte temporal. Essa escolha não foi aleatória, nela já se encontrava a nossa posição como analista, pois percebemos que nesse período havia o que Courtine²² chamou, em relação ao estabelecimento de um *corpus*, de “exaustividade”, “representatividade” e “homogeneidade”.

Dessa forma, no bojo do recorte cronológico de nossa pesquisa há três marcos fundamentais no histórico do GPL, metodologicamente estabelecidos a partir de Oliveira²³. O primeiro diz respeito à fundação da instituição, em 14 de maio de 1837,

¹⁸ FERREIRA, 1999.

¹⁹ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990, p. 16-17.

²⁰ FERREIRA, op. cit.

²¹ GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 8. ed. Rio de Janeiro: São Paulo: Record, 2004. p. 72.

²² COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos, SP: EdUFSCAR, 2009. Esse e outros teóricos e conceitos da AD serão abordados no Capítulo 1.

²³ OLIVEIRA, Carmen Irene Correia. *Universidade do Rio de Janeiro: discurso, memória e identidade: gênese e afirmação*. 2002. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

representando a gênese; o segundo refere-se ao ano de 1880, ao longo do qual foi comemorado o “Tricentenário da Morte de Luís de Camões”, efeméride que projetou toda a influência do GPL no âmbito luso-brasileiro e teve como ápice o dia 10 de junho, com o lançamento da pedra fundamental do edifício manuelino, pelo próprio D. Pedro II, finalmente, o terceiro marco, situando-se em 22 de dezembro de 1888, com a inauguração do atual prédio sede, representando o momento de afirmação e o início da consolidação da identidade do GPL, como lugar de memória portuguesa no Rio de Janeiro por antonomásia. Perpassando os três momentos está uma memória discursiva sobre a afirmação da língua e da literatura portuguesa como elemento identitário (Ilustração 1).

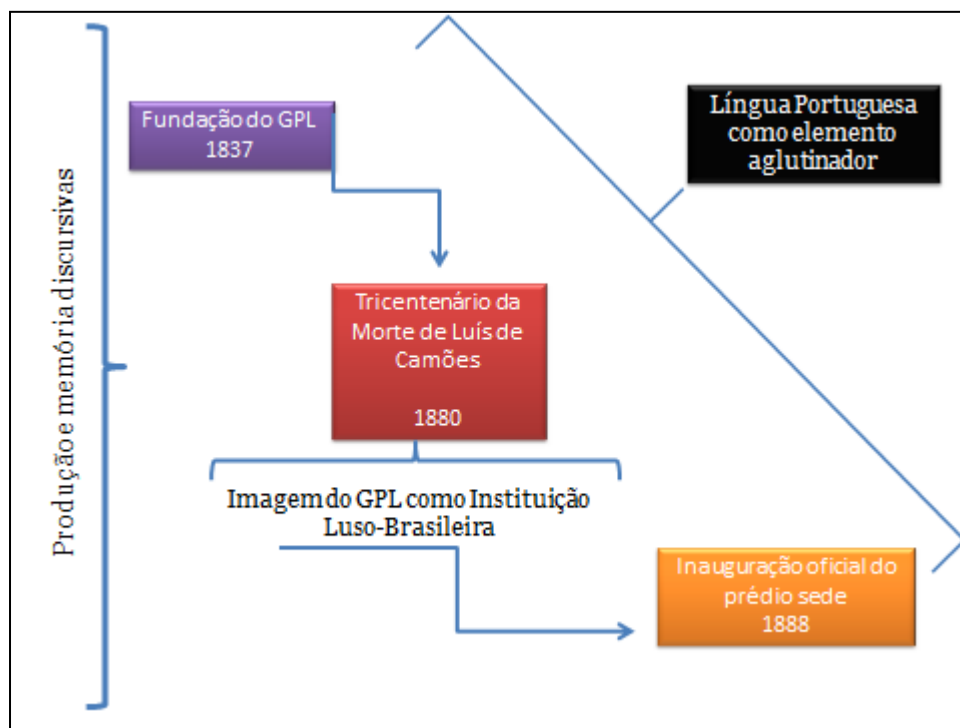


Ilustração 1: Esquema discursivo.

Fonte: o autor.

Assim como faz Oliveira²⁴, nosso trabalho tem dois binômios: “identidade e memória” e “discurso e memória”.

Supomos que a identidade institucional forjada pelo GPL, que poderia ser delineada a partir da sua produção discursiva²⁵, estava ligada à própria identidade do seu grupo fundador e de sua necessidade de aglutinação e fortalecimento. Por isso, e

²⁴ OLIVEIRA, op. cit.

²⁵ Esse e outros conceitos de AD serão melhores descritos no Capítulo 1.

considerando as demandas de quem trabalha na AD, foi fundamental o delineamento do contexto sócio-histórico desses atores e da instituição.

A história que abordamos dessa instituição perpassa três momentos de grande importância para o Brasil, categorizados como “Período Monárquico”, com início no evento de 1822, assim divididos: “Primeiro Reinado”; “Período Regencial” e “Segundo Reinado”. A presença desse cenário histórico foi de fundamental relevância para compreendermos os enunciados que fazem parte da memória discursiva produzida no âmbito do nosso recorte cronológico. Sobretudo nas décadas que se seguiriam à Independência, constantemente marcada por discussões acerca de problemas relativos à constituição da nação e da cidadania²⁶.

Aquelas foram décadas em que a própria identidade “brasileira” passaria a ser forjada, da mesma maneira que o próprio sentido de nação. Slemian afirma que “até o início da década de 1820, o pertencimento à nação portuguesa havia sido um sentimento presente nas partes do Império, cujo grau de intensidade variava de acordo com determinantes locais e históricos.”²⁷ A mesma autora propõe que se poderia discutir como os termos “brasileiros” e “portugueses” foram “forjados tendo em vista as contradições que o legado português promoveu na formação da identidade nacional brasileira, aos moldes do que foi definido pelos segundos.”²⁸ De acordo com Ribeiro, no âmbito político, houve uma discussão fortemente dicotômica sobre o que era ser “brasileiro” e o que era “ser português”.²⁹

Antônio Cândido afirma que “a fase culminante da nossa afirmação – a Independência política e o nacionalismo literário do Romantismo – se processou por meio de verdadeira negação dos valores portugueses [...]”³⁰ Em sua síntese histórica do Brasil, Priore destaca que nos anos que se seguiram ao 1822 houve um momento em que se tentou criar até mesmo uma “fantasiosa e ancestral ‘alta cultura’ de tradição

²⁶RIBEIRO, Gladys Sabina. Nação e cidadania nos jornais cariocas da época da Independência: o *Correio do Rio de Janeiro* como estudo de caso. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (Orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 209-238.

²⁷ SLEMIAN, Andréa. *A vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro, 1820-1824*. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 166.

²⁸ SLEMIAN, op. cit., p. 45.

²⁹ RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. 1997. Tese (Doutorado em História Social). - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1997.

³⁰ CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*. 9.ed. rev. pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006, p. 118.

indígena”³¹. A própria literatura brasileira, tendo como seus representantes Gonçalves Dias e José de Alencar tomou acento nesse certame, pois, para seus coetâneos, “o que faria do Brasil uma sociedade positivamente diferente da portuguesa não seria propriamente a presença africana [...], mas sim a indígena.”³² Para Neves, era uma forma de “afirmar a autonomia linguística para conferir nacionalidade a própria literatura”³³ e, com isso, o país assistiu ao nascimento do Romantismo, uma fase que procurou “superar a influência portuguesa e afirmar contra ela a peculiaridade literária do Brasil [...]”³⁴

Fundado em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasil (IHGB) centralizou os debates acerca de uma identidade nacional brasileira apartada da portuguesa. Em 1850, o próprio D. Pedro II escreve solicitando aos diretores que respondessem o mais breve possível “quais são os vestígios que podem provar a existência de uma civilização anterior aos portugueses?”³⁵

Dentro da filiação teórica que seguimos em AD é imprescindível que esse contexto seja levado em conta, a fim de que os sujeitos dos discursos sejam compreendidos, assim como a dialética das ideologias que tangenciam os enunciados. De modo que, nessa pesquisa, lidamos com as condições de produção em que os discursos do GPL foram escritos e a tessitura histórica em que eles estão inseridos.

Se no campo da história temos a configuração que apresentamos acima, a memória social e a linguística também percebem o mesmo cenário. Rajagopalan considera que no século XIX, momento fértil das discussões a respeito da formação identitária, surgiram noções de pátria e de língua associada à pátria³⁶. Gondar³⁷ aponta que no século em questão houve certo clima geopolítico favorável à construção de algumas identidades.

³¹ PRIORE, Mary del; VENANCIO, Renato. *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta Brasil, 2010, p. 175.

³² PRIORE, op. cit. p. 174.

³³ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. *O império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 197.

³⁴ CÂNDIDO, op. cit. 119.

³⁵ PRIORE, op. cit., p. 171.

³⁶ RAJAGOPALAN, Kanavillil. A construção de identidades e a política de representação. In: FERREIRA, Lucia M. A.; ORRICO, Evelyn G. D. (Orgs.). *Linguagem, identidade e memória social: nas fronteiras, novas articulações*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 77-88.

³⁷ GONDAR, Jô. Linguagem e construção de identidades: um debate. In: FERREIRA, Lucia M. A.; ORRICO, Evelyn G. D. (Orgs.). *Linguagem, identidade e memória social: nas fronteiras, novas articulações*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 107-115.

É nesse contexto histórico, com as tensões do pós-Independência, que o GPL é fundado e por ele também podemos compreender trechos do discurso de fundação³⁸ com o qual abrimos esta Introdução. Como entender a insistência do primeiro presidente do GPL, José Marcelino da Rocha Cabral, ao afirmar em várias partes do seu discurso de fundação, em 1837, que somos um povo irmão, ou que nossa literatura se confunde com a portuguesa, por mais óbvio que isso possa parecer aos nossos olhos contemporâneos? Ou ainda, como entender o peso dado à questão da língua que nos une, sobretudo, nas palavras de Joaquim Nabuco, em 1880 e em 1888? E o que consideramos ainda mais relevante: como compreender com exatidão a audácia e a coragem que tiveram ao fundar uma instituição, predominantemente lusa, na então capital do Império, usando como estratégia a afirmação de que estavam a serviço do povo, que generosamente os acolhia?

Marc Bloch³⁹ afirma que se não soubermos questionar os documentos eles continuarão silentes. Assim, utilizando os métodos da AD, nesta investigação buscamos desvendar um lastro discursivo que poderia contribuir para consolidar nossas premissas, apresentadas a seguir.

Bachelard sugere que “em primeiro lugar é preciso saber formular problemas, [...] na vida científica os problemas não se formulam de modo espontâneo.”⁴⁰ E, de fato, não foi assim que ocorreu. Concordamos com Goldenberg, ao afirmar que “o que determina como trabalhar é o problema que se quer trabalhar: só se escolhe o caminho quando se sabe aonde se quer chegar.”⁴¹

Seguindo o conceito de *longa duração* do historiador Fernand Braudel⁴², Courtine⁴³ considera que nele se situa o que se chama memória discursiva, em função de uma existência histórica que corrobora para as formações discursivas. Para buscar as suas características, sob o olhar de Memória Social, procederemos a abordagem em três linhas: a primeira, a partir de Mary Douglas⁴⁴, tem por foco o entendimento do GPL, como uma instituição; também nos apropriaremos do conceito de “forma reconhecível”

³⁸ Este documento faz parte do nosso *Corpus* e será analisado nos capítulos seguintes.

³⁹ BLOCH, Marc. *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*. 2. ed. Paris: Armand Colin, 1993.

⁴⁰ BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

⁴¹ GOLDENBERG, op. cit., p. 14.

⁴² BRAUDEL, Fernand. “História e Ciências Sociais. A longa duração”. In: *Escritos sobre a História*. 2ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. p. 41-78.

⁴³ COUTINE, op. cit. 2009, p. 105.

⁴⁴ DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. São Paulo: Edusp, 2007.

dessa mesma autora. Na segunda, discutiremos as ponderações de Gerard Namer⁴⁵, ao analisar as escolhas dos livros que compõem uma biblioteca como construção de memória. Como elemento aglutinador dessas ideias, a pesquisa de Oliveira⁴⁶ foi bastante cara, pois a pesquisadora, em suas análises, ao estudar a memória institucional da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), perpassou alguns conceitos discutidos pelos autores citados anteriormente. E ainda Oliveira⁴⁷, que além de sistematizar as abordagens dos autores citados, utilizou fontes (atas e relatórios institucionais) semelhantes àquelas com que trabalhamos; e Mendonça⁴⁸, pela relação análise do discurso e Memória Social, assim como pelo estudo da comemoração.

Compreender essa instituição, requer considerar sua perspectiva histórico-política que trouxe como consequência a legitimação, identificando-a como espaço de cultura lusa por antonomásia.

O grupo fundador do GPL não foi formado de maneira aleatória, havia nele um forte elemento de aglutinação, associado à política e a um tipo de resistência cultural – se é que podemos utilizar esse conceito sem incorrer em anacronismos. Percebemos nesse grupo certa dinâmica de “diáspora”, ou seja, viviam como exilados voluntários numa sociedade ainda de corte⁴⁹ e absolutamente contrária à memória colonialista, razão pela qual sentiram a necessidade de formar um grupo coeso, a fim de se sentirem mais fortes.

Oliveira considera que “o desejo de pertencimento, por si só, não é suficiente para garantir a adesão e coesão de um grupo. A sintonia de interesses, ideias e ocupações funciona para que indivíduos se associem e garante a adesão dos outros.”⁵⁰

Ao falarmos de “grupo fundador” pode ficar uma ideia de que havia uma homogeneidade. Muito pelo contrário, ao grupo que teve a iniciativa de fundar o GPL juntaram-se outros portugueses, que já viviam no Rio de Janeiro e que não tinham a mesma formação intelectual que seus confrades. Alguns discordavam da ênfase em aspectos culturais.

⁴⁵ NAMER, op. cit.

⁴⁶ OLIVEIRA, op. cit.

⁴⁷ OLIVEIRA, op. cit.

⁴⁸ MENDONÇA, Edinamária Conceição. *Imagem especular: visões do Maranhense no Discurso do Álbum Comemorativo do Tricentenário de São Luís*. 2010. 138f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Agradeço a autora da dissertação pelo envio do arquivo.

⁴⁹ ELIAS, op. cit. 1995.

⁵⁰ OLIVEIRA, op. cit.

Ademais, não podemos considerar apenas o grupo fundador, mas os frequentadores, embora seja um trabalho de maior folêgo. Ao descrever a figura de Francisco Ramos Paz, Ferreria⁵¹ deu-nos um bom exemplo de um grupo de grande importância para o GPL – sobretudo na fase de construção do prédio sede. Ele faz parte de um conjunto de imigrantes que viram no apoio e no pertencimento ao GPL uma forma de legitimação social, visto que o Gabinete “era também um local de convívio social importante.”⁵²

A antropóloga Mary Douglas pondera em seu livro *Como pensam as instituições*, a partir de quadros teóricos em Émile Durkheim e Ludwick Fleck, que para ser chamado de sociedade é preciso que “entre os membros exista algum pensamento e algum sentimento que se assemelhem.”⁵³ Pela análise dos documentos compulsados vemos nisso uma característica fundamental do grupo fundador do GPL.

De acordo com Mary Douglas:

Qualquer instituição que vai manter sua forma precisa adquirir legitimidade baseando-se de maneira muito nítida na natureza e na razão. Então ela propiciará a seus membros um conjunto de analogias por meio das quais se poderá explorar o mundo e com as quais se justificará a naturalidade e a razoabilidade dos papéis instituídos, e ela poderá manter sua forma contínua, identificável.⁵⁴

Esse mesmo grupo buscou a coesão sobre formas rígidas, a fim de manter a identidade lusa. Busino considera que

Quanto mais estruturado é o grupo, mais rígidas são as normas; quanto mais cooperativo mais as normas são voluntariamente respeitadas e seguidas; quanto mais destituído de normas mais a consciência grupal é inexistente.⁵⁵

No GPL podemos observar esse comportamento. Não obstante a semelhança com o idioma, não se pode esquecer que a instituição foi fundada poucos anos após a Independência do Brasil. Assim havia (sobretudo na corte do Rio de Janeiro) um forte sentimento antilusitano que queria apagar todos os arquétipos que ligavam nosso país a Portugal⁵⁶ – incluindo o idioma.

⁵¹ FERREIRA, op. cit. passim.

⁵² FERRERIA, op. cit., p. 115.

⁵³ DOUGLAS, op. cit., p. 23.

⁵⁴ DOUGLAS, op. cit., 116.

⁵⁵ BUSINO, G. Grupo. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1999, p. 123

⁵⁶ MARTINS, op. cit, 1990.

Outro ponto a observar é a questão da identidade institucional. Se compreendermos a identidade como fator de coesão social, conforme considera Pollak⁵⁷, vemos na estrutura de formação do GPL um importante elemento de aglutinação.

Além de pensar o conceito de instituição não podemos olvidar o conceito de grupo, pois são esses que formam a instituição. Esse conceito é bastante pertinente para o nosso objeto de estudo, pois conforme Bosino “o grupo é por vezes considerado como um tipo particular, embora menor, de colectividade, com certos laços de solidariedade, muitas vezes implícitos, mais ou menos fortes [...]”⁵⁸ Essa ideia fica bastante clara ao recuperarmos a história da fundação do GPL.

De posse dessas considerações e após a leitura das fontes, estruturamos o **problema de pesquisa**. Assim, tendo como base o cenário histórico que se desenrolava no império brasileiro, principalmente no que concerne à tentativa de desligamento de tudo que nos ligava a Portugal, podemos perguntar: de que maneira a comemoração do Tricentenário da Morte de Camões, organizada pelo GPL, representa um marco importante para afirmação identitária luso-brasileira no âmbito dessa instituição?

Este é o problema que nos moveu na pesquisa, pois empiricamente percebíamos nos documentos que compõem nosso *corpus* elementos discursivos que indicavam uma tentativa de afirmação da histórica ligação entre as duas nações: Portugal e Brasil.

A historiadora açoreana Susana Serpa Silva afirma que em Portugal as comemorações do tricentenário da morte de Camões “serviu de propaganda republicana ao permitir o contraponto face à decadente Regeneração oitocentista.”⁵⁹ Essa afirmação alimentou nosso problema de pesquisa, posto que as questões políticas portuguesas passaram ao largo dos discursos produzidos pelo GPL naquele momento. Isso reforçou ainda mais nosso interesse em perceber como essa comemoração foi apropriada pela instituição e assumiu outra representação aqui no Brasil.

Nesse sentido, nossas **premissas** são:

⁵⁷ POLLAK, Michel. Memória e identidade social. In: ESTUDOS históricos. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992, v. 5, n. 10, p. 200-212.

⁵⁸ BUSINO, op. cit., p. 124.

⁵⁹ SILVA, Susana Serpa. *Ponta Delgada: roteiros republicanos*. Lisboa: QuidNovi, 2010, p. 50.

Agradeço imensamente a pesquisadora Susana Serpa que fez a gentileza, após minha consulta por e-mail, de enviar este livro para mim.

1. **Notamos que** há uma tensão dialética entre o nós (portugueses) e o eles (brasileiros), visto que essas noções ainda estão muito fluidas;
2. **Inferimos que** foi a partir da Comemoração do Tricentenário da Morte de Luís de Camões que o GPL estabeleceu laços para aglutinar o “nós” e o “eles”;
3. **Acreditamos que** pautados na língua como elemento identitário tornam-se primeiro reconhecíveis como instituição lusa pelo acervo que formam;
4. Associado também à questão histórica **percebemos que** o projeto de construção do prédio teve a língua portuguesa como motor de criação.

A importância da língua e da literatura portuguesa como representações do GPL transitam nos três momentos do recorte cronológico. Interpretadas como instituições, as mesmas foram apropriadas pelo GPL, como elementos na construção identitária portuguesa em solo brasileiro.

Dos objetivos e arcabouço teórico

O **objetivo geral** desta pesquisa foi identificar, a partir das produções discursivas, o processo de consolidação identitária lusitana do GPL, no âmbito do Rio de Janeiro, no século XIX e sua consolidação como lugar de memória portuguesa, tendo a língua como elemento mais importante. Já os **objetivos específicos** foram:

- **Delinear** as práticas discursivas nos documentos do *corpus*, relacionando-os com o processo de gênese e afirmação da instituição;
- **Entender** como os textos do *corpus* produziram e produzem uma possível tentativa de construção do projeto identitário e da afirmação de uma memória portuguesa no Rio de Janeiro;
- Pelo discurso oficial, **perceber** como se configurou o pêndulo que oscilou entre o “eu” e o “nós”;
- **Localizar** enunciados discursivos que constroem a identidade do GPL;
- **Compreender** como se deu o processo de formação/construção identitária tendo o idioma português como elemento estruturante;
- **Identificar** no percurso da memória discursiva, os elementos que denotem a preocupação dos diretores do GPL com as tentativas de negação da importância da herança lusa no Brasil.

Por fim, temos no Tricentenário da Morte de Luís de Camões (1880) o acontecimento, dentro da perspectiva de Pêcheux⁶⁰, assim como os demais teóricos da AD, que partem de um fato para construir a sua análise. Como parte da rede que constituímos em nossa análise e a fim de perceber como se configurou a memória discursiva, voltamos ao ano de 1837 e, de lá, avançamos para 1888, data da chamada inauguração oficial do prédio sede.

Tendo em vista o problema da pesquisa, o **arcabouço teórico-metodológico** foi o da análise do discurso de vertente francesa. Os conceitos de interdiscurso, memória discursiva⁶¹ e intradiscurso permeiam este estudo, uma vez que os textos que compõe o nosso *corpus* encontram-se em linhas extremas para a compreensão de uma rede de significados que o GPL forjou para si. A produção discursiva dos monumentos textuais

⁶⁰ PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. São Paulo: Pontes, 2008.

⁶¹ COURTINE, op. cit; PÊCHEUX, op. cit.

que utilizamos foi pouco estudada sob a ótica da AD, restringindo-se, quando muito, à análise de conteúdo.

Para trabalhar com o tema e com as questões que estão no entorno do nosso arcabouço teórico-metodológico utilizamos Halbwachs⁶², a fim de compreender a sociologia da memória coletiva e o modo como fazemos pontes para o passado no presente; para entender o “tricentenário” e toda a sua produção documental como lugar de memória, lançaremos mão de Nora⁶³. Em Hobsbawm⁶⁴ vimos como essa antiga “tradição inventada” foi apropriada e ressignificada por questões políticas. Somando-se ao autor anterior, em Namer⁶⁵ buscamos compreender a dinâmica das comemorações, no âmbito da Memória Social. Em Elias⁶⁶ e em Abreu⁶⁷ assentamos nosso fundamento para perceber “Luís de Camões”, pois ele é o ponto de união para entender a ressignificação política do poema e a rememoração de uma memória coletiva que por não habitar mais em ninguém, precisava que seus restos sofressem um deslocamento.

Não pretendíamos realizar a historiografia do período Imperial, mas contextualizar certos fatos e atores sociais ao que acontecia no GPL⁶⁸. A fim de compreender as questões políticas e econômicas do Brasil, inerentes ao período em questão, nossa base foi José Murilo de Carvalho⁶⁹. Adolfo Morales de los Rios Filho⁷⁰ foi a direção para o cenário que se desenrolava na própria corte do Rio de Janeiro. A questão da cidadania, nação e identidade, assim como as querelas para a clivagem entre “portugueses” e “brasileiros” foram estudadas a partir de Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves⁷¹, que faz ótima descrição sobre a questão literária e política, no âmbito da tensão antilusitana. Na tese da historiadora Gladys Sabina Ribeiro⁷² encontramos meios para estabelecer com maior consistência nosso problema de pesquisa, servindo-nos de

⁶² HALBWACHS, Maurice. Memória individual e memória coletiva. In: _____. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

⁶³ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, Revista do programa de estudos pós-graduados em História e do Departamento de História. São Paulo, n. 10, p. 1-78, dez., 1993.

⁶⁴ HOBSBAWM, op. cit.

⁶⁵ NAMER, Gérard. *Memoire et société*. Paris: Méridien, 1987. (Collection Sociétés).

⁶⁶ ELIAS, Norbert. *Mozart. Sociologia de um Gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

⁶⁷ ABREU, Regina. *O Enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro, Rocco, 1998.

⁶⁸ Reservamos ao capítulo 1 uma revisão de literatura sobre o estado da arte dos estudos produzidos sobre o GPL.

⁶⁹ CARVALHO, José Murilo de. *Teatro das sombras: a política imperial*. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

⁷⁰ RIOS FILHO, Adolfo Morales de los. *O Rio de Janeiro Imperial*. 2.ed. Rio de Janeiro: TopBooks, 2000.

⁷¹ NEVES, op. cit.

⁷² RIBEIRO, op. cit., 1999; RIBEIRO, op. cit., 2009.

base para compreender os não ditos nos discursos que analisaremos no âmbito do nosso *corpora*. Por fim, como uma visão panorâmica e sintética, Boris Fausto⁷³; Andréia Slemian⁷⁴ e Mary del Priore⁷⁵, que nos revelaram como instituições e pesquisas foram apoiadas pelo governo imperial com o objetivo de forjar uma identidade nacional.

O ponto fulcral da investigação foi a análise das práticas discursivas que concorreram para a consolidação do caráter identitário lusitano, assim como as suas estratégias de memória.

Como filiação teórica fundamental Pêcheux⁷⁶, por conta dos conceitos de discurso, de interpretação e de memória discursiva; Courtine⁷⁷, para a compreensão de campo discursivo de referência; Orlandi⁷⁸, para o método analítico; Freda Indursky⁷⁹, pelas noções de formação discursiva e de sujeito do discurso.

⁷³ FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2002.

⁷⁴ SLEMIAN, op. cit.

⁷⁵ PRIORE, op. cit.

⁷⁶ PÊCHEUX, op. cit.

⁷⁷ COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos, SP: EdUFSCAR, 2009.

⁷⁸ ORLANDI, Eni. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2010; ORLANDI, Eni. *Terra à vista*. São Paulo: Cortez, 1990.

⁷⁹ INDUSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

Das fontes e *modus operandi* da pesquisa

Essa pesquisa utilizou grande número de fonte primária, sobretudo para a sistematização da história do GPL. A recuperação da informação foi realizada nas seguintes instituições:

Rio de Janeiro	São Paulo	Lisboa ⁸⁰
Gabinete Português de Leitura (GPL)	Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP)	Biblioteca Nacional de Portugal (BNPt)
Fundação Biblioteca Nacional (FBN)	Faculdade de Educação (FE/USP)	Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP)	Hemeroteca Municipal de Lisboa (HML)
Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ)		
Arquivo Nacional (AN)		

Quadro 1: Acervos consultados.

O acervo do Gabinete constitui a base da pesquisa, porém pesquisar em outras instituições cariocas e na BNPT e localizar um volume considerável de fontes, algumas com dedicatórias do GPL revelou uma interessante rede de sociabilidade que a instituição mantinha com outras.

A FBN possui uma grande quantidade de documentos referente ao evento de 1880, bem como a vida administrativa do GPL, relatórios e catálogos. De acordo com o que conseguimos identificar, esses documentos chegaram ao acervo a partir da doação do próprio Gabinete e pela biblioteca de Francisco Ramos Paz⁸¹.

O conteúdo da documentação principal que foi utilizado na redação deste trabalho é oriundo das *Actas Sessão da Directoria do Gabinete Portuguez de Leitura*. Como parte da metodologia, as atas foram agrupadas em volumes de acordo com o período que cobrem e foi respeitando esses volumes que fizemos as referências que serão encontradas nos próximos capítulos. Para esta pesquisa foram utilizados apenas os volumes de 1 a 4 (em destaque).

⁸⁰A maior parte das fontes que localizamos nas instituições desta capital farão parte de outra pesquisa, pois nos direcionariam para outros caminhos, caso fossem utilizadas nessa dissertação. Esta foi uma escolha pautada principalmente na obrigatoriedade de respeitar o cronograma que fora estabelecido.

⁸¹ Para biografia de Ramos Paz: Ferreira, op. cit., 1999.

Volume	Período	Nº de Atas
1	Maio 1837 – Jan. 1847	197
2	Fev.,1847 – Nov., 1860	149
3	Jan., 1869 – Dez. 1880	212
4	Dez., 1880 – Jun., 1897	428
5	Jul., 1897 – Mar. 1906	171
6	Abr., 1906 – Dez., 1918	184
7	Jun., 1919 – Ago. 1926	101
8	Ago., 1926 – Dez., 1931	122
9	Dez., 1931 – Jun., 1934	116
10	Jul., 1934 – Dez., 1937	126
		Total: 1806 Atas

Quadro 2: Relação das Atas agrupadas por volume.

Da estrutura da dissertação

A dissertação organizar-se em três capítulos. Neles, nossa abordagem foi permeada por questões atinentes ao discurso e ao seu contexto.

No **Capítulo 1 – O discurso e a memória** – focamos nessa dialética extremamente importante para a nossa pesquisa. Abordamos os conceitos com os quais pretendemos trabalhar, a partir dos autores que representam a nossa base teórica.

Nesse capítulo, apresentamos o *corpus* que nos permitiu mapear os processos discursivos de construção da identidade portuguesa no GPL. Tendo por base esses documentos estabelecemos o nosso dispositivo de análise. Associado ao *corpus*, buscamos delinear alguns momentos que marcaram o contexto de produção.

Inicialmente, localizamos as sequências discursivas constitutivas do núcleo de enunciados que, por sua vez, apontam para a autoimagem da instituição. Justificamos essa abordagem em razão da imagem que a instituição constrói de si mesma como o elemento constitutivo da identidade institucional – o que, de um modo ou de outro, está em diálogo com a identidade lusitana que se pretendia constituir naquela época. Seria possível considerar este como um projeto que visava à posteridade, pois o prédio, a comemoração, o acervo, entre outros, são elementos criados para tal fim.

No mesmo Capítulo, propomos quatro categorias: categoria 1 – quem são esses portugueses; categoria 2 – como eles se viam na ex-colônia; categoria 3 – como eles viam os brasileiros; categoria 4 – como os brasileiros viam esses portugueses.

No **Capítulo 2 – A criação do GPL: aspectos da formação identitária** – adotamos a seguinte metodologia: apresentamos a história do GPL da fundação até os primeiros movimentos para compra dos terrenos onde foi construído o prédio sede. Cronologicamente, seguimos o assentamento da pedra fundamental com a comemoração do Tricentenário de Camões e a inauguração do prédio. Justificamos nossa escolha porque desejávamos dar maior destaque e abordar com mais minúcias os eventos de 1880, visto que representa o ponto nevrálgico desta pesquisa. Para isso, utilizamos essencialmente fontes primárias oriundas de Atas e Relatórios e demais documentos do arquivo histórico da instituição, entremeando sequências discursivas (SD) do nosso *corpus*.

A instituição será inicialmente caracterizada como tal, a partir da abordagem de Douglas⁸², mas sem ainda aprofundarmos as questões de AD. Nesse caso, nosso propósito será o de verificar como o GPL estabeleceu uma forma reconhecível, em função do acervo que compõe a sua coleção.

O Capítulo 3 – Os acontecimentos: Tricentenário da morte de Luís de Camões e a inauguração do prédio sede – traz para esta pesquisa a comemoração deste tricentenário que é o ponto nevrálgico para compreender como se configuraram as tessituras discursivas que conduziram o GPL a forjar uma representação luso-brasileira. Essa celebração é o ponto de chegada que converge o ano de 1837 e o ponto de partida para o evento de 1888, a inauguração do prédio sede.

A partir da perspectiva de Pêcheux, a comemoração foi analisada como o acontecimento discursivo e histórico pelo qual foi possível perceber refletido nos enunciados discursivos uma repetibilidade de elementos do documento de fundação em 1837. Para historicizar esse evento, utilizamos as atas, mas nossa análise incidiu principalmente sobre dois documentos do *corpus* datados de 1880 e 1888, ambos com uma característica bem peculiar, qual seja, foram produzidos por um intelectual brasileiro. Esses documentos são importantes para compreender, *a priori*, duas situações: como os brasileiros viam esses portugueses e como enunciados discursivos produzidos por portugueses ligados ao GPL reverberaram no grupo intelectual fora da Instituição.

Com base na AD tentamos perceber como o GPL conseguiu, de fato, uma maneira de assegurar e expressar uma coesão social⁸³, importante para a sua posição frente a Portugal e para sedimentar o seu papel como lugar de memória lusitana no Rio de Janeiro. Ele seria um lugar de memória, tanto por um acervo, essencialmente em língua portuguesa e sobre temas afins à história lusa, como pelo lançamento da pedra fundamental de um prédio, projetado para rememorar um passado histórico⁸⁴. Baseando-nos nas ponderações de Hobsbawm⁸⁵, percebemos que a celebração desse Tricentenário – como uma tradição inventada e lugar de memória – favoreceu à socialização daquele grupo de portugueses, tanto com os brasileiros quanto com os portugueses que viviam no Continente.

⁸² DOUGLAS, op. cit.

⁸³ HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

⁸⁴ *Ibidem*.

⁸⁵ HOBSBAWM, op. cit.

Para o GPL, a possibilidade de acessar os textos d'*Os Lusíadas* representou a retomada de uma memória coletiva da época de glórias portuguesas e isso, sem dúvida, favoreceu o fortalecimento da identidade lusitana de um grupo em diáspora.

Nesse último capítulo, buscamos mostrar que foi a partir dessa comemoração que o GPL passou de fato de uma instituição lusa para uma instituição luso-brasileira.

Em nossas **Considerações finais**, retomamos as discussões dos capítulos antecedentes, entretanto, desta feita, munidos do panorama geral da pesquisa com todas as suas facetas.

CAPÍTULO 1

O céu 'strela o azul e tem grandeza.
Este, que teve a fama e à glória tem,
Imperador da língua portuguesa,
Foi-nos um céu também.

No imenso espaço seu de meditar,
Constelado de forma e de visão,
Surge, prenúncio claro do luar,
El-Rei D. Sebastião.

Mas não, não é luar: é luz do etéreo.
É um dia; e, no céu amplo de desejo,
A madrugada irreal do Quinto Império
Doira as margens do Tejo.

(Poema “António Vieira”, de Fernando Pessoa)

CAPÍTULO 1

A DIALÉTICA: MEMÓRIA E DISCURSO

A história dos rastros do homem através de seus próprios textos permanece em grande parte desconhecida⁸⁶.

Abrimos esse capítulo com texto de DeCerteau, citado por Pêcheux, pois constitui a maneira pela qual essa pesquisa metodologicamente se apresentou.

Por uma escolha metodológica da pesquisa, o binômio “memória e identidade” acha-se diluído ao longo do texto desta dissertação, mas por razões óbvias é imperioso tratarmos em detalhe do diálogo existente entre a dialética “memória e discurso”.

Os conceitos fundamentais (memória e formação discursiva) desta dissertação foram discutidos reservando maior atenção os autores que formam o tripé fundador, qual seja: Foucault, Pêcheux e Courtine⁸⁷, porém com mais ênfase nos dois últimos. Duas autoras foram fundamentais para clarificar nossa abordagem: Orlandi e Indursky. Na primeira, tomamos a organização conceitual que faz das leituras de Foucault, Pêcheux e Courtine; já a segunda autora foi importante para organização do nosso *modus faciendi* na análise do *corpus*.

⁸⁶CERTEAU, Michael apud PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *Gestos de leitura: história no discurso*. Campinas: Editora Unicamp, 2010, p. 49.

⁸⁷ Os textos desses autores com os quais trabalharemos já foram sistematizados na Introdução.

1.1 Arcabouço teórico da análise do discurso

Nesta pesquisa foi fundamental a noção polissêmica do discurso e seu funcionamento como um “acontecimento e, como tal, um instaurador de sentidos que são, por excelência, sentidos memoriais”⁸⁸. Isso porque os documentos do nosso *corpus* – conforme veremos a seguir – representam momentos que marcaram a história do GPL e trazem indícios acerca da memória de um acontecimento que intercrucza componentes fortemente ideológicos e políticos, os quais estão absolutamente imbricados com as condições de produção. E é justamente essa ligação que, segundo Pêcheux⁸⁹, configurará bases para compreender e dar sentido às formações discursivas.

AD é uma disciplina de interpretação que busca investigar os discursos promovidos por determinados atores sociais. Dentre as definições do termo, Charaudeau e Maingueneau afirmam ser necessário:

Dar um lugar para reflexões vindas de outros domínios, tais como a de Foucault [Arqueologia do Saber], que se desloca da história das ideias para o estudo dos dispositivos enunciativos, ou a de Bakhtin, no que diz respeito, em particular, aos gêneros de discurso e à dimensão dialógica da atividade discursiva⁹⁰.

A clivagem entre memória e história é fundamental para esta pesquisa. Ademais, por lidarmos a todo instante com sujeitos e fatos históricos a consideração de Pierre Achard tornar-se primordial. Para ele:

[...] análise do discurso é uma posição enunciativa que é também aquele de um sujeito histórico (discurso, uma vez produzido, é objeto de retomada), mas de um sujeito histórico que se esforça por estabelecer um deslocamento suplementar em relação ao modelo, à hipótese de sujeito histórico de que fala.

⁸⁸ OLIVEIRA, Carmen Irene Correia; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. Memória e discurso: um diálogo promissor. In: GONDAR, Jô e DODEBEI, Vera (Orgs.) *O que é memória social?*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005, p. 74.

⁸⁹ PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

⁹⁰ CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Análise do Discurso*. In: _____. Dicionário de análise do discurso. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p. 43.

Seguindo o conceito de *longa duração* do historiador Fernand Braudel⁹¹, Courtine⁹² considera que nele se situa o que se chama memória discursiva, em função de uma existência histórica que corrobora para as formações discursivas.

Memória em AD é igualmente apreendida nesta dissertação a partir da seguinte afirmação de Pêcheux: “memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador.”⁹³ Nessa linha, Indurxky afirma que “desse entrecruzamento resulta o *efeito de memória*, que é fortemente lacunar, possibilitando que os sentidos deslizem, derivem, se transformem, se re-signifiquem [...]”⁹⁴

Um dos conceitos mais caros e importantes para nosso trabalho é o de **memória discursiva**. Contudo, não há como falar desse conceito sem antes buscar compreender a sua relação com o próprio conceito de memória social em Halbwachs. Jean Davlon faz uma ótima síntese do conceito memória discursiva a qual nos serve imenso:

[...] lembrar um acontecimento ou um saber não é forçosamente mobilizar e fazer jogar uma memória social. Há necessidade de que o acontecimento lembrado reencontre sua vivacidade; e, sobretudo, é preciso que ele seja reconstruído a partir de dados e de noções comuns aos diferentes membros da comunidade social. Há necessidade de que o acontecimento lembrado reencontre sua vivacidade; e sobretudo, é preciso que ele seja reconstruído a partir de dados e de noções comuns aos diferentes membros da comunidade social. [...] Mas a contrapartida seria que a memória coletiva “só retém do passado o que ainda é vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição, ela não ultrapassa o limite do grupo”⁹⁵.

Na sequência desse texto, o mesmo autor faz uma pergunta crucial: “a partir de quando e do que um acontecimento constitui memória?”⁹⁶ No capítulo 3, com base nos enunciados apresentados, pretendemos justamente ponderar sobre essa questão, deslocando-a para o nosso tema, ou seja, a partir de quando o acontecimento

⁹¹ BRAUDEL, Fernand. “História e Ciências Sociais. A longa duração”. In: *Escritos sobre a História*. 2ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. p. 41-78.

⁹² COUTINE, op. cit. 2009, p. 105.

⁹³ PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: PAPEL da memória. Tradução e introdução: José Horta Nunes. 3. ed. Campinas, SP: Pontes Editora, 2010, p. 50.

⁹⁴ INDURSKY, Freda. Lula lá: estrutura e acontecimento. *Organon*, Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, v. 17, n. 35, 2003, p. 104.

⁹⁵ DAVALLON, Jean. Memória social e produções culturais. In: PAPEL da memória. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010, p. 25.

⁹⁶ DAVALLON, loc. cit., p. 23.

“Tricentenário da Morte de Luís da Camões” constitui-se memória e como ela foi significada e apropriada pelo GPL.

Courtine, seguindo a análise de Foucault⁹⁷ propôs que a “noção de memória discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado no interior das práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos [...]”⁹⁸. Seguindo sua tese, ainda com base no autor de “Arqueologia do Saber”, Courtine afirma algo que corroborará nosso trabalho de análise. Para ele, a existência de uma memória discursiva remete a lembranças que conjugam determinadas lutas ideológicas do que convém e não dizer.

Indursky trabalha a categoria analítica memória discursiva pelo viés da repetibilidade. Essa concepção, segundo a mesma autora, está pautada em Pierre Achard que introduz as noções de repetição e regularização. Segundo o autor, a memória discursiva “decorre de uma relação dialética entre a repetição de um enunciado discursivo e a regularização do seu sentido, de tal modo que a regularização apoia-se necessariamente sobre o reconhecimento do é que repetido.”⁹⁹

No caso específico de nosso *corpus*, percebemos a repetibilidade ideológica da relação de subordinação “natural” de uma ex-colônia com a metrópole, tanto no que concerne às tradições culturais, quanto ao que diz respeito ao idioma.

Analisamos os textos selecionados – cujos critérios serão explicitados adiante – com o foco analítico, perguntando-nos: “ao dizer *isto*, o que estão fazendo?”¹⁰⁰. No processo de análise, buscar uma resposta para essa questão requer do analista compreender que os sujeitos que produzem esses discursos o fazem sob uma perspectiva ideológica. É nessa linha também que residem do dizer de Pêcheux os “famosos implícitos”¹⁰¹.

Orlandi¹⁰² chama a atenção para a tensão que ainda existe na questão do português falado no Brasil e do português falado em Portugal e como isto reverbera na

⁹⁷ FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

⁹⁸ COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos, SP: EdUFSCAR, 2009, p. 5-6.

⁹⁹ ACHARD, Pierre. *Mémoire et production du sens, histoire et linguistique*. Paris: Maison des Sciences de l’Homme, 1983, p. 239, APUD INDUSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997, p. 43.

¹⁰⁰ ORLANDI, Eni P. *Terra à vista*. Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo. São Paulo: Cortez, 1990, p. 140

¹⁰¹ PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: PAPEL da memória. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010, p. 49-56. Neste texto Pêcheux comenta uma análise de Pierre Achard sobre “memória como estruturação de materialidade discursiva”.

¹⁰² ORLANDI op. cit., 1990.

identidade. A mesma autora destaca que no que tange ao Brasil, vêm de longa data as tensões entre dominação e língua; língua e identidade; língua e poder.

Percebemos nos discursos produzidos no GPL elementos que demonstram essa interdiscurvidade, ou seja, uma relação ideológica e histórica com outros textos – que nasce no século XVI e sobrevive expresso pela memória discursiva.

Como já apontamos na Introdução deste trabalho, havia no pós-1822, sobretudo, no Rio de Janeiro, um movimento contrário à herança lusa. Assim, os discursos que analisaremos estão repletos dessas ideologias.

O tema “ideologia” é muito presente e quase fundamental – poderíamos dizer – nos estudos de AD. Althusser esclarece que a ideologia “exprime sempre, seja qual for a sua forma (religiosa, jurídica, política) posições de classe.”¹⁰³

Seguindo essa linha associada à ideologia, Pêcheux alinhava sua concepção de discurso. Para Pêcheux “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido.”¹⁰⁴ E é por conta dessa postura adotada nesta pesquisa, que entendemos os significados que emergem dos documentos.

O termo “formação discursiva” (FD), não obstante sua importância para nossa pesquisa, possui uma instabilidade de definição a qual não pretendemos dar conta aqui. Esse tema, cujo ponto de intercessão é o sujeito, possui um imbricamento entre os estudos de Michael Foucault e Michael Pecheux.

Foucault trabalha o tema em *A arqueologia do saber*¹⁰⁵; para ele é na AD que os discursos os quais jazem dispersos ou sem ligações *a priori*, são descritos e reunidos. Para ele havia uma relação entre os dizeres e os fazeres, no âmbito de uma não-autonomia das práticas discursivas.

É na FD que o enunciado recebe seu sentido, ela é “regulada por uma memória discursiva que faz aí ressoar os ecos de uma memória coletiva e social.”¹⁰⁶ Essa ideia foi absolutamente esclarecedora e fundamental para compreendermos os enunciados de alguns documentos do nosso *corpus* – sobretudo o discurso de Joaquim Nabuco, de 1888.

¹⁰³ ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos do estado*. Presença: Lisboa, 1974, p. 23

¹⁰⁴ 1975 apud ORLANDI, op. cit.

¹⁰⁵ FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

¹⁰⁶ INDURSKY, Freda. A Memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). *Memória e história na/da análise do discurso*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011, p. 87.

1.2 Constituição do *corpus* de pesquisa¹⁰⁷

Courtine pondera que a AD está submetida a três princípios: “ela deve realizar o fechamento do espaço discursivo”; “ela supõe um procedimento linguístico de determinação das relações inerentes ao texto”; e “ela produz, no discurso, uma relação do linguístico com o exterior da língua”¹⁰⁸. Vamos nos deter aqui no primeiro princípio, pois é nele que se estabelecerá que a constituição de um *corpus* e o analista deverá ter atenção aos seguintes princípios empíricos: “exaustividade”, “representatividade” e “homogeneidade”, comandados pela “adequação aos objetivos da pesquisa.”¹⁰⁹

A organização do nosso *corpus*, seguindo esses critérios, só foi possível graças ao percurso que tivemos no GPL, como narrado na Introdução. A leitura prévia dos documentos discursivos nos possibilitou, como analistas, estabelecer o pressuposto de que os monumentos textuais selecionados seriam fundamentais para a compreensão do dito em relação ao não dito, nos demais documentos do *corpus*.

Para Mariani, o *corpus* é entendido como “um conjunto heterogêneo de monumentos textuais de uma época, considerada em termos do seu funcionamento discursivo.”¹¹⁰ E, de fato, nosso *corpus* representa um espaço discursivo que compreende o discurso produzido *intra* e *extra* GPL no século XIX, cujos sujeitos variam entre portugueses e um brasileiro específico, que possuía uma relação ideológica com Portugal muito estreita. Não era nossa intenção confrontar os discursos de outros sujeitos sobre o GPL, para tanto seria fundamental a pesquisa em periódicos e discursos de membros do senado do Império. Como analistas, vemos em nossa escolha dos elementos do *corpus*, o respeito ao princípio da homogeneidade, ou coerência discursiva tratada por Courtine¹¹¹. Nosso delineamento veio da leitura prévia dos documentos que indicaram a relevância desses que foram selecionados, tendo em vista a relação dialógica com nossos objetivos.

¹⁰⁷ Nos apropriamos desse título a partir de um subcaptítulo do livro de Courtine (2009).

¹⁰⁸ COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos, SP: EdUFSCAR, 2009, p. 28-29.

¹⁰⁹ GARDIN, B.; MARCELLESI, J. B. *Introduction à lasociolinguistique*. Paris: Larousse, coll., Langue et langage, 1974, p. 240 apud COURTINE, op. cit., 2009, p. 56.

¹¹⁰ MARIANI, Bethânia. A institucionalização da língua, história e cidadania no Brasil do século XIX: o papel das academias literárias e da política do Marquês de Pombal. In: ORLANDI, Eni (Org.). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Pontes, 200 , p. 101.

¹¹¹ COURTINE, op. cit.

Orlandi afirma que “a construção do *corpus* e a análise estão intimamente ligadas: decidir o que faz parte do *corpus* já é decidir acerca de propriedades discursivas.” Ademais, “em grande medida o *corpus* resulta de uma construção do próprio analista.”¹¹² Para Pêcheux e Fuchs, o arquivo é montado como uma espécie de cenografia construída pelo analista¹¹³, assim a cena que gostaríamos de desenvolver é tensão entre a dialética língua e identidade.

O ponto de vista do analista é primordial para compreender o estabelecimento do *corpus*. Permeando as fases apontadas anteriormente há um conjunto de documentos que refletem uma produção discursiva de portugueses que formaram a instituição.

Apresentaremos o *corpus* que nos permitirá mapear os processos discursivos de construção da identidade portuguesa no GPL. Tendo por base esses documentos, pretendemos estabelecer o nosso dispositivo de análise. Para Mariani o *corpus* é entendido como “dispositivo de arquivo”, que ela compreende – a partir de Pêcheux e Foucault –, como “um conjunto heterogêneo de monumentos textuais de uma época, considerada em termos do seu funcionamento discursivo.”¹¹⁴ Associado ao *corpus*, buscaremos delinear alguns momentos que permearam o contexto de produção.

Para conceber uma interpretação analítica estabelecemos recortes no *corpus* e selecionamos enunciados textuais que possuem representatividade simbólica expressiva. Nesses documentos, procuraremos localizar os enunciados discursivos que constroem a identidade do GPL e estão impregnados de ideologias.

Dessa maneira, com base no que afirmamos até aqui, estabelecemos como *corpus* da pesquisa os seguintes documentos¹¹⁵:

GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. *Relatório apresentado à Assembleia da Sociedade do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro, em sessão extraordinária de 10 de setembro de 1837, a primeira celebrada no local do estabelecimento [...]*. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I. P. da Costa, 1837. – GPL 1¹¹⁶.

MONTÓRO, Reinaldo Carlos. Notícia histórica do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro fundado em 1837. In: CAMÕES, Luiz. *Os Lusíadas*. Lisboa: Na Officina de Castro Irmão, 1880. p. 399-422. (Edição consagrada a comemorar o Terceiro

¹¹² ORLANDI, op. cit., p. 63.

¹¹³ PÊCHEUX; FUCHS (1975) apud CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, op. cit. 2008.

¹¹⁴ MARIANI, op. cit., p. 141.

¹¹⁵ Reproduzidos integralmente no volume 2 desta dissertação.

¹¹⁶ A partir de agora vamos nos referir a esses documentos utilizando os códigos em questão, a exemplo que fez Mariani (2001).

Centenario do Poeta da Nacionalidade Portuguesa pelo Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro). – GPL 2.

NABUCO, Joaquim. Camões. *Discurso pronunciado a 10 de Junho de 1880 por parte do Gabinete Português de Leitura*. Rio de Janeiro: Impresso por G. Leuzinger & Filhos, 1880. – GPL 3.

NABUCO, Joaquim. [Discurso pronunciado na inauguração do prédio sede, em 1888]. In: TAVARES, António Rodrigues. *Fundamentos e actualidades do Real Gabinete Português de Leitura*. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1977. Edição comemorativa do 140º aniversário de fundação, p. 113-124. – GPL 4

Como base no critério metodológico de Malldidier¹¹⁷ – que também organizou seu *corpus* com uma perspectiva sincrônica e diacrônica¹¹⁸ – nosso *corpus* está construído sob dois eixos: no *espaço*, organizado em torno de dois acontecimentos discursivos importantes para a instituição (GPL 3 e 4); e no *tempo*, que correspondem a momentos que definem a sucessão histórica (GPL 1 e 2).

Essas escolhas não foram arbitrárias, mas considerando o nosso conhecimento da história da instituição e em função dos objetivos que nos nortearam. Com base nos enunciados, pretendíamos perceber como a memória discursiva (acerca da língua e da literatura) foi sendo construída e, como bojo dessa questão, como se situam as noções de identidade e representação, imiscuídas nessa formação discursiva.

Os quatro documentos se articulam de forma a responder as perguntas e premissas que tínhamos estabelecido.

Documento	Data	Autor	Nacionalidade	Contexto	Discurso
GPL 1	1837	José Marcelino da Rocha Cabral	Português	Fundação	De
GPL 2	1880	Ronaldo Carlos Montóro	Português	Tricentenário de Camões	De
GPL 3	1880	Joaquim Nabuco	Brasileiro	Tricentenário de Camões	Sobre
GPL 4	1887	Joaquim Nabuco	Brasileiro	Inauguração do prédio sede	Sobre

Quadro 3: Documentos do *corpus*

¹¹⁷ MALDIDIER, Denise. O discurso político e a guerra da Argélia. Tradução de Freda Indursky. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010, p. 143-160.

¹¹⁸ Assim como Malldidier (2010) nossa ideia de sincronia e diacronia deriva de: SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. 30ª Edição. São Paulo: Cultrix, 2002.

Para seguir o rigor metodológico de modo a atender nossos objetivos e premissas, os documentos do *corpus* foram a espinha dorsal da pesquisa, porém a ele estiveram subordinados outros (Ilustração 2). Se em alguns momentos a relação foi de subordinação, em outros, foi de complementação.

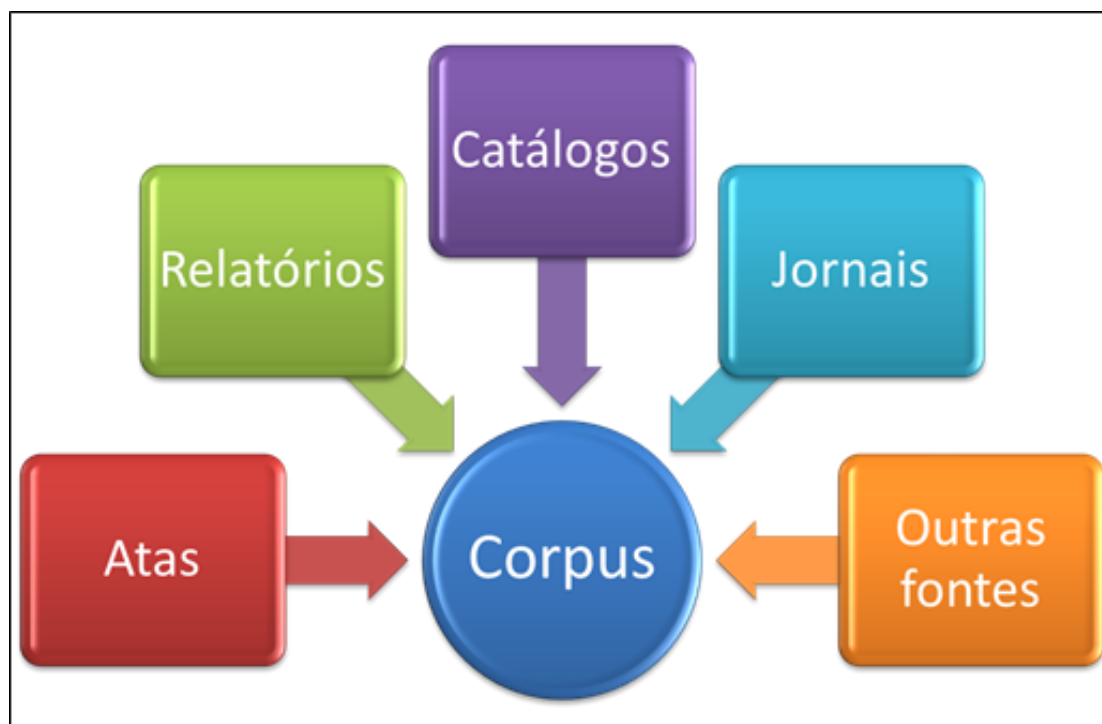


Ilustração 2: Relação de subordinação os documentos do *corpus*.

11.3 Apontamentos sobre os documentos do *corpus* e seus contextos de produção

Estamos reputando como “apontamentos” porque inevitavelmente, por uma questão de fluidez textual, aprofundaremos outras informações sobre esses documentos nos capítulos 2 e 3.

1.3.1 GPL 1

Impresso no Rio de Janeiro, este folheto de 13 páginas possui uma importância absolutamente singular para a história da formação do GPL. Alicerçados nas pesquisas que temos¹¹⁹ feito há mais de 5 anos sobre essa instituição, percebemos como as deliberações e orientações ali descritas foram – dentro do possível – seguidas como um norteador. Dessa maneira, além de documento fundador, esse folheto pode ser considerado a base administrativa do GPL.

O texto é dirigido aos acionistas e assinado por José Marcelino da Rocha Cabral, porém não era um documento para ficar circunscrito em âmbito interno, visto que mandaram exemplares para as principais instituições do Rio de Janeiro e de Portugal.

Após uma breve apresentação o documento segue com a seguinte divisão:

PROGRESSO NUMERICO DA ASSOCIAÇÃO
FUNDOS DA SOCIEDADE
OBJECTOS DE LEITURA
LIVROS
PERIODICOS
ESCRITURAÇÃO, E OBJECTOS DE SECRETARIA
EDIFICIO
MOBILIA
SERVIÇO DO GABINETE

No capítulo 2, voltaremos a esse documento com mais detalhes.

A respeito da biografia de José Marcelino da Rocha Cabral, a fonte mais remota consta no GPL 2 e cremos – visto que conheceu seus coetâneos – ser a mais fidedigna. De acordo com Montóro, Rocha Cabral imigrou para o Brasil em 1828. Vindo de Portugal, após D. Miguel de Bragança ter usurpado do trono de sua sobrinha, o “fundador intelectual do Gabinete” vem direto para o Rio de Janeiro, pois D. Pedro I era

¹¹⁹ Em algumas passagens da Introdução já tivemos oportunidade de mencionar alguns artigos que produzimos sobre o tema.

a esperança dos liberais portugueses.

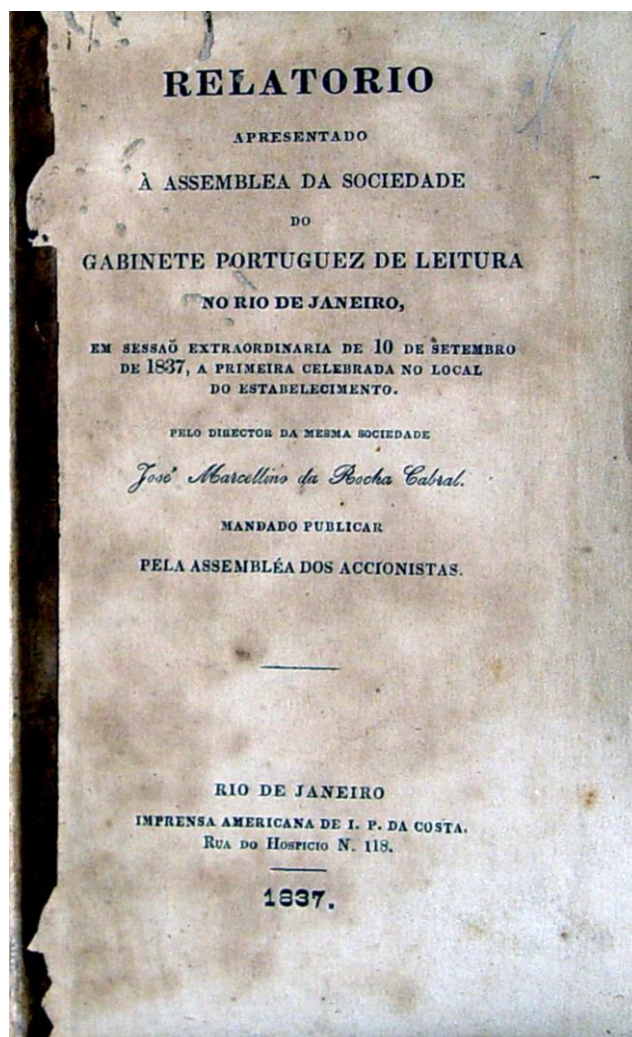


Ilustração 3: Página de rosto do GPL 1

Acervo: RGPL

Foto: Luci Meri Guimarães (Museu de Astronomia e Ciências Afins)

Não se sabe a partir de qual data, mas Rocha Cabral vai morar no Rio Grande do Sul como “encarregado pelo governo imperial da estatística d’aquelle território”. Em 1832, funda o periódico *Propagador da Industria Rio Grandense*. Quatro anos depois volta para o Rio de Janeiro e na corte, junto com Francisco de Salles Torres Homens, cria *O Despertador* – uma folha diária que teve seu fim por volta de 1841 por motivo de falência, ocasionada, dentre os outros motivos, pelo envolvimento nas lutas da maioria¹²⁰.

¹²⁰ Movimento caracterizado pela agitação dos liberais para o senado declarar D. Pedro II maior de idade antes de 14 anos, fato que ocorrerá pelo chamado Golpe da Maioridade, em 23 de julho de 1841.

Com o fechamento do jornal, Cabral perde toda a fortuna particular e parte para a cidade de Diamantina, em Minas, onde irá advogar até 1849¹²¹.

1.3.2 *GPL 2*

Esse é um texto memorialístico, preparado por encomenda para compor a edição monumental d'*Os Lusíadas*, publicada em 1880, por ocasião das comemorações do Tricentenário da Morte de Luís de Camões; foi escrito pelo português Renaldo Carlos Montóro, datado em Ubá (Minas Gerais), a 1º de janeiro de 1880.

Para o GPL essa “Notícia Histórica” representa a primeira sistematização de sua história. É bastante significativo perceber que hoje esse documento constitui-se um lugar de memória, pois seu autor, Reinaldo Carlos Montóro, era alguém em que a memória coletiva do grupo fundador ainda habitava. Assim, podemos ver nele “uma ponte entre o passado e o presente, e restabelecer essa continuidade interrompida.”¹²²

Quanto a sua estrutura e conteúdo, o texto possui 13 páginas (399-422), dividido em quatro partes, nas quais, inicialmente, o autor traça um breve comentário acerca do contexto que levou ao exílio voluntário o grupo fundador do GPL, e ainda comenta a ambiência da corte do Rio de Janeiro, nos primeiros anos do século XIX. Nas três partes seguintes o autor historiciza a criação da instituição até o seu tempo presente.

Inicialmente ele faz um histórico a relação luso-brasileira desde 1808 até 1822; tangencia com ponto de situação do estado político de Portugal nos anos de 1830; narra as motivações para fundação do GPL e seus primeiros anos e, nas últimas partes, expõem fatos recentes da instituição.

¹²¹ Fonte para biografia de José Marcelino da Rocha Cabral: MONTÓRO, op. cit., p. 405-406.

¹²² HALBWACHS, op. cit., 2004, p. 84.

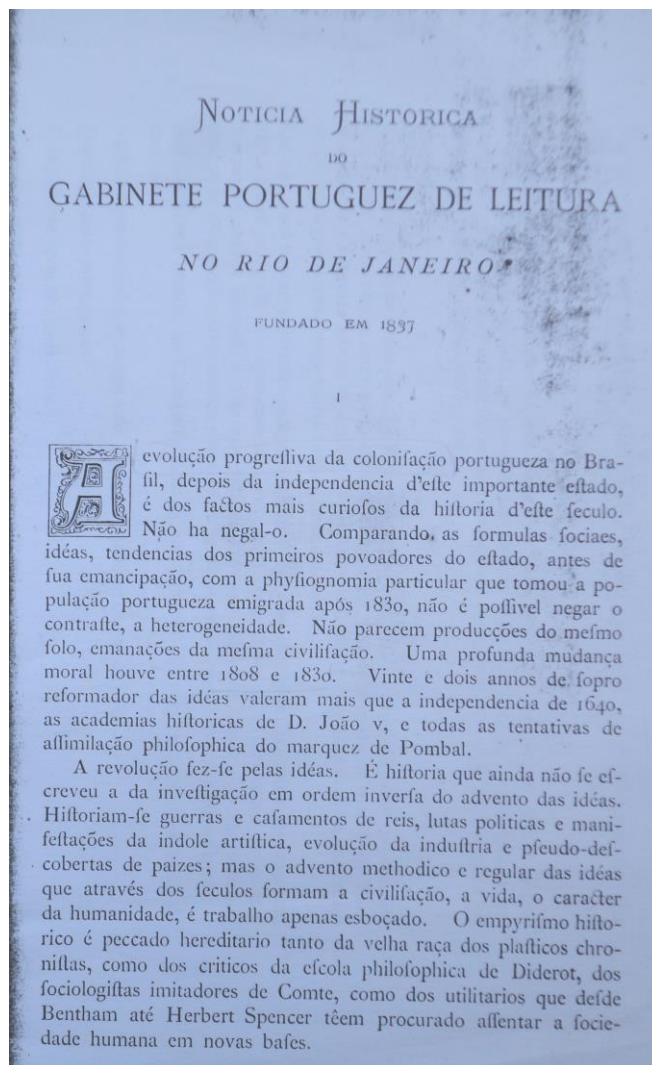


Ilustração 4: GPL 2
Acervo: FBN
Foto: Fabiano Cataldo de Azevedo.

O autor serviu ao GPL como secretário e preparou o primeiro histórico da instituição. O valor de documento é imenso, pois o autor conheceu e conviveu com os fundadores do GPL e participou dos momentos mais dramáticos para sua consolidação como espaço de representação portuguesa do Rio de Janeiro.

Temos nesse texto algumas características que decerto levaremos em consideração no momento da análise:

- 1) Texto memorialístico e muito laudatório;
- 2) A edição estava destinada a circular no Brasil e em Portugal;

- 3) É um texto escrito por um português que guarda em si a memória social de uma época que poucos daquela geração onde o livro foi publicado guardavam ainda.

1.3.3 GPL 3

Esse texto foi escrito pelo brasileiro, nascido em Recife, em 19 de agosto de 1849, Joaquim Nabuco. Não obstante ter nascido em uma família de escravocratas, ele lutou arduamente pelas causas absolutistas.

Formado em direito, na Faculdade do Largo de São Francisco, foi adido em Londres e depois em Washington. Depois desse período, foi eleito deputado da província de Pernambuco, período em que passou a viver na corte do Rio de Janeiro.

De acordo com Carvalho e Silva, “de 1872 a 1880, Joaquim Nabuco atravessa um período de vida extremante fecundo, com experiências novas e múltiplas [...]”¹²³ Porém, todas as qualificações de Nabuco não o livraria da saraivada de críticas que sofreu por parte de alguns membros da colônia portuguesa que não aceitaram que aquele homem de apenas 31 anos e brasileiro fosse um orador para tão honrada data – como veremos no capítulo 3.

Nabuco foi convidado pelo GPL para ser orador oficial da solenidade dupla de 10 de junho de 1880, ou seja, lançamento da pedra fundamental para construção do prédio sede do GPL e Tricentenário da Morte de Luís de Camões. Naquele momento, no Brasil, ele era reconhecido por ser um grande estudioso da obra de Camões e por sua ação política muito ligada a Portugal e aos portugueses.

O local central da solenidade foi o *Imperial Theatro Dom Pedro II*, no Rio de Janeiro. O discurso foi proferido para os membros do GPL, ao próprio D. Pedro II, Dona Teresa Cristina Maria e demais membros da corte, bem como a uma gama de convidados, como o corpo consular estrangeiro que morava na cidade e membros da colônia portuguesa.

No mesmo ano, o GPL levou ao prelo, pela casa Leuzinger & Filhos uma edição impressa desse discurso. Utilizaremos como fonte uma edição fac-similada e

¹²³ CARVALHO E SILVA, Maximiano de. Estudo Prévio. In: NABUCO, Joaquim. Camões. *Discurso pronunciado a 10 de Junho de 1880 por parte do Gabinete Português de Leitura*. Edição fac-similada. Apresentação de Plínio Dolye. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1980, p. 13.

digitalizada, organizada por Plínio Doyle e com estudo prévio de Maximiano de Carvalho e Silva, publicada pela Fundação Biblioteca Nacional em 1980.

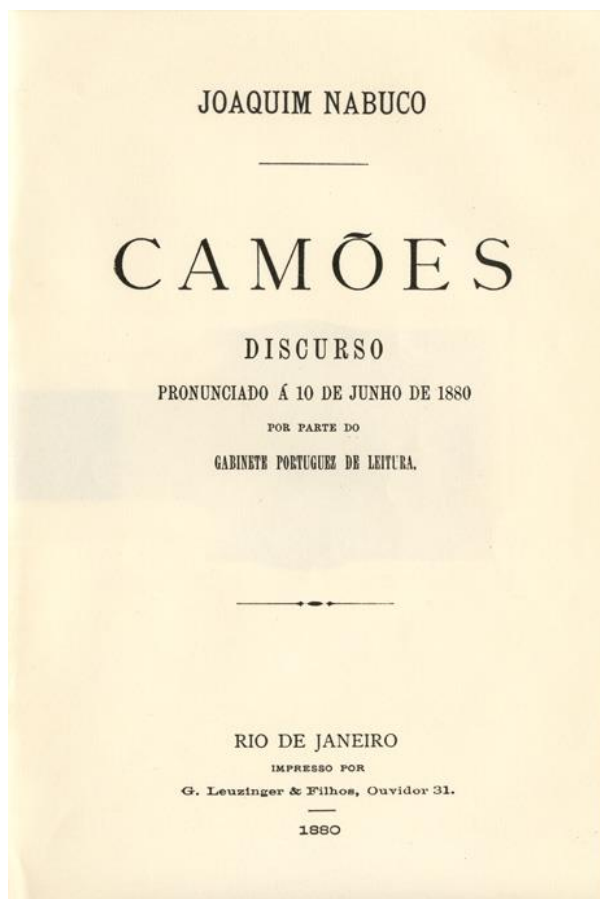


Ilustração 5: Página de rosto de *Camões: discurso pronunciado* [...]
Acervo: FBN/Digital

1.3.4 GPL 4

Esse discurso foi proferido também por Joaquim Nabuco a 10 de setembro 1888 por ocasião da segunda inauguração do edifício GPL – fato narrado anteriormente. Uma vez mais Nabuco falará a portugueses e a brasileiros, ao Imperador, à imperatriz e à Princesa Isabel, presente igualmente na primeira inauguração, em 1887.

Carvalho e Silva destaca que nesse período a atuação do abolicionista Nabuco¹²⁴ estava cada vez mais feérica nas tribunas da corte do Rio de Janeiro.

O conteúdo do discurso pende entre o texto laudatório e exortativo. Historiciza a presença dos portugueses no Brasil e não deixará de reforçar a importância para a formação do país, embora esse para ele seja outra nação, e não algo imiscuído dentro de Portugal.

Além do texto transcrito no livro de Tavares¹²⁵ não localizamos o original desse texto.

¹²⁴ CARVALHO E SILVA, op. cit.

¹²⁵ TAVARES, António Rodrigues. *Fundamentos e actualidades do Real Gabinete Português de Leitura. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1977. Edição comemorativa do 140º aniversário de fundação.*

1. 4 Proposta analítica

Nossa proposta analítica terá como base uma metodologia já bem aplicada por Indursky em “A fala dos quartéis e as outras vozes”. Nos capítulos posteriores, apresentaremos inicialmente os fatos históricos em forma de relato e, depois, como subcapítulos, faremos nossa análise sobre os documentos do *corpus* referente a cada período que estamos tratando, junto com o contexto de produção. Associado a isso, buscaremos as sequências discursivas que constituem o delinear de quatro categorias que apresentaremos abaixo:

Categoria 1 – quem são esses portugueses;

Categoria 2 – como eles se veem na ex-colônia;

Categoria 3 – como eles veem os brasileiros;

Categoria 4 – como esses portugueses são vistos pelos brasileiros.

Contudo, essas categorias não são estanques e isoladas. Os documentos do *corpus* também se articularam quando necessário. Elas não serviram de amarras, pois no decorrer da pesquisa e da análise, sempre que foi necessário, e respeitando nossa posição como analista, imiscuímos às categorias com outros elementos.

Pautados nessa metodologia analítica, pretendemos perceber como uma rede de sentidos foi se formando a partir do binômio língua e identidade. Perpassando e tangenciando essas categorias, foi possível notarmos a imagem que a instituição construiu de si mesma como forte elemento constitutivo da identidade institucional.

No capítulo 2, nossa proposta analítica será entremeada com a narrativa da história do GPL. Pretendemos proceder a análise dos documentos GPL 1 e GPL 2. Entre um documento e outro há um espaço de 43 anos; ambos foram escritos por portugueses ligados à instituição. Se o primeiro representa o documento fundador, o segundo é um meio para perceber a memória discursiva. Dessa maneira, pretendemos perquirir uma questão essencial para essa pesquisa: perceber uma possível tentativa de construção do projeto identitário e da afirmação da memória portuguesa no Rio de Janeiro.

Nossa estratégia no capítulo 3, será retomar alguns pontos do GPL 2 e analisaremos os GPLs 3 e 4, buscando compreender como se deu o processo de formação/construção identitária, tendo o idioma português como elemento estruturante e identificar no percurso da memória discursiva, os elementos que denotem a preocupação

dos diretores do GPL com as tentativas de negação da importância da herança lusa no Brasil.

Por fim, nossa escolha foi estabelecer uma análise integrada com a forma narrativa que adotamos para contar a história desses eventos, ou seja, evitamos, sempre que possível, apresentar quadros e/ou esquemas com palavras e expressões provindas do texto.

CAPÍTULO 2

“Última flor do Lácio, inculta e bela,
És, a um tempo, esplendor e sepultura:
Ouro nativo, que na ganga impura
A bruta mina entre os cascalhos vela...
Amote assim, desconhecida e obscura,
Tuba de alto clangor, lira singela,
Que tens o trom e o silvo da procela
E o arrollo da saudade e da ternura!
Amo o teu viço agreste e o teu aroma
De virgens selvas e de oceano largo!
Amo-te, ó rude e doloroso idioma,
Em que da voz materna ouvi: “meu filho!”
**E em que Camões chorou, no exílio
amargo,**
O gênio sem ventura e o amor sem brilho!”

(Poema “Língua Portuguesa, de Olavo Bilac)

CAPÍTULO 2

ASPECTOS HISTÓRICOS DO OBJETO DE PESQUISA

Esta casa mostrará também que aquellos que a fundaram não desaprenderam, com a emigração, de amar a gloria litteraria do seu berço, a obra dos seus escriptores, e a heroica sonoridade da sua lingua, flôr do Lacio, dourada pelos reflexos do Mediterraneo, perfumada pelas essencias embalsamadas da Arabia, lingua cantante, espumosa e rubra, que os primeiros colonos portuguezes transplântaram para o fecundo solo da America, e através da qual a litteratura e a poesia brasileira fizeram passar um novo alento de força e de graça, como um vago murmúrio de palmeiras, debaixo das quaes, no amendoal em flôr, gorgeiam os sabiás e palpitam ao sol os colibris¹²⁶.

A epígrafe desse capítulo traz a fala do secretário do GPL, José Duarte Ramalho Ortigão. Ele foi o orador da “primeira inauguração” – como veremos em detalhes no capítulo 3 –, em 1887. A fala espelha 50 anos de um desejo que pode ser visto nos discursos produzidos em 1837. Ou seja, manter vivo os laços que os unia a Portugal, e principalmente honrar a língua cantada por Camões. Recorremos a esta citação para chamar a atenção, a partir daqui de elementos discursivos que se repetiriam ao longo da história do GPL e que ressoam ainda hoje.

Para esse capítulo adotamos a seguinte metodologia: apresentaremos a história do GPL da fundação até os primeiros movimentos para compra dos terrenos onde foi construído o prédio sede. Cronologicamente temos, a seguir, o assentamento da pedra fundamental com a comemoração do Tricentenário da Morte de Camões e a inauguração do prédio. Justificamos nossa escolha porque desejamos dar maior destaque e abordar com minúcias os eventos de 1880, visto que ele representa o ponto nevrálgico desta pesquisa. Para tanto, utilizamos essencialmente fontes primárias oriundas de atas, relatórios e demais documentos do arquivo histórico da instituição, entremeando sequências discursivas (SD) do nosso *corpus*.

Essa historiografia servirá, igualmente, como o contexto de produção do GPL 1 e, de certo modo, do GPL 2, uma vez que ele foi redigido por alguém que pertence a

¹²⁶ ORTIGÃO, José Duarte Ramalho. Discurso. In: GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA DO RIO DE JANEIRO. 50º Aniversario: 1887. Rio de Janeiro: Typ. Italia, Curvello d'Avila & C., 1888, p. 20-21.

uma geração intermediária da história do GPL – como será melhor detalhado adiante. Ao elegermos esses dois documentos para este capítulo, objetivamos discutir o caráter identitário dos fundadores da instituição e de que maneira estabeleceu-se um projeto para contínua manifestação da identidade lusa no Brasil.

2.1 Panorama do contexto de fundação

Decorreu sem desfalecimento o labor dos homens de 1837 e dos que se lhes seguiram na direcção do novo instituto. Houve dificuldades, crises, mesmo lutas, mas de tudo triunfaram a dedicação e a pertinácia dos sucessivos dirigentes e colaboradores do Gabinete. Efectuaram-se aquisições preciosas, receberam-se dádivas magníficas, foi-se organizando o catálogo, tomaram-se louváveis iniciativas culturais, filantrópicas e cívicas¹²⁷.

A citação acima, escrita cem anos após a fundação do GPL, é extremamente pertinente ao propósito que delimitamos para a abordagem da criação dessa instituição. Nosso recorte cronológico pretende dar conta de dois períodos importantes dessa história. Considerando o ano de 1837 como o momento de estabelecimento das bases, identificamos em 1880 o momento fulcral da consolidação do GPL como representante de Portugal, no Brasil e no exterior.

O modelo estabelecido pelo GPL assemelhava-se aos já existentes em Portugal e afastava-se do modelo original francês. Os portugueses fundadores do GPL vieram para o Brasil em circunstância muito particular. O cenário histórico dessa imigração é altamente relevante para compreendermos algumas falas das gerações que se seguiram após a fundação. Esses lusos eram membros de uma diáspora e os sentimentos inerentes a grupos dessa natureza perpassam, sobremaneira, as atas e relatórios produzidos por eles. Mas quais foram as circunstâncias que os trouxeram para o Brasil? E qual o perfil desses senhores, “comprometidos com suas lutas íntimas de oposição aos privilégios, buscando a liberdade, e pregando a igualdade e a fraternidade?”¹²⁸

Com a morte de D. João VI, em março de 1826, a linha sucessória recaía sobre D. Pedro I, esse como imperador do Brasil, não poderia ser rei em Portugal. Assim, envia sua filha, D. Maria da Glória, princesa do Grão-Pará, para assumir o trono. Contudo, D. Miguel, tio dela, empreendeu uma luta para lhe usurpar o trono. De 1826 a 1834, Portugal viveu um período denominado *Campanhas da Liberdade*, movimento

¹²⁷ CORREIA, António Augusto Mendes. Discurso. In: TABORDA, Humberto. *História do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro: primeiro centenário, 1837-1937*. [Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1937]. p. 197.

¹²⁸ MARTINS, Ana Luiza. *Gabinetes de leitura da província de São Paulo: a pluralidade de um espaço esquecido: 1847-1890*. 1990. 370f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990, p. 43.

que fragmentou a sociedade portuguesa. Foi um período de luta sangrenta e de perseguições¹²⁹.

Assim, “fugidos às perseguições miguelistas, muitos homens que haviam combatido pelos novos princípios da liberdade”¹³⁰ imigraram para o Rio de Janeiro. Nesse grupo estavam: José Marcelino da Rocha Cabral e Eduardo Alves Viana. O primeiro era advogado e chegara ao Brasil com 30 anos, em 1828, e aqui viera encontrar “António José Coelho Louzada, Alberto Antonio de Moraes Carvalho, Caetano Alberto Soares e outros advogados portugueses de boa nomeada que o haviam precedido na emigração”¹³¹. De Eduardo Viana não restam muitos detalhes biográficos; sabe-se apenas que era comerciante estabelecido na Rua do Ouvidor.

O GPL foi “iniciativa de portugueses liberais, homens modernos, recém-emigrados, que se instalavam numa sociedade em transformação, grupo composto de comerciantes e bacharéis de direito na sua maioria.”¹³² O escritor português Carlos Malheiro Dias, em discurso proferido na sessão comemorativa do 347º aniversário da morte de Camões relatou que “destacava-se, entre os muitos emigrados que os navios à vela transportavam para o Rio de Janeiro, um grupo de antigos escolares de Coimbra, bacharéis em direito, homens das Leis [...]”¹³³

Quando o GPL foi fundado, naqueles primeiros anos da Independência, a cidade do Rio de Janeiro, como a maior parte do Brasil, “não mais cultivava as tradições lusas, e, muito pelo contrário, procurava erradicar a influência metropolitana.”¹³⁴ O ensino da língua francesa crescia, assim como o gosto por seus escritores. O critério *magno* de seleção, estabelecido no momento da fundação, isto é, o privilégio ao idioma português, espelhava o desejo dos fundadores do GPL, como forma de reagir pacificamente a uma sociedade “culturalmente rendida à França e, mais que isto, apressada em trocar os arquétipos culturais lusitanos [...]”¹³⁵ Eles buscaram não somente criar uma instituição

¹²⁹ Cf. FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. De Garret a Mouzinho: um necrológio pungente. In: LITERATURA, História e Política em Portugal (1820-1856): Almeida Garrett, Alexandre Herculano e A. P. Lopes de Mendonça. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007, p. 163-187.

¹³⁰ DIAS, Carlos Malheiro Dias. Discurso. In: GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA. *Sessão comemorativa do 347º Aniversário da Morte de Camões e do 90º Aniversário da Fundação do Gabinete*. Rio de Janeiro, 1927. p. 6.

¹³¹ BARROS MARTINS, A. A. de. *Esboço histórico do Real Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro: 1837 a 1912*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1913, p. 12

¹³² MARTINS, 1990, op. cit.

¹³³ DIAS, op. cit., 1927. p. 6.

¹³⁴ MARTINS, op. cit., 1999, p. 35, grifos nossos.

¹³⁵ Loc. cit.

de caráter associativo, mas também oferecer ao emigrado uma espécie de embaixada cultural lusitana, onde poderiam dispor das publicações em sua língua vernácula.

Os fundadores do GPL estavam longe da representação do português imigrante, inculto, que veio para o Brasil para integrar as lavras comerciais e, posteriormente, substituir a mão de obra escrava. De certo que o grupo pertencente a esse perfil igualmente fez parte da instituição, todavia, em outro momento, sobretudo a partir dos anos de 1870.

Não deixa de ser curioso o fato de criarem um gabinete de leitura, pois poderiam apenas ter criado uma associação. Seria leviano de nossa parte delinear aqui alguns dos possíveis objetivos dessa criação. No entanto, de acordo com as pesquisas que estamos fazendo há mais de 5 anos sobre essa instituição, supomos que é possível crer que havia uma intenção fortemente política nessa estratégia, muito embora não desconsideremos a influência que estes trouxeram do ambiente cultural em seu país.

Em Portugal (desde o início do século XIX), já havia iniciativas para a dinamização da leitura e a fixação do público leitor. Nessa seara, “a par dos textos originais proliferam as traduções de obras estrangeiras” e com o objetivo de conquistar o leitor “organizam-se colecções literárias”¹³⁶. A reboque, devido ao valor dos livros, a leitura pública “é incentivada com a criação dos gabinetes de leitura, e posteriormente com o aparecimento das bibliotecas públicas e a instituição das bibliotecas populares.”¹³⁷ E ainda, somando-se às ações governamentais, os acadêmicos de Coimbra participaram de um processo cujo objetivo era o de que o “gosto da leitura se tornasse extensível a um público mais alargado.”¹³⁸

Destarte, em Coimbra, o movimento em prol da leitura foi tão grande e o apoio dos jovens acadêmicos, fundamental. Em 1821 surge a Sociedade Tradutora e Encarregada do Melhoramento da Arte de Imprimir e de Encadernar, formada por Francisco Luís Gouveia Pimenta, Leonel Tavares Cabral, Joaquim Alves Maria Sinval (bacharéis em direito); Inácio António da Fonseca Benevides, Joaquim José Fernandes (bacharéis em medicina); e João Aleixo Pais (bacharel em cânones). Ribeiro conclui que “mesmo não tendo concretizado estes objectivos, o apoio destes jovens da Universidade de Coimbra ao movimento da leitura foi significativo.”¹³⁹

¹³⁶ RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. Livros e leituras no século XIX. *Revista de História das Idéias*, Coimbra, v. 20, p. 191, 1999.

¹³⁷ RIBEIRO, 1999, op. cit.

¹³⁸ *Ibid.*, p. 192.

¹³⁹ RIBEIRO, 1999, op. cit., p. 192.

Ainda a despeito da influência que traziam consigo, Guedes afirma que: “só a popularidade dos gabinetes de leitura em Portugal pode explicar, parece-nos, que aqueles dois portugueses [Francisco Eduardo Alves Viana e José Marcelino da Rocha Cabral] tenham escolhido aquela designação para a novel instituição.”¹⁴⁰

No artigo “Ler, escrever e contar na emigração oitocentista”, de Jorge Fernandes Alves, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, há alguns poucos e valerosos detalhes a respeito do perfil dos portugueses que migraram para o Brasil, no período dos fundadores do GPL. Segundo o autor:

[...] no movimento migratório que anualmente saía de Portugal, particularmente no distrito do Porto (aquele cujas características aprofundei), é possível detectar entre 1836 e 1880, várias especialidades profissionais que só se compreendem com um apreciável nível de alfabetização, ou mesmo formação mais elevada. Desde logo os profissionais ligados ao comércio, para quem não bastavam as primeiras letras, exigindo-se-lhes a escrita comercial com os formalismos inerentes a exigirem pelo menos habilitação prática adquirida em estabelecimentos comerciais [...]. Mas os cirurgiões da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, que (tal como os de Lisboa) em Portugal eram preteridos nas nomeações face aos médicos da Universidade de Coimbra, tendo, portanto na emigração para o Brasil uma importante saída de profissional.¹⁴¹

Essas palavras contribuem para endossar o perfil desses portugueses que chegaram aos portos brasileiros. Como se observa, vinham munidos de uma formação acurada e, como vimos, influenciados pelo clima cultural que em Portugal, com esforço, se tentava dinamizar. O autor ainda apresenta outro tipo de emigrado: os médicos formados no Porto. E, além desse, o comerciante que possuía uma formação além das primeiras letras.

Continuando o seu artigo, o professor José Fernandes expõe que alguns dos jovens que emigravam vinham sem profissão. Possuíam, porém, uma “formação escolar que muitas vezes ultrapassava as competências primárias do saber ler, escrever e contar.” Quando chegavam aqui – tomados de ambições literárias – se “dedicavam ao jornalismo ou às belas-letas, particularmente à poesia.”¹⁴²

Na análise e perspectiva no tocante aos imigrantes vindos do norte de Portugal,

¹⁴⁰ GUEDES, Fernando. *O livro e a leitura em Portugal: subsídios para a sua história, séculos XVIII-XIX*. Lisboa; São Paulo: Verbo, 1987. p. 171.

¹⁴¹ ALVES, Jorge Fernandes. Ler, escrever e contar na emigração oitocentista. *Revista de História das Idéias*, Coimbra, v. 20, p. 294, 1999.

¹⁴² ALVES, op. cit., 1999, p. 294.

Alves acredita que essa emigração “incluía um componente relativamente importante de ‘letrados’ cujas qualificações seriam consideradas supérfluas numa sociedade rural e rotineira.”¹⁴³ Não obstante, e paradoxalmente, essa mesma sociedade pregava que o imigrante deveria ter preparação escolar antes da vinda para o Brasil¹⁴⁴, a fim de facilitar a absorção no mercado de trabalho.

Vindos do sul e do norte de Portugal, médicos, advogados, comerciantes, jovens entre outros, como esses imigrantes encontravam-se no momento de sua chegada?

[...] o emigrado luso que aportava no Rio de Janeiro, embora igualmente marcado por “francesismos”, ressentia-se do acanhado do meio, e estava em busca de parte de sua identidade pátria. O que encontrava era uma sociedade culturalmente rendida à França e, mais que isto, apressada em trocar os arquétipos culturais lusitanos em processo quase hostil de negação da herança portuguesa. Acrescenta-se que para esses homens, familiarizados com o avanço dos centros europeus, eram poucos os recintos de ilustração disponíveis no Rio de Janeiro, e mesmo assim restritos a uma elite que desfrutava dos postos de mando da administração.¹⁴⁵

Essas palavras de Ana Luísa Martins representam um excelente reflexo da “ambiência” da então capital do Império, no primeiro quartel do século XIX. Como vimos, muitos dos imigrantes vinham de um Portugal desejosos de implementar a leitura. No Rio de Janeiro, todavia, encontraram poucos lugares onde poderiam usufruir do que era produzido em seu país. Ousamos inferir – embora esteja em nossos planos futuros um cotejamento do catálogo desse período – que o acervo, da então Bibliotheca Imperial e Pública da Corte¹⁴⁶, não tinha um perfil atrativo para esses imigrantes que se exilaram no Brasil.

Cabe lembrar que

na ocasião “a própria língua portuguesa encontrava-se então ameaçada”¹⁴⁷ tamanha a quantidade de cursos de francês. Além disso, “pouco cultivados eram então os literatos portugueses e “até mesmo a literatura [brasileira] deixava de ser um reflexo das letras portuguesas [...]”¹⁴⁸.

¹⁴³ ALVES, op. cit., 1999, p. 296.

¹⁴⁴ Cf. ALVES, loc. cit.

¹⁴⁵ MARTINS, op. cit., 1990, p. 36.

¹⁴⁶ “[...] em setembro de 1822, a Biblioteca [Real] passou a ser denominada *Imperial e Publica da Corte* [...]”. PINHEIRO, Ana Virgínia. Da Real Biblioteca à Biblioteca Nacional. In : PEREIRA, Paulo Roberto (Org.). *Brasiliana da Biblioteca Nacional: guia de fontes sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. p. 244.

¹⁴⁷ MARTINS, op. cit., 1990, p. 35.

¹⁴⁸ MARTINS, loc. cit.

Havia na cidade duas bibliotecas associativas nos moldes do GPL: a *Gessellschaft Germanica* e a *British Subscription Library*, fundadas em 1821 e 1826, respectivamente¹⁴⁹. Desse modo, poderíamos interpretar a iniciativa de José Marcelino Cabral e Francisco Eduardo Alves Viana – ao criarem o GPL – como uma afirmação do caráter identitário português e uma busca para reforçar as raízes lusitanas¹⁵⁰.

¹⁴⁹ Cf. SCHAPOCHNIK, Nelson. *Os jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na corte imperial*. 1999. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. O autor retoma alguns aspectos do tema e da maneira mais sintética em: SCHAPOCHNIK, Nelson. Um palácio de livros nos trópicos: metáfora, projetos e concretizações. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO, 25., 2002, Salvador, BA. *Anais...* Salvador: INTERCOM, 2002. Disponível em:

<http://reposcom.portcom.intercom.org.br/dspace/bitstream/1904/18727/1/2002_NP4schapchnik.pdf>.

Acesso em: 01 dez. 2006.

¹⁵⁰ SCHAPOCHNIK, op. cit., 1999, p. 105.

2.2 Apontamentos históricos

Na tarde de 14 de maio de 1837, “pessoas das diversas classes da emigração portuguesa”¹⁵¹ dirigiram-se para o sobrado nº 20, da Rua Direita (hoje Primeiro de Março), casa do advogado português António José Coelho Lousada.

A convite do GPL, a primeira sessão foi presidida pelo conselheiro João Baptista Moreira, na época “encarregado geral da Nação Portuguesa” – ou seja, cônsul-geral de Portugal. Estavam presentes 43 acionistas, porém, de acordo com o secretário Francisco Eduardo Alves Viana, já haviam 189 acionistas. Ele comentou a necessidade de se estabelecer um estatuto e a eleição de um conselho administrativo. Os membros presentes propuseram a eleição de uma mesa administrava para a instituição, na qual foram eleitos José Marcelino Rocha Cabral, como presidente; Francisco Eduardo Alves Viana, como primeiro secretário e José Maria do Amaral Vergueiro, segundo secretário.

Após a eleição, a sessão continua e o acionista Francisco Xavier Álvares propôs que se agradecesse a Antonio José Coelho Louzada “a urbanidade com que se tinha dignado tractar a todos os Accionistas presentes franqueando-lhe a sua casa.” A esse pedido, a moção de José Marcelino da Rocha Cabral, já na presidência da sessão, é relatada da seguinte maneira: “o Presidente como interprete dos sentimentos da Assembleia, significou áquelle senhor que os Portuguezes ali reunidos se achavão penhorados pela civil e hospitaleira recepeção que lhe havia feito [...]”

Esse documento não faz parte diretamente do nosso *corpus* de análise, porém, como foi exposto no capítulo anterior, as Atas também poderiam servir de suporte para algumas ponderações, servindo de base para discutir nossas premissas.

Assim, ao ler esta ata sob a perspectiva da AD, e principalmente a partir das categorias que elegemos, tendo como base o conteúdo desta e de outras atas, ponderamos que o processo de legitimação do GPL como associação foi muito mais forte do início do que como biblioteca, ou lugar de difusão cultural¹⁵². O contrário pode ser observado nos GPLs 3 e 4. A atribuição do GPL como espaço de leitura e biblioteca será vista de maneira explícita em GPL 1, tendo esse uma diferença por ser um documento produzido pela instituição, ao contrário de GPL 3 e 4.

¹⁵¹ MONTÓRO, op. cit., p. 402.

¹⁵² No subcapítulo com a análise de GPL 1 apresentaremos um quadro de ocorrência de palavras que nomeiam a instituição no documento analisado.

Como exemplo: “O 1º Secretario pediu a palavra para expor o estado da Associação [...]”

Outro dado interessante, agora para uma legitimação como representantes identitários de Portugal no Brasil, foi o convite feito e aceito para que o cônsul geral de Portugal presidisse a sessão. Uma tradição que se mantém até hoje, quando nas solenidades do GPL, o cônsul de Portugal na cidade do Rio de Janeiro é chamado para compor mesas, e sempre que possível o embaixador também está presente¹⁵³. Há ainda uma importante sequência discursiva (SD) – já transcrita em citação acima –, na qual a atitude de Coelho Louzada ao emprestar sua casa é adjetivada como “civil”. O dever patriótico é com Portugal, visto que é uma associação portuguesa.

Por mais que pareçam óbvias essas considerações são importantes para alicerçarmos a premissa de que aos poucos, com o passar das décadas, o GPL de associação portuguesa passa para uma associação luso-brasileira. Isso pode se configurar com a troca do artigo “no” para o pronome “do”: Gabinete Português de Leitura **no** Rio de Janeiro, para Gabinete Português de Leitura **do** Rio de Janeiro.

¹⁵³ Cabe aqui uma digressão: em 2008 quando ocorreram as comemorações dos 200 anos da vinda da Família Real para o Brasil, o GPL sediou uma importante solenidade com as presenças dos presidentes de ambos os países, ministros e autoridades consulares.

Gabinete Portuguez de Littera no Rio de Janeiro

Primera sessão da Assemblha geral dos Accionistas do Gabinete Portuguez de Littera, em 2.º dia 14 de Maio de 1837 — Sócios presentes — 45 —

Os Accionistas do Gabinete Portuguez de Littera no Rio de Janeiro, reunidos em numero de 45 na residencia do Accionista Antonio Jose Coelho Louzada, e estando presente o Encarregado de Negocios da Nação Portugueza João Baptista Morais, foi este Senhor quem presidiu a Assemblha, chamando para 1.º Secretario Francisco Eduardo Alves Vianna, e para 2.º Jose Antonio de Lins: O 1.º Secretario pediu a palavra para expor o estado da Associação, e sendo-lhe concedida, apresentou a lista geral dos Accionistas que sobre a 189, tendo subscrito por 404 ações, e em seguimento offerceu a Assemblha hum Projecto de Estatutos por elle organizados, e esta offerta foi recebida com especial agrado: O mesmo Accionista fez a seguinte indicação "Proponho que, na parte de Estatutos, se adopte ja o seguinte artigo do meu Projecto: = O Conselho Administrativo da Sociedade se nomeie em Assemblha geral e se compoza de 7 membros; Hum Presidente e Nove Vice-presidentes, 1 Secretario, 1 Thesoureiro, e 2 Agentes" Posta em discussão a accionista Louzada, e Luiz José da Silva mandaram a Meza a seguinte emenda "Proponho que fique prorrogada a presente Meza Provisoria até a definitiva approvação dos Estatutos," e entrando a emenda, e a proposta em discussão, o Presidente, depois de sufficientemente discutida a materia, pôs a votos as seguintes questões = "He da approvação da Assemblha que fique prorrogada a actual Meza provisoria?" e a Assemblha geral decidiu que não: interrogou o Presid. mais "Deve proceder-se a nomeação de hum nova Meza composta de igual numero de membros?" e a Assemblha Decidiu que sim: em virtude desta deliberação o Presidente fez proceder a eleição, e a maioria de suffragios recados, para Presidente no D.º Jose Marcelino da Rocha Cabral, 1.º Secretario Francisco Eduardo Alves Vianna, 2.º Secretario Jose Maria do Amaral Vergueiro, os quaes tomarão seus respectivos lugares: O accionista Francisco Xavier Alves propoz que se nomeasse hum Comitee de 3 membros alem do accionista autor do Projecto dos Estatutos, para os convocarem e organizarem, e posto a votos foi approvado, e procedendo-se á eleição, venceu o maior numero de votos o D.º Cabral, D.º José Joaquim Pestana, e D.º

Ilustração 6: Primeira Ata de Diretoria.
Acervo: GPL/Biblioteca Digital

2.2.1 A AD dos documentos GPL 1 e GPL 2: memória discursiva e representações identitárias

Nosso foco nesta sessão será continuar a análise do GPL 1 e incorporar elementos do GPL 2, com o objetivo de perceber como alguns elementos de memória discursiva deslocaram-se com a história da instituição. Nosso objetivo será entender como o gabinete veio a se tornar um local de representação portuguesa. Veremos que essa intenção foi delineada no GPL 1 e, de fato, se estabelece a partir do texto do GPL 2. É preciso lembrar que ambos os documentos foram produzidos por portugueses¹⁵⁴.

Após a criação na Rua Direita, nº 20, o gabinete teve a sua primeira sede numa casa alugada, na Rua São Pedro, nº 83. A primeira sessão com os acionistas ocorreu em 10 de setembro de 1837. Nessa ocasião, foi apresentado “Relatório apresentado à Assembleia da Sociedade do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro [...] – documento GPL 1 do *corpus*.”

Rocha Cabral começa o relatório declarando que:

He sempre hum dever indispensável do mandatário, dar informações ao mandante, da maneira porque se houve no cumprimento de sua missão, e do estado do negocio que lhe he confiado; he esse dever que vou cumprir, como órgão da Directoria, percorrendo, o mais succintamente que me for possível, os objectivos essenciaes da organização do Estabelecimento.¹⁵⁵

Em cada uma dessas seções Rocha Cabral faz um ponto de situação e esboça os planos para o futuro. Por questão metodológica apresentaremos as análises referentes apenas às sessões que atendem nossos objetivos de pesquisa, antecedida de uma análise global. Desse modo, tomando como ponto de partida algumas palavras, buscamos identificar como o GPL foi denominado no texto. Vejamos as ocorrências:

¹⁵⁴ Por mais repetitivo que possa parecer, gostaríamos de reforçar que foi nossa decisão como pesquisador e analista em deliberadamente não incluir nessa dissertação um contingente de documentos produzidos por brasileiros e/ou portugueses residentes em Portugal sobre o GPL. Esta pesquisa prescinde a entrada no programa de pós-graduação e como tal, sabemos exatamente que se incluíssemos outros documentos – além dos que já estão – no *corpus*, fatalmente tornaríamos a pesquisa inexequível.

¹⁵⁵ GPL 1, p. 4.

Palavra	Número de ocorrência
Estabelecimento	8
Associação	6
Sociedade	6
Sociedade e Estabelecimento	2
Biblioteca	1
Leitura	1
Livraria	0

Quadro 4: Ocorrências

Fonte: GPL 1.

A maior ocorrência incidu sobre a palavra “estabelecimento”, seguida de “sociedade” e “associação”. Há ainda alguns momentos em que se usam as palavras “sociedade” e “estabelecimento” conjuntamente, o que denota que não as tinham como sinônimo. Incluímos no quadro a palavra “livraria” porque ainda nesta época era usada como sinônimo de biblioteca.¹⁵⁶

A palavra “biblioteca” aparece uma única vez, não como tipo de instituição, mas atribuição de função, ao ser mencionada, na seção “Serviço do Gabinete” a contratação de um “Guarda de Bibliotheca”. Já a palavra “leitura” também consta uma única vez, na seção “Edifício”, quando Rocha Cabral fala da necessidade de “achar hum edificio com todas as condições dezejaveis para o GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA – capacidade, distribuição, e divisão appropriada dos aposentos, centralidade do local, silencio e sossego para a leitura.”

A ausência dessas palavras consideradas chaves, não significa absolutamente que não tinham claro o objetivo do GPL, pois o autor dirá no final do texto que é uma instituição “cujo fim he a cultura do espirito”.

Cultura do espírito e progresso, ambos os temas absolutamente iluministas, dentre outras afirmações que podem ser captadas do discurso do grupo de fundadores do GPL. Não causa nenhuma estranheza, posto que, como já dissemos, eram ex-alunos da

¹⁵⁶Acerca do uso das palavras “livraria” e “biblioteca” devemos aqui estabelecer algumas considerações. Até finais do século XIX o uso era como sinônimo. No *Vocabulário Portuguez e Latino*, de Raphael Bluteau, “livraria” é definida como “lugar onde estão muitos livros em estantes. Bibliotheca. Vid. Bibliotheca. Vid. Livro”. E “biblioteca” é descrita como: “Bibliotheca. Livraria”. No *Diccionario da Língua Portuguesa*, de Antonio de Moraes Silva, o termo “livraria” é conceituado com: “Bibliotheca, casa, ou estantes, onde estão os livros. Collecção de Livros” e para o termo biblioteca: “Collecção de Livros posta em estantes, ou armários.” Fonte: BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1728, v. 2, pp. 128, 163. MORAES SILVA, Antonio. *Diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: na Typographi a Lacerdina, 1813, pp. 280, 322.

Universidade de Coimbra, que ainda naquela época continha grande influência das diretrizes das luzes¹⁵⁷.

A função do GPL ficará explícita no Capítulo I, Artigo 2, no Estatuto de 1841:

Os fins são promover a instrução pelos meios seguintes:

§ 1º Organizar uma livraria escolhida nas sciencias, literatura e artes.

2. Colligir as obras e manuscritos de mérito, na língua portugueza.

3. Subscrever os mais acreditados periódicos nacionaes e estrangeiros, concernentes ás sciencias, á litteratura, ao commercio e ás artes.

4. Sollicitar as outras associações litterarias da língua portugueza, para que concorram com o – Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro –, afim de reimprimir os livros raros, e imprimir os manuscritos interessantes da mesma língua.¹⁵⁸

Além do caráter identitário quanto à nacionalidade, tem-se ainda, como é possível supor, uma identidade política, haja vista que o grupo fundador era formado essencialmente de liberais. Desse modo, o uso das palavras “sociedade” e “associação” é bastante simbólico por sua conotação de agrupamento, muito mais se tivesse priorizado o uso da palavra “biblioteca” ou “livraria”, por exemplo. Poder-se-ia, ainda, propor que ambas as palavras enfatizam justamente o desejo de unir um grupo de nacionais que estavam sendo alijados, sobretudo a partir de setembro de 1822. Por fim, apresentamos um SD1¹⁵⁹ do GPL 1 que pode corroborar para esta ideia.

SD1

Os homens tem sentido a necessidade de aumentar seus conhecimentos, e de melhorar a sua sorte: mas a experiência tem também mostrado, que hum só individuo, em seus esforços para aplicar as leis físicas da natureza ás suas comodidades e usos, ou nos combates contra a ignorância, que tem dominado as nações, quaisquer que sejam os seus meios, não pode superar dificuldades, que alias se tornão fáceis aos esforços combinados de muitos homens. Esta observação trouxe o convencimento, de que a proposição, a união faz a força, he huma verdade evidente, tanto na ordem phísica, como na ordem moral; e dahi veio o emprego das associações, como o meio mais eficaz para os melhoramentos, em todos os sentidos. E, na verdade, ao espirito da associação, deve o gênero humano vantagens da mais alta transcendencia¹⁶⁰

¹⁵⁷ NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Luzes nas Bibliotecas de Francisco Agostinho Gomes e Daniel Pedro Muller: dois intelectuais luso-brasileiros. CONGRESSO INTERNACIONAL ESPAÇO ATLÂNTICO DE ANTIGO REGIME: PODERES E SOCIEDADES., 2005, Lisboa. *Anais*. Disponível em: http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/lucia_maria_bastos_neves.pdf

¹⁵⁸ GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. *Estatutos*. Rio de Janeiro: Typ. Americana de I. P. da Costa, 1841. p. 7.

¹⁵⁹ Só usaremos a expressão Sequência Discursiva (SD) para os seguimentos nos quais procederemos a AD.

¹⁶⁰ GPL 1, p. 11, grifos nossos.

A associação é vista como o meio fundamental para se atingir os objetivos propostos pelos fundadores. Destaca-se a referência ao campo científico da física para sustentar a ideia de que o conjunto de elementos é mais apropriado para realização de ações. A argumentação adota, também, termos que indicam essa oscilação entre sozinho = fracasso; unidos = sucesso.

Continuando nossa análise, voltemos à seção “Progresso Numerico da Associação”. Rocha Cabral destaca a importância da Instituição que estava sendo criada e sua utilidade, bem como a honra que traria aos portugueses residentes na cidade:

SD2:

E, se tanto tem crescido a Sociedade em hum periodo tão curto, só pelas vistas da utilidade futura do estabelecimento, e da honra que d'ahi póde vir aos Portuguezes residentes no Rio de Janeiro; poderemos esperar, quando essa expectativa for substituida pela utilidade publica e effectiva do uso do Gabinete?¹⁶¹

Destacamos que ao usar “portuguezes residentes no Rio de Janeiro” poderiam estar se referindo tanto aos imigrantes quanto aos filhos deles, nascidos no Brasil¹⁶². Por esta SD vemos o processo de construção de representação do GPL como espaço luso na cidade, bem como o desejo que se tornasse de utilidade pública. A criação de um local destinado à cultura e à instrução deveria ser motivo de honra e orgulho aos portugueses, uma vez que estes eram vistos naquele momento como sinônimo de atraso.

Lembrando que a primeira reunião foi em 14 de maio de 1837 e o relatório é de 10 de setembro do mesmo ano, Rocha Cabral destaca como a instituição vinha crescendo. Ele ressaltará na SD3 a esperança de um futuro promissor:

SD3

Senhores, eu, sem receio de me enganar, concebo as esperanças mais lisongeiros dos futuros progressos da Associação, e das transcendentis vantagens do Estabelecimento: a observação que acabo de vos fazer, o avultado numero de nossos concidadãos estabelecidos nesta Capital e Imperio; e, sobre tudo, o entusiasmo patriótico que tem sempre caracterisado os Portuguezes em toda a parte, e em todas as epocas,

¹⁶¹ GPL 1, p. 4.

¹⁶² Vale reforçar que não é nossa intenção discutir a questão do “ser português” e “ser brasileiro”, pois é uma seara bastante densa e complexa para o escopo pretendido nesta dissertação. Todavia, para o tema consultamos e recomendamos a RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. 1997. Tese (Doutorado em História Social). - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1997. Outro trabalho bastante interessante é: GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. Estudos Históricos. Caminhos da Historiografia, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27.

me auctorisção para assim o conjecturar.¹⁶³

Esperança, progresso e transcendente vantagem. Projeção para o futuro, devido ao uso dos termos. O que o autoriza a tal afirmativa é uma avaliação extremamente positiva do passado glorioso dos portugueses no seu país e nas colônias – como será muito reforçado nos discursos produzidos no centenário de 1880, abordado no capítulo 3.

Rocha Cabral tinha certeza de que o GPL frutificaria positivamente pela utilidade que traria aos portugueses que habitavam a corte naquela época. E ele destaca que era um “avultado número” e que esses, pelas características do povo luso, colaborariam para o sucesso da instituição, um sucesso transcendente (palavra que ele usa também na SD1 ao se referir aos objetivos do GPL). Que características eram essas? A robustez na fé e no sentimento patriótico.

Podemos perceber até aqui características que respondem duas categorias que estamos trabalhando:

Categoria 1 – quem são esses portugueses:

- a) Concidadãos de um avultado número de outros lusos que moradores da cidade do Rio de Janeiro;
- b) Um povo patriótico.

Categoria 2 – como eles se veem na ex-colônia:

- a) Fundadores de uma instituição que será vista como utilidade pública (SD2);
- b) Portugueses que residem na corte do Rio de Janeiro (SD2 e SD3), ou seja, estrangeiros.

A mesma categoria pode ser vista sob a seguinte perspectiva no GPL 2:

SD4:

Incontestavelmente á nova geração portuguesa que no tentamen da fortuna ou refugiando-se da perseguição veio após 1830 para o império, se deve parte da evolução progressiva d’esse período. Não foram só trabalhadores do Minho ou da Beira que acudiram ao novo estado. Entre os imigrantes houve homens como José Marcellino da Rocha Cabral, Antonio José Coelho Lousada [...] e outros não menos

¹⁶³ GPL 1, p. 4.

honrados e distintos, que re-uniam ás virtudes cívicas e vastidão do saber, largas aspirações do espirito e fé robusta no progresso.¹⁶⁴

Dessas palavras de Reinaldo Carlos Montóro, vamos isolar alguns segmentos e palavras expressivas. Na primeira frase ele esclarece algumas das intenções dos grupos que chegaram ao Brasil no período citado, no qual havia pessoas que se juntaram para fundar o GPL. A segunda frase é muito mais expressiva para responder a questão da Categoria 1. Ao mencionar que imigrantes vieram para o “novo” Estado, ou seja, o Brasil, não eram apenas do Minho; ele quer dizer que não eram apenas pessoas com uma educação curta, educados atrás dos balcões – imagem pela qual até hoje pejorativamente os minhotos são conhecidos. Há aqui uma necessidade de destacar a ascendência ilustrada dos membros. Na frase seguinte ele usa as expressões: “não menos honrados”; “distintos”; “[com] virtudes cívica”; “[com] vastidão do saber” para denotar as características morais e intelectuais do grupo. As palavras seguintes podem servir de contraponto – pelo nosso ponto de vista – ao fato de que embora tivessem vindo para o Brasil no “tentamen da fortuna ou refugiando-se da perseguição”, vinham com esperança e confiança no progresso que ajudariam a construir. Destaquemos a categoria 1 na SD4:

Categoria 1 – quem são esses portugueses:

- a) Uma geração nova de portugueses;
- b) Homens honrados e distintos;
- c) Homens com virtude cívicas, sábios e com fé robusta.

A categoria 1 refere-se aqui aos portugueses fundadores e que aderiram à ideia da fundação.

A respeito do cenário que encontraram aqui na cidade do Rio de Janeiro – já bastante discutido na Introdução deste trabalho –, e complementando características da categoria 1, a sequência a seguir, ainda do GPL 2, somos conduzidos a boas ponderações:

SD5

Eram homens robustos pela fé, pela abnegação, pelo amor do nome nacional. Vieram em época que respirava as emanações maléficas dos

¹⁶⁴ GPL 2, p. 401.

tempos coloniais e escravistas, que só tinha em mira o lucro imediato e o orgulho da fortuna, e que despresou as difíceis distincções do espirito e das letras.¹⁶⁵

Se em SD4 foi com a fé robusta que vieram para o Brasil, em SD5 a fé lhes conferiu uma robustez. Montóro ainda complementa com a característica de uma abnegação patriótica a Portugal, como é possível verificar na mesma frase. No período seguinte ela adjectiva a escravidão e o período colonial como “maléficos”. O texto foi assinado em 1880, logo ainda havia escravos no Brasil, assim ele pode estar se referindo ao tráfico, extinto em 4 de setembro de 1850, pela concretização da lei Eusébio de Queirós. Quanto ao colonialismo, Montóro era declaradamente um liberal, o que não faz dele contra essa prática, mas da forma como era feita.

Categoria 1 – quem são esses portugueses:

- a) Homens robustos pela fé, pela abnegação, pelo amor do nome nacional;
- b) Chegados em época hostil;

O texto de Montóro é memorialístico tanto para sua vida pessoal quanto para a história do GPL. Na continuação da narrativa ele se lembra de quando chegou ao Brasil e nos conduz a mais pistas para responder a categoria 2, que norteia nossa análise.

SD6

[...] vim pouco depois assistir no Brasil aos primeiros esforços d’esse núcleo reformador para transmitir á colonia portugueza o movimento intelectual da metrópole. A luta era ardente e difficil, pois ao lado de ideólogos e republicanos havia ainda sebastianistas e recolonizadores fervorosos¹⁶⁶.

Invertendo a ordem da análise, notemos que na última frase da SD6, Montóro adjectiva a geração da qual faz parte de ideóloga e republicana – duas palavras que naquele momento representavam grupos liberais. Ele informa que também havia os absolutistas – e aqui não distingue brasileiros e portugueses –, “tipificados como sebastianistas e recolonizadores fervorosos”, ou seja, modelo de atraso e arcaísmo.

¹⁶⁵ GPL 2, p. 401-402.

¹⁶⁶ GPL 2, p. 402.

Bem de longe havia uma ambiência calma e favorável naquele maio de 1837. O que não obstante, levou o grupo a criar o que viria a ser a primeira associação portuguesa no país. Se o primeiro desejo era uma biblioteca que honrasse as glórias da literatura lusa, recordando a ligação histórica com o Brasil, também era a criação de uma associação que congregasse os lusos.

Categoria 1 – quem são esses portugueses:

- a) Reformadores;
- b) Ideólogos e republicanos.

Categoria 2 – como eles se veem na ex-colônia:

- a) Com a missão de transmitir o movimento intelectual de Portugal à colônia portuguesa.

Retornemos ao GPL1 para ver a origem de uma memória discursiva presente nas SDs do GPL 2 que expusemos até agora.

SD7

Senhores, terminada assim a lisongeira, mas verídica exposição do estado da Sociedade, e estabelecimento, não posso resistir ao entusiasmo, que me inspira a presença da primeira reunião de Portuguezes, que tem havido neste Imperio, em hum estabelecimento próprio, por eles creado, no intuito de sua ilustração, da ilustração geral, de concorrer para restaurar a gloria literária da sua Patria...!

Até aqui não discutimos um possível sentimento de pesar pela perda da ex-colônia. Isso não é uma questão que passa no GPL1. O mais relevante nesse conteúdo é marcar que o Brasil possui uma herança cultural indelével de Portugal. Pela cena política que despontava desde 1822 é perfeitamente compreensível que os muitos portugueses tinham absoluta certeza de que isso era uma situação irreversível. Tratava-se agora de manter-se culturalmente num país onde alguns grupos queriam expurgá-los. Veremos isso mais claramente no capítulo 3, quando Joaquim Nabuco usa a figura da maternidade para ilustrar de onde viemos e que isso não se nega.

Não podemos esquecer que Portugal, poucos anos antes do GPL ser fundado, passara por uma guerra civil e, antes ainda, viu-se da noite para o dia invadido por tropas estrangeiras, tendo que praticamente tornar-se colônia de uma colônia, no caso o Brasil. Isso causou um estado de profunda tristeza e perda de estima por parte dos lusos

em relação aos demais povos europeus. Tal qual aconteceu na época da Restauração em 1640 foi no passado, na restauração da glória pretérita que buscaram meios para lutar.¹⁶⁷ Será da mesma maneira nas décadas 1880 e 1890, quando novamente Camões é resgatado para o arauto – como veremos no capítulo seguinte.

Assim, ponderamos que Rocha Cabral, ao dizer que o Gabinete foi criado também com o intuito “de concorrer para restaurar a gloria literária da sua Pátria...!” ele poderia estar se referindo também ao cenário político e cultural de seu país. O termo “restaurar” remete a algo que foi perdido, deteriorado, danificado. Como, quando e por que a glória da pátria portuguesa se encontrou nessa condição? Essa passagem liga-se ao termo “ilustração”, elemento fortemente associado a um contexto de época que funciona para restauração.

Note que Montóro, no GPL 2 – SD6, usa o termo “reformador” para referir-se o grupo fundador que vinha com o objetivo de trazer um momento de ilustração para os portugueses que viviam aqui.

Pegando o mote da “restauração/regeneração” observemos a sequência discursiva a seguir extraída de GPL 2:

SD8

Foi do seio d’essa agitação que saíu a idéia da criação do Gabinete Portuguez de Leitura, germen de todas as associações portuguezas no Brasil, e que, guardando em si a semente de regeneração moral, é destinado a perpetuar a memoria da admirável transformação da raça portugueza e de sua expansão na historia.¹⁶⁸

Diante do contexto social do Rio de Janeiro, Montóro enobrece ainda mais o ato de fundar do GPL. Se Marcelino da Rocha Cabral usou o termo “restauração”, ele usará “regeneração moral”. Nessa SD, Montóro, em 1880, estabelece o papel que o GPL assumirá, ou seja, local para preservar a memória portuguesa. Com a ressalva de ser uma memória admirável e de como fez sua expansão na história.

A consecução disso foi corroborada pela ação dos fundadores que no Relatório de 1837 estabelecem que

SD9

Na escolha dos livros, deu-se a precedencia em numero, e por consequencia no emprego do capital as obras portuguezas, como vos

¹⁶⁷ Para essas e outras questões referentes ao período em Portugal e à relação com o Brasil, citamos os livros: BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. BOXER, C. R. *O Império Colonial Português: 1415-1825*. Lisboa: Edições 70, 1981.

¹⁶⁸ GPL 2, p. 402.

deixará conhecer a quantia já destinada para a primeira encomenda: entendemos assim, dever obrar, tanto por ser hum fim especial da Associação, – colligir as obras e manuscriptos de merito da lingua portuguesa, – como por dever-mos essa homenagem á nossa Patria, e fazer-mos assim também hum serviço ao Paiz em que residimos, cuja literatura se confunde com a nossa.¹⁶⁹

No capítulo 3 aprofundaremos a discussão acerca da língua, porém nesta sequência, devemos observar um projeto sendo estabelecido qual seja, empregar esforços financeiros para a compra de obras em português. Isso porque pretendiam formar uma biblioteca com obras meritórias da língua portuguesa. Eles veem nisso uma homenagem a Portugal e uma espécie de prestação de serviço ao Brasil, país em que residem.

Esse é um dos momentos do GPL 1 no qual o emissor se dirige aos brasileiros. Vamos retomar a última frase em conjunto com a análise da próxima SD.

SD10

Povo irmão e generoso, que nos acolhe, e nos facilita os meios augmentar as suas e as nossas riquezas, terá a satisfação de convencer-se, de que o grande Povo, de que descende, acompanha a marcha rápida e majestosa das nações, que correm primeiras para o mais elevado ponto da civilização; finalmente, (e isto val mais do que tudo), em Portugal, ha-de dizer-se com orgulho nacional: ‘os portugueses residentes no Rio de Janeiro, são beneméritos da Nação a quem pertencem; eles cooperão efficazmente para a restauração da antiga, da imensa, da incomparável gloria da sua Patria!!!!’,¹⁷⁰

Uma vez mais Rocha Cabral se dirige aos brasileiros. Chamamos a atenção para o deslocamento de sentidos que ocorrerá quanto à memória discursiva. Em todo seu discurso não somente aqui há presença de um elemento linguístico que denota a relação filial entre Brasil e Portugal, o que será retomado no discurso de Joaquim Nabuco (GPL 3 e 4).

Primeiramente Cabral evoca uma relação fraternal “povo irmão”, mas, a seguir, com as mesmas razões que Nabuco utilizará, lembra que descendemos de um grande povo, o português e, para retomar SD9, com uma literatura que se confunde com a deles.

Na Introdução tivemos oportunidade de contextualizar as tensões no campo identitário que o Brasil passava desde 1822, sobretudo no que diz respeito à língua e à

¹⁶⁹ GPL 1, p. 6.

¹⁷⁰ GPL 1, p. 13.

literatura. Muito mais a relação entre língua e identidade para sermos estritos, vale abrir um parêntese que é uma discussão cuja memória discursiva pode ser perquirida de lá até as polêmicas do acordo ortográfico nos dias atuais.

Na sequência em análise, ainda é possível perceber algo que Montóro faz questão de reforçar em seu discurso, o papel de quase missionários e, novamente, de desbravadores que trariam a instrução e a serviriam de bastião para rememorar as glórias pretéritas de Portugal.

Com base em nossas pesquisas e pela visão global do *corpus* e da história do GPL, nossa interpretação é que “restaurador” tinha muito mais um caráter de manter e legitimar um espaço no nosso passado histórico do que de impor. Vemos nas palavras enfáticas de Rocha Cabral ao dizer que “os portugueses residentes no Rio de Janeiro, são beneméritos da Nação a quem pertencem”, uma maneira de se reaproximar – culturalmente que seja – de um Estado em que estavam perdendo espaço. E isso porque queriam muito que os portugueses que não estavam em diáspora como eles, sentissem orgulho, “e isto val mais do que tudo”, de um grupo que lutava com e pelas letras para manter na memória deste povo que ajudaram a formar a “incomparável glória” da pátria portuguesa.

Por mais que haja uma tendência e decerto isso seria até mais empolgante para alguns, nossa interpretação segue esse caminho, ou seja, o da tentativa de reaproximação. Esse momento evidencia um desejo de identificação, pois também era um desejo do recém-Império também igualar-se às nações independentes e avançadas era também um desejo, e esse grupo de portugueses queria colaborar e não atrapalhar.

Aqui podemos acrescentar a categoria 3:

Categoria 1 – quem são esses portugueses:

- a) Portugueses residentes no Rio de Janeiro;
- b) Motivo de orgulho para os portugueses do Continente.

Categoria 2 – como eles se veem na ex-colônia:

- a) São beneméritos da Nação [brasileira];
- b) Cooperadores para o progresso brasileiro e para restaurar as glórias portuguesas;
- c) Restauradores.

Categoria 3 – como eles veem os brasileiros:

- a) Povo irmão e generoso;
- b) Povo generoso que acolhe os portugueses;
- c) Povo que facilita o aumento das fortunas dos portugueses juntamente com as suas;
- d) Povo que descende dos portugueses.

No capítulo 3 será necessário retomar alguns pontos dessas categorias para entendermos as pontes de deslocamentos da memória discursiva. A categoria 2 da SD10 confirma o que dissemos anteriormente. Nesse discurso não há nenhum tipo de presença saudosista do tempo em que Brasil era a colônia e Portugal a metrópole. Essa discussão passará ao largo e só será retomada por Nabuco em 1880 e 1888, nos GPLs 3 e 4, respectivamente.

A próxima SD do GPL 1 é um bom exemplo de um desejo comum entre emigrados em diáspora, pois irá mostrar que estes não perderam os laços com o país de origem. Apresenta elementos que confirmam a intenção que os portugueses mantinham de mostrar para outros europeus que não estavam aquém dos avanços de ilustração que corriam no Continente.

SD11

Se o estabelecimento for completamente organizado, conforme aos seus fins; se perseverarmos, como espero, em o promover com o zelo patriótico, que tem presidido aos seus primeiros arranjos, prevejo, e não muito distantes, as consequências mais extensas e lisonjeiras!.... – ilustração nossa, credito para com os estranhos, fraternidade, civilização, e outras vantagens sociaes, serão os primeiros resultados da nossa patriótica empresa; os Portuguezes, residentes no Rio de Janeiro, já não serão considerados como estranhos ás tendências actuaes dos povos cilivisados; os outros estrangeiros, também residentes neste Imperio, reconhecerão que, como eles, seguimos o movimento actual do espirito humano.¹⁷¹

Se destaca neste segmento o uso de termos já relacionados ao estado de espírito do grupo associativo, como “zelo patriótico”. Inicialmente, temos, novamente, a projeção para o futuro. Esse futuro é promissor se houver no empreendimento esforços de organização e perseverança, além de zelo patriótico que é a referência à pátria portuguesa, que se consolida como norte das ações da associação. Em seguida, temos as

¹⁷¹ GPL 1, p. 13.

três grandes consequências futuras das ações do presente: a) ilustração dos portugueses residentes na capital da ex-colônia, que assim não serão mais estranhos – entenda-se alijados – das tendências atuais dos povos civilizados; b) crédito para com os “estranhos”, que é associado à fraternidade e à civilização; c) identificação com os outros estrangeiros residentes no Brasil, pois ambos seguem o movimento atual do espírito humano.

Assim, a associação pauta-se em uma ação patriótica, visando não somente àqueles portugueses que residem nesse Império como, também, a todos os demais. O patriotismo está, neste segmento, em dois momentos: no zelo, que é o cuidado no empreendimento e no próprio empreendimento.

Se em SD10 ele mostra o objetivo de que seus esforços sejam reconhecidos pelos portugueses residentes no Rio de Janeiro e no Continente, aqui fica bastante explícito que dirigem sua intenção para os outros estrangeiros – que como eles – moram na corte.

Schapochnik¹⁷² apresenta um bom panorama de outras bibliotecas associativas fundadas por estrangeiros no Rio de Janeiro antes do GPL, como a *British Subscription Library* e a Biblioteca Germânica. Já alijados por grupos de brasileiros, por simbolizarem os atrasos da colonização, é nosso de entendimento é de que o meio que os portugueses que fundaram o GPL encontraram para marcar seu interesse pela cultura e que acompanhavam os acontecimentos ainda reflexos das Luzes, foi a criação de uma biblioteca. Isso, para nós, responde o fato de criarem uma instituição com objetivos culturais além de simplesmente uma associação, como também poderiam ter feito.

Esses portugueses que fundaram o GPL eram membros de uma diáspora, bem diferente da geração anterior e da leva que seguiu a partir dos anos de 1840¹⁷³. Como tais, precisavam se aglutinar para se fortalecer. E essa ideia era tão presente, que em dado momento do discurso, o autor se refere às dificuldades que a instituição passou e as que poderá ainda passar. Para o autor, a superação das dificuldades “se tornão faceis aos esforços combinados de muitos homens”. E continuando o discurso: “Esta observação, trouxe o convencimento, de que a proposição, *a união faz a força*, he uma verdade evidente, tanto na ordem phisica, como na ordem moral.” (SD1).

¹⁷² SCHAPOCHNIK, op. cit..

¹⁷³ Em 2004, quando começamos a pesquisar o GPL, após um exaustivo levantamento bibliográfico verificamos a quase absoluta escassez de pesquisas sobre o fluxo migratório no período pós-golpe de Dom Miguel, ou seja, entre os anos de 1820 e 1830. Houve pouco interesse no mundo luso-brasileiro em perquirir as fontes que tratam da vinda de uma geração de portugueses que fugiram do perfil social que se concebia para o imigrante luso.

Categoria 1 – quem são esses portugueses:

- a) Portadores de zelo patriótico [por Portugal];
- b) Estrangeiros residentes no Rio de Janeiro;
- c) Seguidores do movimento cultural da atualidade.

Categoria 2 – como eles se veem na ex-colônia:

- a) Estrangeiros;
- b) Cooperadores para o progresso brasileiro e para restaurar as glórias portuguesas;
- c) Restauradores.

Esse sentimento de dever com os que ficaram em Portugal é perceptível em outros trechos, como na próxima sequência. Na seção intitulada “Serviço do Gabinete”, José Marcelino da Rocha Cabral, relata que:

SD12

Ainda que distantes de nossa Pátria, não podíamos deixar de sentir a necessidade de acompanhar os esforços, que, á annos, faz o Povo Portuguez, para seguir o movimento acelerado, que leva o genero humano ao aperfeiçoamento de suas faculdades [...].

A formação discursiva desses fragmentos de enunciados se estrutura a partir da seguinte conjuntura: uma instituição fundada por imigrantes que se exilaram numa ex-colônia, voluntariamente, por serem contrários a um regime absolutista que iria levar o seu país a um obscurantismo ainda maior; uma instituição fundada numa sociedade de corte que desejava apagar todos os arquétipos lusitanos – associados ao atraso; uma instituição formada por um grupo.

Como forma de sistematizar e de apresentar um panorama das sequências discursivas que destacamos até aqui a “Grade Referencial”¹⁷⁴ a seguir foi estruturada privilegiando as categorias 1 e 2. Essa escolha baseou-se na relevância desses referenciais para compreendermos a rede de sentidos da formação identitária.

A representação dos “portugueses”, em ambas as categorias, oscila entre os membros e/ou fundadores do GPL e a colônia portuguesa como um todo. Dentre as várias leituras possíveis, podemos destacar: a positivação do papel que se viam

¹⁷⁴ Expressão usada por Indursky em “A fala dos quartéis e outras vozes” (nas referências).

embuídos; a maneira que reafirmam seus laços afetivos com Portugal, ao mesmo tempo em que se legitimam como cooperadores do país onde estão vivendo. Esses discursos atribuem aos portugueses que faziam parte do GPL a missão de reformar e restaurar certa fraqueza cultural da colônia. Eles se consideram uma espécie de ponte entre o Continente (Portugal) e o Brasil (especificamente o Rio de Janeiro), através da qual poderia fluir o movimento intelectual e cultural.

Categoria 1 “quem são esses portugueses”	Categoria 2 “como eles se veem na ex-colônia”
Concidadãos de um avultado número de outros lusos moradores da cidade do Rio de Janeiro.	Fundadores de uma Instituição que será vista como utilidade pública.
Um povo patriótico.	Portugueses que residem na corte do Rio de Janeiro, ou seja, estrangeiros.
Homens robustos pela fé, pela abnegação, pelo amor do nome nacional.	Com a missão de transmitir o movimento intelectual de Portugal à colônia portuguesa.
Homens honrados e distintos.	São beneméritos da Nação [brasileira].
Homens com virtude cívicas, sábios e com fé robusta.	Cooperadores para o progresso brasileiro e para restaurar as glórias portuguesas.
Uma geração nova de portugueses.	Restauradores.
Chegados em época hostil.	Estrangeiros.
Reformadores.	
Ideólogos e republicanos.	
Motivo de orgulho para os portugueses do Continente.	
Portugueses residentes no Rio de Janeiro.	
Portadores de zelo patriótico [por Portugal].	
Estrangeiros residentes no Rio de Janeiro.	
Seguidores do movimento cultural da atualidade.	

Quadro 5: Grade referencial.

Fonte: o autor.

2.3 Dos primeiros anos da formação acervo aos planos para construção do prédio sede: a materialização de um projeto identitário

Como primeira instituição portuguesa criada no país, o gabinete passaria a constituir um espaço em que esse público poderia sorver a cultura produzida em seu país, pois havia um movimento de desvinculação da nossa cultura da cultura portuguesa.

A partir da leitura das atas temos a impressão de que antes de 14 de maio de 1837 já havia discussões a respeito de um plano para a formação do acervo. Tanto assim que os critérios foram rapidamente delimitados e dois meses após a fundação já mencionavam os planos para seleção. O Relatório de 10 de setembro de 1837¹⁷⁵ sintetiza muito bem essa ideia:

A factura das obras portuguezas foi há muito enviada para Lisboa: a das obras estrangeiras ainda não foi remetida, por não termos á nossa disposição os meios necessários, que devem resultar do pagamento da ultima prestação das apólices verificadas.

Srs., communico-vos tambem com satisfação, que importantes e numerosas offertas de livros e outros objectos interessantes, tem sido feitas ao Gabinete, como podereis ver da sua relação, no livro respectivo. Essas obras, com algumas que se tem comprado n'esta Capital, formão o numero de volumes que tendes presentes nas estantes do Gabinete, os quaes tambem constão do livro de entradas. Huma boa colecção de mappas geographicos, foi igualmente comprada, e se achão patentes.¹⁷⁶

Por essa citação, observam-se compras feitas na própria capital do Império¹⁷⁷ e a menção de doações, além de compra de outros materiais, como mapas. Uma vez que o Gabinete ainda não estava aberto ao público externo e a subscritores, entendemos que essas “numerosas ofertas de livros e outros objectos” partiam dos próprios acionistas. E logo na primeira linha há um detalhe a respeito do critério de seleção que não pode deixar de ser notado: disporiam dos recursos primeiro para compra de obras portuguesas e depois livros estrangeiros.

¹⁷⁵ A estrutura deste relatório será melhor discutida no capítulo 2, ao tratarmos da constituição do nosso *corpora*.

¹⁷⁶ GPL. *Relatório...*, op. cit., p. 6, grifos nossos.

¹⁷⁷ Sobre a circulação de livros nesse período, dentre outros: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Produção, distribuição e consumo de livros e folhetos no Brasil colonial. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 314, p. 78-94, jan.-mar. 1977; AUGUSTI, Valéria. Literatura prescritiva, público leitor e práticas de leitura em bibliotecas do Rio de Janeiro do século XIX. *Leitura, teoria & prática*, Campinas, n. 32, p. 12-20, dez. 1998; HALLEWELL, Lawrence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: EDUSP, 1982.

Nos primeiros anos de fundação, alicerçados em normas rígidas, precisavam manter a identidade lusa também em outro campo, além da formação do acervo. Por exemplo, para pertencer ao grupo da instituição, o regulamento previa certas restrições. A leitura das obras do acervo do Gabinete – como era lugar-comum em seus congêneres – estava franqueada ao pagamento de uma quantia que variava de instituição. As distinções que nos importam são as categorias de acionistas e de subscritores. De acordo com os Estatutos do Gabinete, de 1841, o acionista poderia requerer a ação por si ou ser apresentado por outro. Era condição *sine qua non* ser português e deveria pagar a quantia de “3\$000 rs por semestre, nos mezes de Janeiro e Julho de cada anno.”¹⁷⁸ Já os subscritores poderiam ser “pessoas de um e outro sexo, e de qualquer nacionalidade”. Para ser admitido era necessário ser proposto (convidado) por um acionista e aprovado pela diretoria, situação em que poderiam subscrever “por três, seis, ou doze mezes, pagando no 1º caso 4\$000rs, no 2º 7\$000 e no 3º 12\$000rs adiantados.”¹⁷⁹ Ambos deveriam “sêr bem morigerado e de occupação honesta”¹⁸⁰ e, desse modo, estava facultado o acesso aos livros da biblioteca e à leitura de periódicos. Note-se que o valor pago pelo acionista é inferior ao do subscritor, contudo o primeiro tinha o dever de “tomar e possuir uma ou mais acções, pagando seu valor como a Directoria determinar”¹⁸¹ – ainda segundo o mesmo estatuto.

A respeito da condição de ser português, em 29 de junho de 1873, um dos diretores leva à sessão a dúvida: se “o predicado de Portuguez exigido pela ley organica da Associação para ser accionista, se refere a naturalidade ou a nacionalidade [...]” Na ocasião, a diretoria ponderou e resolveu “unanimemente interpelal-a^(sic) restrictivamente, por isso as [pessoas] nataraes de Portugal, ou os filhos de outro paiz que se haja naturalizado Portuguezes, podem ser accionistas do Gabinete Portuguez de Leitura.”¹⁸²

É fato que o acervo do gabinete – num esforço hercúleo – foi composto primordialmente nos primeiros 10 anos por compra feita no Brasil, Portugal, França, Bélgica e Inglaterra. Utilizaram os serviços de agentes, comissários e dos próprios acionistas para tramitar esse processo¹⁸³.

¹⁷⁸ GPL. *Estatutos*. Rio de Janeiro: Typ. Americana de I. P. da Costa, 1841. p. 5.

¹⁷⁹ GPL, 1841, op. cit., p. 15.

¹⁸⁰ GPL, 1841, loc. cit.

¹⁸¹ GPL, 1841, loc. cit.

¹⁸² GPL. *Actas da Sessão da Directoria*. 1869-1880. 29 jun. 1873.

¹⁸³ GPL. *Relatório ...*, 1837. passim.

Pela documentação analisada, notamos o empenho da diretoria para que as portas do gabinete só fossem abertas com um acervo que pudesse comprazer seus acionistas e futuros subscritores¹⁸⁴. O ritmo do processo de compra foi intenso entre os anos de 1837 e 1840.

Para comprar, dentre os procedimentos seguidos pelo GPL, o que mais chamou a nossa atenção foi o que envolvia a formação de uma comissão de seleção para escolha do acervo a ser adquirido:

O Sr. Bibliothecario appresentou uma huã lista das obras que julgava dignas de occupar as estantes da livraria do Gabinete. A Directoria deliberou que fosse nomeada hua commissão para a escolha dos livros da livraria e que faria parte da mesma o Sñr. Director; o Sñr. D^o Almeida e Silva, D^o João Joaquim Pestana; foram os 2 membros nomeados para esta commissão de organização e escolha de livros.¹⁸⁵

A seguir a formalização da estrutura dos “selecionares” – pelo menos no primeiro momento:

Nome	Cargo no Gabinete	Profissão
José Marcelino da Rocha Cabral	Presidente	Advogado
João Joaquim Pestana	Vice-presidente	Comerciante
José de Almeida e Silva	Bibliotecário	Médico

Quadro 6: Comissão de Seleção

Fonte: GPL. *Actas da Sessão da Diretoria*. 1837-1847.

A composição da comissão era muito representativa, pois contava com as figuras máximas do GPL. Outro aspecto relevante a essa comissão são os conhecimentos bibliográficos e de mercado livreiro, que tanto médicos quanto advogados detinham. Na análise que fez a respeito das bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro, no período de 1870 a 1920, Ferreira concluiu que “advogados e médicos tornaram-se, cada vez mais, clientes potenciais para livreiros e bibliófilos, tendência compulsada em catálogos e anúncios que privilegiam os temas de interesse profissional.”¹⁸⁶ Barros Martins afirma que esse grupo não detinha apenas o domínio administrativo “mas também [sabiam das] tendencias litterarias e bibliographicas.”¹⁸⁷

Ainda sobre o que consta nos Estatutos do Gabinete de 1841, a diretoria deveria

¹⁸⁴ GPL. *Actas da Sessão da Diretoria*. 1837-1847, jan./dez. 1838. passim.

¹⁸⁵ GPL. *Actas da Sessão da Diretoria*. 1837-1847. 21 jun. 1837.

¹⁸⁶ FERREIRA, op. cit. , 1999. p. 68.

¹⁸⁷ BARROS MARTINS, op. cit. ., 1901. p. 32.

ser composta por: um diretor, um vice-diretor, um primeiro secretário, um segundo secretário, um tesoureiro, um bibliotecário e dois agentes. A propósito desse documento, de acordo com o Cap. VI (Das atribuições e deveres dos membros da diretoria), art. 36 “o Bibliothecario tem a seu cargo a organização do Gabinete”; destacamos, em especial, o primeiro parágrafo, que previa a sua função: “fazer a escolha das obras, periodicos e mais objectos concernetes á leitura, ornamentos e serviço da livraria.”¹⁸⁸

A diretoria do gabinete não descurou da necessidade do público que afluiria ao acervo. Fato revelado pelas palavras impressas no relatório de 1837: “tractamos de reunir, quanto possivel, elementos de instrucção geral, tendo, comtudo, particularmente em vista as classes de leitores, que provavelmente há de concorrer ao Gabinete.”¹⁸⁹ Nas décadas seguintes à fundação, Shapochinik pondera que “para satisfazer as necessidades mais imediatas desses leitores, provavelmente constituído por estudantes e comerciantes em ascensão, foram adquiridas obras contemporâneas”¹⁹⁰. Para Alves, essa atenção da diretoria é um reflexo do “grande esforço dos imigrantes portugueses no Brasil em busca da ilustração própria e alheia.”¹⁹¹ Como vimos, havia entre as falanges de imigrantes muitos jovens e não faltou atenção à formação desses.

A partir de setembro de 1837 o Gabinete abria as portas às 10h da manhã e fechava às 12h; reabria às 16h e seguia até 20h. Aos domingos e dias santos funcionava das 16h às 20h.¹⁹² Esse foi um período de grande movimento para a composição do acervo. O espaço desse prédio não deveria ser tão pequeno, pois que em 18 de outubro de 1840, uma das salas foi cedida para a Sociedade Portuguesa de Beneficência realizar suas sessões, mas, de certo, não grande o bastante para abrigar o acervo que crescia. Em 1838, possivelmente em razão disso, houve movimentos para alugar outro imóvel. Primeiramente a diretoria negociou o aluguel de uma casa à Rua da Alfândega, nº 29, contudo, o negócio malogrou. Um ano depois, novas negociações, dessa vez para um imóvel localizado à Rua do Ouvidor – pela ausência de comentários nas atas, o resultado foi idêntico ao anterior. Em 25 de novembro de 1839, a diretoria autoriza as negociações para alugar uma casa na Rua da Quitanda, com semelhante insucesso. Em

¹⁸⁸ GPL. *Estatutos...*, 1841. p. 13.

¹⁸⁹ GPL, op. cit., p. 6.

¹⁹⁰ SCHAPOCHINIK, op. cit., 1999, p. 106.

¹⁹¹ ALVES, op. cit., 1999, p. 301.

¹⁹² ALMANAK administrativo mercantil e industrial do Rio de Janeiro para o anno bissexto de 1844. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1844, p. 188. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1844/00000002.html>. Acesso em: 25 ago. 2010.

1841, começa a negociação para a compra – e não mais aluguel – de um imóvel na Rua da Alfândega. O fato é que, provavelmente em meados do primeiro semestre de 1842, o GPL muda-se para o nº 55 da Rua Quitanda. Nesse endereço havia funcionado a tipografia do jornal “O Despertador”, de propriedade de José Marcelino da Rocha Cabral.

Barros Martins conta que, a partir de 1842, quando o GPL já estava na Rua da Quitanda, “a mocidade começou a dar-se ao estudo das letras [...]”¹⁹³ A mudança deve ter contribuído para o aumento dos frequentadores. Brasil Gerson conta que nesta rua, na primeira metade do século XIX, funcionou o Hotel Horácio, o “preferido dos artistas de teatro vindos de Lisboa”, marcadamente no mesmo ano em que o Gabinete foi o primeiro endereço dos Irmãos Laemmert, recém-chegados da Europa¹⁹⁴. Na Rua da Quitanda ainda esteve locada a *British Subscription Library*¹⁹⁵.

Gabinete Portuguez de Leitura, rua dos Benedictinos.

Bibliotheca de 18,000 volumes de sciencias, litteratura e artes, inclusive muitas obras raras e alguns manuscriptos.

Aberto todos os dias uteis desde as 8 horas da manhã até as 2 da tarde, e das 4 ás 9 da noite. Aos Domingos e dias santos de guarda fecha-se ao meio dia.

Fundado em Maio de 1837 por uma associação que o mantém, e admite subscriptores de qualquer nacionalidade e sexo, a 12\$000 réis annuaes.

Director.—Dr. Adolpho Manoel Victorio da Costa, r. dos Latoeiros, 46.

Vice-Director. — João Henrique Ulrich, r. de Bragança, 21.

1.º *Secretario*. — Henrique Pereira Leite Basto, r. das Violas, 12.

2.º *Secretario*. — Pantaleão Carvalho de Miranda, r. do Ouvidor, 32.

Thesoureiro.—José Joaquim de França, r. de S. Bento, 2.

Conselho que funciona com a Directoria:

Presidente. O Director do Gabinete.

Conselheiros. 1.º Secretario Joaquim Augusto da Cunha Porto.

2.º dito Antonio José Ferreira.

Hermenegildo Antonio Pinto.

João Antonio Dantas da Gama.

Antonio José Mendes Campos.

Francisco Casimiro da Cruz Teixeira.

Antonio Ferreira Sobral.

José Joaquim Corrêa de Lacerda.

Antonio Teixeira Pires Villela.

Antonio Sarmiento Pereira Brandão.

João José Ferreira Portugal.

Antonio Narciso Ferreira.

Antonio José Pereira de Mello.

Joaquim Bernardino Martins Caruncho.

Ilustração 7: O GPL no *Almanak Laemmert*. 1851, p. 261.

Fonte: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1851/00000263.html>

¹⁹³ BARROS MARTINS, op. cit., 1901, p. 26.

¹⁹⁴ GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. 5.ed., rev. ampl. Rio de Janeiro: Lacerda, 2000, p. 78.

¹⁹⁵ Cf. SCHAPOCHINIK, op. cit., 2002.

A década de 1840 foi bastante frutífera para o GPL. Houve aumento do acervo e de usuários/sócios e, com isso, alguns problemas inerentes ao funcionamento de uma biblioteca começaram a aparecer. Na sessão da diretoria de 18 de outubro de 1840 o bibliotecário informou o extravio de 103 volumes de obras diversas. No ano seguinte, ele propõe em sessão que doravante fosse feito um mapa, listando leitores e livros emprestados, como forma de controle e para evitar posteriores extravios¹⁹⁶. Com um acervo de 18 mil volumes (Ilustração 7)¹⁹⁷, impelidos pela necessidade de expansão para os livros e para admissão de novos sócios, o gabinete muda-se, em abril de 1850, para o nº 12, da Rua dos Beneditinos. Perquirindo as fontes utilizadas, notamos pelo discurso que foi neste endereço que o acervo mais cresceu se comparado com o da época da fundação do GPL.

Em várias passagens eles mencionam que:

A bibliotheca contém uma collecção variada de obras em todos os generos e linguas: está por assim dizer, montada; e a não apparecer qualquer obra de raro merecimento que não faça parte della, devia a directoria limitar-se a acompanhar com todo o cuidado o movimento das publicações novíssimas, e a fazer aquisição das que mais utilidade offerecerem aos Srs. Accionistas¹⁹⁸.

Note-se que a necessidade de acompanhar o que havia de mais moderno em lançamentos tornar-se-á uma característica comum ao GPL. Para isso, contou com representantes em alguns países na Europa, como o senhor António Maria Pereira, em Lisboa, que negociava, sobretudo, com a Casa Martins e Irmãos.

No relatório de 1861 os mesmos diretores concordam que a biblioteca está em boa ordem, contudo, não está organizada por assunto – o que seria o desejo deles – em razão da falta de espaço. Pelo fato de gozarem de boa estabilidade, no decênio de 1860, passaram a manifestar cada vez mais, um desejo já expresso no Relatório de 1837, o da construção de um prédio próprio. Assim, em 20 de novembro de 1860, foi sugerida em Ata a discussão de uma proposta para a compra de um terreno e a construção de um prédio próprio¹⁹⁹.

¹⁹⁶ GPL *Actas da Sessão da Diretoria*. 1837-1847. 05 maio 1841. Além desse inventário deliberou o uso do carimbo em local visível.

¹⁹⁷ ALMANAK administrativo mercantil e industrial do Rio de Janeiro op. cit. , 1851, p. 261. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1851/00000263.html>. Acesso em: 25 ago. 2010.

¹⁹⁸ GPL. *Relatório...* 1861, p. 3.

¹⁹⁹ GPL. *Actas da Sessão da Diretoria*. 1847-1860. 20 jun. 1860.

Ao longo de todo o ano de 1872 estabeleceram-se as negociações para a compra dos terrenos, na então Rua da Lampadosa²⁰⁰, números 28, 30, 32 e 34, cuja compra foi efetivada em dezembro do mesmo ano²⁰¹. No ano seguinte o *Almanak Laemmert* noticiava que

[...] a actual directoria, comprou todo o vasto terreno da rua da Lampadoza com os ns. 28, 30, 32 e 34 para nelle ser levantado o edificio da biblioteca que terá espaço para mais de 200,000 volumes, salões de leitura, para as reuniões da direcção e de outras associações.²⁰²

A partir desse período uma série de ações foi feita visando à construção de um prédio próprio, como era de desejo da diretoria desde a fundação. Sobre esta questão, nossa narrativa termina aqui e seguirá no capítulo 3 para respeitar a cronologia.

Buscamos até aqui mostrar uma parte da história do GPL, analisando dois discursos produzidos em épocas distintas em que estavam ligados por laços afetivos no que concerne a ideologias políticas e à origem pátria. Esses textos nos ajudaram a perceber como a instituição forjou uma imagem de representação cultural do passado histórico e glorioso de Portugal. Vimos um processo de construção identitária que teve uma dinâmica peculiar:



Ilustração 8: Esquema da construção identitária do GPL.

²⁰⁰ A rua passaria a ser chamar Luís de Camões a partir de 1880.

²⁰¹ GPL. *Actas da Sessão da Diretoria*, 1872, passim.

²⁰² ALMANAK administrativo mercantil e industrial do Rio de Janeiro op. cit. , 1873, p. 447. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1873/00000452.html>. Acesso em: 25 ago. 2010.

Para o historiador Nelson Schapochnik, a relação da formação do acervo do GPL com a identidade da instituição é muito clara: “Seria de estranhar que os membros deste espaço de leituras e sociabilidades fundadas na sacração da cultura portuguesa optassem pela formação de uma biblioteca que não contemplasse o caráter identitário da instituição.”²⁰³

Nesse sentido, nossas reflexões sobre a constituição do acervo e as teorizações de Namer²⁰⁴ tomam forma. O autor considera que o catálogo de uma biblioteca é o reflexo de escolhas e nenhuma escolha jamais será inocente, por isso é um espaço de memória seletiva. Ao tecer esses comentários, o autor refere-se às bibliotecas nacionais, que possuem, em sua maioria, a missão de “salvaguardar a memória nacional”. Sob uma abordagem halbawchiniana, para Namer²⁰⁵, a biblioteca é um local de memória porque abriga memórias coletivas, que são os livros.

O conceito de *mémoire virtuelle* é um dos mais marcantes de Namer, em “*Mémoire et société*”. Ele pensa a biblioteca como um espaço acumulativo de memória social pela guarda de livros que representam produções, que trazem em si a memória coletiva de uma época, passando assim a se configurar como “lugar de memória”. A “memória virtual” forma-se quando o leitor acessa o livro, esse guardião da memória coletiva.

Igualmente, vemos em Namer²⁰⁶ uma possibilidade de entendimento para uma das possíveis intencionalidades na criação de um espaço de leitura e não simplesmente de uma associação ou grêmio. Para ele, a biblioteca pode ser representada pelo binômio poder/saber.

Nessa sequência, consideramos que o critério de seleção estabelecido pelo GPL e a forma rigorosa como foi ele acompanhado pode ser identificado como uma forma de controle, a fim de manter a memória cultural portuguesa.

A nação portuguesa das primeiras décadas do século XIX ainda se recuperava da catástrofe de 1750, da invasão napoleônica, da vinda da corte de D. Maria I para o Brasil. Já na década de 1820, houve a perda de uma das suas mais importantes colônias e, na sequência, o temor pela volta de um governo absolutista e uma quase guerra civil com a Revolução do Porto. Todos esses acontecimentos causaram um esmorecimento e levaram os lusos a uma perda de confiança em si e no Estado. Foi uma época na qual a

²⁰³ SCHAPOCHNIK, op. cit., 1999, p. 105.

²⁰⁴ NAMER, Gérard. *Mémoire et société*. Paris: Méridien, 1987. (Collection Sociétés).

²⁰⁵ Op. cit.

²⁰⁶ Op. cit.

rememoração do passado glorioso esteve presente em muitos discursos.

Assim, os restos de memória²⁰⁷ presentes nos livros com as narrativas quinhentistas tornaram-se meios de recuperar, dialética e pedagogicamente, o sentimento de continuidade entre o passado e uma época com muitas instabilidades políticas e sociais. No sentido halbwachiniano, os livros do acervo do GPL, com a história de Portugal, também significam a cristalização de uma memória social de lembranças que não subsistem.

Os lugares de memória são lugares de rememoração individual e coletiva. Nossa análise nos conduz à percepção dessa intencionalidade, ao estabelecer o critério da língua portuguesa, como constituição identitária, frente ao francesismo que tomava o Brasil e, em certa medida, Portugal – como Eça de Queirós criticará em alguns de seus romances.

Portanto, ainda sob a perspectiva analítica de Namer²⁰⁸, os livros em língua portuguesa eram representantes de uma memória cultural que queria se manter em solo estrangeiro. Não causa estranheza que os primeiros livros doados foram justamente os quinhentistas. Esses impressos guardam em si a memória de uma época gloriosa em Portugal, representam tanto pelos autores, como pelos assuntos e como objeto tipográfico, uma espécie de monumento/documento, exatamente dentro do conceito estabelecido por Le Goff²⁰⁹.

Sob o alicerce do conceito de “forma reconhecível”, de Mary Douglas, podemos compreender como o GPL construiu-se e sedimentou-se como local de memória portuguesa, a partir da formação do acervo.

Partimos de que há três categorias que convergem para sedimentar o caráter identitário português ao GPL no período em que estamos tratando. São eles: a condição de ser português para pertencer a instituição (até um período específico); a arquitetura (a partir da década de 1880); e o acervo bibliográfico.

Berger e Luckmann consideram que:

As instituições, também, pelo simples fato de existirem, controlam a conduta humana estabelecendo padrões previamente definidos de

²⁰⁷ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História, Revista do programa de estudos pós-graduados em História e do Departamento de História*. São Paulo, n. 10, p. 1-78, dez., 1993.

²⁰⁸ NAMER, op. cit.

²⁰⁹ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. *História e memória*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2010.

conduta, que a canalizam em uma direção por oposição às muitas outras direções que seriam teoricamente possíveis.²¹⁰

Como foi tratado anteriormente, ao perquerir a documentação do GPL, percebemos, sobretudo, a produção discursiva – reconhecendo a existência de mecanismos que primaram pelo controle, tanto dos indivíduos, quanto da estrutura organizacional da instituição. No que diz respeito ao primeiro controle, vimos como exemplo, um processo de entendimento, de que pela cultura e pela formação de uma biblioteca seria possível mostrar que pertenciam ao movimento – suscitado por ideias iluministas – para a expansão das Luzes. Como cidadãos, egressos das academias europeias, eles não poderiam ficar alheios a isso. Se inicialmente uma parte do grupo se mostrou mais favorável ao estabelecimento de ações filantrópicas e de instrução mais direta, como a criação de uma escola, isso foi resolvido anos mais tarde, nas décadas de 1840 e 1850, com a fundação do Liceu Literário e com a Real e Benemerita Sociedade de Beneficência Portuguesa.

Já em relação ao acervo, a própria deliberação, estabelecendo o critério na língua portuguesa foi uma maneira de controlar o projeto, transformando a instituição em um local de memória da cultura portuguesa. Cabe ressaltar que essa era uma estratégia comum entre as bibliotecas associativas estrangeiras presentes na corte do Rio de Janeiro daquela época.

Mary Douglas pondera que muitas instituições, antes de se estabilizarem, se fragmentam e entram em colapso.

Qualquer instituição que vai manter sua forma precisa adquirir legitimidade baseando-se de maneira muito nítida na natureza e na razão. Então, ela propiciará a seus membros um conjunto de analogias por meio das quais se poderá explorar o mundo e com as quais se justificará a naturalidade e a razoabilidade dos papéis instituídos, e ela poderá manter sua forma contínua, identificável.²¹¹

No que concerne ao nosso objeto de análise, isso só não aconteceu em razão de seus mecanismos de controle e restrições, refletidos em rígidas deliberações, que fiavam-se nos critérios estabelecidos desde o início. Por exemplo, se nos anos de 1860 facultaram aos brasileiros a possibilidade de serem subscritores, ou seja, que pudessem

²¹⁰ BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 80.

²¹¹ DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. São Paulo: Edusp, 2007, p. 116.

ter acesso ao acervo, não fizeram o mesmo com o conselho deliberativo e o cargo de presidente que até hoje exige como condição ser português. Apesar das diferenças de época e objeto de análise, observamos nisso o que Hall²¹² descreve como a necessidade de manter o “cordão umbilical” com a pátria de origem – posto que são elementos de uma diáspora. A manutenção desse critério seria uma forma de preservar – seguindo ainda os conceitos de Hall²¹³ – a identidade cultural do grupo.

Esses critérios levaram à consecução dos objetivos delineados, de modo a tornar o GPL um espaço fundamental para a “intensificação de laços afetivos, políticos e profissionais entre os frequentadores.”²¹⁴

Destarte, o GPL como biblioteca e não como um espaço museológico e arquitetônico pode ter sido o responsável por toda construção do caráter identitário português, que de certo somou-se ao projeto de um prédio que por si só rememora Portugal e suas glórias.

Neste capítulo, além de apresentar aspectos históricos do GPL, tangenciando elementos da formação identitária, nosso objetivo foi o de compreender alguns meandros desse “Palácio de Destinos Cruzados”. No livro de Ferreira, os “Palácios” referem-se às bibliotecas públicas e particulares que compunham circuitos de sociabilidades no Rio de Janeiro, de 1870 a 1920. Apropriamo-nos no singular do título do livro para indicar os destinos de portugueses imigrantes que passaram pelo GPL em diferentes épocas. Assim como dos brasileiros e descendentes que contribuíram para a consecução dos planos de José Marcelino da Rocha Cabral, João Joaquim Pestana, Francisco Eduardo Alves Vianna, Luiz Miguel Afonso, José de Almeida e Silva, Joaquim José Pinto de Lima, Agostinho Correia d’Azevedo, todos empenhados em transformar a instituição que fundaram em palácio, no qual a cultura portuguesa estaria representada.

A citação usada no início deste capítulo provém de um texto produzido 50 anos após a fundação do GPL. Nas palavras do português e intelectual Ramalho Ortigão há uma série de elementos identitários referentes ao papel da instituição que vimos através das SD de GPL 1 e GPL 2. Ela serve para ilustrar os deslocamentos de significados que a memória discursiva foi apresentando.

²¹² HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília: UNESCO, 2003.

²¹³ *Ibidem*.

²¹⁴ FERREIRA, 1999, p. 103.

No próximo e último capítulo desta dissertação discutiremos outro eixo desse trabalho: a consolidação do GPL como representação de Portugal e como os festejos do Tricentenário da Morte de Luís de Camões colaboraram para isso.

CAPÍTULO 3

"Quase apetece dizer que não há uma língua portuguesa, há línguas em português... é uma língua que tinha que inevitavelmente passar por transformações segundo os lugares onde a falam, os costumes, as culturas, as influências... mas isso não tira nada a evidência de que se trata do corpo da língua portuguesa... é um corpo espalhado".

(José Saramago, filme "Língua: vidas em português",
Victor Lopes)

CAPÍTULO 3

OS ACONTECIMENTOS: TRICENTENÁRIO DA MORTE DE LUÍS DE CAMÕES E A INAUGURAÇÃO DO PRÉDIO SEDE

É no Brazil, porém, nesta vasta região que a raça portugueza descobriu e povoou, que mais numerosas se encontram as suas fundações; poucas serão as localidades de certa importância que não contenham alguma instituição portugueza, ou em que o seu elemento não predomine de modo considerável. Isto melhor se evidencia as povoações em que a ocupação mais seguida e preponderante é a do commercio – instrumento de progresso e civilização dos povos, vehiculo infallivel da prosperidade e da riqueza publica²¹⁵.

A citação com a qual abrimos este último capítulo foi escrita um ano depois dos grandes festejos do Tricentenário da Morte de Luís de Camões e publicada em um suplemento do periódico carioca “Cruzeiro”. Ela é um bom exemplo da tônica que doravante apresentaremos, além de representar um reflexo da memória discursiva que tem origem – no caso desta dissertação – no documento GPL 1.

Há ainda nessa citação elementos discursivos que vão perpassar os GPLs 3 e 4 que analisaremos a seguir, como a origem do Brasil em Portugal, ou melhor, a relação de filiação.

No capítulo anterior, historicizamos a fundação do GPL e procedemos à análise do discurso de dois documentos no nosso *corpus*. Nossa intenção foi perquirir segmentos discursivos que corroborassem para entender como os textos do *corpus* produziram e produzem uma possível tentativa de construção do projeto identitário e da afirmação da memória portuguesa no Rio de Janeiro.

Continuaremos a narrativa histórica da instituição, entremeando com a análise, dos GPLs 3 e 4, sem prescindir trazer elementos dos outros documentos do *corpus* já

²¹⁵ Boletim do “Cruzeiro”, n. 131, de 13 de maio de 1881. Esse e as demais citações com fonte em periódicos, como a *Gazeta de Notícias*, *Revista Ilustrada* e *Jornal do Commercio* utilizadas nesse capítulo fazem parte de um conjunto de fontes que localizamos nas Divisões de Periódicos e Obras Raras da Fundação Biblioteca Nacional. Como é comum em muitas pesquisas, isso aconteceu na fase de conclusão desta dissertação. Optamos conscientemente em trazer para o texto final apenas trechos e jornais que poderiam contribuir para nossas premissas, há muito mais que poderá ser feito com essas fontes e será em trabalho futuro. Por hora, a fim de respeitar nosso cronograma fizemos essa escolha.

analisado, caso seja necessário. Antes, porém, vamos situar a comemoração camoniana, seu principal personagem e sua grande obra.

Na sequência, subordinado aos nossos objetivos na análise do discurso, retomaremos o texto narrativo sobre a história do GPL a partir das primeiras movimentações para compra do terreno do prédio sede, a organização para o lançamento da pedra fundamental, construção e sua inauguração.

3.1 Camões e a “Lusitânia” no século XIX

Em 1890 Portugal passou por uma grave crise política resultante de um *Ultimatum* feito pelo governo inglês, exigindo que retirassem algumas de suas possessões de África. Essa situação que se arrastava há duas décadas levou o povo a um estado de desânimo e descrença muito grande em si e na monarquia.

O século XIX começou com a humilhante da invasão francesa e a transferência da corte para uma de suas colônias, havendo, nas palavras de Santos²¹⁶, praticamente uma inversão do pacto colonial. Nessa fatídica centúria, ainda viveram uma quase guerra civil com a Revolução do Porto e a perda do Brasil.²¹⁷

Notadamente influenciados pela França²¹⁸, a partir de 1880, Portugal buscou nas comemorações centenárias os meios de rememorar seus grandes feitos e seus mortos²¹⁹. No conjunto dessas celebrações houve projetos para criação de lugares de memória como publicação de livros e álbuns comemorativos; construções de monumentos, dentro das ideias de Nora²²⁰. Se não havia esperança no presente e o futuro estava brumoso, foi na memória social de uma época de ouro que buscaram meios para reagir.

Jean-Maire Goulemont e Éric Walter em “*Les centenaires de Voltaire et de Rousseau*” descrevem um panorama bastante semelhante da estruturação da comemoração, como a mobilização nacional e lançamento de assinaturas para

²¹⁶ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

²¹⁷ “No século XIX, Portugal viveu múltiplas conjunturas de crise econômica, financeira, política e moral. Pode até dizer-se que as elites intelectuais e políticas oitocentistas foram profundamente marcadas por uma consciência de crise que se acentuou em momentos bem precisos: nas invasões francesas (1807-10) e nos anos imediatamente que lhe seguem, de perda do mercado brasileiro e de domínio britânico na metrópole; nas duas guerras civis (1832-34 e 1846-47), em que confrontaram diversas opções; nas crises financeiras de 1845, 1876 e 1890-92; nas frequentes crises políticas que a Monarquia liberal viveu, do malogro da primeira experiência liberal vintista (1823) aos efeitos do *Ultimatum* britânico de 1890, passando pelo instável reinado de D. Maria II e pelos conturbados que se seguem à Janeirinha (1868-71). A consciência do declínio e do atraso do país relativamente às nações do Noroeste europeu acentuou-se com a perda do Brasil e com a distanciação em termos de desenvolvimento econômico comparado, com outras potências, sobretudo com a França e a Inglaterra (raramente se estabeleceu comparação com a Grécia, a Suíça, a Bélgica ou a Holanda). E alimentou todo um debate acerca das condições de viabilidade de Portugal como Estado e nação multisseculares e independentes.” MATOS, Sérgio Campos. A crise do final dos oitocentos em Portugal: uma revisão. In: *CRISES em Portugal nos séculos XIX e XX: actas do Seminário organizado pelo Centro de História da Universidade de Lisboa*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, p. 100.

²¹⁸ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo, 2003. V. IX.

²¹⁹ ABREU, Regina. *O Enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro, Rocco, 1998.

²²⁰ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História, Revista do programa de estudos pós-graduados em História e do Departamento de História*. São Paulo, n. 10, p. 1-78, dez., 1993.

publicações, construções de monumentos etc. Destacam que há certa retórica da comemoração que procura legitimar a construção de uma memória nacional. Para eles “la commémoration des écrivains est donc plus qu’une forme particulière du culte des grands hommes ou du processus de constitution d’une mémoire nationale.”²²¹

De acordo com Serrão²²², entre as décadas de 1880 e 1890 a tradição ultramarina lusitana estava sendo posta em xeque, a monarquia estava inerte a essa vocação, de modo que os republicanos tomaram para si a missão de rememorar essa tradição. Para isso, perceberam não haver melhor monumento²²³ do que “Os Lusíadas”.

No âmbito das comemorações no poema épico foi rememorado o passado de Portugal. Para que é nele está a memória coletiva de um período e é nesse texto que habitam os sentimentos de amor e crença na pátria e uma autoconfiança fundamental para sustentar momentos mais difíceis. O trecho abaixo é um bom exemplo disso, no qual o amor à pátria e à nação portuguesa é exortado, bem como o passado glorioso e vitorioso do país:

Luis de Camões animado pelo mais ardente amor da Patria, e cheio de entusiasmo pelo valor e Constancia com que a nação Portugueza, não obstante a pequenez dos seus princípios, tinha conquistado sobre os Mouros o seu paiz: com que havia fundado a Monarchia, e sustentado a sua independência contra o poder superior de Castella: com que depois de a haver consolidado, tinha passado á Africa para por barreiras ao poder Mauriano: com que tinha enfim atravessado novos mares, e estabelecido hum vasto Imperio no Oriente; empredeo erigir hum monumento, o qual transmittindo á posteridade tão heróicos feitos, perpetuasse a gloria do nome Portuguez, e attestasse que nação alguma a tinha adquirido igual. Elle imaginou pois hum Poema épico nacional, e quis celebrar a primeira virtude dos Portuguezes, a sua heroicidade sobre a terra e sobre o mar [...] para estes fim escolheu o facto mais memorável da Historia Portugueza como sujeito, e acção do seu Poema (o Descobrimento da India por Vasco da Gama e seus heróicos companheiros); reunio na narração como episódios adequados ao sujeito, e a esta acção, todos aquelles successos da historia de Portugal que prepararam a Nação para tão grande empreza, e para a fundação daquelle vasto Imperio, que os seus heroes deviam estabelecer no Oriente [...].²²⁴

²²¹ GOULEMONT, Jean-Maire; WALTER, Éric. Les centenaires de Voltaire et de Rousseau. In: NORA, Pierre (Org.) *Les Lieux de mémoire*. La République. La Nation. Paris: Gallimard, 1997, p. 351-381, v. 1, p. 380. “A comemoração dos escritores é mais do que uma forma particular de culto dos grandes homens ou de um processo de criação de uma memória nacional.” (tradução nossa).

²²² SERRÃO, op. cit., 2003.

²²³ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. *História e memória*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2010.

²²⁴ BOTELHO, José Maria de Souza. Vida de Luis de Camões. In: CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Paris: Na Officina Typographica de Firmino Didot, MDCCCXIX, p. LXXXIX

Decerto que habitava no texto camoniano certos vestígios de memória coletiva²²⁵ que rememoravam o passado glorioso da nação, representado no período das grandes navegações. Botelho pondera que a obra é um monumento que ultrapassa Portugal:

Os Lusíadas são hum monumento da gloria nacional. Este Poema deve ser para nós tão precioso, como a Iliada o foi para os Gregos. Se nesta foram cantados pelo primeiro Epico os tempos heróicos da Grecia, também nos Lusíadas são celebrados e cantados os insignes feitos, as victorias, e os trabalhos dos nossos antepassados. Assim cada Portuguez participa de huma tanto maior parte de gloria nacional em proporção da pequenez da Nação, e ama tanto mais vivamente a sua pátria, e o Poeta que conservou estas illustres memórias a posteridade. [...] Os Portuguezes, como os Gregos e Romanos, tem portanto em Camões, o seu Homero, o seu Virgílio, ao qual devem a conservação e perpetuidade da sua illustre fama.²²⁶

O lugar de fala de Botelho é a primeira década de 1800, porém, essa memória discursiva, acrescida já dos problemas relacionados à crise na monarquia, está fortemente presente em um texto – que analisaremos a seguir – assinado por Ramalho Ortigão:

Os Lusíadas são a pedra monumental sob que jaz a gloria da patria, e é nessa pedra que terão de vir afiar as suas espadas de combate todos os portuguezes que se armarem para resistir a esta invasão terrivel com que lutamos e que se chama – a decadencia. O futuro das nacionalidades não dependerá por muito tempo do jogo da guerra entre as monarchias. Os Lusíadas celebram a patria com todas as energias que a constituem, com todos os caracteristicos que a individualisam e assignalam: – as origens, a lingua, a religião, a poesia, a historia, a politica, a geographia, o solo, a paizagem, os temperamentos, as paixões, as tradições, os mythos e as lendas.²²⁷

Desde finais do século XVI, a obra “Os Lusíadas” passou a ser reconhecida nos meios literários – após a morte do autor. Foi publicada em Lisboa, em 1572, pelo tipógrafo Antônio Gonçalves e a partir daí conheceu inúmeras edições²²⁸. Ao longo dos

²²⁵ POMIAN, Krzysztof. Memória. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Sistemática. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000, p. 507-516.

²²⁶ BOTELHO, op. cit. 1819, p. LXXXIX, grifos nossos.

²²⁷ ORTIGÃO, Ramalho. Luiz de Camões. In: CAMÕES, Luís. *Os Lusíadas*. Lisboa: Na Officina de Castro Irmão, 1880, p. LXXXI.

²²⁸ Recomendamos essencialmente a tese de doutorado de Sheila Moura Hue, “Camões entre seus contemporâneos: sobre a recepção da obra camoniana no século XVI”, orientada pela Profª. Cleunice Berardinelli e defendida em 2002 na PUC-Rio. Assim como: HUE, Sheila Moura. Em busca do cânone perdido. Manuscritos e impressos quinhentistas: das variantes textuais e das atribuições autorais. *Revista*

séculos, em função do seu conteúdo, foi evocado em alguns momentos de crise política, como na década de 1640, quando Portugal esforçava-se para sair da dominação espanhola.

Com “Os Lusíadas” aconteceu um fenômeno no século XIX, semelhante ao apontado por Abreu²²⁹, ao ponderar sobre “Os Sertões”, de Euclides da Cunha. Segundo a autora, ao ser “transformada em monumento, símbolo nacional ou ‘lugar de memória’, uma grande obra literária extrapola as suas características iniciais, desempenhando funções sociais que ultrapassam o seu valor puramente literário.”²³⁰ Ainda com paralelo no estudo da autora, houve uma sacração da obra e sua elevação ao *Panthéon* de patrimônio nacional e lugar de memória. As palavras de Ramalho Ortigão parecem indicar esse aspecto patrimonial da obra camoniana no contexto da cultura portuguesa:

Para os portugueses do século XX os Lusíadas serão mais que um symbolo ou serão a unica expressão nacional de um povo extinto para a civilização e vivendo em torno de um livro como a raça judaica, ou serão a prophécia realizada do patriotismo camoneano. O Imperio do Occidente, fundado na confederação democratica dos estados peninsulares.²³¹

Como pode ser observado a partir dessa citação, se em “Os Lusíadas” os portugueses buscaram a memória social das glórias para rememorarem a sua importância como nação e o seu lugar no continente, é no “patriotismo camoniano” que encontraram o modelo de português que acredita e louva o seu país, não obstante suas mazelas. O centenário é para o autor e não para a obra.

O fato de ter escrito seu poema em solo estrangeiro foi evocado nas celebrações em Portugal e muito mais aqui no Brasil, por parte do GPL, pois servia como exemplo de um luso que mesmo fora de sua pátria não deixou de amá-la e sentir-se parte dela.

A ideia de “beatificação do autor”, discutida exaustivamente por Abreu²³², é bastante pertinente para perceber o que houve com Camões no século XIX.

Camoniana, Bauru-São Paulo, v. 12, p. 171-193, 2002. HUE, Sheila Moura. Os Lusíadas comentados. Leitores e leituras em 1584, 1591 e 1613. *Santa Barbara Portuguese Studies*, v. VII, p. 117-132, 2003.

²²⁹ ABREU, op. cit. 1998.

²³⁰ Ibidem, p. 23.

²³¹ ORTIGÃO, op. cit., 1880, p. LXXXI.

²³² ABREU, op. cit., 1998.

De acordo como Amora²³³, esse movimento desencadeou-se em 1825, quando Almeida Garrett publicou o poema “Camões”²³⁴:

[...] no sentido de se tomar consciência da significação de Camões como símbolo do espírito e da alma nacional e como eterna lição de estremecido amor da Pátria – acabou também por encontrar, na época, dominada por uma psicose sentimental, nacionalista e cívica, entusiástica ressonância. E de pronto, para escritores e artistas, Camões veio a impor-se como tema de inspiração, rico de motivos morais e estéticos. Caracterizou-se assim esta terceira época da Camonologia, um culto ao Poeta e de sua obra, principalmente de sua obra épica, que se pode, sem exagero, denominar de apaixonado.²³⁵

Para entender um pouco mais esse processo de “beatificação”, continuamos com as considerações de Amora²³⁶. O autor informa que articulada e difundida pelos românticos – abundantes no século XIX – a ideia de Camões como “Poeta Nacional” evoluiu e consolidou-se como “Camões Poeta da Raça”. Figueiredo vê no poeta “a alma mais poderosamente assimiladora e criadora da Renascença portuguesa, e a mais sensível para se identificar como o carácter nacional, com as glórias e com as dores da pátria.”²³⁷ A simbologia de Camões é tão forte que faz dele uma espécie de lugar de memória nacional, por conter em si uma “inscrição” na qual o povo português se reconhece. Pelo que percebemos, mesmo que nos séculos anteriores ao XIX tenha havido movimentações em torno da obra e do autor, foi esse o momento de transformação de “Os Lusíadas” em “monumento nacional” e de Camões em “grande escritor nacional” – ideias tomadas de Abreu²³⁸, ao comentar “Os Sertões” e Euclides da Cunha.

Em “Mozart: sociologia de um gênio”, Elias²³⁹ chamou a atenção para um interesse muito grande no que tange à obra e não o autor. Com Camões não foi diferente. Porém, percebe-se que nessa “terceira época da Camonologia”, como aponta

²³³ AMORA, Antônio Soares. Introdução: breve história da camonologia. In: CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. (Grandes obras da cultura universal, v. 2), p. 15-28.

²³⁴ ALMEIDA GARRETT, João Baptista da Silva Leitão de. *Camões: poema*. Paris: na Livraria Nacional e Estrangeira, 1825. Disponível em: <http://ia700407.us.archive.org/16/items/comespoema00alme/comespoema00alme.pdf>

²³⁵ AMORA, op. cit., 1980, p. 21.

²³⁶ Ibidem.

²³⁷ FIGUEIREDO, Fidelino de. *História Literária de Portugal: séculos XII-XIX*. Coimbra: Nobel, 1944, p. 154.

²³⁸ ABREU, op. cit., 1998.

²³⁹ ELIAS, Norbert. *Mozart. Sociologia de um Gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

Amora²⁴⁰, a diferença foi justamente essa, ou seja, um interesse muito grande pelo autor. Os textos praticamente são uníssonos em relacionar o homem com a sua produção.

É possível perceber uma série de pontos de convergência entre a história de Mozart, tratada por Elias²⁴¹ e a de Camões, principalmente no que concerne ao fim trágico que tiveram. Consta que o poeta português morreria numa total miséria que sequer tinha um lençol para se cobrir.

No que se refere à vida de Camões, há poucas certezas e muitas conjecturas. Todavia, no meio dessas, compilando alguns dados biográficos acerca do escritor, consta que nasceu em Lisboa e pertenceu a uma família de fidalgos, mas muito pobre. Teria frequentado a corte de D. João III, no Paço da Ribeira. Segundo duas tradições pouco documentadas, teria sido desterrado para o Ribatejo por ordem do rei, devido a uma alusão indireta na comédia “El-Rei Seleuco”. Outra tradição aponta para o fato de que durante o período na corte, ele teria se apaixonado por D. Catarina de Ataíde. Em 1547, Camões partiu para Ceuta como militar e, em 1555, já se achava em Goa, retornando para Lisboa só em 1567.

Em relação a Mozart, Elias²⁴² observa que há um interesse muito expressivo em sua obra e muito pouco sobre a sua vida. Nota-se o mesmo fato em Camões, fala-se em demasia de sua obra, de seus versos e de sua contribuição para a formação da língua portuguesa.

A figura desse homem que passou pela fastigiosa experiência de viver fora da Pátria e que desapareceu esquecido pelo Estado, de certo serviu aos lusos naquele momento como um elemento de identificação. A classe letrada do país lançou mão desse fato, como um dos meios de aproximar as discussões a todas as camadas da população.

No bojo desse grande centenário, Serrão vê uma homenagem a um homem que teve um cruel destino, prestada por um país envolto numa espécie de remorso coletivo, por ter deixado na miséria o “mais ilustre dos seus filhos”²⁴³. Para o mesmo autor “a verdade é que a efeméride acabou por se traduzir num grande preito da sensibilidade nacional, em que o calor do povo anônimo foi despertado por letrados e jornalistas,

²⁴⁰ AMORA, op. cit., 1980.

²⁴¹ ELIAS, op. cit., 1995.

²⁴² ELIAS, op. cit., 1995.

²⁴³ SERRÃO, op. cit., 2003.

numa vibração patriótica que há muito o País não conhecia”²⁴⁴.

Em Portugal, como considera Serrão, “não se põe hoje em dúvida que as manifestações levadas a cabo constituíram um importante vector de difusão do novo ideal político na consciência dos Portugueses.”²⁴⁵

No Brasil, o GPL, mesmo enfrentando algumas opções, como veremos ainda neste capítulo, toma para si a atribuição de celebrar o centenário. E transformará a comemoração em uma festa luso-brasileira.

²⁴⁴ Ibidem, p. 65.

²⁴⁵ Ibidem, p. 63.

3.2 O Tricentenário da Morte Camões no GPL: primeiros planejamentos e intencionalidades²⁴⁶

O período de 1850 até 1910 apresenta ideias resultantes do embate entre uma substância brasileira e a tradição europeia, promovendo a identidade de um Brasil novo, mestiço e tropical, diverso e dilacerado em contraposição ao equilíbrio e às unidades europeias. Entretanto, há uma busca de elementos que definam, de um lado, a inserção, com essas peculiaridades, no mundo ocidental, e de outro, a transformação deles em base para uma revisão historiográfica capaz de anunciar a força do novo país.²⁴⁷

Os discursos que doravante apresentaremos e analisaremos estão impregnados de elementos destacados na citação acima. A tradição europeia, no caso, é a portuguesa, e o Brasil o melhor produto de Portugal.

A tensão na necessidade de separar duas culturas e dois povos é muito presente. Contudo, disseram alguns, não obstante a separação política, a filiação histórica e cultural é inquestionável. A língua portuguesa é dentre os rastros dessa herança que hão de reforçar por um lado e questionar por outro.

A comemoração do Tricentenário de Morte de Luís de Camões quis reforçar que embora nossas culturas, naquele momento, pudessem se configurar uma colcha de retalhos, a língua portuguesa seria a linha que as deveria unir. E se Camões representava a consecução desse idioma, a festa era luso-brasileira, ou melhor, deveria ser lusófona e se estender a todos os locais onde a língua portuguesa fosse falada.

Com essa comemoração, o gabinete demonstrou que Camões “habitava em dois mundos”, como disse o escritor brasileiro Rosendo Moniz Barreto no seu poema²⁴⁸, e

²⁴⁶ Agradecemos a professora Gilda Santos ter cedido seu texto – ainda inédito – “A propósito das comemorações do tricentenário da morte de Camões no Rio de Janeiro”, apresentado na VII Reunião Internacional de Camonistas. Sobre as comemorações ainda sugerimos o texto “3º Centenário de Camões: correspondência no acervo do Real Gabinete”, de Cristina Alves de Brito. Disponível em: http://www.realgabinete.com.br/geadmedia/mediapackages/giadrgpl_rgpl/documentsmain/20101122124391878c_cristinaalvesdeboriginal.pdf. Além deste, devemos citar também o trabalho do pesquisador Sebastião Edson Macedo que em 2006 foi contemplado no programa de bolsas de Pesquisador *Junior* do Real Gabinete Português de Leitura, patrocinada pela *Fundação Calouste Gulbenkian*. Sob a orientação da professora Gilda Santos, a investigação teve como universo de análise a *Colecção de Offícios, mensagens e telegrammas endereçados ao Gabinete Portuguez de Leitura do Rio de Janeiro por motivo do Terceiro Centenário de Camões, 1880-1881*.

²⁴⁷ RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. Cultura política na passagem brasileira do século XIX ao século XX. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (Orgs.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj, 2006, p. 210.

²⁴⁸ MONIZ, Rozendo. Camões entre dous mundos. Boletim de “O Cruzeiro”. Consultamos esse periódico na Fundação Biblioteca Nacional. Em razão da dificuldade que tivemos de localizá-lo, vale algumas

que o poeta pertencia a todos que falavam a língua portuguesa.

A pedra fundamental do gabinete foi assentada com um caixa de cobre contendo o ato de assentamento e uma edição de “Os Lusíadas” feita pela instituição. Dentre uma série de simbologias que poderíamos dissecar aqui, gostaríamos de chamar atenção apenas para uma que estará muito presente em vários discursos desse período: a primazia do GPL como instituição portuguesa no Brasil. Ter o poema de Camões como base sobre a qual o prédio seria edificado ainda trouxe ao GPL uma responsabilidade que começou em 1837 e deveria seguir adiante, ou seja, a de guardião e propagador da literatura e da língua portuguesa fora de Portugal. Mesmo que nem toda a colônia portuguesa no Rio de Janeiro concordasse com isso, como será discutido a seguir.

Nessa celebração o GPL pôde assegurar uma representação importante para sua posição frente a Portugal e para sedimentar o seu papel como lugar de memória lusitana no Rio de Janeiro. Ele seria um lugar de memória tanto por seu acervo, essencialmente em língua portuguesa, e sobre temas afins à história lusa, como pelo assentamento da pedra fundamental de um prédio projetado para rememorar um passado histórico.

Como suportes – “material da memória colectiva e transgeracional”²⁴⁹ – os livros que compunham o acervo já tinham feito do GPL – até aquele momento – um lugar de memória da cultura portuguesa no Rio de Janeiro. Porém, ainda não tinham uma sede própria, de modo que desde a fundação viviam a mudar de lugar em função do crescimento do acervo.

Após a aquisição dos terrenos para a construção do prédio²⁵⁰, a escolha para o assentamento da pedra fundamental, no dia 10 de junho de 1880, por ocasião do tricentenário foi estratégica.

De acordo com o relatório do ano de 1880, o gabinete começou os preparativos para celebrar o centenário desde 1878, tomados pelo dever por ser “a mais antiga corporação litteraria fundada por portuguezes na America.”²⁵¹ Analisando o conteúdo

informações: era publicado no Rio de Janeiro e o redator principal foi Henrique Correia Moreira. O nº 160 de 1880 é uma homenagem a Camões.

²⁴⁹ POMIAN, op. cit., 2000, p. 508.

²⁵⁰ As primeiras notícias que localizamos sobre o início desse processo, como as negociações dos terrenos da então Rua da Lampadosa e hoje Rua Luís de Camões, remontam *Acta da Sessão da Directoria do Gabinete Portuguez de Leitura*, de 26 de julho de 1872. Os mesmos documentos informam que as demolições e obras para assentamento do terreno começaram em março de 1880.

²⁵¹ GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA. *Relatório da Directoria do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro em 1880*. Edição de duzentos exemplares. Rio de Janeiro: Typ. Lth Moreira Maximino, 1881, p. 9.

das “Actas da Sessão da Directoria do Gabinete Portuguez de Leitura”²⁵², a primeira notícia sobre o planeamento para a comemoração é a de 18 de outubro de 1878. Há nela a informação de que sabiam das comemorações que ocorriam em Lisboa.

Para marcar a comemoração, o GPL deliberou a confecção de dois importantes documentos: uma edição crítica e monumental da obra “Os Lusíadas” (Ilustrações 9 e 10) e uma medalha cunhada (Ilustração 11) para a ocasião.

Na sessão de 31 de julho de 1879, o presidente leu a carta do representante do GPL em Lisboa, o Sr. Antonio Maria Pereira, pela qual dava notícia do orçamento para edição de “Os Lusíadas” – sobre a qual falaremos adiante. Na mesma ata consta que foi aprovado, por unanimidade, a impressão de 5 mil exemplares. Para isso, na sessão de 11 de setembro do mesmo ano autorizaram a confecção de 500 prospectos da edição, a fim de dar início aos trabalhos de subscrição²⁵³.

Impresso em Lisboa por Castro & Irmão, a edição especial de “Os Lusíadas” possui um prefácio intitulado “A Renascença e os Lusíadas”, assinado por Ramalho Ortigão; seguido de “Observações sobre o texto dos Lusíadas”, incluindo um glossário de autoria de Adolpho Coelho. Após o texto de Camões, no final do volume consta a “Notícia Histórica do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio”, de responsabilidade de Reinaldo Carlos Montóro.

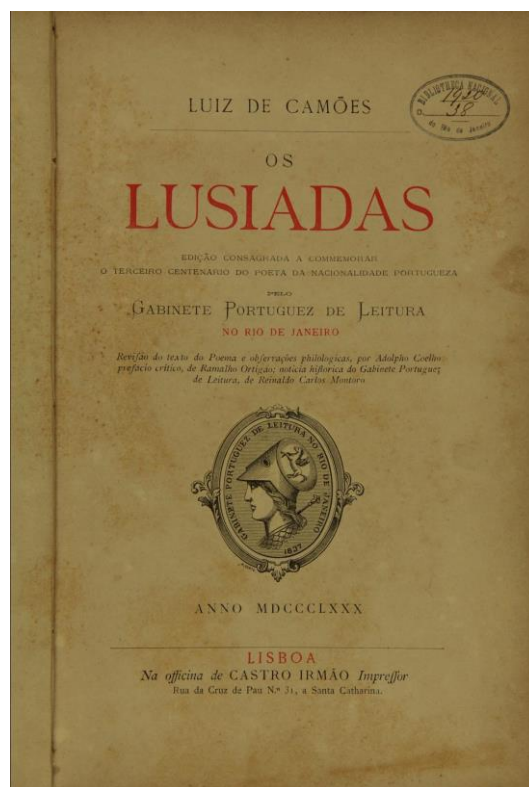
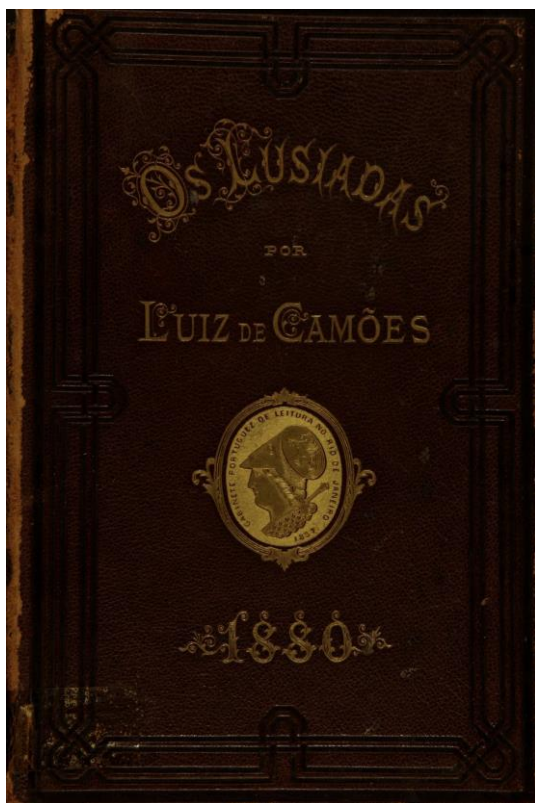
Um escritor português reputou-a como ‘opulenta edição’ e como um “perduravel monumento erguido pelo Gabinete á gloria das letras, a da sua pátria e a sua própria.”²⁵⁴ No total foram impressos 5.056 exemplares, sendo uma parte foi destinada a doações e outra para venda por subscrição. Do número destinado a doação, foram impressos exemplares em pergaminho, papel japonês, papel da China, papel whatman e em “papel superior”²⁵⁵.

²⁵² Conjunto de documentos encadernados e parte do arquivo do GPL, disponíveis digitalmente no *site* da instituição.

²⁵³ A descrição completa acerca dessa edição de “Os Lusíadas”, tipos de papel impresso, tipos de encadernação e destino da destruição acha-se no anexo V no *Relatório de 1880* (já referenciado na nota anterior) e foi igualmente reproduzido no Boletim do “Cruzeiro”, n. 131, de 13 de maio de 1881.

²⁵⁴ Boletim do Cruzeiro. Rio de Janeiro: Typ. de Quirino e Irmão, n. 131, de 13 de maio de 1881. (Acervo Biblioteca Nacional).

²⁵⁵ Cf. GPL. *Relatório da Directoria do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro em 1880* [...], p. 11.



Ilustrações 9 e 10: Encadernação e página de rosto da edição monumental d' *Os Lusíadas*.

Acervo: FBN

Foto: Claudio Xavier

No dia da solenidade, a diretoria do GPL entregou ao Barão Homem de Mello, Ministro dos Negócios do Império, uma oferta de 200 exemplares da edição para servir de prêmios aos alunos que mais se distinguissem em exames escolares.

Ainda para celebrar três séculos desde a morte de Camões, o GPL encomendou ao gravador francês, conhecido como Janvier, 300 medalhas, cunhadas em Paris, em bronze (297) e ouro (3)²⁵⁶.

²⁵⁶ Cf. Relatório 1880



Ilustração 11: Medalha comemorativa do Tricentenário de Camões. Cobre.

Fonte: MoedAntiga. Antiguidades & Colecionismo.

<http://www.moedantiga.com/Scripts/default.asp>

Mandaram fazer um busto²⁵⁷ de Camões, encomendado em Lisboa, como informa a ata de 4 de outubro de 1879. A análise do conteúdo das atas mostra que as notícias dos preparativos da comemoração corriam junto com as que informavam o preparo do terreno para o início da construção do prédio sede. Não localizamos a informação exata, mas pelos discursos, notamos que havia duas comissões.

Os preparativos para o dia 10 de junho de 1880 incluíram: consecução do processo burocrático para a compra do terreno onde seria construído o GPL; demolição dos prédios e preparação do local; organização da solenidade para o assentamento da pedra fundamental. Tudo isso conjugando para o Tricentenário da Morte de Luís de Camões com uma programação própria, dentro da qual estava o assentamento da pedra fundamental.

No final do ano de 1879, o então presidente Eduardo de Lemos deliberou que fossem convidados os diretores das “Sociedades Portuguesas” para tratarem das comemorações do Tricentenário da Morte de Camões²⁵⁸. Desse convite só encontramos nas atas a informação de que o Liceu e o Retiro Literário Português declararam ao gabinete que estavam prontos para colaborar²⁵⁹. É possível que outras sociedades tenham atendido ao convite. Na sessão de 29 de janeiro de 1880, a diretoria do GPL convocou uma nova reunião com os diretores das “Sociedades Portuguesas” para 6 de

²⁵⁷ Esse busto de Camões além de peregrinar por várias instituições na corte do Rio de Janeiro, a pedido delas próprias – como a Biblioteca Nacional durante a exposição camoniana –, a partir da inauguração do prédio em 1887 passou a compor a mesa nas grandes solenidades do GPL.

²⁵⁸ GPL. *Actas da Sessão da Diretoria*. 1869-1880, 24dez.1879.

²⁵⁹ GPL. *Actas da Sessão da Diretoria*. 1869-1880, 21jan.1880.

fevereiro a fim de discutirem o programa da festa. Ao que parece, a última reunião aconteceu no dia 18 do mesmo mês.

Essa informação é de grande importância porque meses depois o gabinete seria acusado, por parte de alguns membros da colônia portuguesa na Corte do Rio de Janeiro, de planejar tornar luso-brasileira uma festa que deveria ser unicamente portuguesa – conforme veremos a seguir. E ainda, de ser acusado, pelo Retiro Literário de não merecedor de promover tal comemoração. No que concerne à primeira acusação, é interessante que não localizamos nem nas atas nem no relatório de 1880 e nos de anos seguintes, nenhuma menção que o GPL tenha convidado alguma instituição brasileira para tomar parte na organização do evento.

O termo “apropriação” que estamos associando ao GPL, dentre outros motivos, tem a intenção de mostrar que a instituição, de fato, tomou para si o dever de ser a sede da efeméride aqui no Brasil. Era de se supor que as demais instituições portuguesas sediadas no Rio de Janeiro apoiassem incondicionalmente a centralização no GPL, até porque todas tiveram origem nele. Mas, ao menos em relação ao Retiro Literário Português, não foi isso que aconteceu. Vejamos o que diz o discurso de abertura do documento: “Descrição da festa commemorativa do Tricentenario de Camões, celebrada no dia 11 de junho de 1880 pelo Retiro Litterario Portuguez no Rio de Janeiro”

[...] se a alguma associação portugueza no Rio de Janeiro cabia, por *dever restricto*, commemorar, de modo preclarissimo, a fatal data que viu, ha tresentos annos, sumirnos abysmos do nada o corpo do *homem-genio*; se a alguma instituição cabia, dizemos, tão honrosa obrigação, era incontestavelmente ao Retiro Litterario Portuguez — na sua qualidade de *corpo colectivo mais antigo propriamente dito litterario*, com sessões hebdomadarias para, além de outros misteres instructivos e civilisadores, discutir na tribuna themas sobre os variados ramos de todas as províncias dos humanos conhecimentos.²⁶⁰

Pelo próprio título da publicação sabe-se que houve de fato outra comemoração. Não vamos trazer aqui o conteúdo deste impresso, pois não é de interesse para nossas análises. Todavia, é preciso destacar dois pontos: primeiro, os participantes foram todos portugueses; segundo, na citação transcrita o Retiro Literário se qualifica como “corpo

²⁶⁰ RETIRO LITERARIO PORTUGUÊS. Descrição da festa commemorativa do Tricentenario de Camões Celebrada no dia 11 de Junho de 1880 pelo Retiro Litterario Portuguez no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. de J. D. de Oliveira, 1880. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or1292573/or1292573.pdf. Acesso: 01 mar. 2012.

collectivo mais antigo propriamente dito litterario”. Pelo uso que ele faz mais de uma vez ao longo da publicação e pela recorrência que a mesma qualidade é atribuída ao GPL, ora por si próprio ora pela imprensa, poder-se-ia supor que isso era uma disputa na época?

A respeito do papel do GPL em realizar a festa, o periódico fluminense “O Cruzeiro” afirmou que “por ser a sociedade litteraria mais antiga do Brazil [...], cabia-lhe por isso muito natural e muito competentemente a honra de iniciar e promover a celebração do terceiro centenário de Camões.”²⁶¹

Desde a primeira carta que enviou a imprensa, o gabinete manifestou seu intento de tornar a comemoração camoniana em luso-brasileira, como no trecho a seguir publicado no dia 1º de março de 1880, na Gazeta de Notícias:

Camões é um d’esses raros a quem coube a fortuna de synthetisar os esforços de muitas gerações: e hoje – tres seculos depois de sua transformação gloriosa – dois povos, que as antigas crenças foram impotentes para manter reunidos, congraçam-se-lhe em torno da figura gigantesca. *Separados politicamente, os brasileiros devemos proclamar no terceiro centenário do genio immortal de nossa raça a solidariedade espirital dos povos que na mesma lingua receberam as tradicções da humanidade.*²⁶²

A separação política não significava a aniquilação da herança linguística. O que questões políticas foram incapazes de manter unidos, a língua manteve.

Outra carta, desta vez publicada no “Jornal do Commercio” e assinada por J. C. Ramalho Ortigão, primeiro secretario do GPL explicita ainda melhor a questão:

Ante a commemoração do 3º centenário do mais potente genio da litteratura portugueza no seculo XVI Portugal e Brazil solvem por um tributo igual a divida comum: – a que resulta da hereditariedade que não póde ser interrompida por factos do interesse político dos respectivos Estados: a que perdura pela tradição dos costumes e da linguagem; a que se não extingue jamais.²⁶³

Ortigão coloca a tradição dos costumes e a herança linguística acima das questões políticas que motivaram a Independência e evidencia que a festa seria luso-brasileira. Para isso, encabeçando a lista de personalidades brasileiras que o GPL

²⁶¹ CRUZEIRO. Boletim. Rio de Janeiro: Typ. de Quirino e Irmão, n. 131, de 13 de maio de 1881.

²⁶² GAZETA de Notícias, Rio de Janeiro, 1 mar. 1880, p. 4, grifos nossos.

²⁶³ JORNAL do Commercio, Rio de Janeiro, 13 mar. 1880, p. 2.

convidou estava D. Pedro II; no dia 6 de maio de 1880 uma comitiva foi pessoalmente ao palácio de São Cristóvão entregar o convite²⁶⁴.

A presença do imperador pode ser vista como um ponto de interseção entre o mundo luso-brasileiro. Como representante da literatura nacional, solicitaram a Machado de Assis a composição de uma peça que deveria subir ao palco do Imperial Theatro D. Pedro II. O escritor aceitou de pronto e escreveu “Tú só, tú, puro amor”²⁶⁵. E como representante da intelectualidade brasileira, o jovem camonianista Joaquim Nabuco como orador oficial. Carlos Gomes, Leopoldo Miguez e Arthur Napoleão²⁶⁶ compuseram hinos e marchas executadas no palco do teatro.

De todos esses convidados brasileiros, Joaquim Nabuco – fiando-nos na pesquisa que fizemos até o momento de fechar este texto – foi implacavelmente aliado e criticado por alguns membros da colônia portuguesa do Rio de Janeiro.

Dentre os críticos nenhum foi mais contundente que o médico português, residente no Rio de Janeiro, Francisco Ferraz de Macedo. Ele escreveu “Desabafo patriótico ao Tricentenário de Camões no Rio de Janeiro: estudo crítico e documentado, ou a 'a censura' feita aos promotores e orador-official do tricentenário, escripto desde dado a lume com antecedencia ao acto”. O próprio título e subtítulo já dão a tônica do tipo de texto que se segue nas inacreditáveis 219 páginas deste livro.

²⁶⁴ GPL. *Actas da Sessão da Diretoria*. 1880-1897, 7 de maio 1880.

²⁶⁵ O próprio autor explica o conteúdo do texto nas primeiras páginas do manuscrito: “desfecho dos amores palacianos de Camões e de d. Catarina de Athaide é o objeto da comédia, desfecho que deu lugar á subsequente aventura de África, e mais tarde á partida para a Índia, donde o poeta devia regressar um dia com a immortalidade nas mãos. Não pretendi fazer um quadro da corte de d. João III, nem sei se o permitiam as proporções mínimas do escrito e a urgência da ocasião. Busquei, sim, haver-me de maneira que o poeta fosse contemporâneo de seus amores, não lhe dando feições épicas, e, por assim dizer, póstumias.” Manuscrito digitalizado com acesso a partir do *site* do Real Gabinete Português de Leitura, disponível em: www.realgabinete.com.br. De acordo com ata de 14 de maio de 1881, o manuscrito que hoje consta no acervo do GPL foi entregue por Machado de Assis quase um ano depois do evento, sob insistência da presidência, pois Machado julgava que o texto estava muito rasurado. Fato narrado em carta de Machado de Assis, de 29 de abril de 1895: “Meu caro Ernesto Cybrão. – Possuía dois manuscritos da minha peça dramatica “Tu, só tu, puro amor...”. Um, como sabe, foi para a Bibliotheca Nacional, onde se fez a exposição camoneana; o outro ficou commigo, e foi bastante V. sabel-o para desejal-o, e desejal-o para obtel-o, pois é difícil negar-lhe nada do que intente possuir para augmentar a collecção do Gabinete Portuguez de Leitura, em boa hora confiado aos seus esclarecidos esforços. Não me atrevera a offerecer-lh’o, mas também não me atrevo a negar-lh’o. Ahi vai elle para o repositorio dos documentos que o Gabinete guarda, por menos que possa lembrar o esplendor das festas que aqui se celebraram em honra do grande épico. ‘Adeus. Creia sempre no velho amigo Machado de Assis.” (GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA. *Relatório da Directoria [...]*: 1895-1898. Rio de Janeiro: Typ. do “Jornal do Commercio” de Rodrigues & C., 1899. p. 17-18). Em sinal de reconhecimento os diretores lhe conferiram o título de sócio honorário (Ata, 11 jun. 1881), o qual ele aceita e agradece honrado. Em de maio de 1894 a ata da diretoria informa que Machado de Assis entregara um exemplar impresso e autografado da peça.

²⁶⁶ A Fundação Biblioteca Nacional possui todas as partituras.

Esse documento não faz parte de nosso *corpus*, contudo não podemos nos furtar de mencionar que chamou atenção pela análise que fizemos a recorrência das palavras “hóspedes” e “hospedados”. É assim que Ferraz considera os membros da colônia portuguesa no Rio de Janeiro.

O livro é dividido em quatro capítulos. No primeiro, “Orientação fundamental do assumpto”, o autor faz uma contextualização dos fatos que o levou a escrever, sobre o qual diz:

Qual é a causa, pois, que está dando tão mãos efeitos, perguntareis vós? A resposta é simples e prompta: é o convite feito pelo Gabinete Portuguez de Leitura ao ilustrado sr. (dr.) Joaquim Nabuco, para servir de orador oficial na commemoração do Tricentenário de Camões dado no Rio de Janeiro por alguns portuguezes hospedados no Brazil.²⁶⁷

Ele continua a justificativa que transcrevemos aqui pela contribuição que trará mais adiante para nossos argumentos:

Analysando também criteriosamente a escolha do orador, vê-se que ella é peccaminosa *triplamente*: 1º porque é feita sem autoridade investida; 2º porque o ilustrado sr. (dr.) Joaquim Nabuco é nascido no Brazil e não em Portugal, e portanto há *incompatibilidade* manifesta; 3º porque o ilustrado sr. (dr.) Joaquim Nabuco é *insuficiente* para o cargo que tão bondosamente aceitou.²⁶⁸

Nos três capítulos seguintes: “Da Incompatibilidade”, “Da Incongruência”, “Da Insufficiencia”, o autor vai se munir de uma retórica expressivamente positivista para construir e sustentar suas ideias e defender o seu ponto de vista: o Tricentenário da Morte de Camões deveria ser uma festa “genuinamente portugueza”²⁶⁹ e como tal, jamais poderia ter um orador oficial brasileiro, por mais ilustre que fosse.

Ao longo do texto buscou manter um tom respeitoso a Nabuco, porém não olvidou em chamá-lo de “réprobo” e acusá-lo de deslealdade ao Brasil, dizendo ainda que o livro “Camões e os Lusíadas”²⁷⁰, publicado pelo brasileiro em 1872 não passava

²⁶⁷ MACEDO, Francisco Ferraz de. *Desabafo patriótico ao Tricentenário de Camões...* Rio de Janeiro: Typographia Academica: 1880, p. 47.

²⁶⁸ MACEDO, op. cit., p. 47, grifos do autor.

²⁶⁹ MACEDO, op. cit., p. 55.

²⁷⁰ NABUCO, Joaquim. *Camões e os Lusíadas*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, 1872. Disponível digitalizado no portal “Brasiliana USP”:
<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01204900#page/6/mode/1up>.

de “*words, words, words!*”²⁷¹. Além de dizer que foi imprudente ao ter aceitado o convite.

Não vamos nos deter na querela de Ferraz de Macedo com Nabuco – isso é tema para outras investigações –, mas interessa-nos algumas críticas que ele fez ao GPL, sobretudo as que questionaram sua representatividade junto à colônia portuguesa no Rio de Janeiro. Temos que lembrar que essas críticas são importantes como certo contraponto, mas decerto que aqui nessa pesquisa foram relativizadas, tendo em vista o contexto quase feérico que foram escritas e principalmente porque foram escritas por uma só pessoa.

Dentre as críticas, a mais expressiva é:

D’entre uns poucos de nucleos portuguezes associados formou-se uma nova e resumida corporação, tendo menos do que um elemento de cada um deles, com poderes plenos para deliberar a respeito do tricentenário de Camões, *commemorado por um festival ruidoso (!!!)*. Nenhum dos componentes desta resumida corporação, ou simplesmente desta comissão magna, poderia deliberar sem harmonia entre todos.²⁷²

Ferraz de Macedo argumenta que ambos, GPL e Nabuco, incorreram em ato de incompatibilidade:

[...] como uma comemoração genuinamente portuguesa, promovida por portuguezes ao seu distinto e finado patrício Luiz de Camões; e, nestas condições, era mais do que impossível ser o representante oficial dessa homenagem um que não fosse portuguez, sem que incorressem, *o escolhido e quem o escolheu*, nas penas e acusações de *incompatibilidade* com o acto²⁷³.

Peremptoriamente procura demonstrar que o GPL errou ao afirmar sem contexto que Camões também era brasileiro, ao afirmar que:

[...] Camões foi sempre portuguez e nunca brasileiro; logo, os filhos do Brazil pelo nascimento foram sempre brasileiros e nunca portuguezes; logo, os filhos de Portugal pelo nascimento foram sempre portuguezes e nunca brasileiros²⁷⁴.

²⁷¹ MACEDO, op. cit., passim e p. 61, grifos do autor.

²⁷² MACEDO, op. cit., p. 71.

²⁷³ MACEDO, op. cit., p. 81, grifos nossos.

²⁷⁴ MACEDO, op. cit., p. 104.

Ferraz Macedo faz uma crítica ao GPL bastante contundente, alegando que a instituição não estaria autorizada para decidir sobre uma comemoração tão representativa e patriótica. Ele ainda destaca que a colônia portuguesa não precisa de um representante, ou um “chefe” como reputará.

[...] a cidade do Rio de Janeiro, oferece mais facilidade e vantagem aos concorrentes, é nella que se estabelece e persiste relativamente o maior numero de portuguezes, chegando presentemente o seu algarismo de 60 a 70 mil nesta cidade, ocupados desde os mais grosseiros serviços ruraes até á sciencia. Este conjunto de cidadãos portuguezes, pelo seu elevado numero e variada posição, fez que se chamasse a *colonia portugueza no Rio de Janeiro*, e, não obstante nunca o chegar a ter, anda sempre aspirações á escolha de um *chefe*. O facto é que sem elle vive tão harmoniosamente e bem-quista como se o pedisse e o tivesse por encommenda da natureza²⁷⁵.

Para concluirmos essa sequência com algumas querelas acerca do evento camoniano, transcrevemos a famosa crítica do médico português residente no Rio de Janeiro, Figueiredo de Magalhães. Figura influente entre os membros da colônia portuguesa, em 11 de março de 1880, publica no “Jornal do Commercio” um manifesto intitulado “O Triste Centenário de Camões”, do qual seguem alguns trechos:

Se o Camões do centenário a festejar é o poeta imortal dos Lusíadas; se o Gabinete Portuguez de Leitura é ainda instituição puramente portugueza; se na directoria dessa instituição não há já quem possa ser orador da festa que vai celebrar-se [...]: venda-se esse palheiro e mande-o produto acudir as misérias da pátria, para que essa inutilidade sirva assim de algum proveito, e não posso mais o mundo dizer que os 100,000 portuguezes existentes na província do Rio de Janeiro, estirados como os guardas no santo sepulchro, a ressonar estupidamente ao lado sua preciosa acordão ao toque festival de uma alvorada gloriosa na desprezível condição de precisarem pedir emprestado a outra confraria quem saiba ministrar-lhes a communhão nacional no jubilêo patriótico da sua irmandade!²⁷⁶

A essa publicação seguiram-se réplicas e trélicas de membros da diretoria do GPL, como Ramalho Ortigão e Eduardo de Lemos, assim como de outros membros da colônia no Rio de Janeiro. No entanto, não é nossa intenção, neste momento, perquirir

²⁷⁵ MACEDO, op. cit., p. 105.

²⁷⁶JORNAL do Commercio, Rio de Janeiro, 11 mar. 1880, p. 2. Este manifesto acha-se também no livro de Macedo (op. cit.). Contudo, não confiando estritamente nessa fonte conferimos na Divisão de Periódicos da Fundação Biblioteca Nacional. No mesmo ano, após ter acesso ao discurso que Joaquim Nabuco faria no GPL Francisco Bento Alexandre de Figueiredo publicou pela Typographia da Gazeta de Notícias, *Camões e os portuguezes no Brasil: reparos críticos*. Nas 154 páginas do impresso ataca ferozmente Nabuco, chegando a considerar que não sabia sequer falar bem o português.

essa rede discursiva, pois já lemos e consultamos um bom número delas e percebemos que seguem para outro caminho, fugindo ao objetivo desta pesquisa.

Voltando à citação anterior, primeiramente, destacamos um pensamento semelhante ao de Francisco Ferraz de Macedo: a festa é portuguesa. Para Figueiredo soa quase um acinte o GPL, instituição mantida e dirigida por portugueses no Brasil, realizar uma festa desta importância cujo orador não fosse naturalmente um patricio.

Magalhães chama o GPL de “palheiro” e “inútil” o qual deveria ser deitado fora se não conseguisse um orador português para cumprir a honra de ser uma espécie de sumo sacerdote que oficiaria a festa camoniana. Para ele, era uma situação “desprezível” terem que recorrer aos brasileiros, que ele chama de “outra confraria”.

A importância desse manifesto vai além do texto, pois a própria existência de atos contrários e questionadores das ações do GPL e de sua representação no seio dos membros da colônia portuguesa conduz-nos não à conclusão, pois seriam necessários os documentos, mas a relativizar a representação da instituição entre os lusos. E ainda, a maneira incomum – se compararmos como outras fontes – que a biblioteca é apropriada pela colônia, e como Magalhães entende o acervo distinto da associação – essa sim, segundo ele, poderia ser deitada fora.

Quanto à questão da influência e importância do GPL junto à colônia portuguesa, o editorial da “Gazeta de Notícias”, de 13 de maio de 1881, expressou que:

Pode dizer-se sem exagero, que reformou a colônia portugueza. Muitos homens que antes só volviam-se n’um mundo que tinha por horisontes o *deve* e o *haver*, elevaram-se mais longe e mais alto o seu pensamento. Muitos esforços que, isolado, deveriam permanecer estéreis, congregaram-se graças ao Gabinete. A elle, ao seu exemplo fecundo, se devem estas associações portuguezas que abundam n’esta capital, todas tão uteis, tão activas, tão previdentes e extremosas. E nem é só a colônia portugueza que se estende a influencia do Gabinete: estende-se igualmente aos brasileiros; até que ponto bem se evidenciou no centenário de Camões.²⁷⁷

O editorial não está assinado, mas sabe-se que foi escrito por um brasileiro, como veremos na próxima citação. Fato é que ele atribui ao GPL uma reforma intelectual e moral em alguns membros da colônia portuguesa que antes ocupavam-se apenas do comércio – representado na metáfora do “dever” e “haver”. Além da reforma ao gabinete coube o papel de congregar e servir de exemplo para as demais associações portuguesas, o que de certa forma os coloca no papel de devedoras.

²⁷⁷ GAZETA de Notícias, op. cit., n. 128, 13 maio 1881, p. 7.

Não há como afirmar, pois seria exceder demais o poder da conjectura, mas as palavras a seguir servem de respostas para alguns membros da colônia que atacaram a Instituição por razões das escolhas que fez para festa:

Sem o Gabinete, o centenário teria sido celebrado no Brazil? É bem provável que não. Supponhamos, porém, que o fosse. A festa seria alinhavada nas vésperas; não haveria a unanimidade, o aspecto solemne, o character nacional que revestiu. Os brasileiros somos incapazes de pensar em uma cousa oito dias antes de fazel-a, e por isso as manifestações collectivas revestem entre nós um character constante de patuléia.²⁷⁸

Nesse trecho percebe-se que o autor era brasileiro, pois afirma que “somos incapazes” de organizar algo com antecedência. A citação releva ainda que para ele o gabinete, com seu papel central e agregador foi o responsável pela qualidade da festa – da qual trataremos a seguir. Curiosamente tanto por essa sequência discursiva quanto pela anterior ele parece direcionar aos brasileiros também uma eventual possibilidade de promover a festa camoniana.

²⁷⁸ GAZETA de Notícias, op. cit.

3.3 O Tricentenário da Morte de Camões no GPL: os festejos e o discurso de Joaquim Nabuco

Ao se apropriar dessa comemoração – dentre uma série de significações que não abordaremos aqui – o grupo que formava o GPL parece ter deslocado a representação portuguesa para a instituição. De acordo com o que se encontra nas atas após a inauguração do prédio em 1887, em 28 de maio de 1890, a diretoria incorporou à data de 10 de junho as comemorações oficiais do GPL e deliberou que nesse dia as portas da instituição fossem abertas ao público em geral.

Baseando-nos nas ponderações de Hobsbawm²⁷⁹ percebemos que a celebração desse centenário – como uma tradição inventada e lugar de memória – favoreceu a socialização daquele grupo de portugueses, tanto com os brasileiros quanto com os portugueses que viviam no continente.

Os preparativos da festa seguiram com bastante cuidado da diretoria. Na sessão de 26 de maio de 1880 deliberou-se a preparação do terreno para a cerimônia de assentamento da pedra fundamental – que seria feita por D. Pedro II.

No dia 10 de junho de 1880, quinta-feira, às 11h da manhã, houve a solene celebração organizada pelo GPL na área onde seria construído o prédio, na Rua Luiz de Camões²⁸⁰. Estavam presentes muitos ministros do Império e o próprio D. Pedro II e D. Teresa Cristina Maria.

Além desses convidados, havia moradores da região e de outras áreas da corte. Após a leitura do “Auto do assentamento da pedra fundamental do edificio para a bibliotheca do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro” a diretoria dirigiu ao Imperador algumas palavras:

Senhor, da longa jornada que comprehendemos em 1837, fecha-se hoje o primeiro cyclo. [...] Em meio do desenvolvimento progressivo d'este grande paiz, a modesta influencia do nosso instituto representa, pelo menos, uma intenção respeitável e uma alliança cordial ao movimento da sociedade brasileira. [...] Se quarenta annos de trabalho, mais ou menos perseverante, mas nunca totalmente interrompido, podem ser a expressão de uma firme vontade, a que nos trouxe de tão longe no tempo e nos esforços até ao principio da fundação que aqui se celebra neste momento, dá a segurança de empenho com que procuramos remi-nos do nosso atraso, prosseguindo ininterruptamente na tarefa da nossa própria reorganização.

²⁷⁹ HOBSBAWM, op. cit.

²⁸⁰ Já estamos considerando aqui o nome dado a Rua da Lampadosa após estes festejos.

O novo cyclo que se abre a nossa actividade e as nossas ambições, illumina-o a grande luz que atravez de trez séculos ainda enche de raios luminosos o grande espaço da terra [...].²⁸¹

No discurso da diretoria, a história recente do GPL foi categorizada em dois ciclos, o primeiro de 1837 a 1880 e o segundo de 1880 adiante. O autor retomou a ideia de aliança do GPL com a sociedade brasileira, um interdiscurso que está presente no GPL1, analisado no capítulo anterior. Essa união se faz “em meio do desenvolvimento progressivo” do Brasil, ou seja, a contribuição que a instituição pretendia dar segue um fluxo de avanços promovidos pelo próprio país. E ele destacou que a influência do GPL é modesta.

Ainda na ideia de aliança, ela é “cordial”, ou seja, fraterna, amigável. Posição importante naqueles momentos belicosos, ao menos no âmbito ideológico e cultural. Esse ponto é dos elementos que aparecem no discurso de Joaquim Nabuco, a separação foi política e não deveria ser cultural.

No primeiro ciclo houve muito trabalho, muito esforço para colaborar com o país que os abrigava. Sobre esse empenho, além de um sentimento de dever com o Brasil, que Marcelino da Rocha Cabral fala no GPL 1, aqui consta um novo elemento, ou seja, o desejo de remissão de um atraso.

O emissor desse discurso, ao usar a frase, “dá a segurança de empenho com que procuramos remi-nos do nosso atraso, prosseguindo ininterruptamente na tarefa da nossa própria reformação” parece – dado o contexto que estamos trabalhando – referir-se muito mais aos portugueses em geral do que diretamente à instituição. Ponderamos nessa linha porque os discursos referentes ao estado do GPL são sempre muito positivos, denotando avanço e sucesso, não obstante as dificuldades, como próprio autor lembrou, “nunca totalmente interrompido”. O gabinete estava em amplo progresso.

Para contribuir com nosso raciocínio, retomemos uma das sequências discursivas de GPL 1: “os portugueses residentes no Rio de Janeiro, são beneméritos da Nação a quem pertencem.”²⁸²

Assim, acreditamos que o GPL como instituição cultural tinha o desejo de “remir” no Brasil a imagem de atraso que séculos de colonização atribuíram a Portugal. De acordo com o discurso isso seria possível porque seus intentos estavam sob as luzes, que apesar dos três séculos daquele período colonial, ainda estavam ativas.

²⁸¹ GPL. *Relatório da Directoria...*, op. cit., p. 12.

²⁸² GPL1, p. 13.

Parece que a cerimônia do dia 10 de junho começou com atraso ou foi assaz longa, pois consta que “muitos moradores da Rua de Luiz de Camões e largo de S. Francisco de Paula tinham vistosamente adornado as ruas adjacentes ao lugar de nossa festa, onde a noite se via uma brilhante iluminação e música.”²⁸³

De acordo com o programa²⁸⁴ para o dia, às 20h deu-se início ao “Grande Festival Litterario e Artístico”, no Imperial Theatro D. Pedro II²⁸⁵. A celebração foi dividida em três partes.

Primeiramente foi executado o hino brasileiro e, a seguir, Joaquim Nabuco pronunciou o discurso, após o qual houve recitações de poesias consagradas a Camões. A segunda parte teve início com o hino português, seguido da encenação da peça “Tu só, tu, puro amor...”, escrita por Machado de Assis²⁸⁶. Na terceira parte o maestro Arthur Napoleão regeu a orquestra que executou o “Hymno Triumphal”, de Carlos Gomes, a “Grande Marcha Eligiaca”, de Leopoldo Miguez e uma composição própria – seguindo essa sequência. Cabe dizer que todas as composições foram feitas especialmente para o evento, a pedido do GPL.

A respeito dos presentes no teatro, o único a comentar foi o cronista da “Revista Ilustrada”:

Se o theatro Pedro II tivesse desabado na noite de 10 de junho, teria esmagado tudo quanto as letras, as artes, a politica... possuem actualmente em maior actividade. La estavam: a côrte, o senado, a imprensa, a camara, a magistratura... tudo emfim.²⁸⁷

E ao que parece, pela descrição do cronista, os convidados de áreas representativas do Rio de Janeiro atenderam ao convite do GPL. Além do governo, estavam a academia e grupos formados por brasileiros em grande número.

²⁸³ GPL. *Relatório...*, op.cit., 1881, p. 13.

²⁸⁴ Documento impresso com letras douradas, faz parte de uma coletânea de outros impressos referentes ao evento. Consultado na Divisão de Obras Raras da Fundação Biblioteca Nacional. Localização: 16, 3, 17, n. 5.

²⁸⁵ Inaugurado no dia 20 de junho de 1871 e por despacho de 3 de setembro passou a ter esse nome. Era localizado na Rua da Guarda Velha, 10, atualmente Rua Treze de Maio. A partir de 1890 passa a se chamar *Theatro Lyrico*. Cf. GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. 5. ed., rev. ampl. Rio de Janeiro: Lacerda, 2000.

²⁸⁶ A respeito da peça, a descrição do cronista da *Revista Ilustrada*, de junho de 1880, é bastante interessante: “[...] é um episódio da vida do poeta: Camões apaixonou-se por Catharina de Atayde, é correpondido pela filha de D. Antonio, na corte murmura-se, enreda-se, e o pai nobre obtem do rei o desterro do cantor da bella dama. Na mais simples, entretanto... Entretanto nada mais graciosamente escripto, mais primorosamente facetado. De onde o successo então?”

²⁸⁷ REVISTA Ilustrada. Rio de Janeiro, n. 212, 19 jun. 1880, p. 3.

Os periódicos mais importantes da corte deram notícia do evento e destacaram essa união entre as duas bandeiras unidas pela língua portuguesa.

3.3.1 *O discurso de Joaquim Nabuco*

Como vimos anteriormente, o discurso de Nabuco inseriu-se dentro da programação oficiada no Imperial Theatro D. Pedro II. Ele começou dirigindo-se ao Imperador, a D. Teresa Cristina Maria e aos demais presentes. Um terço do conteúdo é dedicado ao histórico de Camões.

Fundamentalmente a grande importância desse discurso e a escolha dele para compor nosso *corpus* de análise, muito mais do que responder as categorias que estabelecemos, foi sua representatividade no que respeita a importância que a língua portuguesa tomou nessa comemoração. E, ainda, como ela será representada sendo um elemento de união entre duas nacionalidades.

Nossa escolha se pautou pelo fato do autor do discurso ter sido Joaquim Nabuco – deixamos para outros investigadores as polêmicas e contradições de sua vida –, pois naquele momento histórico ele, aqui no Brasil e, sobretudo, na corte, tinha uma influência muito grande nos meios intelectuais e políticos.

A ideia da frase “cuja literatura se confunde com a nossa”²⁸⁸, proferida 43 anos antes por José Marcelino da Rocha Cabral é uma constante no discurso de Nabuco.

A partir das análises vimos que o GPL aglutinou o nós e o eles, ou seja, tornou-se luso-brasileiro, independentemente de alguns membros da colônia portuguesa não reconhecerem isso ou não aceitarem – como visto anteriormente. É o que se percebe como intencionalidade na festa e no discurso. E não estamos dizendo com isso que Nabuco esteve a serviço do GPL, ou seja, construiu um discurso para atender os desejos da instituição.

O gabinete como o guardião da obra “Os Lusíadas” no Brasil, buscou tornar-se o guardião da própria língua que, passados tantos séculos, ainda é “portuguesa”²⁸⁹. De

²⁸⁸ GPL, p. 6

²⁸⁹ Sobre isso a declaração do escritor João Ubaldo Ribeiro no documentário “Língua: vidas em português”, de 2004, dirigido por Victor Lopes, é bastante expressiva.

maneira simbólica não há como mencionar que foi dentro do GPL que se realizaram as primeiras reuniões para a criação da Academia Brasileira de Letras.²⁹⁰

Contra qualquer argumento contrário, Nabuco também destaca a razão do gabinete promover a festa:

SD1 (GPL 3)

Tomando a iniciativa lhe competia por ser a primeira das fundações litterarias de Portugal no Brazil, o Gabinete Portuguez de Leitura, no Rio de Janeiro, quiz associar o seu nome ao terceiro Centenario de Camões por uma tríplice commemoração. A primeira foi o assentamento da pedra fundamental da Bibliotheca Portugueza [...]. A segunda foi a sua edição especial dos *Lusiadas* [...]. A terceira é esta imponente solemnidade artística, honrada com a presença de um Soberano [...], com a presença de uma princeza [...] e com a representação da Camara dos Deputados, que interpretou bem, com a sua homenagem á Luiz de Camões, o sentimento unanime do nosso paiz.²⁹¹

Aqui e no GPL 4 ele vai constantemente usar o adjetivo “literária” para referir-se ao gabinete, muito mais que associação. Para ele a fundação é “de” Portugal, e não de um grupo de portugueses. Isso é bastante distinto, pois não foi ação de um “grupo” a fundação e a colonização do Brasil, mas de um país.

Na SD, a instituição é reputada como “Bibliotheca Portugueza”, uma forma de categorização que até hoje é usada. Não localizamos nas fontes analisadas menção anterior a essa feita por Nabuco. Esse uso ainda responde ao nosso terceiro objetivo específico, segundo o qual o gabinete passou a ser reconhecido como instituição portuguesa, primeiro pelo acervo e bem depois pelo prédio monumental – por mais óbvio que isso possa parecer.

A última parte do texto chama atenção pelo destaque que deu ao Imperador e à princesa Isabel e total silêncio para com a Imperatriz, que também estava presente. A seguir, diz que o gabinete “interpretou” o sentimento brasileiro – “nosso paiz” – com a homenagem camoniana, ou seja, cabia ao Brasil também a celebração. Esse pensamento retorna aqui:

SD2

Si o dia de hoje é o dia de Portugal, não é melhor para elle que a sua festa nacional seja considerada entre nós uma festa de família? Si é o

²⁹⁰ Cf. GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA. *Relatório da Directoria do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro: 1904-1097*. Rio de Janeiro: Papelaria e Typographia do Parc Royal, 1908. p. 8.

²⁹¹ NABUCO, Joaquim. Camões. *Discurso pronunciado a 10 de Junho de 1880 por parte do Gabinete Portuguez de Leitura*. Rio de Janeiro: Impresso por G. Leuzinger & Filhos, 1880, p. 8.

dia da língua Portuguesa, não é esta também a que falam dez milhões de Brasileiros? Si a festa do espirito humano, não paira a gloria do poeta acima das fronteiras dos Estados, ou estará o espirito humano também dividido em féodos inimigos? [...] N'um sentido mais especial, porem, póde-se dizer que sejamos nós, os Brasileiros, estrangeiros nesta festa? Seria preciso esquecer muita cousa para affirmal-o.²⁹²

Na mesma ocasião que Nabuco fez esse discurso, o escritor brasileiro Rosendo Moniz Barreto recitou o poema “Camões entre dous Mundos”:

Entre povos irmãos, nesta homenagem posthuma,
Não posso distinguir as cores das bandeiras;
Se portuguezes são não sei, se brasileiras...
Só vejo a humanidade acima das nações. [...]
Nos dous mundos, que admiro, em fraternal abraço,
Vejo em tudo Camões.²⁹³

Examinando a SD2 e o trecho do poema do Moniz Barreto é possível perceber um elemento comum no que tange à questão identitária da festa, se só portuguesa, ou só brasileira, ou de ambos. Com um pensamento positivista, Nabuco afirma que o espírito humano deve estar acima disso.

O substantivo “família” é uma constante no campo discursivo de Nabuco no GPL 3. E pode-se até aqui usar como representação da categoria 4 que busca perceber como os portugueses eram vistos pelos brasileiros. Nessa investigação, o grupo “brasileiros” tem voz nos GPLs 3 e 4. Assim, temos:

SD1
Categoria 4: fundadores da Biblioteca Portuguesa.

SD2
Categoria 4: familiar, familiares, irmãos.

Na sequência seguinte, Nabuco exorta a representatividade do Brasil como “obra” de Portugal e como falante da língua de Camões:

SD3
[...] a India Portuguesa é uma pallida sombra do Imperio que Affonso d'Albuquerque fundou; ao passo que o Brazil e os Lusíadas são as duas maiores obras de Portugal.
Quanto ao Poeta, que deve ter também, não vos parece? uma palavra que dizer no dia de hoje, é-lhe por acaso indiferente que a sua lingua

²⁹² NABUCO, op. cit., p. 9

²⁹³ MONIZ, op. cit.

seja falada na America por dez milhões de homens, que serão um dia cem milhões?

Podia-se fazer um Centenário Portuguez, e outro Brasileiro; mas não seria qualquer distincção uma irreverancia perante a gloria do Poeta?²⁹⁴

A representação imaginária de que a língua portuguesa é forte no mundo por causa do Brasil perpassou décadas até nossos dias. É inevitável aqui não nos lembrarmos das discussões acaloradas que o Acordo Ortográfico²⁹⁵ despertou em ambos os lados do Atlântico, mas sobretudo em Portugal. Alguns lusos viram neste acordo um modo imperativo do uso da língua no Brasil ser posta como padrão, a despeito de sermos “filhos” deles.

E aproveitando esse momento de digressão com o presente, sobre essa relação filial e uso da língua aqui no Brasil, o escritor moçambicano Mia Couto disse algo bastante interessante que nos ajuda a perceber os deslocamentos históricos no âmbito da memória discursiva, se pensarmos um pouco fora desse circuito do gabinete. O escritor disse:

Eu acho que a língua portuguesa é hoje talvez uma das línguas europeias com a maior vivacidade, com o maior dinamismo, não por causa de uma essência em especial do português, mas por causa de uma razão histórica que aconteceu ao Brasil. Portugal deu origem a um filho maior que o próprio pai. A língua passou a ser gerida por outros mecanismos de cultura²⁹⁶.

Voltando dessa digressão, retomemos o texto de Nabuco. A seguir, ele expõe suas impressões acerca do migrante português.

SD4 (GPL 3)

O imigrante Portuguez chega ao Brazil sem fortuna, mas também sem vícios, e pelo seo trabalho crea capitaes; vem só, e funda uma familia; seos filhos são Brasileiros; fallando a nossa lingoa, e da nossa raça, essa immigração nem parece de estrangeiros; todos os annos, á força de privações corajosamente suportadas, ella põe de um lado uma somma considerável, que não accresce tanto á riqueza de Portugal como a nossa.²⁹⁷

Ao português é atribuída uma inocência que seria corrompida pela emigração. Aqui não apenas contribuiu para o comércio, mas estabeleceu sua família e raízes. O

²⁹⁴ NABUCO, op. cit., p. 10

²⁹⁵ Sobre o Acordo Ortográfico: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/acordo.php>. Acesso em 06 maio 2012.

²⁹⁶ COUTO, Mia. In: LOPES, Victor. *Língua: vidas em português*. 2004 (filme).

²⁹⁷ NABUCO, op. cit., p. 11.

uso do pronome possessivo “nossa” para os substantivos “lingoa” e “raça” indica que ele considerava que além de falarmos a mesma língua – o que já está expresso em outras sequências – a raça é a mesma. Assim, não se pode falar em estrangeiros quando se fala de brasileiros e portugueses.

SD4

Categoria 4: gente sem vícios; corajosos imigrantes.

Percebe-se que a imagem que Nabuco apresenta do português imigrante é muito positiva. Aqui ele se dirigiu aos portugueses em geral, já no discurso de 1888 (GPL 4) ela fala diretamente para os membros da instituição.

A crer pelos relatos de alguns periódicos, o GPL de fato conseguiu ligar seu nome a Camões, enfatizou sua primazia como instituição promotora da língua portuguesa e como ponto central da cultura lusa fora de Portugal. Publicado no “Jornal do Commercio” de 13 de maio de 1881, o editorial a seguir é um bom exemplo disso:

O dia 10 de junho de 1880 ficará inscripto nos fastos do Gabinete Portuguez de Leitura como uma data que elle pode lembrar com o mais legitimo orgulho de ter cumprido uma grande missão. [...] a todos nós, brasileiros e portuguezes, testemunhas do zelo infatigável, da dedicação inexcedível e da iniciativa esclarecida com que a directoria planisou e levou a effeito, no meio do applauso geral e com o concurso de toda a população, a apotheose do cantor dos Lusiadas, é que cabe fazer justiça aos sacrificios e prolongados trabalhos que essa glorificação custou a alguns homens de rija vontade, ardentemente compenetrados da responsabilidade que haviam tomado aos hombros. Esta justiça, porém está feita. Por consenso unanime a directoria do Gabinete Portuguez de Leitura tornou-se benemérita da gratidão publica; ella ligou immorredouramente o seu nome a um acontecimento litterario de eminentíssimo vulto.²⁹⁸

Partindo de GPL 3 a representação dos membros da colônia portuguesa e/ou membros do GPL pode ser agrupada desta maneira:

- ❖ Fundadores da Biblioteca Portuguesa;
- ❖ Familiar,
- ❖ Familiares;
- ❖ Irmãos;
- ❖ Gente sem vícios; corajosos imigrantes.

²⁹⁸ JORNAL do Commercio, n. 132, 13 maio 1881, grifo nosso.

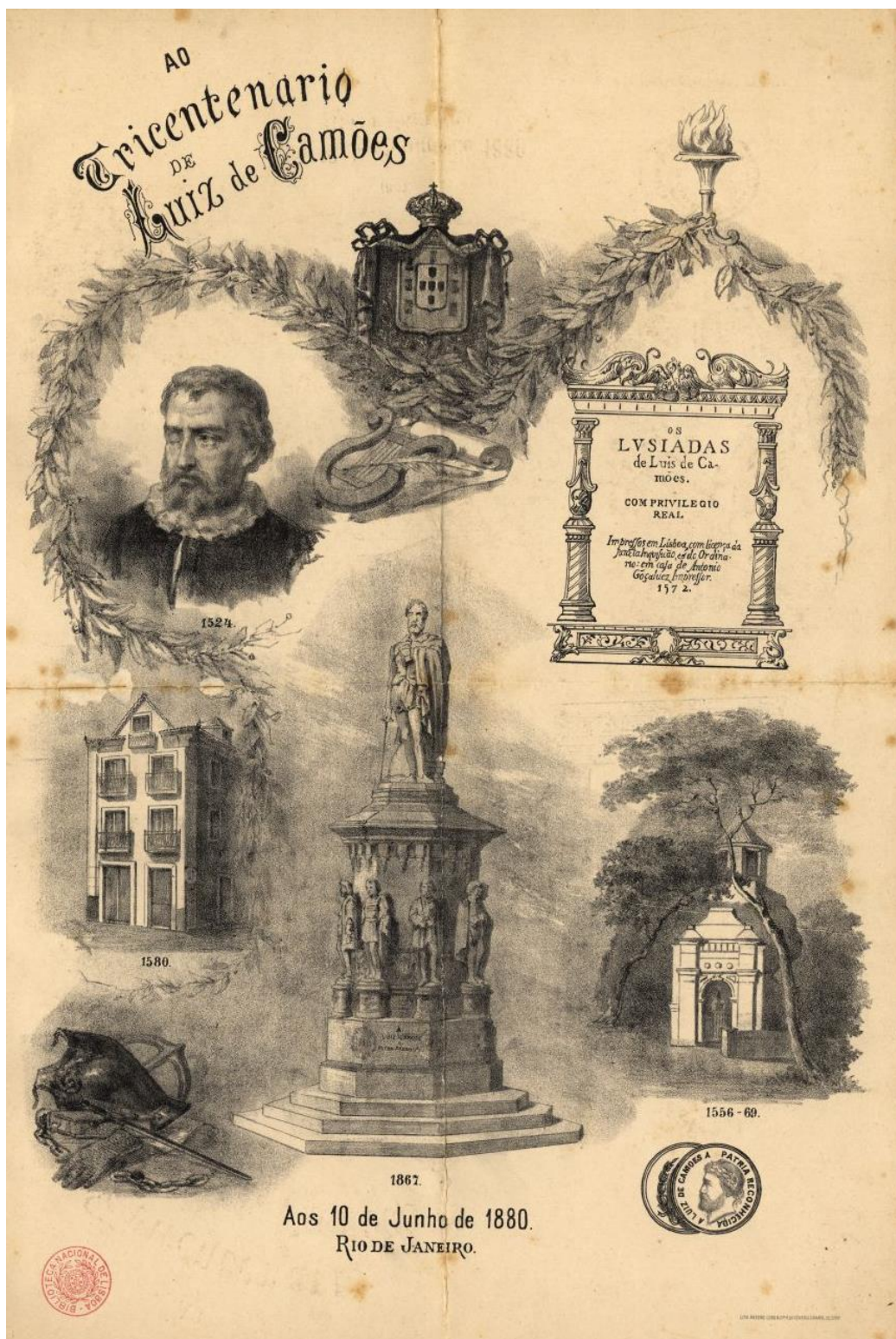


Ilustração: 12 Ao tricentenário de Luiz de Camões [Rio de Janeiro ?] : [s.n.], 1880. Litogravura de António Lobo. Acervo: Biblioteca Nacional de Portugal Digital.

3.4 A construção do prédio e sua inauguração: a consecução do evento de 1880 e mais uma vez Nabuco

A partir do que se observa nos catálogos e relatórios publicados pelo GPL, a instituição vinha crescendo exponencialmente. Com isso, uma necessidade, já destacada por José Marcelino da Cabral em 1837, era cada vez mais premente: precisavam de um prédio maior e próprio.

A crer pelo que se encontra nas atas, imóveis foram comprados, mas o início das obras de construção só se deu uma década depois. Para a construção do prédio precisaram de capital para levar a empreitada a cabo, por isso traçaram estratégias rígidas para a obtenção dos recursos. Afora a criação de um fundo, organizaram alguns espetáculos em benefício do gabinete.

O fundo para a construção do prédio foi estabelecido em 1871 e, no mesmo ano, promoveram o primeiro espetáculo – procedimento que se tornaria anual. Com a organização do acionista e membro da diretoria, José Joaquim Ferreira Margarido, o evento ocorreu no dia 16 de novembro, organizado pela Companhia Lyrica do Theatro de D. Pedro Segundo, que levou ao palco as “Vesperas Sicilianas”, de Verdi²⁹⁹. Dois anos depois há a informação da realização de outro espetáculo, levado ao mesmo palco pela Companhia Lyrica Franceza, no dia 5 de novembro³⁰⁰.

Sobretudo sob a presidência de Eduardo de Lemos, o projeto do prédio começou a tomar forma. E ao que indicam os relatos, muitos engenheiros queriam ter a honra de assinar o projeto. Com base na documentação, o primeiro foi encaminhado gratuitamente ao presidente do GPL³⁰¹ por Umbelino Alberto de Campo Limpo.

Em 13 de março de 1879, o próprio presidente declara em sessão, que escreveria a José Carlos Rodrigues, em Nova Iorque, pedindo-lhe planos de bibliotecas dos Estados Unidos³⁰². Esse, ao receber a carta, informou que havia conseguido pessoa competente para fazer um esboço do plano interno para o gabinete, ao custo de \$100, 00 (referência da época), mas o dinheiro só segue depois de setembro do mesmo ano³⁰³.

Não se sabe o quanto do projeto do interior, enviado de Nova Iorque, foi aproveitado, mas em 1881, o projeto final foi aceito (tanto do interior quanto da

²⁹⁹ GPL. *Actas da Sessão da Diretoria*, 1871 passim.

³⁰⁰ GPL. *Actas da Sessão da Diretoria*. 1869-1880. 6 nov. 1873.

³⁰¹ GPL. *Actas da Sessão da Diretoria*. 1869-1880. 3 out. 1878.

³⁰² GPL. *Actas da Sessão da Diretoria*. 1869-1880. 13 mar. 1879.

³⁰³ GPL. *Actas da Sessão da Diretoria*, 1879, passim.

fachada), tendo sido idealizado pelo arquiteto lisboeta, Rafael José da Silva e Castro. Toda a cantaria e portas foram compradas em Portugal, por intermédio do Visconde do Rio Vez, que se achava na Europa no período e que, em 1882, também contratou a cantaria da fachada com Germano José de Salles, ao custo de 11:000\$000. Contratado por 4:500\$000, outro português, o artífice José Simões de Almeida Junior esculpiu as estátuas de Vasco da Gama e Camões, que figurariam na fachada. Já o vigamento de ferro veio da Bélgica e o próprio Eduardo de Lemos custeou um guincho a vapor para as obras³⁰⁴. Junto ao senado brasileiro conseguiram total isenção das taxas alfandegárias para estas importações – fato que demonstra o prestígio do GPL.

Em janeiro de 1881 delibera-se, de fato, o início das obras, com a absoluta assistência dos membros da diretoria, com revezamento de uma semana para cada um, cabendo apenas ao presidente o intermédio com o arquiteto³⁰⁵. Na mesma época, ainda no prédio da Rua dos Beneditinos, deliberam franquear a sala de leitura e uso de livros para consulta na biblioteca a todos os jornalistas, escritores, professores e funcionários públicos, desde que apresentassem um simples cartão de visita ao empregado de serviço³⁰⁶. Essa postura, além de denotar uma possível demanda, mostra o quanto a instituição já passava a contar com prestígio e respeito na corte do Rio de Janeiro.

O eterno medo alexandrino da perda de acervos pelo fogo e a questão da durabilidade fizeram com que a diretoria optasse pelo ferro, em substituição à madeira, sempre que possível. A empresa de Manoel Joaquim Moreria & C foi contratada para o projeto de cobertura do edifício, cúpula e claraboias por 35:000\$000. A mesma empresa também ficou responsável pelas estantes, galerias e demais componentes em ferro, pelo custo de 37:000\$000³⁰⁷.

Ao longo do processo contavam com ofertas das mais variadas camadas da sociedade carioca, tanto de lusos quanto de brasileiros, que talvez vissem no apoio à construção daquele prédio um meio de perenizar seus nomes, assim como pelo *status* que o pertencimento ao GPL já dava aos sócios. Muitos escreviam oferecendo serviços, até mesmo gratuitamente, como Bartolomeu Alves Meira, que em carta dirigida à diretoria declarou o seu desejo de “collaborar na medida de suas forças”, especificamente, com trabalho de decoração do teto do salão de honra (atual sala dos

³⁰⁴ GPL. *Actas da Sessão da Diretoria*. 1869-1880, 1 jul. 1881.

³⁰⁵ GPL. *Actas da Sessão da Diretoria*. 1880-1897, 30 mar. 1881.

³⁰⁶ GPL. *Actas da Sessão da Diretoria*. 1880-1897. 30 maio 1881.

³⁰⁷ GPL. *Actas da Sessão da Diretoria*. 1880-1897. 20 jun. 1882.

brasões)³⁰⁸, ou como Manoel José Amoroso Lima Junior, que ofereceu um milheiro de telhas para a cobertura³⁰⁹. A essas ofertas seguiram-se muitas outras, talvez tantas que Eduardo de Lemos propôs a criação de um registro chamado “Socios Fundadores do Edifício Manuelino”³¹⁰.

Com uma intempérie ou outra, como as chuvas de início de 1882 e o naufrágio do vapor Copérnico, em março de 1883³¹¹, que trazia 91 pedras lapidadas para a fachada do edifício, as obras seguiram em ritmo extremamente rápido. Os membros do GPL faziam questão de divulgar os avanços da construção em Portugal e também em outras regiões do Brasil³¹². Na cidade do Rio de Janeiro, informou o secretário à diretoria, a fachada chamava e prendia a atenção e a curiosidade dos transeuntes³¹³.

A “Revista Illustrada” de 15 de janeiro de 1887 informou acerca da particularidade do prédio e sua importância:

Muitos collegas nossos visitaram, ha dias o bello edificio do Gabinete Portuguez de Leitura, quasi prompto e em vesperas de ser inaugurado, trazendo, de lá, agradabilissimas impressões. Como se sabe esse edificio, pela sua architectura, plano e solidez de construcção, é um dos primeiros do Rio de Janeiro, e lembrará, sempre, a união e o esforço da colonia portugueza; que, entre nós vive. É um verdadeiro monumento, erguido a Portugal, em terras do Brazil, e faz grande honra aos seus iniciadores³¹⁴.

Para a inauguração previa-se que todos os livros já tivessem sido transferidos do endereço da Rua dos Beneditinos e colocados à disposição dos leitores, pois não gostariam que houvesse interrupção nos serviços.

A data marcada para a inauguração refletia outro momento importante, ou seja, o ano do cinquentenário do gabinete. No dia 10 de setembro de 1887 os laços foram cortados pela Princesa Isabel, na qualidade de soberana da nação, visto que D. Pedro II achava-se em tratamento médico fora do Brasil. O orador da ocasião foi José Duarte Ramalho Ortigão³¹⁵.

³⁰⁸ GPL. *Actas da Sessão da Diretoria*. 1880-1897. 10 dez. 1881.

³⁰⁹ GPL. *Actas da Sessão da Diretoria*. 1880-1897. 24 abr. 1882.

³¹⁰ GPL. *Actas da Sessão da Diretoria*. 1880-1897. 31 dez. 1881.

³¹¹ GPL. *Actas da Sessão da Diretoria*. 1880-1897. 06 mar. 1883.

³¹² GPL. *Actas da Sessão da Diretoria*. 1880-1897, passim.

³¹³ GPL. *Actas da Sessão da Diretoria*. 1880-1897. 03 dez. 1883.

³¹⁴ REVISTA Illustrada, 15 Jan. 1887, p. 2.

³¹⁵ António Rodrigues Tavares, antigo presidente do GPL, viu na marcação da data outra possibilidade: “Estamos inclinados a crer que teriam sido as incertezas desse momento histórico [uma situação política desfavorável ao Imperador] que levaram os pró-homens do Gabinete a apressar a inauguração do edifício



Ilustração 13. Cena da inauguração do GPL no dia 10 de setembro de 1887.

Pintura a óleo de A. Steckel.

Na porta do GPL estão a Princesa Isabel e o Conde D'Eu, na fachada acima estão representados os membros da diretoria.

Acervo: GPL.

nesse 10 de setembro de 1887 – buscando como pretexto, ser esse o ano em que a instituição, via passar o cinquentenário de sua fundação – temerosos, talvez, que o grande monarca viesse a falecer e uma reviravolta política, acendesse os primeiros archotes da República.” TAVARES, António Rodrigues. *Fundamentos e actualidades do Real Gabinete Português de Leitura*. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1977. Edição comemorativa do 140º aniversário de fundação, p. 104.

3.4.1 *O discurso de Joaquim Nabuco*

Para remediar a ausência sentida do Imperador, o GPL prontificou-se a realizar uma segunda inauguração, chamada em ata, de “oficial”, em 22 de dezembro de 1888, que contou com os mais ilustres membros da corte e do próprio soberano. Nessa mesma data, D. Pedro II recebeu da diretoria do gabinete o diploma de Presidente Honorário. Foi nessa ocasião que o Joaquim Nabuco subiu novamente à tribuna como orador oficial da solenidade.

Na sequência discursiva: (SD1) “Vós sentis que não deveis deixar morrer também a vossa tradição na memória da grande nacionalidade que fundaste”³¹⁶ Nabuco assentará a base para o papel do GPL como lugar de memória lusa.

Assim como fez em 1880, Nabuco exortou a ideia de filiação e de herança entre esses dois povos:

SD2

O português no Brasil tem orgulho da sua raça, que fundou este colosso que veem do outro lado do Atlântico [...]. Vos olhais para o Brasil como o escultor olha para a sua estátua, como o pai se revê num filho glorioso. Sois em certo sentido mais brasileiros do que os brasileiros. [...] Tendes mais confiança em nós do que nós mesmos.³¹⁷

Temos aqui elementos interessantes para a Categoria 4:

SD1:

❖ Guardiães da memória lusa.

SD2:

❖ Escultores de um grande país;

❖ Orgulhosos do Brasil;

❖ Pais de um filho glorioso;

❖ Cheios de confiança no Brasil.

Como uma espécie de pêndulo discursivo, ora dirige-se diretamente ao grupo do GPL, ora aos portugueses que vivem no Brasil em geral.

³¹⁶ NABUCO, Joaquim. [Discurso pronunciado na inauguração do prédio sede, em 1888]. In: TAVARES, op. cit., p. 113. Nas citações seguintes apenas: GPL 4.

³¹⁷ GPL 4, p. 114.

Chamou a atenção em seu discurso – dentre outros elementos – para a natural função do GPL de preservar a língua portuguesa.

Nesse discurso, além da questão identitária entre o “ser português” e “ser brasileiro” e da herança histórica que o segundo deve ao primeiro, Nabuco priorizou uma discussão em torno do idioma, da língua portuguesa. Esse aspecto, reforçando nossas ponderações iniciais da pesquisa, apareceu no centenário de 1880, tomando Camões como elemento aglutinador.

Vemos que o gabinete já tinha um papel importante como ponto de confluência, mas será na consecução de um prédio sede que ele passará ocupar de fato esse lugar. Nabuco é muito enfático e usa as palavras “obrigação” e “dever” para definir o papel da instituição frente à defesa da língua portuguesa.

SD3

Agora vossas obrigações: como centro de vida patriótica, deveis ser o arquivo, ou melhor, o reflector de tudo que interesse à vossa nacionalidade, desperte o vosso patriotismo, transporte portugueses e brasileiros pelo espírito aos santuários nacionais de Portugal, por três séculos nossa pátria comum. [...] Como centro da língua portuguesa, cabe-vos exercer uma espécie de censura sobre todas as corrupções provenientes de pura ignorância, da grosseira indiferença pelo calor dos vocábulos [...].³¹⁸

Note-se que esta função de “censura”, ou melhor, de controle dos padrões cultos da língua, é um papel normalmente atribuído às Academias de Letras. Para ele, se a língua era portuguesa, ela não poderia ter melhor guardião do que o GPL.

A palavra “centro” foi usada para representar a função que espera-se do GPL: centro de patriotismo e da língua. Nabuco apropria-se da metáfora do refletor para reforçar que o gabinete deveria refletir no Brasil o que representava Portugal.

Fazendo uma incursão ao GPL 1, poderíamos lembrar as palavras de José Marcelino da Rocha Cabral, que na conclusão seu discurso, ao referir-se a nós, deixa evidente que nossa literatura se confunde com a portuguesa. Destarte, vemos como está imiscuída a relação língua-identidade. Mesmo que essa identidade estivesse naquele momento com sua definição ainda um pouco amorfa.

Partindo das análises que fizemos nos documentos que compõem nosso *corpus*, bem como nos documentos que gravitam em torno deles, como nas atas e relatórios produzidos pelo GPL, vemos o quanto foi importante o evento de 1880 para a

³¹⁸ GPL 4, p. 118-119.

legitimação da instituição. A legitimação foi conferida por um brasileiro, mesmo que com algumas reservas, um grande e influente intelectual e político da época, de incontestável ação, como Joaquim Nabuco.

Para além da missão de ser uma biblioteca associativa prevista pelos fundadores, Nabuco insufla outra: ser uma escola, ou seja, um local de formação, como mostra essa sequência:

SD4

Sois uma biblioteca, deveis ser uma escola. As vossas salas estão pedindo quem as anime com as lições. Fostes vós que nacionalizastes Camões no Brasil, e não podeis prestar melhor serviço aos dois povos do que sempre cobrando deles o tributo de vassalagem que ambos devem ao soberano imortal da sua língua.³¹⁹

Já havia se tornado esse lugar, pois nos anos de 1840 a 1860 o GPL cedeu seu espaço, ainda diminuto, para a criação de academias e retiros literários.

No que respeita ao edifício, Nabuco estabelece quatro significações, três gravitando em torno de Camões e uma que as atravessa. A primeira significação:

SD5

[...] é o monumento levantado à missão histórica de vossa nacionalidade, e portanto é uma afirmação da vossa consciência portuguesa, da pátria intangível, tão convencida, tão solene e tão alta como é a Batalha e como são os LUSÍADAS. Neste sentido o vosso edifício é directamente filho de Camões [...].³²⁰

A segunda significação tem o edifício como:

SD6

[...] um padrão de posse nacional; com ele reclamais para vós o domínio da língua portuguesa no Brasil em nome de Luís de Camões. E tendes razão. A língua é uma tradição preciosa. [...] Essa língua é vossa, é propriedade vossa [...]. A língua portuguesa é a fronteira inexpugnável da vossa nacionalidade.³²¹

Por fim, a terceira afirmação sobre o edifício:

SD7

[...] é o culto a Camões. [...]; Estamos aqui, senhores, no santuário brasileiro da religião camoneana, e eu não preciso dizer-vos que essa é a base sólida e indestrutível de toda a nossa literatura, que ninguém que não admire Camões há de fazer em nossa língua nada que seja grande, fecundo, nada que mereça viver e reproduzir-se.³²²

³¹⁹ GPL 4, p. 119.

³²⁰ GPL 4, p. 117.

³²¹ GPL 4, p. 117.

³²² GPL 4, p. 117-118.

Por fim, a quarta afirmação:

SD8

[...] aliança intelectual luso-brasileira. Este monumento é um símbolo de fraternidade. Não se fazem doações destas a uma nação com a qual não se está vinculado irmãmente! Não se fazem benfeitorias destas em casa alheia.³²³

A figura do GPL como um local de culto a Camões (SD7), culto à língua começou a aparecer em outros discursos a partir dessas palavras de Nabuco. O adjetivo “inexpugnável” aparece na SD6 como uma maneira de mostrar que pela língua, Portugal jamais seria vencido, jamais seria ultrapassado. Em SD8 Nabuco sela a missão que perdura até hoje: uma instituição luso-brasileira. Vemos que o GPL forja essa identidade e característica, passando a ser representado assim.

As palavras de Nabuco refletem o projeto instituído pelos fundadores do GPL, em 1837, e como ele funcionou, pois o objetivo era primar pela língua e formação de uma instituição que contribuísse para ambos, brasileiros e portugueses. A associação de Camões à função do GPL surge, sobretudo, a partir da década de 1870, quando se intensificam os preparativos da celebração do centenário do poeta.

Para coadunar os objetivos dessa pesquisa, a sequência discursiva seguinte é fundamental:

SD9

Esta festa é o começo de uma propaganda necessária, que pode produzir um renascimento – o da nossa língua, começo da ressurreição do nosso patriotismo. [...] Toda raça que esquece as suas origens começa a decair; toda raça que é indiferente à sua língua começa a dissolver-se.

Caberia ao GPL daquele momento em diante, ser o bastião da língua. Essa é vista como elemento de patriotismo e uma “fronteira inexpugnável da [...] nacionalidade” (SD6). Para ele, uma raça cairia se fosse “indiferente à sua língua”, o que nos conduz à reflexão sobre o caráter de identidade e representação que uma língua nacional contém.

A língua, para Nabuco, é portuguesa e pertence aos portugueses e eles, representados pelos membros do GPL, teriam o dever de trazê-la de volta ao povo brasileiro que se afastava dela, assim como da própria literatura lusa. Assim, ele exorta para o fato de que a língua portuguesa estava sitiada por outras, sobretudo a francesa:

³²³ GPL 4, p. 118.

SD10

Os brasileiros não sabem nada do vosso país [...]. O brasileiro vai diretamente a Paris. O que lê, é o que a França produz. Ele é pela inteligência e pelo espírito cidadão francês, nasceu parisiense; em que lugar de Paris eu ignoro. Parisiense, ele vê tudo como o pode ver um parisiense desterrado de Paris. Não há um brasileiro talvez que tenha pensado meia hora seguida sobre cousas portuguesas... Nós falamos a mesma língua, mas de que serve, se não lemos o português? Para dizer a verdade, não estamos tornando um povo poliglota. É uma condição séria. Eu a exponho com franqueza, como se este fosse já o primeiro conselho de guerra da nossa língua sitiada e pronta a capitular.³²⁴

A situação que ele expõe perdurará até pelo menos o final dos anos de 1920, o Brasil e, sobretudo o Rio de Janeiro, afrancesava-se. Aulas e conferências eram ministradas em francês, assim com livros eram publicados nessa língua³²⁵. Por essa razão a construção de um templo camoniano na cidade era tão importante para zelar por uma língua que estava “sitiada e pronta a capitular” (SD10).

O elemento que perpassou todo o discurso é a representação que o prédio manuelino teria frente à preservação da língua e da cultura lusa no Rio de Janeiro. Ele reforça o caráter identitário do idioma e reflexo da raça. Há um enfoque ao que se chama de patriotismo dos lusos ao Brasil e de que jamais nosso país seria terra estrangeira aos portugueses, pois isso só seria visível pelo foco da independência política, como fica muito claro na sequência discursiva abaixo:

SD11

Somente num sentido eu consentirei em chamar o Brasil país estrangeiro para vós; no sentido de sermos uma nacionalidade política distinta. Nós nos constituímos em nação independente, ou melhor, diversa da vossa, porque essa era a lei da formação social da América. Foi um simples fenómeno de cissiparidade.³²⁶

Como no discurso de 1880, Nabuco concorda que os brasileiros devem reconhecer a supremacia portuguesa:

SD12

A lei do predomínio europeu, sem falar do mandamento – RESPEITARÁS PAI E MÃE – não consentiria que a Europa fosse governada da América.³²⁷

³²⁴ GPL 4, 116.

³²⁵ Existem várias referências sobre esse tema, porém nossas bases foram: BROCCA, Brito. A vida literária no Brasil, 1900. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956; NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Tradução de Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

³²⁶ GPL 4, 113.

³²⁷ GPL 4, p. 114, grifos do autor.

A figura da filiação é reforçada com a citação de itens do decálogo de Moisés. E por questão de hierarquia ou “lei”, como ele chama (ou seja, *factum est*), tornar-se-ia inconcebível que pai ou a mãe (Portugal/Europa) fossem governados pelo filho (Brasil/América).

Ele vê como inevitável e um pouco imponderável não pensar na separação de 1822:

SD13

Deixai-me dizer o que penso. Se nós não nos tivéssemos separado em 1822, quem sabe o que teria acontecido? Talvez não existisse hoje nem Portugal nem Brasil. Eu sou dos que por nada tocariam na história. Eu penso que a humanidade, como o homem, não deve se arrepender nunca. O que eu quis lembrar com isto é que entre nós houve um facto civil apenas – a nossa emancipação; não houve ruptura dos laços de família que nos prendiam. O vosso patriotismo adaptou-se ao nosso país sobe essa firme persuasão.³²⁸

Uma vez mais Nabuco usa a figura de “laços de família” para se referir a aliança entre brasileiros e portugueses. O conceito de família é novamente evocado, como em 1880. E retoma ainda a questão do patriotismo de um estrangeiro ao país que habita. Um patriotismo à terra que se vive e não somente a terra onde se nasce.

Nesse discurso volta a questão da união intelectual entre nós e os portugueses, e acrescenta a relação fraternal. Ele oscila no uso de relação de paternidade e de fraternidade em momentos do discurso. No exemplo anterior, ponderemos se a palavra – que aparece uma única vez – não estaria relacionada à generosidade, pois como ele afirma: “Não se fazem doações destas a uma nação com a qual não se está vinculado irmãmente! Não se fazem benfeitorias destas em casa alheia.”

No GPL 1 (1837), José Marcelino da Rocha Cabral, evocou tanto a fraternidade quanto a paternidade:

O Povo irmão e generoso, que nos acolhe, e nos facilita os meios augmentar as suas e as nossas riquezas, terá a satisfação de convencer-se, de que o grande Povo, de que descende, acompanha a marcha rápida e majestosa das nações, que correm primeiras para o mais elevado ponto da civilização.

Nós somos o povo acolhedor e generoso herdeiro de um grande povo, o português.

³²⁸ GPL 4, p. 114.

Em 1880 Nabuco deixou claro que os filhos de portugueses nascidos no Brasil são igualmente brasileiros. Aqui, além de reforçar que os lusos devem ter orgulho do povo que ajudaram a fundar, mostra que devem manter um patriotismo. A palavra “obrigação” estabelece um papel no GPL, como é possível verificar a seguir:

SD14

Tendes obrigação onde quer que estejais, de fazer respeitar esse passado do qual o mundo não deve perder a memória, nem vós a consciência da identidade, e no Brasil tendes dobrada obrigação de exaltar, porque estais em frente da nacionalidade que é a maior glória da vossa pátria, o orgulho do vosso sangue, o horizonte da vossa língua, o eco vibrante da vossa literatura e que tem sido até hoje a vossa SEGUNDA PÁTRIA – porque tem sido a pátria dos vossos filhos!³²⁹

O Brasil além de ser motivo de orgulho é um dos mais importantes centros de uso da língua portuguesa. Ao usar o pronome “vossa” para referir-se à língua, parece-nos que Nabuco está considerando o pertencimento histórico, a nós cabe o respeito por essa herança. Ao luso, cabe preservá-la e manter sua força, como denota sequências discursivas anteriores. Como fez em SD1, usou a palavra “memória” a fim de reforçar que aos portugueses espera-se que saibam preservá-la e fazer com que ela seja exaltada onde quer que haja um luso no mundo. Associada à questão da memória está a “consciência da identidade”. É de grande valor essa ideia de Nabuco, pois ela foi muito exortada em Portugal a partir de 1880 e principalmente na década de 1890, quando o país vivia uma crise política e mais uma vez sentia-se ameaçado na Europa. Muitos textos da época conclamaram aos portugueses não esquecerem seu passado³³⁰.

Cabe salientar que embora o discurso fosse direcionado aos portugueses, não podemos perder de vista para quem Nabuco fala. Ao que parece, a obrigação cabe não apenas aos membros da colônia portuguesa no Rio de Janeiro, mas principalmente aos pertencentes do GPL.

Abrimos essa dissertação com uma epígrafe de Fernando Pessoa. Nabuco diz que o Brasil é um “eco vibrante” da literatura portuguesa e o “horizonte” para língua. Se

³²⁹ GPL 4, p. 122.

³³⁰ Nossas fontes para esse período foram: MATOS, Sérgio Campos. A crise do final dos oitocentos em Portugal: uma revisão. In: *CRISES em Portugal nos séculos XIX e XX: actas do Seminário organizado pelo Centro de História da Universidade de Lisboa*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, p. 99-115; SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo, 2003. V. IX. Recomendamos igualmente a leitura do poema “Ultimatum”, de Álvaro de Campos (um dos heterônimos de Fernando Pessoa), escrito em 1917. O texto é reconhecidamente uma alusão a esse período.

na época dele esse cenário podia ser vislumbrando, hoje em dia nosso país é reconhecido, pela óbvia razão da dimensão geográfica, como um importante receptor do que é produzido em língua portuguesa no continente e nas ex-colônias da África.

Na próxima sequência discursiva, Nabuco usa a expressão “influência literária portuguesa” como uma necessidade para continuar o intento dos fundadores. Essa missão é de grande importância frente ao cenário francófono que ele mesmo já descrevera:

SD15

[...] eu estou certo de quem o vosso GABINETE não deixará nunca de encontrar quem continue a vossa tradição, quem aceite a vossa herança, e quem desenvolva o vosso pensamento de 1880, como vós desenvolvestes o de Rocha Cabral e dos seus companheiros de 1837, como os maiores recursos que o progresso da civilização e o aumento certo da influência literária portuguesa hão de facilitar a quem vier depois de vós.³³¹

Essa SD é significativa para nossa investigação, posto que o uso do pronome possessivo “vosso” evidencia e reforça nossa intenção em perceber como as questões referentes à “língua” e à “identidade”, ao “ser português” e ao “ser brasileiro”, à “pátria” e à “nação”, se desenrolaram no âmbito discursivo do GPL. Nabuco oscila a emissão do seu discurso para os portugueses e para o gabinete em si.

Há também as questões referentes à instituição, cujo prédio se inaugurava naquela data, que cabiam os esforços para aumentar a “influência literária portuguesa”. A responsabilidade era do GPL, pois forjou para si essa representatividade.

Ainda na SD15, Nabuco cita Rocha Cabral e seu projeto para o GPL e afirma que a geração que o seguiu deu continuidade. No capítulo 2 vimos que em 1837 ficou estabelecido como critério de seleção para formação do acervo impressos de mérito para língua portuguesa. Não fosse este espírito associativo e seus objetivos, não teriam se tornado na “Bibliotheca Portugueza”.

Caminhando para a conclusão deste capítulo, a sequência seguinte completa a anterior, e igualmente inspira a responsabilidade para as gerações que viriam a seguir:

SD16

NOBLESSE OBLIGE. Este monumento obriga, senhores, os que vos sucederem a inspirar-se na sua genealogia: no patriotismo, no amor dos seus concidadãos e no culto da glória literária portuguesa de que vós lhes deixareis o *fidei-comisso* sagrado.³³²

³³¹ GPL 4, p. 123.

³³² GPL 4, p. 121.

Pela quinta vez nesse discurso, Nabuco usa a palavra “obrigação” direcionada às ações esperadas do GPL. A “genealogia” aqui, ao que parece, refere-se aos membros da instituição, dos fundadores e assim por diante. Todo o esforço que empreenderem será como um legado, uma herança (*fidei-comisso*).

Muito mais do que responder a categoria 4 que elegemos como ponto de estratégia de análise, esse documento (GPL 4) nos deu subsídios para compreender o que se esperava do gabinete. A escolha de um discurso proferido por Joaquim Nabuco justifica-se diante de tudo que expusemos aqui, como um recorte da opinião de um brasileiro que transitava entre estes “dous mundos”, ou seja, luso-brasileiro.

A relevância desse documento é imensa, pois com base nas pesquisas que temos feito já há meia década sobre o GPL, ele representa um marco, no qual uma série de elementos de interdiscurso confluem a partir de discursos produzidos pela instituição. É um marco, em que se iniciariam outros elementos discursivos que ainda hoje podem ser encontrados em textos sobre o GPL, como toda a sorte de expressões que reputam seu papel e a representatividade de sua biblioteca.

A influência literária é como o local de representação lusa ficou também marcado. A partir de então e até hoje (muito mais até 20 anos atrás), é pelo GPL que a maioria dos escritores do mundo lusófono passa seja para visitar, seja para fazer alguma conferência ou sessão de autógrafo – e não somente escritores, mas músicos, artistas, entre outros. Quanto à língua, o GPL como espaço de promoção e difusão ficou tão sedimentado ao longo dos anos, que o governo português, pelo decreto nº 25.134, de 15 de março de 1935, tornou o GPL um depósito legal de tudo o que é publicado em Portugal – o único em todo mundo lusófono.

A partir das sequências discursivas que analisamos no GPL 4, isolamos alguns fragmentos discursivos que representam função e missão do gabinete, são eles:

- ❖ Guardiães da memória lusa;
- ❖ Centro de vida patriótica;
- ❖ Arquivo;
- ❖ Refletor de tudo que interessa à nacionalidade;
- ❖ Centro da língua portuguesa;

- ❖ Censor sobre todas as corrupções provenientes de pura ignorância da língua;
- ❖ Biblioteca;
- ❖ Escola;
- ❖ Domínio da língua portuguesa no Brasil;
- ❖ Santuário brasileiro da religião camoniana;
- ❖ Símbolo de fraternidade;
- ❖ Espaço em que se aumenta a influência literária portuguesa;
- ❖ Estímulo aos que sucederem e se inspirarem na sua história.

Se antes da inauguração do imponente prédio, o GPL – marcadamente a partir da década de 1850 – já estava inserido na vida cultural do Rio de Janeiro, no final do século XIX era muito mais visível a sua inserção nesse âmbito de instrumentos culturais que proviam a população letrada³³³. Notamos pelo número avultado de exemplos, que a instituição já havia se tornado reconhecível pela excelência e especificidade do acervo.

Seus livros foram solicitados para comporem exposições, como a “Exposição de História do Brasil”, organizada pela Biblioteca Nacional, em 1881, e “Exposição Internacional de Hygiene e Educação”, em Londres, em 1884³³⁴.

Entre suas paredes o GPL sediou e colaborou com a criação de instituições lusas no Rio de Janeiro, como o Liceu e Retiro Literários, destacando-se que, igualmente, já no século XX, cedeu seu espaço para a realização das primeiras sessões da Academia Brasileira de Letras e para algumas sessões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro³³⁵.

De lá até o atual prédio em estilo manuelino da Rua Luís de Camões, inaugurado em 10 de setembro de 1887, a história do gabinete é composta por fatos que enaltecem ainda mais a capacidade administrativa dos nobres varões que o criaram, pois foi do intenso e intensivo trabalho levado a termo nos dez primeiros anos, que resultou toda uma linha de ação que pôde ser observada nas décadas que se seguiram.

Hoje, quando olhamos para o prédio do GPL, identificamos a representação da memória portuguesa. Pela análise que já realizamos no *corpus* de pesquisa, sobretudo

³³³ FERREIRA, op. cit. p. 27.

³³⁴ GPL. *Actas da Sessão da Diretoria*. 1880-1897. 17 mar. 1884.

³³⁵ GPL. *Actas da Sessão da Diretoria*. 1897-1906. 29 mar. 1906.

nas “Actas do Conselho Deliberativo”, percebemos a intencionalidade de que a escolha do projeto do prédio fosse uma representação de Portugal. A opção por uma arquitetura que rememorava o desenho do Mosteiro dos Jerônimos – construído como marco das glórias do período das Grandes Navegações – denota essa intenção. Além do traço arquitetônico, feito por um português, a escolha do lioz³³⁶ – pedra dos grandes monumentos portugueses – reforça o desejo de rememoração.

O prédio sede representou um momento fundamental para a memória institucional, motivo pelo qual supomos que este traga em seus traços arquitetônicos e na constituição de seu acervo, as marcas que apontam para Portugal, lançando as bases, aqui no Brasil, de um lugar de memória do mundo português.

Se o acervo fora formado “no intuito da sua ilustração, da ilustração geral e de concorrer para restaurar a gloria litteraria da sua patria!”³³⁷, a construção do prédio³³⁸ em estilo neomanuelino deixou a marca indelével da memória lusitana no Rio de Janeiro. Todavia, se o prédio constitui um espaço de memória importante, muito antes dele, pelo acervo, o GPL já havia consolidado o seu caráter identitário e forjado a sua biblioteca como um local de memórias.

O prédio, certa vez reputado por Joaquim Nabuco como representação das estrofes de “Os Lusíadas” e por Pedro Calmon como “palácio da língua”³³⁹, nasceu, ao que parece, para ser também um cofre das joias literárias que compunham o acervo.

Christian Jacob considera que:

Lugar de memória nacional, espaço de conservação do patrimônio intelectual, literário e artístico, uma biblioteca é também o teatro de uma alquimia complexa em que, sob o efeito da leitura, da escrita e de sua interação, se liberam as forças, os movimentos do pensamento. É um lugar de diálogo com o passado, de criação e inovação, e a conservação só tem sentido como fermento dos saberes e motor dos conhecimentos, a serviço da coletividade inteira.³⁴⁰

Como lugar de memória, como vetor de transmissão de saberes e herança cultural, o GPL se perpetuou e, apesar de fugir do modelo dos gabinetes franceses e até

³³⁶ Tipo de calcário encontrado em Lisboa e nos arredores.

³³⁷ GPL 1, p. 10-11.

³³⁸ Em nossas pesquisas, localizamos em 2006 um grande conjunto de documentos manuscritos que podem colaborar para entender todo o processo de construção desse prédio, desde a ideia, passando pela escolha de materiais e dos construtores até a inauguração.

³³⁹ Citado por atual presidente do GPL em: COSTA, Antônio Gomes da. Nunca se dirá o bastante. In: ANACLETO, Regina. *O Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro*. São Paulo: Dezembro Editorial, 2004, p. 6-9.

³⁴⁰ JACOB, Christian. Prefácio. In: O PODER das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2000, p. 9-17.

mesmo dos congêneres portugueses, foi um dos poucos que restaram fieis à proposta inicial dos fundadores, sem que houvesse um engessamento de ideias. Ficam as questões: será que isso teria acontecido se fosse apenas criada uma associação de cunho político? Será que o livro e a marca da biblioteca não contribuíram para o sucesso dessa instituição? Será que graças a esses dois elementos o GPL adquiriu um poder muito maior que qualquer outra associação lusa (referimo-nos ao período estudado)?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"[...] a língua que futuramente tenderá ser a língua brasileira está evoluindo muito e se tornou uma língua muito diversa em certas áreas do você poderia chamar de português padrão [...]".

(João Ubaldo Ribeiro, filme "Língua: vidas em português", Victor Lopes).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da língua que se fala, a necessidade de nomeá-la, é uma questão necessária e que se coloca impreterivelmente aos sujeitos de uma dada sociedade de uma dada nação. Porque a questão da língua que se fala toca os sujeitos em sua autonomia, em sua identidade, em sua autodeterminação. E assim é com a língua que falamos: falamos a língua portuguesa ou a língua brasileira? Esta é uma questão que se coloca desde os princípios da colonização no Brasil, mas que adquire uma força e um sentido especiais ao longo do século XIX. Durante todo o tempo, naquele período, o imaginário da língua oscilou entre a autonomia e o legado de Portugal.³⁴¹

Elegemos a citação da linguista Eni Orlandi por ilustrar o resultado da pesquisa que apresentamos nas páginas precedentes, ao longo da qual discutimos este imaginário que a autora fala tendo por objeto de análise uma instituição específica.

Alguns teóricos da AD consideram que para que haja um discurso é necessária uma relação com uma rede de outros discursos que se configurará nas formações discursivas. Para Pêcheux, o sujeito produz seu discurso imiscuído com ideologias e identificações que o inscreve em determinadas formações discursivas.

Essas ponderações foram fundamentais para a clareza e objetividade das análises que empreendemos nesta dissertação. Seguindo a metodologia da AD, a partir do problema da pesquisa e dos objetivos, a escolha do *corpus* e sua contextualização corroboraram para as premissas que havíamos estabelecido.

Como parte da estrutura metodológica dessa dissertação, optamos por tecer considerações bastante aprofundadas nos próprios capítulos, mormente nos capítulos 2 e 3, assim, nas linhas a seguir apresentaremos realmente considerações que buscam ligar alguns pontos que foram discutidos separadamente.

Tendo o Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro como objeto de estudo, essa pesquisa partiu de um desassossego com origem na leitura de documentos produzidos por e sobre a instituição. Nosso tema foi “A língua portuguesa como elemento identitário nos discurso produzidos pelo Gabinete Português de Leitura”. Para compreender uma memória discursiva que perpassa a história da instituição, a pesquisa teve como tripé alguns acontecimentos: 1837, com a fundação do GPL; 1880, a

³⁴¹ ORLANDI, Eni.. A língua brasileira. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 57, n. 2, jun. 2005. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252005000200016&lng=en&nrm=iso. Acesso em 28 out. 2012.

comemoração do “Terceiro Centenário da Morte de Luís de Camões” e o assentamento da pedra fundamental para a construção do edifício sede; e 1888, a inauguração do prédio manuelino. As práticas discursivas nos documentos do *corpus*, relacionadas a esses acontecimentos construíram a configuração do processo de gênese e afirmação da instituição. De igual modo, como trabalhamos nos capítulos 2 e 3, esse alicerce em acontecimentos/*corpus* mostrou como se desenrolou a construção do projeto identitário e de afirmação de uma memória portuguesa no Rio de Janeiro; e ainda como a língua portuguesa emerge como um elemento estruturante que perpassa todos os discursos.

Além da construção identitária do GPL que representaria Portugal na ex-colônia, nosso olhar também se direcionou para entender como e a partir de que momento tornou-se uma instituição luso-brasileira.

O estudo prévio do contexto de produção dos discursos que analisamos mostrou-se como imprescindível e como parte realmente necessária a AD, conforme considerou Courtine³⁴². Destarte, para compreender a formação discursiva em que os documentos do nosso *corpus* estavam inseridos, buscamos o contexto histórico da época. Essa foi condição *sine qua non*, pois percebemos que os discursos estão repletos de ideologias e tensões que tiveram origem no evento de 1822. Essas tensões, como vimos, estavam pululando na corte do Rio de Janeiro ainda nos anos de 1880 e seguiram acaloradas até pelo menos a primeira metade do século XX.

De posse desse instrumental foi possível perceber elementos de memória discursiva que perpassavam os documentos do *corpus*. GPL 1, GPL 2, GPL 3 e GPL 4, possuem, cada um dentro de suas especificidades, uma memória discursiva que remete a lembranças que conjugam determinadas lutas ideológicas do que convém e não dizer.

Numa sociedade que buscava alijar os arquétipos portugueses e estabelecer uma história e língua apartada da lusa, em 1837 o GPL começa essencialmente português, porém com missão de ser uma instituição que servisse também aos brasileiros. No estatuto, estabelece-se que impressos em língua portuguesa seriam prioridade para formação do acervo. Essa deliberação poderia simplesmente ser entendida como algo natural, visto que era uma biblioteca associativa portuguesa, porém o cenário político da época reveste essa diretriz com mais simbólica.

No GPL 1, José Marcelino da Rocha Cabral ao dizer a frase “cuja literatura se confunde com a nossa”, intencionalmente ou não, tocou num dos pontos nevrálgicos

³⁴² COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos, SP: EdUFSCAR, 2009.

daquele momento, no que tange à relação língua/identidade. De fato, nossas análises nos conduziram a confirmar a premissa de que havia uma tensão entre o nós (portugueses) e o eles (brasileiros), visto que essas noções ainda estavam muito fluidas. Por mais que a abordagem nos documentos tenha priorizado o contexto dentro do GPL, os discursos foram produzidos inseridos em uma formação discursiva, na qual a tensão identitária era muito forte.

O Brasil, naquela década de 1830, criava instituições, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que passariam a produzir discursos e pesquisas que tinham como meta buscar elementos que corroborassem com a tese de que nossa história era absolutamente distinta da portuguesa.

A ideia da nossa herança portuguesa, de que somos filhos de Portugal, está muito presente nos documentos GPLs 2, 3 e 4. Sobretudo, nos dois últimos, produzidos por Joaquim Nabuco, há uma tendência em afirmar nossa dívida com os lusos, mas esses deveriam orgulha-se do país que fundaram, uma vez que este alcançou o progresso.

Em 1837 o GPL era luso, mas objetivava ser “luso-brasileiro”. Sob o alicerce dos teóricos que elegemos e, sobretudo, com os discursos analisados, confirmamos que pautados na língua como elemento identitário tornaram-se primeiro reconhecíveis como instituição lusa pelo acervo que formaram. Essa construção começa em 1837 e em 1880 é possível perceber que também passaria a ser vista como um lugar “destinado a perpetuar a memória da admirável transformação da raça portuguesa e de sua expansão na história.”³⁴³

De todos os discursos que analisamos de datas anteriores produzidos por e sobre o GPL, Montóro foi o primeiro a referir-se a ele como lugar de memória. Tendo como perspectiva os quase 6 anos que investigamos a história da instituição foi bastante revelador localizar essa informação, posto que ele se repete, dentro da memória social do GPL até hoje.

Como estratégia de análise, estabelecemos quatro categorias que tinham o objetivo de orientar nossa abordagem para questões atinentes à imagem e à identidade dos lusos no Rio de Janeiro, da maneira que se viam e percebiam os brasileiros. A aplicação dessa metodologia, apesar de efetiva e funcional, ficou aquém da profusão de dados que foi possível recolher dos documentos, o que não é uma situação incomum

³⁴³ GPL 2, p. 402.

numa investigação. Apesar disso, as categorias funcionaram perfeitamente como norteadoras e por elas conseguimos responder aos objetivos propostos, como por exemplo, localizar enunciados discursivos que construíram a identidade do GPL.

Os temas história-língua-literatura, no âmbito do campo discursivo que trabalhamos, estão muito amalgamados. Constatamos, com base nos documentos analisados, que o GPL construiu sua representação identitária como uma quase embaixada lusa a partir do uso de elementos do passado glorioso de Portugal e como deveria ser lembrado num solo que um dia lhes pertenceu. E ainda, o GPL estabeleceu-se nos primeiros anos muito mais como uma associação do que uma biblioteca. Isso pode ser percebido pelo uso de ambas as palavras, adjetivando sua função.

A função como biblioteca foi retomada por Joaquim Nabuco em 1880, quando a instituição foi reputada como “Bibliotheca Portugueza”, uma forma de categorização que até hoje é usada. A adjetivação de “portuguesa” foi um dado que respondeu ao nosso terceiro objetivo específico, segundo o qual o gabinete passou a ser reconhecido como instituição portuguesa, primeiro pelo acervo e bem depois pelo prédio monumental.

Com essa atribuição de associação, procurou-se congregiar os portugueses da colônia aqui no Rio de Janeiro; foi de dentro do GPL que outras instituições/associações lusas foram fundadas na cidade e ele serviu de modelo para outros gabinetes espalhados pelo Brasil. Buscou dar suporte a um grupo que estava em diáspora e alijados em terra estrangeira – não obstante afirmarem que éramos povo irmão e generoso, como revelou a análise a partir das categorias 1 e 2.

Notamos que as funções de associação e biblioteca se aglutinaram a partir de 1880, quando o gabinete também assumiria um papel de núcleo de formação e elevação intelectual dos membros da colônia portuguesa no Rio de Janeiro, atendendo assim um objetivo delineado por Rocha Cabral, em 1837.

Percebemos a construção da função que se esperava da instituição. Joaquim Nabuco delineia essas características, todas elas oscilando entre guardião da história de Portugal e guardião da língua de Camões.

Ao longo da investigação, perseguimos a resposta para nosso problema de pesquisa que teve como questão perceber de que maneira a comemoração do “Terceiro Centenário da Morte de Luís de Camões”, organizada pelo GPL, representou um marco importante para afirmação identitária luso-brasileira no âmbito da instituição.

A importância da língua e da literatura portuguesa como representações do GPL transitam nos três momentos do recorte cronológico.

Constatamos que os acontecimentos de 10 de junho de 1880, comemoração de tricentenário camoniano e assentamento da pedra fundamental, foram fundamentais para estabelecer os laços que buscaram aglutinar o “nós” e o “eles”.

Nos capítulos 2 e 3 verificamos o deslocamento da questão identitária. Se num primeiro momento havia um sentimento de estrangeirismos, em outro houve uma rememoração da filiação entre os dois países. Para além da cultura e passado comum, a língua portuguesa foi tomada nos discursos como o bastião que unia os elos de Brasil e Portugal. Naquele momento, a língua portuguesa tinha como representante maior Camões. As escolhas do GPL na composição da festa camoniana em 1880 expressam a intencionalidade de mostrar que se a língua era comum, e a língua era simbolizada por Camões, então o poeta habitava de fato entre esses dois mundos – como dizia o poema de Rosendo Moniz.

Muitas querelas advieram dessa posição do GPL, alguns membros da colônia portuguesa não viam dessa maneira e, ainda mais, não viam na instituição um representante legítimo. A consulta a alguns jornais da época mostrou que não obstante a cizânia que ocorreu, a sociedade carioca e os intelectuais reconhecia a primazia do GPL como primeira instituição portuguesa no Brasil e como tal legitimada para capitanear a festa de Camões.

As análises nos permitiram verificar que 1880 foi importante de fato para a consolidação da representação identitária frente à colônia portuguesa no Rio de Janeiro, para os portugueses do continente e para os brasileiros. Outro dado confirmado é que até 1880 o GPL tinha uma identidade puramente lusa, e a partir dessa comemoração esta descolocou-se para luso-brasileira.

Os dois discursos de Nabuco funcionaram muito bem como parte do *corpus* e corroboraram para nossas premissas e objetivos. Sobretudo, GPL 4 estabelece pontes com GPL 1. Se inicialmente tivemos dúvidas acerca da escolha, ao longo das análises isso foi suplantado pelos elementos discursivos que possuem. No discurso de 1880, ele oscila entre estabelecer uma relação paternal e fraternal entre Brasil e Portugal. Considera que ao lado de “Os Lusíadas” somos outra grande obra dos portugueses. Em 1888, seu discurso incidirá fortemente para a língua portuguesa e no dever que o GPL teria doravante de representá-la e livrá-la de máculas. Nesse discurso, além da questão identitária entre o “ser português” e “ser brasileiro” e da herança histórica que segundo

deve ao primeiro, Nabuco priorizou uma discussão em torno do idioma, da língua portuguesa. Esse aspecto, reforçando nossas ponderações iniciais da pesquisa, apareceu no centenário de 1880, tomando Camões como elemento aglutinador.

Além da representação como “Biblioteca Portuguesa” – como já tratamos – esse discurso de Nabuco foi de grande importância para a pesquisa, pois revelou outras imagens que ainda hoje fazem parte da memória do GPL. Como por exemplo, um templo de culto a Camões, ou seja, culto à língua. Vemos aí que o GPL forja essa identidade e característica e passa a ser representado assim.

As palavras de Nabuco refletem o projeto instituído pelos fundadores do GPL, em 1837, e como ele funcionou, pois o objetivo era primar pela língua e formação de uma instituição que contribuísse para ambos, brasileiros e portugueses. A associação de Camões à função do GPL surge, sobretudo, a partir da década de 1870, quando se intensificam os preparativos da celebração do centenário do poeta.

Seguindo para conclusão, podemos afirmar que, não obstante as dificuldades naturais de uma pesquisa, as fontes selecionadas e, sobretudo, nosso *corpus* possibilitaram a consecução dos objetivos que propusemos para investigação. E ainda mais, compulsar e analisar o volume de documentos que tivemos acesso conduziu-nos a perceber além da memória discursiva, uma repetibilidade cujos ecos ainda hoje são possíveis notar tanto nos discursos no âmbito do GPL, quanto nos discursos a respeito do mundo lusófono. Um desses elementos mais interessantes, é a discussão em torno do uso da língua portuguesa.

Apesar de acreditar que um estudo – pela perspectiva da AD – com os discursos sobre a “língua portuguesa” no mundo lusófono ainda deve ser feito, a dissertação aqui redigida não teve esta pretensão, nem tangencialmente. Nosso desejo foi contribuir para o tema, trazendo o que foi produzido no GPL como um recorte dessa questão.

Retomando a citação com a qual abrimos essa seção, concordamos com Orlandi quando diz que a questão da língua é um forte elemento identitário. Ao longo da nossa pesquisa, a análise aqui feita nos possibilitou concluir que a questão identitária no GPL assumiu, a partir de 1880, uma configuração diretamente ligada à língua portuguesa. O que é um aspecto bastante distinto no período da fundação quando a questão identitária pautava-se muito mais entre o que era ser português e ser brasileiro.

As epígrafes que antecedem cada seção desta dissertação foram arranjadas numa crescente de modo a demonstrar que há tempos a língua portuguesa vem sendo celebrada de ambos os lados do Atlântico.

Orlandi aponta que a questão da língua se coloca desde a colonização e foram acaloradas ao longo do século XIX. Nesse século discutiu-se a necessidade de estabelecer a língua brasileira. Não podemos esquecer o “Dicionário de Língua Brasileira”, de Luís Maria da Silva Pinto, publicado em Ouro Preto, em 1832³⁴⁴. A fala de João Ubaldo Ribeiro na epígrafe na capa que antecede estas considerações finais mostra que essa discussão ainda não acabou.

³⁴⁴ Cf. LIMA, Ivana Stolze. Imprensa, língua, nação e política nas Regências. In: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia, 1822-1889*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008, p. 107-121.

REFERÊNCIAS

“Todo dia duzentos milhões de pessoas levam suas vidas em português. Fazem negócios e escrevem poemas. Brigam no trânsito, contam piadas e declaram amor. Todo dia a língua portuguesa renasce em bocas brasileiras, moçambicanas, goesas, angolanas, japonesas, cabo-verdianas, portuguesas, guineenses. Novas línguas mestiças, temperadas por melodias de todos os continentes, habitadas por deuses muito mais antigos e que ela acolhe como filhos. Língua da qual povos colonizados se apropriaram e que devolvem agora, reinventada. Língua que novos e velhos imigrantes levam consigo para dizer certas coisas que nas outras não cabe.”

(Victor Lopes. Filme “Língua: vidas em português”).

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. *O Enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro, Rocco, 1998.
- ALMEIDA GARRETT, João Baptista da Silva Leitão de. Camões: poema. Paris: na Livraria Nacional e Estrangeira, 1825. Disponível em: <http://ia700407.us.archive.org/16/items/comespoema00alme/comespoema00alme.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2012.
- ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos do estado*. Presença: Lisboa, 1974, p. 23
- ALVES, Jorge Fernandes. Ler, escrever e contar na emigração oitocentista. *Revista de História das Idéias*, Coimbra, v. 20, p. 289-313. 1999.
- AMORA, Antônio Soares. Introdução: breve história da camonologia. In: CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. (Grandes obras da cultura universal, v. 2), p. 15-28.
- BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: FONTES históricas. São Paulo: Contexto, 2005.
- BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BAKHTIN, M. *Marxismo, filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- BARROS MARTINS, A. A. de. *Esboço histórico do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. do “Jornal do Commercio” de Rodrigues & C., 1901.
- BASILE, Marcello. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Filosofia e Ciência Humana, 2004.
- BASILE, Marcello. Projetos do Brasil e construção nacional na imprensa fluminense: 1831-1835. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (Orgs.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj, 2006, p. 60-93.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- BLOCH, Marc. *Apologie pour l'histoire ou metier d'historien*. 2.ed. Paris: Armand Colin, 1993.
- BOTELHO, José Maria de Souza. Vida de Luis de Camões. In: CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Paris: Na Officina Typographica de Firmino Didot, MDCCCXIX, p. XLVII-CX.
- BRAUDEL, Fernand. “História e Ciências Sociais. A longa duração”. In: ESCRITOS sobre a História. 2ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. p. 41-78.
- BRITO, Cristina Alves de. 3º centenário de Camões: correspondência no acervo do Real Gabinete. In: COLÓQUIO DO POLO DE PESQUISAS SOBRE RELAÇÕES LUSO-BRASILEIRAS, 5., 2010, Rio de Janeiro; O Atlântico como ponto: a Europa e o espaço lusófono, 2010, Rio de Janeiro, 5º Colóquio do PPRLB. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, 2010. Disponível: <http://www.realgabinete.com.br/portalweb/CentrodeEstudos/PolodePesquisaPPRLB/Col%C3%B3quiodePPRLB/5%C2%BACol%C3%B3quiodePPRLB/CadernodeResumos/tabid/154/language/pt-PT/Default.aspx>. Acesso em: 13 fev. 2012.
- BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil: 1900*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1956.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales, 1929-1989: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: EDUSP, 1997.

- BUSINO, G. Grupo. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1999.
- CAMÕES, Luís. *Os Lusíadas*. Lisboa: em casa de Antonio de Gonçalves, 1572. Disponível em: <http://purl.pt/1>. Acesso em: 21 jul. 2011.
- CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*. 9.ed. rev. pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- CARVALHO E SILVA, Maximiano de. Estudo Prévio. In: NABUCO, Joaquim. Camões. *Discurso pronunciado a 10 de Junho de 1880 por parte do Gabinete Português de Leitura*. Edição fac-similada. Apresentação de Plínio Dolye. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1980.
- CARVALHO, José Murilo de. *Teatro das sombras: a política imperial*. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CARVALHO, Kátia de. *Travessia das letras*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a História entre certezas e inquietudes*. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- CORREIA, António Augusto Mendes. Discurso. In: TABORDA, Humberto. História do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro: primeiro centenário, 1837-1937. [Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1937], p. 190-201.
- COSTA, Antônio Gomes da. Nunca se dirá o bastante. In: ANACLETO, Regina. *O Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro*. São Paulo: Dezembro Editorial, 2004, p. 6-9.
- COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos, SP: EdUFSCAR, 2009.
- COUTO, Mia. In: LOPES, Victor. *Língua: vidas em português*. 2004 (filme).
- DAVALLON, Jean. Memória social e produções culturais. In: PAPEL da memória. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010, p. 25-34.
- DIAS, Carlos Malheiro Dias. Discurso. In: GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA. Sessão comemorativa do 347º Aniversário da Morte de Camões e do 90º Aniversário da Fundação do Gabinete. Rio de Janeiro, 1927.
- DODEBEI, Vera. *O sentido e o significado de documento para a memória social*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Filosofia e Ciência Humana/Escola de Comunicação, 1997.
- DOMINGOS, Manuela D. O público dos Gabinetes de Leitura. In: ESTUDOS de sociologia da cultura: livros e leitores do século XIX. Lisboa: Instituto Português de Ensino a Distância: Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa, 1985. p. 135-191. (Coleção Temas de Cultura Portuguesa, n.10).
- DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. São Paulo: Edusp, 2007.
- DURKHEIM, Émile. *De la division du travail sociale*. (1893). Disponível em: http://classiques.uqac.ca/classiques/Durkheim_emile/division_du_travail/division_travail_1.pdf. Acesso em: 02 fev. 2011
- ELIAS, Norbert. Mozart. *Sociologia de um Gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2002.

- FERREIRA, Lúcia Maria Alves. As práticas discursivas e os (im)previsíveis caminhos da memória. In: GONDAR, Jô e DODEBEI, Vera (Orgs.) *O que é memória social?*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005, p. 105-114.
- FERREIRA, Lúcia Maria Alves. Discurso, imagem e redes de sentido: quando o acontecimento jornalístico escreve a história do presente. In: INDURKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). *Memória e história na/da análise do discurso*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011, p. 241-254.
- FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. *Palácio de destinos cruzados: homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920*. 1994. 313f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- FIGUEIREDO, Fidelino de. *História Literária de Portugal: séculos XII-XIX*. Coimbra: Nobel, 1944.
- FORGET, Danielle. *Conquistas e resistências do poder (1964-1984): a emergência de um discurso democrático no Brasil*. Tradução de Lucimar de Oliveira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Ed. Loyola, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA. *Relatório da Directoria do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro em 1880*. Edição de duzentos exemplares. Rio de Janeiro: Typ. Lth Moreira Maximino, 1881.
- GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. *Estatutos*. Rio de Janeiro: Typ. Americana de I. P. da Costa, 1841.
- GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. *Relatório apresentado à Assembleia da Sociedade do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro, em sessão extraordinária de 10 de setembro de 1837, a primeira celebrada no local do estabelecimento [...]*. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I. P. da Costa, 1837.
- GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. 5.ed., rev. ampl. Rio de Janeiro: Lacerda, 2000.
- GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 8. ed. Rio de Janeiro: São Paulo: Record, 2004.
- GONDAR, Jô. Linguagem e construção de identidades: um debate. In: FERREIRA, Lucia M. A.; ORRICO, Evelyn G. D. (Orgs.). *Linguagem, identidade e memória social: nas fronteiras, novas articulações*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 107-115.
- GOULEMONT, Jean-Maire; WALTER, Éric. Les centenaires de Voltaire et de Rousseau. In: NORA, Pierre (Org.) *Les Lieux de mémoire*. La République. La Nation. Paris: Gallimard, 1997, p. 351-381, v. 1.
- GUEDES, Fernando. *O livro e a leitura em Portugal: subsídios para a sua história, séculos XVIII-XIX*. Lisboa; São Paulo: Verbo, 1987.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALL, Stuart. *Da diápora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: UNESCO, 2003.
- HALLEWELL, Lawrence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: EDUSP, 1982.
- HALLEWELL, Lawrence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: EDUSP, 2005.
- HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

- INDURSKY, Freda e FERREIRA, M. Cristina Leandro (Orgs.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999, p. 173-186.
- INDUSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.
- INDUSKY, Freda. A Memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). *Memória e história na/da análise do discurso*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011, p. 67-89.
- INDUSKY, Freda. De ocupação a invasão: efeitos de sentido no discurso do/sobre o MST. In:
- INDUSKY, Freda. Lula lá: estrutura e acontecimento. *Organon, Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul*, v. 17, n. 35, p. 101-121, 2003.
- JACOB, Christian. Prefácio. In: O PODER das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2000, p. 9-17.
- LAGAZZI, Suzy. Recorte significativa na memória. In: INDUSTRY, F.; FERREIRA, M. C.; MITTMANN, S. (Orgs.). *O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. São Carlos, SP: Claraluz, 2009.
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. *História e memória*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2010.
- LIMA, Ivana Stolze. Imprensa, língua, nação e política nas Regências. In: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia, 1822-1889*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008, p. 107-121.
- MACEDO, Francisco Ferraz de. *Desabafo patriótico ao Tricentenário de Camões...* Rio de Janeiro: Typographia Academica: 1880.
- MALDIDIER, Denise. Elementos para uma história da análise do discurso na França. Tradução de Mônica Graciela Zoppi Fontana. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *Gestos de leitura*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010, p. 9-22.
- MALDIDIER, Denise. O discurso político e a guerra da Argélia. Tradução de Freda Indursky. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *Gestos de leitura*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010, p. 143-160.
- MARIANI, Bethânia. A institucionalização da lingual, história e cidadania no Brasil do século XIX: o papel das academias literárias e da política do Marquês de Pombal. In: ORLANDI, Eni (Org.). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Pontes, 2000, p. 141-154.
- MARTINS, Ana Luiza. *Gabinetes de leitura da província de São Paulo: a pluralidade de um espaço esquecido: 1847-1890*. 1990. 370f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.
- MATOS, Sérgio Campos. A crise do final dos oitocentos em Portugal: uma revisão. In: CRISES em Portugal nos séculos XIX e XX: actas do Seminário organizado pelo Centro de História da Universidade de Lisboa. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, p. 99-115.
- MENDONÇA, Edinamária Conceição. *Imagem especular: visões do Maranhense no Discurso do Álbum Comemorativo do Tricentenário de São Luís*. 2010. 138f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- MONTÓRO, Reinaldo Carlos. Notícia histórica do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro fundado em 1837. In: CAMÕES, Luiz. *Os Lusíadas*. Lisboa: Na Officina de Castro Irmão, 1880, p. 399-422.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

NABUCO, Joaquim. *Camões. Discurso pronunciado a 10 de Junho de 1880 por parte do Gabinete Portuêz de Leitura*. Rio de Janeiro: Impresso por G. Leuzinger & Filhos, 1880, p. 8.

NABUCO, Joaquim. *Camões: discurso pronunciado a 10 de junho de 1880 por parte do Gabinete Português de Leitura*. Edição fac-similada. Apresentação de Plínio Doyle. Estudo prévio de Maximiano Carvalho e Silva. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1980. Disponível em: <http://digitalizacao.fundaj.gov.br/fundaj2/modules/visualizador/i/preload.php?cod=167>. Acesso: 21 jul. 2011

NABUCO, Joaquim. Discurso...In: TAVARES, António Rodrigues. *Fundamentos e actualidades do Real Gabinete Português de Leitura*. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1977. Edição comemorativa do 140º aniversário de fundação.

NAMER, Gérard. *Memoire et société*. Paris: Méridien, 1987. (Collection Sociétés).

NEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na vira do século*. Tradução de Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. *O império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, Revista do programa de estudos pós-graduados em História e do Departamento de História. São Paulo, n. 10, p. 1-78, dez., 1993.

OLIVEIRA, Carmen Irene Correia. *Universidade do Rio de Janeiro: discurso, memória e identidade: gênese e afirmação*. 2002. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

OLIVEIRA, Carmen Irene Correia; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. Memória e discurso: um diálogo promissor. In: GONDAR, Jô e DODEBEI, Vera (Orgs.) *O que é memória social?*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005, p. 73-87.

OLIVEIRA, Helena de Salles. Estado, nação e escrita da História: propostas para debate. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (Orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 219-265.

ORLANDI, Eni P. (Org.). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2010.

ORLANDI, Eni P. Diluição e indistinção de sentidos: uma política da palavra e suas consequências. Sujeito/História e Indivíduo/Sociedade. In: INDURKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). *Memória e história na/da análise do discurso*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011, p. 37-54.

ORLANDI, Eni P. *Terra à vista*. Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo. São Paulo: Cortez, 1990.

ORLANDI, Eni P.. A língua brasileira. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 57, n. 2, jun. 2005. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252005000200016&lng=en&nrm=iso. Acesso em 28 out. 2012.

ORTIGÃO, José Duarte Ramalho. Luiz de Camões. In: CAMÕES, Luís. *Os Lusíadas*. Lisboa: Na Officina de Castro Irmão, 1880.

ORTIGÃO, José Duarte Ramalho..Discurso. In: GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA DO RIO DE JANEIRO. *50º Aniversario*: 1887. Rio de Janeiro: Typ. Italia, Curvello d'Avila & C., 1888.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. Tradução de Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *Gestos de leitura: história no discurso*. Campinas: Editora Unicamp, 2010, p. 49-59.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. São Paulo: Pontes, 2008.

PESSOA, Fernando. *Livro do Desassossego por Bernardo Soares*. Prefácio e Organização de Jacinto do Prado Coelho Lisboa: Ática, 1982, v.II.

POMIAN, Krzysztof. Memória. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Sistemática. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000, p. 507-516.

PRIORE, Mary del; VENANCIO, Renato. *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta Brasil, 2010.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. A construção de identidades e a política de representação. In: FERREIRA, Lucia M. A.; ORRICO, Evelyn G. D. (Orgs.). *Linguagem, identidade e memória social: nas fronteiras, novas articulações*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 77-88.

RETIRO LITERARIO PORTUGUÊS. Descrição da festa comemorativa do Tricentenário de Camões Celebrada no dia 11 de Junho de 1880 pelo Retiro Litterario Portuguez no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. de J. D. de Oliveira, 1880.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. 1997. Tese (Doutorado em História Social). - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1997.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Dumará/Faperj, 2002.

RIBEIRO, Gladys Sabina. Causa nacional e cidadania: a participação popular e a autonomia da imprensa carioca no início dos anos de 1830. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (Orgs.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj, 2006, p. 114-141.

RIBEIRO, Gladys Sabina. Nação e cidadania em alguns jornais da época da Abdicação: uma análise dos periódicos *O Repúdio* e *O Tributo do Povo*. In: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008, p. 35-60.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. Livros e leituras no século XIX. *Revista de História das Idéias*, Coimbra, v. 20, p. 191, 1999.

RIOS FILHO, Adolfo Morales de los. *O Rio de Janeiro Imperial*. 2.ed. Rio de Janeiro: TopBooks, 2000.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. Cultura política na passagem brasileira do século XIX ao século XX. In: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia, 1822-1889*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008, p. 209-220.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SARGENTINI, Vanice. Discurso e história em diferentes materialidades do discurso político. In: INDURKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). *Memória e história na/da análise do discurso*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011, p. 203-216.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. 30ª Edição. São Paulo: Cultrix, 2002.

SCHAPOCHNIK, Nelson. *Os jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na corte imperial*. 1999. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Um palácio de livros nos trópicos: metáfora, projetos e concretizações. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO, 25., 2002, Salvador, BA. *Anais...* Salvador: INTERCOM, 2002. Disponível em:
<http://reposcom.portcom.intercom.org.br/dspace/bitstream/1904/18727/1/2002_NP4sc_hapochnik.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2006.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo, 2003. V. IX.

SLEMIAN, Andréa. *A vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro, 1820-1824*. São Paulo: Hucitec, 2006.

TABORDA, Humberto. *História do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro: primeiro centenário, 1837-1937*. [Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1937].

TAVARES, António Rodrigues. *Fundamentos e actualidades do Real Gabinete Português de Leitura. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1977*. Edição comemorativa do 140º aniversário de fundação.

Periódicos

ALMANAK administrativo mercantil e industrial do Rio de Janeiro [...]. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1844; 1851; 1873; 1877. Disponível em:
<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/.html>. Acesso em: 25 ago. 2011.

CRUZEIRO. Rio de Janeiro: Typ. de Quirino e Irmão, 1881.

GAZETA de Notícias. Rio de Janeiro, 1880.

JORNAL do Commercio, Rio de Janeiro, 1880-1881.

REVISTA Illustrada. Rio de Janeiro, 1880-1887.

Fontes

GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO [GPL]. *Actas da Sessão da Diretoria*. 1837-1847.

GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. *Actas da Sessão da Diretoria*. 1847-1860.

GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. *Actas da Sessão da Diretoria*. 1869-1880.

GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. *Actas da Sessão da Diretoria*. 1880-1897.

GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. *Actas da Sessão da Diretoria*. 1897-1906.

GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. *Acta da Sessão Extraordinária do Conselho Deliberativo do Gabinete Portuguez de Leitura em 23 de setembro de 1889*.

GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. *Livro do Copiador*, 18 nov. 1839.

ANEXOS

NOTICIA HISTORICA

DO

GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA

NO RIO DE JANEIRO

FUNDADO EM 1837

1



evolução progressiva da colonização portugueza no Brasil, depois da independencia d'este importante estado, é dos factos mais curiosos da historia d'este seculo. Não ha negal-o.

Comparando, as formulas fociaes, idéas, tendencias dos primeiros povoadores do estado, antes de sua emancipação, com a physionomia particular que tomou a população portugueza emigrada após 1830, não é possível negar o contraste, a heterogeneidade. Não parecem produções do mesmo solo, emanações da mesma civilização. Uma profunda mudança moral houve entre 1808 e 1830. Vinte e dois annos de feroz reformador das idéas valeram mais que a independencia de 1640, as academias historicas de D. João V, e todas as tentativas de assimilação philosophica do marquez de Pombal.

A revolução fez-se pelas idéas. É historia que ainda não se creveu a da investigação em orden inversta do advento das idéas. Historiam-se guerras e calamentos de reis, lutas politicas e manifestações da indole artificial, evolução da industria e pseudo-defcobertas de paizes; mas o advento methodico e regular das idéas que através dos seculos formam a civilização, a vida, o caracter da humanidade, é trabalho apenas esboçado. O emptyrismo historico é peccado hereditario tanto da velha raça dos plusticos chronistas, como dos criticos da escola philosophica de Diderot, dos sociologifas imitadores de Comte, como dos utilitarios que desde Bentham até Herbert Spencer têm procurado affentar a sociedade humana em novas bases.

Da historia fó conhecido as exterioridades e estas mesmo fallas, interruptas e amoldadas aos pontos de villa hebraicos, chinezes, gregos ou latinos, conforme a vaidade nacional dos escriptores. Ha espaços na velha historia do globo completamente eliminados. Ha vacuos nunca preenchidos que dão passo a civilizações inventadas, a revelações pre-historicas que fó explicam a candidiez e inactividade dos investigadores. Desprezamos os documentos chinezes, americanos e indianos, que até agora não comprehendemos, para inventarmos a historia universal de data recente, profundamente delimitada pelas tradições dos phenicios, e os monumentos que povoam Africa, America e Oceania.

Na origem das idéas, na sua transmissão, na sua frequencia na ordem dos tempos, está a verdadeira verificação dos annaes humanos. O proprio Brasil, paiz apenas de tres seculos, não tem historia férta, apontado levero do estado anterior á descoberta, das raças que o povoaram, dos vestigios elperitos de anteriores civilizações, da multiplicidade das origens linguisticas, das successivas emigrações européas, das novas contribuições de raças e de linguas; emfim de todos os elementos sociologicos que constituem o actual imperio. Infelizmente varios documentos imprecindiveis vão-se perdendo, e em breve a historia finta das origens da nação brasileira ferá de impossivel elaboração. Têm-se contentado com simples trabalhos de compilação, com a arrecadação de chronicas ou relações sem critica nem profundez, variadas apenas com phantasias ou controverfias que sómente revelam a paixão ou a fecundidade imaginativa dos escriptores. Entretanto o Brasil é um dos paizes mais curiosos perante a critica historica, a archeologia, a anthropologia e a linguistica. Reunindo nas velhas raças as mais variadas origens, desde a aryana e semitica, até á mongolica e ethiopica, recebeu após a descoberta moderna as curiofas contribuições hispanicas, flamengas, africanas, germanicas e italias, que o tornam padrão fallente do novo typo social da *civilização cosmopolita*.

É esta a causa porque houve de 1808 a 1850 uma transformação lenta, mas poderosa dos caracteristicos da civilização colonial para a organização moderna. Este trabalho moral occultava-se sob a vida vegetativa das antigas formulas, e ainda depois da revolução de 1831, que foi a manifestação eruptiva das novas

idéas, a apparencia enganadora, dava o exclusivo dominio a estas formulas já gangrenadas, já mortas para o futuro. Ainda se via ao lado das declamações philosophicas dos politicos e jornalistas, dos homens da tempera de Barata e Burlamaqui, que iam ao extremo das consequencias philosophicas, os vestigios da escravidão indiana e os depositos dos recém-vindos de Guiné e Moçambique. No clero predominavam as idéas tridentinas, nas escolas o ensino theocratico, nos clubs as opiniões de força bruta. Entretanto as idéas lavravam lentamente, folapavam o velho edificio da iniquidade, e o imperio caminhava para o golpe contra o tração e para a fundação dos caminhos de ferro, que foram a gloria de 1850, a epoca brilhante do segundo reinado.

Incontestavelmente á nova geração portugueza que no tempo da fortuna ou refugiando-se da perseguição veiu após 1830 para o imperio, se deve parte da evolução progressiva d'este periodo. Não foram só trabalhadores do Minho ou da Beira que acudiram ao novo estado. Entre os emigrantes houve homens como José Marcellino da Rocha Gabral, Antonio José Coelho Loufada, Francisco Freire de Carvalho, Tiburcio Antonio Gra-veiro, Alberto Antonio de Moraes Carvalho, Caetano Alberto Soares, Bernardo Ribeiro de Carvalho, Adolpho Manoel Vitorio da Costa e outros não menos honrados e distinctos, que reuniam ás virtudes civicas a validão do saber, largas aspirações do espirito e fé robusta no progresso.

Desses varões prestantes a morte traçou já o derradeiro epilogo; e o ultimo, depois de crear os mais nobres talentos da sociedade brasileira, foi repoular no tumulo, acompanhado das faudades da segunda geração de patriotas, de que fôra incangavel e assiduo companheiro. Vitorio da Costa era a encarnação modelada e forte do nucleo dos primeiros reformadores. Depois de ter assistido á fundação das primeiras associações civilisadoras, contribuiu para a creação da *Caixa de Soccorros de D. Pedro* e do *Lyceo Litterario Portuguez*, que são os germens do futuro adelantamento das novas phalanges emigrantes. Eram homens robustos pela fé, pela abnegação, pelo amor do nome nacional. Vieram em epoca que respirava as emanções maleficas dos tempos coloniaes e esclavistas, que só tinha em mira o lucro immediato e o orgulho da fortuna, e que desprezou as difficeis diffin-

ções do espirito e das letras. A educação abolutista circumfrevra os horizontes do povo e habituara-o á obediencia passiva de que só faía para as irrupções e desmorteamentos da força bruta. Era raro o amor pela leitura, a consciencia da dignidade e dos direitos, o amor ás idéas novas e ao progresso. Vegetava-se átraz do balcão ou na roça longinqua e isolada: não se vivia nem pelo coração nem pela alma.

Estas vontades de ferro, estes corações de athletas lançaram a luva ao rosto esqualido do regimen colonial e o desafiarão á luta das idéas. A campanha da liberdade—mudança apenas dynastica, se não fóra a logica oulada de Mouzinho da Silveira—succedera a revolução setembrista, e o impulso que o *Panorama* e a trindade de Herculano, Garrett e Castilho deram á educação nacional. Não pode imaginar a geração actual, civada de visíveis aspirações germanicas, a tremenda revolução que esses heroes do pensamento produziram na geração de 1837. A sociedade theocratico-feudal sentiu-se atacada nos seus mais vitaes órgãos. O foppro da juventude e do progresso correu do Minho aos extremos da monarchia e das colonias, e a sêde do saber e da emancipação cresceu rapidamente n'aquella geração. Testemunha d'essa epoca, vim pouco depois afflir no Brasil aos primeiros esforços d'esse nucleo reformador para transmitir á colonia portugueza o movimento intellectual da metropole. A luta era ardente e difficil, pois ao lado de ideologos e republicanos havia ainda sebastianistas e recolonizadores fervorosos.

Foi do seio d'essa agitação que saíu a idéa da criação do *Gabinete Portuguez de Leitura*, germen de todas as associações portuguezas no Brasil, e que, guardando em si a semente da regeneração moral, é destinado a perpetuar a memoria da admiravel transformação da raça portugueza e de sua expanção na historia.

II

A 14 de maio de 1837 viam-se pessoas das diversas classes da emigração portugueza dirigir-se para a modesta casa da rua Direita n.º 20, em que por cima da relojoaria Norris morava o dr. Coelho Loufada. Profunda preocupação dominava esses espiritos que pareciam agitados e até divididos. Se os unia a

idéa patriótica de formarem nucleo para a diffusão dos conhecimentos, dividia-os a differença de opiniões politicas, e o agrupamento de influencias locais que sempre foram e são a doença democratica da colonia. Não ha que reparar, pois nas velhas e novas democracias em que o governo é realmente das turbas populares são sempre extremas as lutas de influencia pessoal.

N'esse tempo as pessoas gradas reuniam-se em volta do conselheiro João Baptista Moreira, por muitos annos consul geral de Portugal, ou do dr. Coelho Loufada.

Entretanto combinaram-se para levar ávante a fundação do *Gabinete*, que consta da seguinte acta:

«Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro. Primeira sessão d'Assembléa Geral dos Accionistas do Gabinete Portuguez de Leitura em o dia 14 de maio de 1837. Socios presentes 43.

«Os accionistas do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro, reunidos em numero de 43, na residencia do accionista Antonio José Coelho Loufada, e estando presente o Encarregado de Negocios da Nação Portugueza João Baptista Moreira, foi este senhor quem presidiu á Assembléa, chamando para 1.º Secretario Francisco Eduardo Alves Vianna, e para 2.º José Antonio Seixas. O 1.º Secretario pediu a palavra para expôr o estado da Associação, e sendo-lhe concedida apresentou a lista geral dos accionistas, que sobem a 189, tendo subscrevido por 404 accções, e em seguimento, offereceu á Assembléa um projecto de Estatutos, por elle organiado, e esta offerta foi recebida com especial agrado. O mesmo accionista fez a seguinte indicação:—Propo-nho que na falta de Estatutos, se adopte já o seguinte artigo do meu projecto:—O Conselho Administrativo da sociedade é nomeado em Assembléa Geral, e se compõe de sete membros; um Presidente, um Vice-Presidente, dois Secretarios, um Thesoureiro e dois Agentes. Posta em discussão, os accionistas Loufada e Luiz José da Silva mandaram á meza a seguinte emenda: «Propo-nho que fique prorogada a presente meza provisoria até á definitiva approvação dos Estatutos.» E entrando a emenda e a proposta em discussão, o Presidente, depois de sufficientemente discutida a materia, poz a votos as seguintes questões: É da approvação da

pagára os debitos da sociedade, passára, com o efficaç auxilio do conselho deliberativo, 652 acções, creára nova sala de leitura e reftaurára os livros damnificados, elevára o fundo para o edificio a 7:250,000, elevára a renda a perto de 8:000,000, adquirira 2:336 volumes e deixára mais 5:000,000 para o pagamento do *Catalogo Supplementar*.

Sucederam-fe até 1872 as seguintes adminittrações: Em 1868: director, Manoel José Gonçalves Machado Junior; vice-director, Antonio José da Costa Braga; 1.º secretario, Eduardo Lemos; 2.º secretario, João José d'Amorim Coelho; thesourero, Antonio Pereira de Barbedo. Em 1869 serviu a mesma directoria, com excepção do vice-director que foi substituido por o visconde de S. Christovão. Em 1870 a adminittração foi assim preenchida: director, visconde de S. Christovão; vice-director, José Joaquim Ferreira Margarido; 1.º secretario, Eduardo Lemos; 2.º secretario, Manoel Antonio Gonçalves Roque; thesourero, José Maria Teixeira d'Azevedo.

No periodo destes tres annos fáu á luz o *Catalogo Supplementar*; augmentou-se a bibliotheca em 4:544 volumes; o numero de focios foi de 1:340 a 1:796; distribuiram-fe com o generoso concurso do conselho deliberativo 764 acções; a remissão de mentalidades, então iniciada em larga escala com tanta vantagem para a affociação, produziu a elevada verba de 8:300,000; o fundo para o edificio fubiu de 7:250,000 a 39:155,000, e foi encetada a compra dos terrenos para o mesmo edificio.

Em 1871 tomou posse da adminittração a seguinte directoria: Boaventura Gonçalves Roque, director; João Maria de Miranda Leone, vice-director; Antonio Xavier Rodrigues Pinto, 1.º secretario; Joaquim Augusto d'Alfonseca Franco, 2.º secretario; José Maria Teixeira d'Azevedo, thesourero. Em 1872 serviram os mesmos director, vice-director e thesourero, sendo 1.º secretario Joaquim Augusto d'Alfonseca Franco, e 2.º Antonio Augusto Pereira de Barros.

Os esforços continuaram incessantes, incançaveis, e repetindo-se em todas as sessões do conselho e directoria. Em Lisboa era a adminittração auxiliada por Antonio Maria Pereira, que não se limitando ao simples papel de agente commercial, procurava pelos maiores esforços conseguir do estado e de particulares dadas

valiosas; adiantava meios todas as vezes que as emergencias requeriam, e tomava como causa propria a da instituição querida e amparada. Muitos servicos devem as letras a este prestimoso commerciante; mas a coadjuvação ao *Gabinete* é sem duvida a de maior alcance e abnegação. Por outro lado Ferreira Margarido, João Maria de Miranda Leone e Manoel Roque trabalharam como interrelados individualmente, como se fossem consubstanciados com a instituição para que os beneficios annuaes se ampliassem e crescessem em resultados, unindo-se estes aos faldos dos exercicios financeiros, para tornar possivel a aquisição de terrenos e de capiaes no elevado proposito de levantamento do edificio.

Ao 1.º secretario Alfonso Franco deve tambem o *Gabinete* servicos da maior dedicação e assiduidade. Foi iniciador de alguns melhoramentos essenciaes no regimen interno da instituição, e deu constantemente o exemplo da mais severa attenção no desempenho dos deveres de seu cargo.

Foi no periodo desta benemerita directoria que o *Gabinete* recebeu, por intermedio do conselheiro João José dos Reis, João Martins Cornelio dos Santos, Boaventura Gonçalves Roque, Manoel Salgado Zenha e Joaquim Pinto de Carvalho Ramos, organisaadores da companhia de seguros *Confiança*, o valioso auxilio de 10:37,500 para augmento do fundo para o edificio.

Em dezembro de 1872 pode dizer-se que as primicias de 1866 tinham chegado ás naturaes consequencias, e o director Boaventura Gonçalves Roque, a quem o *Gabinete* é devedor de relevantissimos servicos, podia em seu relatorio annunciar que se achavam adquiridos os terrenos necessarios para a construção do edificio. Estes prazos, que tambem continham casas de boa renda, estão collocados á rua da Lampadola em frente dos theatros mais frequentados, com uma pequena praça em frente, e situados em posição central, que deve equivalar ao eixo sobre que girará a capital do imperio em seu recente desenvolvimento. O fundo para o edificio augmentára em cerca de 30 contos de réis effectivos. A bibliotheca continha 20:371 obras com 44:917 volumes do custo de 91:500,000, mas com o duplo talvez de valor real. A renda sustentava-se em 9:800,000, e dava o saldo de 1:700,000. O numero de focios era de 1891, e subscritores 175.

Estas cifras aridas para os ideologos e imaginosos eram para

Assembleia que fique prorrogada a actual meza provisoria?, e a Assembleia Geral decidiu que não. Interrogou o Presidente mais: Deve proceder-se á nomeação de uma nova meza, composta de igual numero de membros?, e a Assembleia decidiu que sim. Em virtude d'esta deliberação, o Presidente fez proceder á eleição, e a maioria de suffragios recaiu para Presidente, no sr. José Marcelino da Rocha Cabral; 1.º Secretario, Francisco Eduardo Alves Vianna, 2.º Secretario, José Maria do Amaral Vergueiro, os quaes tomaram os respectivos logares. O accionista Francisco Xavier Alvares, propoz que se nomeasse uma commissão de tres membros além do accionista author do projecto de Estatutos, para o revirem e organisarem, e posto a votos foi approvedo, e procedendo-se á eleição, reuniram o maior numero de votos o dr. Cabral, dr. João Joaquim Pestana, o dr. Almeida e Silva e Francisco Eduardo Alves Vianna. O accionista Francisco Xavier Alvares propoz se agradecesse ao sr. dr. Antonio José Coelho Loufada a urbanidade com que se tinha dignado tratar a todos os accionistas presentes, franqueando-lhes a sua casa. O Presidente como interprete dos sentimentos da Assembleia, significou aquelle fenhor, que os portuguezes alli reunidos se achavam penhorados pela civil e hospitalreira recepção que lhes havia feito o illustre sr. dr. Antonio José Coelho Loufada. Não havendo mais couza alguma a tratar, o Presidente encerrou a sessão á 1 3/4 horas da tarde.

«Sala da sessão d'Assemblea Geral dos accionistas do Gabinete Portuguez de Lettura no Rio de Janeiro, aos 14 de maio de 1835»

«Assignado: José Marcelino da Rocha Cabral, Presidente.
Francisco Eduardo Alves Vianna, Secretario. Effá conforme Henrique do Carmo Edolo, Secretario.»

Parece que os maiores esforços para esta reunião foram devidos ao dr. José Marcelino da Rocha Cabral e a Francisco Eduardo Alves Vianna, estabelecido com casa de commercio na rua do Ouvidor. O primeiro era um advogado illustrado e habbil, que emigrára para o Brasil em 1828, por motivo de sua adeantadas idéas, e que prestou aqui relevantes serviços á educação politica e ao jornalismo. Mais tarde uma assembleia geral resolveu que os nomes d'estes dois fundadores fossem gravados em uma lagaina de bronze, no recinto do *Gabinete*. Não fereal-

hou esta manifestação honrosa, porque Vianna, de indole um pouco excessiva, rompeu com os directores, e expoz á venda a sua accção na loja de que era dono.

É a forte de todos os iniciadores apresentar pretensões inaceitaveis, e muitas vezes tornarem-se victimas de sua idéa, por excessivo zelo.

Cumpre aqui collocar em mais elevada memoria o vulto do dr. José Marcelino da Rocha Cabral, o fundador intellectual do *Gabinete*, e uma das mais dignas illustrações da emigração. Fugitivo do reino após a usurpação de D. Miguel de Bragança, peregrinou por alheias terras, e veiu afinal abordar ao Rio de Janeiro em 1828, quando D. Pedro I era a esperanza dos liberaes portuguezes. Já n'esta côrte achou Antonio José Coelho Loufada, Alberto Antonio de Moraes Carvalho, Cactano Alberto Soares e outros advogados portuguezes de boa nomeada que o haviam precedido na emigração.

Passou-se á provincia do Rio Grande do Sul, sendo encarregado pelo governo imperial da estathica d'aquelle territorio, missão que encetou bem, mas não terminou por motivo da anarchia politica que pouco depois appareceu. Em 1832 ali fundou o *Pro-pagador da Industria Rio Grandense*, periodico que capitaneava as mais adeantadas idéas de progresso, ao passo que defendia os legittimos interesses portuguezes. Surprehendido em seus pacificos trabalhos pela revolução republicana da provincia, em setembro de 1835, teve que abandonar a obra principiada e retirar-se para o Rio de Janeiro em 1836.

Ahi o esperava um emprehendimento mais arduo, por vezes tentado, para dar mais incremento e elasticidade ao espirito publico da capital do imperio, e até agora quasi sempre terminado em naufragio. De todas as folhas diarias da côrte, a que creou vitalidade propria e duradoura foi o *Jornal do Commercio*, iniciado por Plancher e continuado por Villeneuve. Limitando a sua esphera á publicidade commercial, não se envolvendo na luta dos partidos, conseguiu circulação desproporcionada para o gosso da epoca. Pareceu aos espiritos mais adeantados que esta limitação de horizontes no principal orgão jornalístico acanhava o espirito publico e impedia a vida regular do jornalismo, util e independente. Uma pleiade de jornaes brasileiros, educados nas idéas

democraticas da França, a cuja frente estava Francisco de Salles Torres Homem, uniram-se ás pessoas mais illustres da emigração, representadas pelo dr. Rocha Cabral, e fundaram o *Despertador*, folha diaria de esplendida redacção, que por um momento abalou a gigantesca força do *Jornal do Commercio*.

As lutas da maioridade em que o *Despertador* se envolveu, a precoce actividade de alguns empregados do *Jornal* que mais tarde se distinguiram na administração, e a falta de um dirigente, deram em terra, no fim de 1841, com aquella brilhante e esperançosa folha. Cabral perdeu na empreza toda a sua fortuna particular e os auxilios de seus amigos, e teve de retirar-se para a cidade da Diamantina, em Minas, onde adve- gou até 1849.

Antes porém de retirar-se prestára esse honrado patriota mais um serviço á colonia portugueza do Rio de Janeiro, lançando na sessão da assembléa geral do *Gabinete*, de janeiro de 1840, as bases da Sociedade Portugueza de Beneficencia. A commissão nomeada n'essa occasião conseguiu elaborar os estatutos e levar a instituição a effeito na reunião de 17 de maio do mesmo anno, nas salas do Consulado Portuguez. Da força de vontade de Cabral provém portanto mais essa gloriosa instituição da colonia portu- gueza.

Tendo conseguido de uma filha que professasse no convento das Ursulinas, em Braga, d'ali lhe veio a cessão da herança com que remiu suas dividas, por intermedio do seu dedicado amigo Henrique Pereira Leite Bastos, e pôde voltar de fronte erguida para a côrte. Ahí não o esperavam a fortuna nem a gratidão da geração moderna. Novas difficuldades e desgostos lhe amarguram a vida, até que, atacado de febre amarella em principios de 1850, veio a morrer quasi sem foccorro, em um casebre, proximo ao Jardim Botânico.

Fique ao menos este protello contra a desventura e ingratidão, na pagina obscura d'este esboço; e na frente do edificio historico do *Gabinete*, levante-se esse vulto cercado pela mais patriótica e sublime abnegação.

Apesar de todas as contrariedades da epoca e dos infortúnios de seus fundadores, o *Gabinete* instituiu-se e teve a sua primeira casa á rua de S. Pedro n.º 83, proximo á igreja d'aquella inyo-

cação. Por esse tempo era facil a aquisição de codices importantes e raros, e exactamente foi no periodo da primeira gestão entre 1837 e 1850 que adquiriu grande parte das edições classicas, obras illustres importantes, e exemplares dos melhores trabalhos latinos dos primeiros seculos da imprensa, primando nas aquisções dos seculos XVI até o XVIII. Assim elevou a sua bibliotheca em 1860 até perto de 33:000 volumes e o concurso de accionistas a mais de mil.

Da modelta casa da rua de S. Pedro passou em 1842 para a rua da Quitanda n.º 55, onde estivera a typographia do *Despertador*, e mais tarde se estabeleceu o *Correio Mercantil*. Ahí recebeu valioso impulso de Antonio Ferreira Sobral, negociante estabelecido á rua dos Pescadores, e que na qualidade de agente muito contribuiu para o melhoramento de sua renda. A mocidade começou a dar-se ao estudo das letras, e já era honra no commercio pertencer-se ao *Gabinete*, do qual não se podia ser focio sem abonar-se qualidades distinctas e honradas.

O espaço já era pequeno para os livros adquiridos, e ali principiou sua trabalhosa carreira o futuro guarda João d'Oliveira, que, quasi privado da vista, ainda é hoje a memoria viva d'aquella epoca de fé e dedicacão. Em consequencia d'essa difficuldade de espaço, mudou-se a bibliotheca em abril de 1850 para a casa da rua dos Benedictinos n.º 12, em que ainda agora se conserva.

Desde 1837 até 1843 houve no *Gabinete*, além do guarda, o cargo de bibliothecario, que foi occupado por alguns homens de distincção. O primeiro foi o dr. José de Almeida e Silva, habilitado medico, que introduziu no Brasil a homoeopathia, e foi o precursor de Gama e Castro, e de Mure. Era homem de dotes litterarios, mas, occupado em materias mais lucrativas, pouco tempo exerceu o cargo, que não era remunerado. Succedeu-lhe Tiburcio Antonio Craveiro, lente do collegio de Pedro II desde a fundacão, e que reunia a notavel saber e talento caracter muito distincto. Entretanto não curou muito do cargo que exercia no *Gabinete*, e este foi um pouco prejudicado pela incurria dos subalternos que o administravam. O cirurgião João Bernardo de Almeida, que em seguida occupou o lugar, era mais cuidadoso do regimen economico do estabelecimento, mas pouco curára da bibliotheca, que n'esse periodo soffreu deyvios e perdas. Os in-

convenientes da delegação não retribuida do mister de bibliotecario fizeram extinguir o lugar e passar as attribuições ao rectoria.

No importante cargo de director (presidente) de 1837 a 1860 succederam-se: 1.º, o dr. José Marcellino da Rocha Cabral; dr. Alberto Antonio de Moraes Carvalho; 3.º, João Henriques Ulrich; 4.º, dr. Adolpho Manoel Victorio da Costa; e 5.º, dr. João Pedro da Silva Camacho. Todos estes illustrados portuguezes eram homens dedicados e trabalhadores, e prestaram relevantes serviços, notando-se entre elles o dr. Victorio da Costa, a quem se deve a compra da primeira edição dos *Lusadas*, por 164500 réis e outras acquizições importantes. O dr. Camacho contribuiu para a confecção do primeiro catalogo do *Gabinete*, obra de grande trabalho e de minuciosa exactidão bibliographica, e mereceu-se um pre grande conceito como theologo e philosopho, sendo lente do seminario episcopal de S. José, e principal acessor do sabio bispoe D. Manoel do Monte Rodrigues.

Em janeiro de 1840 principiára a tomar parte nos trabalhos do *Gabinete* um homem diligente, honesto e aviado, que muito devia contribuir para o seu rapido desenvolvimento. Henrique Pereira Leite Bastos, filho da cidade do Porto, esteve no Rio Grande do Sul desde 1828 até 1837, em que veio residir no Rio de Janeiro. Aflicto ao dr. Rocha Cabral, foi socio desde a installação do *Gabinete*, mas não se dedicou a trabalhos afluente senão em 1840. Desde então interveiu na reforma dos estatutos acabando com a parte regimental e contribuindo para a criação do conselho deliberativo a quem deve tantos serviços e subsídios a instituição. Leite Bastos foi um athleta n'essa pacifica carreira pela infatigabilidade no trabalho, na defesa da instituição, e na sua incançavel sustentaculo. De 1842 a 1860, foi elle o bibliotecario verdadeiro, activando as acquizições, promovendo e tratando na confecção do catalogo, e debellando as difficuldades que se oppunham ao andamento da instituição.

Devemos tambem mencionar entre os primeiros secretarios d'esse periodo João Baptista Torres, que occupou-se firmemente com os deveres do seu cargo, e a quem se deve, depois de 1842, a confecção e organisação da contabilidade e movimento da bibliotheca, que ainda mercadamente subsistem, pela sua singular

exactidão. Antes fôra a escripturação um chaos, sem methodo nem regularidade. Convem aqui mencionar tambem os socios que no cargo de thesoureiro mais serviços prestaram, e são: Jeronymo Francisco de Macedo Braga, Antonio Martins de Sousa Porto e José Joaquim de França, dignos de serem citados, pois era o cargo espinhozo, e n'aquella epoca sem compensação alguma pela exiguidade dos recursos do *Gabinete*. D'esse primeiro periodo cabe a menção de simples socios que, sem exercerem cargos importantes, tambem se dedicaram á instituição e são entre outros Antonio José Mendes Campos, Antonio Ferreira Brandão, Manoel Luiz da Silva Serra, Antonio Sarmiento Pereira Brandão, Antonio José Alves Coelho, Constanino Joaquim d'Azevedo Lemos, Francisco Xavier Alvares, Antonio José Ferreira, Hermenegildo Antonio Pinto e Joaquim Augusto da Cunha Porto. A historia mais modelosa não deixa de ter especial prazer em passar ao futuro os nomes d'estes capriões de lides pacificas, em que os louros delapparecem na obscuridade, mas as conquistas ficam duradouras no progresso das idéas e da felicidade da classe popular.

Em principios de 1860 tinha o *Gabinete* necessariamente de entrar em uma crise aguda de que dependia a vida da instituição. A propria fertilidade do nucleo que precedera, dando lugar a que d'elle saíssem outras instituições importantes e de interesse mais pratico e immediato, fizera com que das fileiras dos socios activos se arredassem muitas influencias que se applicaram ás novas associações. O *Gabinete* ficára para os devotos das leituras e da instrução, mas estes eram escasos e nem sempre os mais favorecidos da fortuna. Por outro lado as successivas emigrações de Portugal desde 1842, haviam trazido para o Rio de Janeiro mocos com applicação á nova litteratura, que desejavam a reforma das collecções da bibliotheca, e maior alargamento do circulo de influencias que até então haviam gerido a instituição.

D'esse numero eram os representantes da colonia como Fernando Castiço, Manoel de Mello, Ernesto Cybrião, Xavier Pinto, Constanino Lemos, Mello e Faro, José Coelho Loufada, Ramalho Ortigão, Francisco Rannos Paz e outros jovens illustrados, alguns dos quaes mais tarde figuraram á frente das instituições principaes. Entre os velhos sustentadores do *Gabinete* e a causa nova, que tentava apoderar-se do mando, travou-se luta

convenientes da delegação não retribuida do mister de bibliothecario fizeram extinguir o lugar e passar as attribuições a outro reitoria.

No importante cargo de director (presidente) de 1837 a 1860 succederam-se: 1.º, o dr. José Marcellino da Rocha Cabral; 2.º, dr. Alberto Antonio de Moraes Carvalho; 3.º, João Henriques Ulrich; 4.º, dr. Adolpho Manoel Victorio da Costa; e 5.º, dr. Manoel Pedro da Silva Camacho. Todos estes illustres portuguezes foram homens dedicados e trabalhadores, e prestaram relevantes serviços, notando-se entre elles o dr. Victorio da Costa, a quem se deve a compra da primeira edição dos *Luzadas*, por 1640 réis, e outras acquizições importantes. O dr. Camacho contribuiu para a confecção do primeiro catalogo do *Gabinete*, obra de grande trabalho e de minuciosa exactidão bibliographica, e mereceu seu pre grande conceito como theologo e philosopho, sendo lente do seminario episcopal de S. José, e principal accessor do sabio bispo D. Manoel do Monte Rodrigues.

Em janeiro de 1840 principiára a tomar parte nos trabalhos do *Gabinete* um homem diligente, honesto e aviado, que muito devia contribuir para o seu rapido desenvolvimento. Henriques Pereira Leite Bastos, filho da cidade do Porto, esteve no Rio Grande do Sul desde 1828 até 1837, em que veio residir no Rio de Janeiro. Aflicção ao dr. Rocha Cabral, foi focio, desde a installação do *Gabinete*, mas não se dedicou a trabalhos, occupando-se em 1840. Dele então interveiu na reforma dos estatutos acabando com a parte regimental e contribuindo para a criação do conselho deliberativo a quem deve tantos serviços e subsídios a instituição. Leite Bastos foi um athleta n'essa pacifica carreira pela infatigabilidade no trabalho, na defesa da instituição, e na sua incançavel sustentaculo. De 1842 a 1860, foi elle o bibliothecario verdadeiro, activando as acquizições, promovendo e mantendo na confecção do catalogo, e debellando as difficuldades que se oppunham ao andamento da instituição.

Devemos tambem mencionar entre os primeiros secretarios d'esse periodo João Baptista Torres, que occupou-se firmemente com os deveres do seu cargo, e a quem se deve, depois de 1842, a confecção e organisação da contabilidade e movimento da bibliotheca, que ainda mercadamente subsistem, pela sua singel

exactidão. Antes fôra a escripturação um chaos, sem methodo nem regularidade. Convem aqui mencionar tambem os focios que no cargo de thesoureiro mais serviços prestaram, e são: Jeronymo Francisco de Macedo Braga, Antonio Martins de Sousa Porto e José Joaquim de França, dignos de serem citados, pois era o cargo espinhoso, e n'aquella epoca sem compensação alguma pela exiguidade dos recursos do *Gabinete*. D'esse primeiro periodo cabe a menção de simples focios que, sem exercerem cargos importantes, tambem se dedicaram á instituição e são entre outros Antonio José Mendes Campos, Antonio Ferreira Brandão, Manoel Luiz da Silva Serra, Antonio Sarmento Pereira Brandão, Antonio José Alves Coelho, Constantino Joaquim d'Azevedo Lemos, Francisco Xavier Alvares, Antonio José Ferreira, Herme-negildo Antonio Pinto e Joaquim Augusto da Cunha Porto. A historia mais modesta não deixa de ter especial prazer em passar ao futuro os nomes d'esses capitães de lides pacificas, em que os louros delapparecem na obscuridade, mas as conquistas ficam duradouras no progresso das idéas e da felicidade da classe popular.

Em principios de 1860 tinha o *Gabinete* necessariamente de entrar em uma crise aguda de que dependia a vida da instituição. A propria fertilidade do nucleo que precedera, dando lugar a que d'elle saíssem outras instituições importantes e de interesse mais pratico e immediato, fizera com que das fileiras dos focios activos se arredassem muitas influencias que se applicaram ás novas associações. O *Gabinete* ficára para os devotos das letras e da instrução, mas estes eram escasos e nem sempre os mais favorecidos da fortuna. Por outro lado as succellivas emigrações de Portugal desde 1842, haviam trazido para o Rio de Janeiro moços com applicação á nova litteratura, que desejavam a reforma das collecções da bibliotheca, e maior alargamento do circulo de influencias que até então haviam gerido a instituição.

D'esse numero eram os representantes da colonia como Fernando Castilho, Manoel de Mello, Ernesto Gybrão, Xavier Pinto, Constantino Lemos, Mello e Faro, José Coelho Louçada, Ramalho Origião, Francisco Ramos Paz e outros jovens illustrados, alguns dos quaes mais tarde figuraram á frente das instituições principaes. Entre os velhos sustentadores do *Gabinete* e a causa nova, que tentava apoderar-se do mando, travou-se luta

perinaz em succellivas assembleas, que mostravam o interesse merecido pela instituição. Nem sempre se guardaram as conveniências, nem sempre se fez justiça aos honrosos trabalhos das antigas administrações, mas a final venceu o espirito reformador do feculo, que n'este caso não era só no dominio administrativo, mas tambem nas tendencias litterarias e bibliographicas.

A antiga directoria resignou os seus lugares e foi cleita uma de transição de que era director José Peixoto de Faria Azevedo, 1.º secretario Antonio Xavier Rodrigues Pinto e thesoureiro Julio Ernesto de Castro Sousa. O conselho deliberativo authorizou a emissão de mais 500 accções e esforçou-se por fazer face ás difficuldades financeiras. Na mesma occasião a directoria concedia o titulo de benemeritos ao dr. José Pedro da Silva Camacho, Henrique Pereira Leite Bastos e Thomaz José Pereira Lima, correspondente de Lisboa, para fazer justiça aos servicos que haviam prestado ao *Gabinete* em longo periodo.

Para o novo pessoal administrativo contribuiu em larga escala o *Gremio Litterario Portuguez*, instituição de estido e propaganda intellectual, a que então pertenciam os homens mais esclarecidos da colonia. Foi do feio d'ella que surgia a idéa do movimento a Camões, depois geralmente accceita, e para a qual trabalhou o *Gabinete* a convite do sr. conde de Thomar, que então era embaixador portuguez na côrte do Brasil.

III

Entre os jovens que em 1860 acudiram das fileiras do *Gremio* a sustentar a instituição mãe do progresso portuguez na America, distinguia-se Antonio Xavier Rodrigues Pinto pela dedicação, infatigabilidade, abnegação e fé invencivel. Pobre, vivendo do arduo trabalho de guarda-livros, adquirindo o saber com seus proprios esforços, prestando acima do interesse pessoal o bom nome da gente portugueza no estrangeiro, este heroe modelo do progresso foi um dos mais fecundos propugnadores do *Gabinete* do *Gremio Litterario* e das instituições de caridade. Deante d'aquella pequena estatura, d'aquella modesta apparencia, d'aquella inconsciencia do proprio merecimento, caíam os oblaculos, desfaziãam-se as difficuldades e fazia-se riqueza inexgotavel da mais

pauperima escassez de meios. Foi elle quem aventou a idéa de um fundo destinado á construcção do edificio proprio, e embora o sorriso da incredulidade acolhesse as primeiras propostas, teve a felicidade de, antes da morte, vêr a sua aspiração em bom caminho com a eminente coadiuvação de José Joaquim Ferreira Margarido, um outro baralhador incançavel d'essa aspiração.

Volvidos alguns annos quem irá despertar do olvido estes nomes modeltos que não figuraram nas assembleas politicas nem nas grandes academias, e que nem ao menos tiveram o theatro da patria para lhes receber e consagrar as obras? Na terra do exilio, nem sempre cordial, nem sempre grata aos trabalhos alheios pelo progresso, talvez fiquem abforvidos por glorias mais felizes estes esforços preliminares; mas convenem que os annos inertos sejam mais lembrados do que a ingravidão dos tempos e das gerações.

Desde 1860 até 28 de janeiro de 1866 lutou esta administração com as maiores difficuldades, pois a colonia, distrahida por outras instituições, pouca attenção prestava a uma associação de mero interesse instructivo. Foram duros annos de provação em que muitas vezes faltaram os meios, augmentaram as dividas, viu-se o futuro arriscado e ganhou a desferença os mais dedicados corações. Xavier Pinto resistia a todos estes embates, já procurando realisar beneficos nos theatros mais concorridos, já indicando o conselho deliberativo a passar accções; ora prestando o seu trabalho pessoal para a escripturação do *Gabinete*, ora appellando para o ingresso e dedicacão de novas influencias. Apesar de todas as contrariedades, no fim de seis annos de provação, o *Gabinete* tornára mais decente o seu recinto, alargára as accomodações da bibliotheca, adquirira mais 5:626 volumes, e lançára as bases do fundo destinado ao edificio. Foi n'este periodo que no recinto do *Gabinete* e coadiuvado pelo conselheiro Duarte Nazareth e pela mocidade do *Gremio* o obscuro auctor d'este effeboço, em oração commemorativa do fallecimento de D. Pedro V, levantou a voz para a fundação da Caixa de Soccorros, a mais grandiosa creação da caridade portugueza na America. O immenso entusiasmo d'essa reunião, a espontaneidade dos donativos e contribuições, vigoraram desde logo a vida d'essa nova creação do *Gabinete*, que equiparou em dignidade e civismo a emigra-

ção portugueza no Brasil às colonias europeas mais numerosas e adeantadas nos Estados Unidos.

Entretanto não era bastante para a importancia actual da colonia portugueza no Rio de Janeiro a conservação do *Gabinete* nas *fachas infantis* de 1837 a 1840, no movimento ephemero de 1860 e na vida modesta dos seis annos. Exigia o progresso da colonia, da sua população, riqueza e cultura, que entrasse em mais vigoroso tenamen, vencendo as difficuldades pecuniarias, alargando os seus repozitorios e aspirando a estabelecimento definitivo.

A directoria eleita em 1860 tivera uma nobre idéa, a de collocar o *Gabinete* sob os auspícios de Alexandre Herculano, o chefe moral da nacionalidade. Por proposta do sr. Manoel José Gonçalves Machado Junior, vice-director, fôra o illustre historiadador nomeado presidente honorario da associação, que accceitou mostrando muito interesse pelo engrandecimento da instituição. A sociedade *Maryôra*, illustre instituição que tanto favoreceu o crescimento da instrução no reino, offerrou ao *Gabinete* o retrato do digno presidente honorario. É de notar que os espiritos mais altos, que acima das mesquinhas questões politicas honraram a raça portugueza n'este seculo, se interessaram pela sorte do *Gabinete*. Além de Alexandre Herculano citaremos Bernardo Pereira de Vasconcellos, o organizador das instituições brazileiras; Mendes Leal, a honra de Portugal nos concilios internacionaes da Europa, e José Feliciano de Castilho, o propugnador da litteratura das idéas e da linguagem de Portugal na America.

A esta memoravel directoria de 1866, destinada a lançar as bases do crescimento e reforma do *Gabinete*, tomaram parte: José Pereira Soares, director; dr. José d'Almeida Soares de Lima Bastos, vice-director; Reinaldo Carlos Montôro, 1.º secretario; José Antonio Pereira Duarte, 2.º secretario e Antonio Fernandes, thesourreiro. No conselho deliberativo figuravam já, entre outros, alguns homens a quem o *Gabinete* ia dever innumerados benefiços: José Avellino da Silva Braga, o incançavel esmolador de caridade; José Joaquim Ferreira Margarido, a quem deveu-se a criação do fundo de reserva; Manoel Antonio Gonçalves Roque, um dos mais constantes e generosos auxiliares das directorias desde 1860, e Eduardo Lenos. Em torno a elles havia os velhos

representantes da fundação do *Gabinete*, e os mais ardentes advogados da continuação.

Entretanto, quando na primeira sessão do conselho Reinaldo Carlos Montôro expoz as circumstancias pecuniarias do *Gabinete* e fez ver quaes os sacrificios necessarios para elevar-o a condições dignas da emigração portugueza, alguns espiritos praticos esmoreceram e duvidaram. A reacção foi rapida e propria dos fortes caracteres ali congregados. Chamaram a si a passagem de accções, a obtenção de auxilios, e combinaram elevar a instituição em alli-cercas que desafiassem futuras contingencias de desamino.

N'este tempo veio ao Rio de Janeiro uma das glorias da tribuna portugueza, que a fatalidade do sangue e da exaltação das idéas levou a triste episodio e ainda a mais lamentavel delaparramento na capital de Africa. Trata-se de Vieira de Castro, ante o qual o genio da eloquencia chorará sempre a fauldade da mais alta inspiração. Vieira de Castro viu os trabalhos do *Gremio* e do *Gabinete*, e aquella alma dolorida de poeta entusiasmou-se pela regeneração e progresso dos seus compatriotas da America.

Ao humilde author d'este esboço offerceu elle para o *Gabinete* o producto da venda da impressão do seu *Discurso sobre a Caridade*, reservando-se a passagem da maior parte. D'esta generosa offerta resultou a sociedade 1:473,8000, que muito contribuiram para os melhoramentos encetados.

Ha muito que o *Gabinete* carecia de um catalogo supplementar, pois havia 5:300 obras em 11:000 volumes que não tinham sido relacionados em codice separado. A este herculeo trabalho prestou-se Manoel da Silva Mello Guimarães, um dos mais eruditos membros da colonia. Possuidor de ampla e notavel bibliotheca, auxiliar de Innocencio F. da Silva na consecção do *Dicionario Bibliographico*, entregue aos mais difficeis estudos de linguistica e philologia, conhecendo os mais recentes methodos de classificação bibliographica, Manoel de Mello reunia a esses dotes adquiridos, judicioso espirito, acerto de opiniões e o conselho de José Feliciano de Castilho, que sempre o distinguuiu entre os curtos de saber da emigração. Este grande servico, iniciado no periodo da directoria que funcionou no biennio de 1866-1867, concluiu-se em 1870.

Chegando ao fim da tarefa, pôde a directoria annunciar que

os homens practicos eloquente fegurança do exito da idéa principal. Viam-se affociados no elevado propozito prestantes cidadãos de todas as classes, melmo d'aquellas que dispensavam minima attenção á cultura intellectual; mas, para todos, o *Gabinete* era a principal fundação da moderna emigração portugueza no Brasil. O edificio devia levantar-se, legando ás novas gerações a memoria da evolução ethnica dos annos das descobertas, da epoca em que o genio arabe se uniu ao normando, ao celta e ao godo, e recebendo o embate da sciencia dos mathematicos hebraicos, produzida em Portugal o brilhante phenomeno civilizador que principia pelo observatorio de Sagres, e termina pela descoberta da quinta parte do globo.

A casa do *Gabinete* é tambem o centro para que devem convergir as affociações portuguezas de instrucção e cultura litteraria; é o defenitido levantado contra a nota de inferioridade moral, que nações mais avultadas ou mais ruidosas procuram lançar contra a portugueza.

Em 1871-72 a idéa da fundação do edificio como que se condenára em formulas mais palpaveis, já com a apresentação pelo architecto Boffiso, por intermedio de Miguel Couto dos Santos, dos quadros e plantas do projecto da obra, já pela offerta que o vice-director Miranda Leone apresentava do traçado e defenho de Raphael da Silva e Castro, talentoso engenheiro-architecto de Lisboa.

Boffiso moldava o seu risco do *Gabinete* no gofio da renascença italiana, e Raphael de Castro adoptava no seu defenho a architectura *manuelina*, que no edificio dos Jeronymos, em Belem, confundanciou o que Camões fez na poesia epica, e frei Luiz de Souza na proza descriptiva.

Tambem n'esse periodo foram dirigidas sollicitações aos altos poderes do reino ácerca da negativa de celtão gratuita das obras de publicação official ao *Gabinete*.

Realmente era difficil de admitir que á mais bella instituição da colonia portugueza no Brasil, tão generosa em acudir ás necessidades e projectos civicos da mãe-patria, se negasse o pequeno obolo das publicações officiaes. As promettas foram amplias; mas os factos não têm correspondido ao arrependimento official, que, n'esse caso, tem traducção pouco generosa e menos culta.

Na administração de 1873-1874 José Joaquim Ferreira Margarido recebeu o premio de seus esforços sendo elevado ao cargo de director, acompanhando-o Eduardo Lemos, vice-director; Ernesto Cybrão, 1.º secretario; Bruno Augusto da Silva Ribeiro, 2.º secretario, e Antonio José Alves Coelho, thesoureiro. N'esse periodo recebeu o *Gabinete* valiosas offertas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Ministerios das Obras Publicas e Justiça, de Portugal, e de muitas corporações e cavalleiros do reino e do Brasil. A somma dos volumes offertados elevou-se a 174, entre os quaes muitos de notavel valor. A bibliotheca alcendeu a 45:496 volumes, e o fundo para o edificio a 96:409,8000.

N'essa epoca baixou o decreto n.º 5:587, de 11 de abril de 1874, que approvava a reforma dos estatutos da affociação organizada por uma commissão compozta de Joaquim Bernardino Pinto Machado, J. J. Ferreira Margarido e Eduardo Lemos. Esta reforma permittia elevar o capital a 25:000 acções ou 500 contos de réis, contrahir emprestimo para a construção do edificio até 250 contos, e fazer hypotheca dos immoveis adquiridos e da livraria computada em mais de 100 contos de réis, para garantia da mesma operação. Ao melmo tempo o 1.º secretario fazia reformas importantes no regimen interno da bibliotheca, dando mais tempo á leitura e franqueamento das colleções, e extinguindo a multiplicidade de pretextos que dificultavam aos socios o incesfante gofo do estabelecimento.

Por circumstancias imperiosas esta directoria prolongou-se até dezembro de 1877, ficando por ultimo reduzida apenas a tres directores: Ernesto Cybrão, presidente interino; Bruno Augusto da Silva Ribeiro, secretario, e Antonio José Ricóes, thesoureiro.

N'esse estudo encaramos os servicos e as qualidades no ponto de vista do *Gabinete* e fô com esta placida equidade avaliarmos todas as individualidades. Se desagradarmos seja-nos levada em conta a justa e imparcial intenção. N'esse quadriennio adquiriu o *Gabinete* 3:138 volumes e ficou o fundo para o edificio elevado á quantia de 110:150,8000.

Em 1878 passou a administração a Eduardo Lemos, presidente; J. C. Kamalho Ortigão, vice-presidente; Antonio Joaquim

de Carvalho Lima e depois M. R. d'Oliveira Real, 1.º secretario; Joaquim José Cerqueira, 2.º secretario; Albino de Freitas Castro, thesoureiro; Francisco Ferreira Vaz, thesoureiro adjuncto. No conselho deliberativo entravam, entre novos e prestantes coadjutores da brilhante instituição, Domingos Candido d'Araujo Azambuja, que subscrevu avultado numero de acções, e José da Cunha Vasco, valente batalhador da penna e da palavra que reúne em si o fogo do civismo democratico a solidos estudos da sciencia moderna. Em breve devia esse notavel joven passar a 1.º secretario, completando assim no espaço de 40 annos o registo em tão honroso cargo, dos espiritos mais illustrados do commercio portuguez no Rio de Janeiro.

É uma galeria gloriosa que hoje já não pode ser completamente representada pela pintura, mas que podia commemorar aos vindouros, na maior parte das physionomias, o fogo patriotico que abraçava a nova emigração.

Em 1879 foi reeleita a directoria de 1878, com excepção do 1.º secretario M. R. de Oliveira Real, que por justos motivos declinou da reeleição, passando este cargo a ser exercido por Cunha Vasco. É esta a derradeira directoria que temos a mencionar neste rapido esboço. O estado percorrido foi grande e os resultados obtidos não o são menos.

Em 31 de dezembro de 1878 o *Gabinete* possuia 47:616 volumes no valor nominal de 105:320\$000, mas com valor real muito mais crecido, pela avultada cópia de obras difficeis de adquirir. O fundo para o edificio elevava-se a 123:352\$000, valor effectivo, representado por quatro predios no Largo da Academia, e dinheiro depositado em conta corrente no Banco Industrial e Mercantil. Calculava a directoria que em junho de 1880 se eleva este fundo disponivel a 60:000\$000 e permitta a immediata edificação da obra *manuelina*. O numero de focios era de 1:433 e o de subscriptores 126. Movimento annual de livros, 43:500 volumes. A receita ordinaria foi de 14:639\$000 e a despeza 11:376\$000. É avallada a construcção do edificio em cerca de 200 contos de réis, e a directoria obteve a coadiuvação do illustre architecto F. J. Bertracourt da Silva, o fundador e principal sustentaculo da bella e utilissima instituição que no Rio de Janeiro se denomina *Lycceu de Artes e Officios*, para presidir á direcção d'este importante trabalho.

Cabe aqui fazer honrosa menção dos conselhos deliberativos que serviram no ultimo biennio. O auxilio importantissimo que prestaram ao *Gabinete* com a subscrição de grande numero de acções (450 em 1878, cerca de 700 em 1879) permitiu a directoria, pela influencia material dos recursos e ainda mais pela influencia moral de tão louvavel dedicacão, formar o projecto de lançar-se a primeira pedra do novo edificio em 10 de junho de 1880.

É no discurso do actual presidente Eduardo Lemos, pronunçado perante o conselho deliberativo, em 18 de junho de 1879, que deparamos os dados d'este fecho, e ao mesmo tempo o honroso programma do CENTENARIO DE CAMÕES que o *Gabinete* se propõe celebrar. Este programma merece a transcripção em nosso trabalho, porque elle representa bem o fogo sagrado, a idéa grandiosa de civismo e progresso nacional que tem sido transmitida de uma a outra geração de operarios intellectuaes, no seio do *Gabinete Portuguez de Leitura*:

«Ligar o nome de Camões ao nosso instituto por um laço perpetuo, um vinculo de pedra, foi o primeiro pensamento da directoria. Neste intuito projecta-se com a maior solemnidade a fundação da primeira pedra do edificio para a nossa bibliotheca no dia do memorando centenario.

«Camões e o infante D. Henrique, representados em bellas estatuas de marmore e ladeando o portico de puro estylo *manuelino* d'aquelle monumento erguido ás letras, serão os patronos gloriosos da futura Вывогнеса Португеза NO RIO DE JANEIRO.

«Projecta mais a directoria mandar imprimir em Portugal uma grande edição dos «Lusíadas», edição critica e artisticamente coordenada, que será precedida de um estudo sobre Camões, seu tempo e sua obra, feito expressamente por um dos nossos mais notaveis escriptores contemporaneos. Esta edição, nitidamente impressa e elegantemente encadernada, denominar-se-ha *Edição do Terceiro Centenario de Camões*. Parte da mesma será pelo *Gabinete* offercida gratuitamente em Portugal e no Brasil; commemorando assim, de modo expressivo, a sua admiracão pelo genio do immortal poeta portuguez.

«Finalmente, no dia do faustoso centenario o *Gabinete* promoverá no maior theatro ou salão d'esta côrte, adornado com

climero, um grande festival artístico, organizado do modo mais distinto e atraente que permitirem os recursos mulficaes d'essa cidade. Preferir-se-ha em todo caso o concurso de companhia lyrica, afim de realisar-se um fecho concerto digno da circumstancia e dos numerosos convidados que fizeram ao *Gabinete* a honra de abrilhantar com sua presença esta festa popular.»

IV

Eis-nos chegados á conclusão d'este incompleto esboço, que é antes uma memoria para competentes e futuros escriptores, do que exacta rememoração dos copiosos e grandes trabalhos da emigração portugueza no feio do *Gabinete de Leitura*. Terão porventura escapado nomes valiosos, serviços dignos de memoria; mas queixei-me o publico antes da effacez dos documentos do que da má vontade do relator. Serviços são estes que por inteiro, ou antes, fereotypados, quizera transmitir á posteridade, se esta tem de importar-se com a phrase cansada e frouxa da minha decadente penna. Vela-lhe a companhia e o monumento, em que apenas terá o valor epigraphico que as inscrições rudes dos assyrios têm nos vestigios da grandiosa arte assatica.

Cumpre aqui lancar o nosso humilde juizo ácerca da emigração portugueza no Brallil e do *Gabinete de Leitura* que a consubstancia e a representa. Ninguem lhe poderá negar o amor pelo bom nome nacional, pelo progresso real em todas as carreiras e applicações do espirito humano, a tenacidade e fidelidade das idéas e intenções, a promiscuidade dos esforços intellectuaes sem distincção de classes nem de educação, e em fim a indole nova, o espirito americanizado e ao mesmo tempo latino e idealista, que é como o legitimo continuador, em nosso tempo, d'aquella indole quinhentista que tão gloriosas recordações deixou pelo globo. Para que esta indole complexa, energica e ouçada não decaia em breve, para que não venha a confundir-se no cosmopolitismo infulto que abastarda já o reino, e o prepara, decapitado, para desaparecer na Europa latina, é preciso que haja um centro de instrucção, de transmissão de idéas, de gosto litterario e artístico, das mais elevadas aspirações de predomínio intellectual, pela nobreza das apitides e da educação. Que centro melhor

pode crear-se, ou antes transmitir-se ás novas gerações, do que a *Bibliotheca Portugueza no Rio de Janeiro*?

A digna directoria, confundindo o lançamento da pedra fundamental com o *Centenario de Camões*, teve o pensamento intuitivo da correlação de idéas que liga estas duas manifestações: da indole nacional. Camões mais do que Homero, Virgilio ou Byron, mais do que Cervantes ou Goethe, representa uma nacionalidade com todas as suas qualidades, educação, natureza e tradições. Esse producto eruptivo de uma epoca homogenea, forte, concentrada, não o podem dar as sociedades modernas. Pouco ha n'ellas de particularmente caracteristico. Hoje é tão impossivel elaborar uma lingua, dar tempera singular a um povo, como crear-lhe instituições inteiramente peculiares e novas. Nem os povos, nem os individuos têm a intuição destas robustas creações.

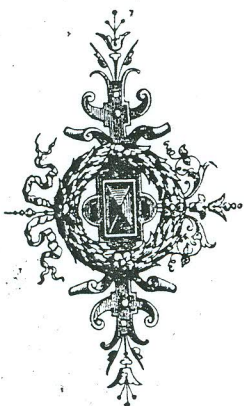
Portugal, entre 1450 e 1580, resumiu a indole dos varios povos que o tinham habitado e conquistado, das varias escolas de letras e sciencias que o haviam invadido pelo lado do mundo greco-latino, pelas tradições hebraicas, e pela esplendida renascença arabe; e apertado entre o odio castelhano, as tentativas de reacção musulmana, e o vasto oceano, teve um delirio de esforço, de entendimento e rasgadas vistas, que antes se parece com uma phantastica epopeia Sanfrita, do que emparelha ou rivalisa com as pallidas creações das decrepitas e imitativas nações da Europa moderna. O que são deante do homem de iniciativa a *Messiasa*, o *D. Juan*, a *Jerusalém Libertada*, comparadas a este poema da descoberta do mundo, da conquista do impossivel, da luta de um punhado de homens contra as myriadas do Oriente, que se chama — os Lusitadas? Camões teve a intuição do seu ingenho e delirio glorioso, como a nação tivera o delirio da grandeza e da tarefa civilisadora, e succumbiu com a patria, um no hospital de Lisboa, a outra nos arraiaes obscuros de Alcaccer-Kibir, que são hoje uma ruina mesquinha de Africa.

O espirito d'aquelle tempo finou-se para sempre nas possibilidades da historia. A indole, porém, da nação, ao mesmo tempo heroica e rude, ingrata e enthuasiasta, lançada ás grandes concepções e acanhada no repouso, guardou-se nas aldeias das provincias e nos ferões dos campos. Ao embate do século actual, em que o americanismo domina e muito se parece com a indole

daquelle tempo, a emigração portugueza manifestou parte das altivas qualidades de seus antepassados. Estas qualidades são uma promessa e talvez uma prophécia. Eduquemos as gerações novas para o mundo novo que as condições actuaes prepararam. Seja o *Gabinete de Leitura* um centro de instrucção e progresso para a raça portugueza.

Cidade de Ubá (Minas) 1.º de janeiro de 1880.

REINALDO CARLOS MONTÓRO



GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA

NO

RIO DE JANEIRO

VOGAES PERPETUOS DO CONSELHO DELIBERATIVO

Henrique Pereira Leite Ballo
 José Joaquim Ferreira Margarido
 Manoel Antonio Gonçalves Roque
 Eduardo Lemos

SOCIOS BENEMERITOS

Antonio Joaquim Pereira da Silva	José Alves Machado Junior
Antonio José Alves Coelho	José Joaquim Ferreira Margarido
Antonio Maria Pereira	José Joaquim Gonçalves Rôxo
Bruno Augusto da Silva Ribeiro	José Maria Teixeira d'Azevedo
Constantino Joaquim d'Azevedo Lemos	José Pereira Soares
Eduardo Lemos	Manoel Antonio Gonçalves Roque
Ernesto Cybrão	Manoel de Mello
Henrique Pereira Leite Ballo	Manoel Salgado Zenha
João Maria de Miranda Leone	Reinaldo Carlos Montóro
João Martins Corneio dos Santos	Thomaz José Pereira Lima
João da Silva Sardinha	Visconde do Rio-Vez
Joaquim Pinto de Carvalho Ramos	Visconde de S. Salvador de Mattosinhos

ACERVO DIGITAL FUNDAJ

Camões: discurso pronunciado a
10 de junho
de 1880 por
parte [sic] do
Gabinete Português de
Leitura

Fundação Joaquim Nabuco

www.fundaj.gov.br

BIBLIOTECA NACIONAL

JOAQUIM NABUCO

CAMÕES

DISCURSO PRONUNCIADO A 10 DE JUNHO DE 1880
POR PARTE DO GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA

EDIÇÃO FAC-SIMILADA

RIO DE JANEIRO

082 1
N117c
AJN/F

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Ministro: Eduardo Faria

SECRETARIA DE ASSUNTOS CULTURAIS

CAMÕES

Secretário: Manoel de Barros

BIBLIOTECA NACIONAL

Director: Plinio Doyle

Divisão de Arquivo e Inventário

Função de Chefe: Carlos de Azevedo

Divisão de História Geral

Função de Chefe: Carlos de Azevedo

Divisão de História Especializada

Função de Chefe: Carlos de Azevedo

Divisão de Divulgação

Função de Chefe: Carlos de Azevedo

Divisão de Conservação

Função de Chefe: Carlos de Azevedo

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Ministro: Eduardo Portela

SECRETARIA DE ASSUNTOS CULTURAIS

Secretário: Márcio Tavares d'Amaral

BIBLIOTECA NACIONAL

Diretor: Plinio Doyle

Divisão de Aquisição e Processamento

Francisco das Chagas Pereira da Silva

Divisão de Referência Geral

Mário Ferreira da Luz

Divisão de Referência Especializada

Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha

Divisão de Divulgação

Ilda Centeno de Oliveira

Divisão de Conservação

Lila Leite Ferreira

BIBLIOTECA NACIONAL

JOAQUIM NABUCO

CAMÕES

DISCURSO PRONUNCIADO A 10 DE JUNHO DE 1880
POR PARTE DO GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA

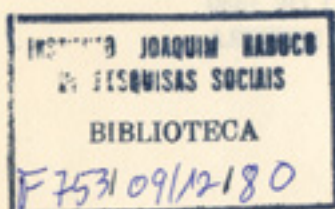
EDIÇÃO FAC-SIMILADA

APRESENTAÇÃO
PLINIO DOYLE

ESTUDO PRÉVIO
MAXIMIANO DE CARVALHO E SILVA

RIO DE JANEIRO
1980

1M/90



NABUCO, Joaquim, 1849-1910.

Camões: discurso pronunciado a 10 de junho de 1880 por parte do Gabinete Português de Leitura. Apresentação: Plínio Doyle. Estudo prévio: Maximiano de Carvalho e Silva. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1980.

26 p., facs: 30 p.

Reprodução fac-similada da edição de 1880 impressa no Rio de Janeiro por G. Leuzinger & Filhos, contendo dedicatória do autor à Biblioteca Nacional.

1. Camões, Luís de, 1524?-1580. I. Gabinete Português de Leitura, Rio de Janeiro. II. Doyle, Plínio, 1906- III. Silva, Maximiano de Carvalho e, 1926 IV. Título.

○

CDD 921

A Biblioteca Nacional não poderia estar ausente das comemorações do IV Centenário da morte de Camões, a 10 de junho de 1980. E não haveria melhor forma de associar-se a estes eventos do que fazer editar, em fac-símiles, as peças literárias e musicais apresentadas pela primeira vez a 10 de junho de 1880, por ocasião das solenidades sob o patrocínio do Gabinete Português de Leitura, no Imperial Teatro Dom Pedro II do Rio de Janeiro, na presença de SS.MM. Imperiais.

Neste volume editamos a primeira parte do programa, discurso proferido pelo Dr. Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo, a convite do Gabinete Português de Leitura.

O discurso, publicado no mesmo ano, em duas edições, sob o título de Camões, sai agora precedido de um estudo do professor Maximiano de Carvalho e Silva.

O exemplar que reproduzimos em fac-símile, com dedicatória do autor, faz parte do acervo da Biblioteca Nacional.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 1980.

*Plínio Doyle
Diretor*

A Biblioteca Nacional de Lisboa, em 10 de Janeiro de 1980, a
comunicar a sua aquisição de 12 volumes de obras de Camões, a
sua edição de 1980. A obra é de grande valor para a
história da literatura portuguesa e para o conhecimento da
obra do poeta. A aquisição é de grande importância para a
Biblioteca Nacional de Lisboa, em especial para a
história da literatura portuguesa e para o conhecimento da
obra do poeta.

Esta aquisição é de grande importância para a
Biblioteca Nacional de Lisboa, em especial para a
história da literatura portuguesa e para o conhecimento da
obra do poeta.

O director, pedindo ao senhor que, em caso
de não concordância com a aquisição, se queira
manifestar o seu parecer.

O exemplar que representa o presente
com a assinatura do senhor, faz parte do acervo da
Biblioteca Nacional.

Rio de Janeiro, 10 de Janeiro de 1980.

Plínio Dória
Diretor

JOAQUIM NABUCO
E AS
COMEMORAÇÕES CAMONIANAS DE 1880

MAXIMIANO DE CARVALHO E SILVA

Professor Titular de Filologia Portuguesa da
Universidade Federal Fluminense (Niterói, RJ)

JOAQUIM NABUCCO
E AS
COMEMORAÇÕES CAMONIANAS DE 1880

MAXIMIANO DE CARVALHO E SILVA
Professor de Língua Portuguesa da
Universidade Federal Fluminense (Niterói, RJ)

1 A PAIXÃO CAMONIANA DE JOAQUIM NABUCO

1.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

É sem dúvida muito feliz e louvável a iniciativa de Plínio Doyle, ilustre Diretor da Biblioteca Nacional, de associar o nome de Joaquim Nabuco às comemorações brasileiras do quarto centenário da morte de Luís de Camões, promovendo a reedição do discurso pronunciado a 10 de junho de 1880, em sessão solene do programa organizado pelo Gabinete Português de Leitura, que contou com a presença do Imperador D. Pedro II.¹

De fato, entre os grandes vultos da intelectualidade brasileira daquela época, sobressai Joaquim Nabuco, por muitos motivos — um dos quais a paixão que o fez, do começo ao fim da vida literária, de 1872 (data da publicação do primeiro livro) a 1910, um incansável estudioso e divulgador da obra lírica e épica do autor de *Os Lusíadas*.

1 O programa, realizado no Imperial Teatro D. Pedro II, dividiu-se em três partes: na primeira, ouviu-se o discurso de Nabuco, e mais alguns poemas dedicados a Camões; na segunda, representou-se a peça *Tu Só, Tu, Puro Amor...*, de Machado de Assis; e na terceira foram executados por uma orquestra e bandas militares o "Hino Triunfal" de Carlos Gomes, a "Grande Marcha Elegiaca" de Leopoldo Miguez e a "Grande Marcha Heróica" de Artur Napoleão — tudo escrito e preparado especialmente para assinalar a festa de conagração de portugueses e brasileiros, empenhados em celebrar as glórias do poeta.

Os estudos camonianos de Nabuco, e os episódios que envolvem a sua publicação, estão a reclamar reexames ainda mais atentos e cuidadosos, sem o que não se dará, nos ensaios biográficos relativos ao memorialista de *Minha Formação*, e nos ensaios sobre a evolução das investigações camonianas, o devido relevo a uma das contribuições mais importantes à moderna Camonologia. Reeditar esses estudos é, pois, contribuir para uma visão mais ampla e correta do que tem sido a impregnação camoniana no processo do nosso desenvolvimento cultural.

1.2 INTERESSE DOS PRIMEIROS ANOS DE VIDA

Nascido na cidade do Recife, aos 19 de agosto de 1849, Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo passou os oito primeiros anos de vida no engenho de Massangana, de propriedade de seus padrinhos Ana Rosa e Joaquim Aurélio Pereira de Carvalho, que com todo o carinho o acolheram no momento em que seu pai, José Tomás Nabuco de Araújo, seguia com a mulher, Ana Benigna de Sá Barreto, para a Corte, no Rio de Janeiro, onde exerceria o mandato de deputado geral.

Na página antológica de *Minha Formação* em que se refere mais detidamente a esses tempos que tanto o marcaram, e à presença da madrinha Ana Rosa, já então viúva, revela o escritor:

Estou vendo, através de tantos anos, a mobília da entrada, onde ela costumava passar o dia. Nas paredes algumas gravuras coloridas representando o episódio de Inês de Castro, entre as gaiolas dos curiós afamados, pelos quais seu marido costumava dar o preço que lhe pedissem...²

Mostrando-se desde cedo tão sensível aos problemas humanos, o menino terá procurado com certeza inteirar-se do drama que as gravuras refletiam — e as guardou para sempre na lembrança, como atestam as palavras transcritas. Aí está, portanto, o gérmen da paixão camoniana de toda a sua existência, como bem acentuou Graça Aranha, ao prefaciá-la edição do livro *Pages Choisies*:

² V. p. 218-9 da ed. de 1900.

il semble qu'il faille chercher dans ces impressions inconscientes de l'enfance l'origine de l'intérêt permanent de Nabuco pour Camoëns.³

Esse interesse é que o terá levado, em sua formação escolar, especialmente quando atua nele com mais força a vocação literária, a iniciar-se e a aprofundar-se no conhecimento dos textos camonianos, sobretudo os de *Os Lusíadas*. De 1866 a 1870, naqueles anos dos estudos de Direito, começados em São Paulo e completados no Recife, entre professores e colegas como José Bonifácio, o Moço, Castro Alves, Rui Barbosa e outros, as suas atenções se voltam para os grandes temas em debate, e a obra camoniana terá sido um deles, fonte de inspiração dos que buscam a melhor expressão dos anseios humanos em língua portuguesa.

1.3 A PUBLICAÇÃO DE *CAMÕES E OS LUSÍADAS*, EM 1872

Joaquim Nabuco retorna ao Rio de Janeiro, pouco depois de receber o título de bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Recife. Rencontra o pai "todo entregue a trabalhos políticos" e cuidando da futura lei de emancipação dos escravos⁴, e, surgindo a oportunidade, começa a atuar no jornalismo.

Sabe ele que o ano de 1872 é o da passagem do terceiro centenário da primeira edição de *Os Lusíadas*: em meio a várias outras preocupações, reacende-se em seu espírito a paixão camoniana, e então, com todo o ardor da mocidade, põe em execução o plano ousado de escrever um livro inteiro de impressões e análises do poema. O que foi esse momento de vibração intensa de sua alma, ele mesmo o confessa em *Minha Formação*:

Em 1872, o que me ocupa o espírito é o centenário dos *Lusíadas*; estou então imprimindo um livro sobre Camões e a quem trabalha em um livro, apesar do seu nenhum valor

³ ARANHA, Graça. *Machado de Assis e Joaquim Nabuco* 2. ed. Rio de Janeiro, Briguiet, 1942. p. 254.

⁴ NABUCO, Carolina. *A Vida de Joaquim Nabuco*. 5. ed. Rio de Janeiro, José Olympio — INL, 1979. p. 36.

literário, como o mostrou Teófilo Braga, não sobra muita atenção ou interesse para dar ao que acontece em redor de si.⁵

O livro que compôs — o primeiro da sua bibliografia — saiu como um volume de cerca de 290 páginas, com a “Introdução” datada de 10 de abril, quando o autor ainda não completara 23 anos de idade!

Nessa “Introdução”, não deixou Nabuco de esclarecer os seus propósitos de ensaísta, que não eram os de trazer grandes novidades aos estudos camonianos, mas fundamentalmente os de exprimir, como gesto de devoção, as impressões que lhe ficaram do poema, e de demonstrar como a sua leitura seria altamente proveitosa para a mocidade e o mundo intelectual brasileiro. Inconformado com o estudo defeituoso e mal feito, ou com o descaso de que era alvo a obra do poeta, recomendava com ênfase:

É preciso recomeçarmos com o divino Camões, porque hoje, é triste dizê-lo, os *Lusíadas* são um livro pouco lido e pouco conhecido.⁶

Disposto a ajudar cada leitor em sua caminhada, Nabuco procurou favorecer uma compreensão global do poema, como fruto de momento histórico dos mais importantes na evolução da humanidade. E, desejando que se lessem com carinho e sem maiores exigências críticas aquelas notas das suas impressões, “tributo de uma admiração sempre crescente a Luís de Camões”, assim explicava o seu método de trabalho:

Este livro não tem valor, como disse antes, senão como notas de minhas impressões, e esse valor é também pessoal. Tratei de deixar de lado o estudo bibliográfico, cuidadosamente feito pelo Sr. I. F. da Silva; o estudo literário, fi-lo unicamente com os *Lusíadas*, desconhecendo quase tudo que sobre eles se tem publicado; é, como se vê, um livro escrito com minhas próprias impressões.

Como um mergulhador, que, no fundo do oceano, não precisa de ler o que sobre ele se escreveu para sentir-se deslumbrado por tantas riquezas e por tão novos quadros, assim

⁵ V. p. 36 da ed. 1900.

⁶ *Camões e Os Lusíadas*, 1872. p. 7.

não pensei que me fosse necessário o socorro de outros para sentir e compreender as inúmeras belezas do poema de Camões. Expressar o que senti foi-me possível, porque não precisei de falar a linguagem do poeta.

Escolhendo os *Lusíadas* para objeto de meus estudos, acredito que tomei um assunto nacional. Os *Lusíadas* são a obra-prima da literatura portuguesa, que é a nossa.⁷

Estas declarações espontâneas de quem não quis que o seu ensaio fosse tomado como obra de erudição — não estariam nelas algumas das razões pelas quais, no correr dos anos, depois do bom acolhimento dos amigos, o livro de Nabuco ficasse à margem das considerações da crítica especializada? Lembre-se também que não lhe faltou, na época, a apreciação desfavorável de Teófilo Braga, tão explorada pelos adversários. Da sua parte, Nabuco recebeu com naturalidade tanto os louvores como as críticas injustamente depreciativas ao seu ensaio de juventude, a que estava muito afetivamente ligado.

Um fato, porém, é hoje indiscutível: quaisquer que sejam as restrições ao livro, *Camões e Os Lusíadas* se há de reconhecer como o marco inicial do aprofundamento e revisão dos estudos camonianos no Brasil.⁸

1.4 O DISCURSO DE 1880

De 1872 a 1880, Joaquim Nabuco atravessa um período de vida extremamente fecundo, com experiências novas e múltiplas que lhe permitiram a expansão de suas tendências, um maior amadurecimento intelectual, e pois lhe ensejaram visão mais ampla dos problemas do mundo. Empreende a primeira viagem à Europa; de volta ao Brasil, vê-se logo no desempenho de atividades jornalísticas e envolvido em questões literárias; entra na fase inicial de exercício de funções na carreira diplomática, primeiro nos Estados Unidos, depois na Inglaterra; e, com a morte do pai, ocorrida a 19 de março de 1878, é inapelavelmente

⁷ Id., *ibid.*, p. 10.

⁸ V. mais adiante, no item 2.1 ("Julgamento da Crítica Especializada"), o que diz Gilberto Mendonça Teles em *Camões e a Poesia Brasileira*.

arrastado para a vida política, e eleito deputado geral pela Província de Pernambuco. Na Câmara, como antes na campanha eleitoral, marca a sua presença na tribuna com pronunciamentos veementes sobre problemas que dividiam a opinião pública: toma a defesa das causas da libertação dos escravos, da elegibilidade dos acatólicos, da eleição direta, da liberdade religiosa. Sustenta, no calor dos debates e no entrecchoque das idéias, posições arrojadas, convicções daquele momento: alguns desses pontos de vista ele reveria mais tarde, com meditação mais profunda e maior amadurecimento do espírito, como teve oportunidade de externar nas confissões autobiográficas.⁹

Figura muito em destaque no Parlamento, por suas origens familiares, pelo valor intelectual e moral, pelos arroubos de orador, mas sobretudo pela coragem das atitudes, é natural que ao mesmo tempo fosse cercado de uma aura de verdadeira estima, apreço e admiração, e de outro lado o atingissem a má vontade, o desprezo, e até o rancor dos que não aprovavam as idéias que exprimia com tanta firmeza e emoção.

Os integrantes da colônia portuguesa no Brasil viveram nesse clima de julgamentos apaixonados sobre a atuação do jovem deputado de 31 anos de idade, que se agigantava na tribuna, em defesa de tão belas causas. Quando, pois, a Diretoria do Gabinete Português de Leitura — a mais importante instituição cultural por eles mantida, no Rio de Janeiro, dirigiu a Joaquim Nabuco o convite para ser o orador da solenidade que faria realizar a 10 de junho de 1880, não podia deixar de compreender o alcance da distinção: tinha em mira o autor de *Camões e Os Lusíadas*, não há dúvida, mas não é crível que o dissociasse do homem público de ação parlamentar já tão notável.

Publicado o anúncio do convite na *Gazeta de Notícias* do dia 9 de março, dois dias depois se divulgava, no *Jornal do Commercio*, uma manifestação de protesto, de

⁹ Leiam-se, para melhor conhecimento da evolução do pensamento político, religioso, social e literário de Nabuco, as observações dos seus biógrafos, como Henrique Coelho, Carolina Nabuco, Luís Viana Filho e outros.

elemento da colônia portuguesa, pelo fato de ter sido designado um brasileiro para orador da festa: assinava-o o Dr. Figueiredo Magalhães, conhecido médico e intelectual afeito a estudos literários, em artigo que intitulou "O Triste Centenário de Camões". Sentindo a escolha do orador como afronta aos portugueses do Brasil, expressou em palavras contundentes o seu desabafo:

Protesto, pois, do alto da minha insuficiência contra a rasa anulação de todos os patrícios, porque conheço alguns que muito bem podiam salvar-nos da vergonhosa penúria literária a que o próprio ateneu oficialmente condenou a colônia inteira!

Essa manifestação do Dr. Figueiredo Magalhães não ficou sem resposta imediata, firmada por J. C. Ramalho Ortigão, 1.º Secretário do Gabinete, e publicada no número de 13 de março do mesmo *Jornal do Commercio*. Nela se procura, principalmente, justificar a escolha do nome de Joaquim Nabuco, opondo-se à idéia de que a tarefa deveria ser confiada a um português a de que deveria prevalecer o desejo de ouvir um "verdadeiro precursor" do grande movimento de revalorização camoniana, de alto interesse tanto para os portugueses como para os brasileiros: o convite, por conseguinte, se dirigira "a um dos mais belos talentos da nova geração brasileira, ao ilustre escritor que no verdor de seus anos *teve a insigne glória de celebrar com a publicação de seu livro 'Camões e Os Lusíadas' o terceiro centenário do imortal poema*" (sublinhado no original).¹⁰

De pouco valeram as justificativas do Gabinete Português de Leitura: o Dr. Figueiredo Magalhães, inclusive

¹⁰ No livro de Figueiredo Magalhães — *Camões e os Portugueses no Brasil* (Rio de Janeiro, 1880) estão transcritos o anúncio do convite do Gabinete Português de Leitura, o artigo de protesto do médico português e a resposta que lhe deu J. C. Ramalho Ortigão (v. p. 13-17). Em maio de 1880, publicava-se o *Desabafo Patriótico* do Dr. F. Ferraz de Macedo, na mesma linha de repúdio à designação de Joaquim Nabuco: na parte final deste livro, transcrevem-se, além dos já citados, outros pronunciamentos referentes à mesma controvérsia.

apoiado em outros pronunciamentos, continuou a insistir nos mesmos pontos de repúdio à iniciativa. Foi além: esperou a realização da solenidade, e, já conhecedor do texto do discurso, voltou à carga, para esmiuçar as idéias do orador, fazendo aparecer no mesmo ano de 1880 a "Primeira Parte" de livro que ficou incompleto: *Camões e os Portugueses no Brasil — Reparos Críticos* (volume de 155 páginas). Desenvolveu o autor, em resumo, após a transcrição dos documentos a que já fizemos referência, três afirmações básicas: orador oficial de uma solenidade de exaltação a Camões, em instituição criada e mantida por portugueses no Brasil, só poderia ser um compatriota do poeta; chamar um brasileiro, ainda que ilustre, para o desempenho de tal missão equivalia a menosprezar os que legitimamente poderiam aspirar a merecer tal honra, entre os membros da colônia portuguesa; ademais, a análise do discurso de Joaquim Nabuco revelava que a peça oratória só podia ser recebida, pelas suas proposições, como algo "em desabono de Camões, em detrimento dos portugueses, e em descrédito da sua literatura pátria"¹¹. Como, no entanto, esse discurso já merecera em Portugal os louvores de Teófilo Braga, que desta vez via com outros olhos a participação de Nabuco em pesquisas camonianas, e dizia haver em sua fala "afirmações gloriosíssimas para o futuro de Portugal"¹², o Dr. Figueiredo Magalhães não poupou também o autor de tais palavras, criticando-as com a mesma indignação em seu trabalho. A simples transcrição de uma passagem do livro ajuda a perceber o estado de ânimo com que ele formulou e desenvolveu o seu protesto:

Não há de ser, pois, o palavriado do Sr. Teófilo Braga capaz de salvar da decapitação o discurso do Sr. Joaquim Nabuco, como também o Sr. Nabuco não foi capaz de salvar a situação falsa em que os falsos girondinos o colocaram; porque foi leviana a caracterização teatral com que no ato mais solene e grave para uma nacionalidade o

¹¹ MAGALHÃES, Figueiredo. Op. cit., p. 10.

¹² BRAGA, Teófilo. Artigo publicado em *O Positivismo*, Lisboa, vol. 6, e transcrito no *Relatório da Diretoria do Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro em 1880*.

ilustre brasileiro quis representar de português; porque foi ridícula a embrulhada que o exímio patriota fez de duas nacionalidades diversas; porque foi revoltante a impavidez com que o eminente tribuno se prestou a sustentar a sério proposições de uma burlesca convenção; porque foi provocadora a iniquidade com que o distinto liberal, defensor acérrimo dos direitos da igualdade, se transformou em usurpador da igualdade dos direitos; porque foi, alfim, agressiva a contradição do denodado caudilho, que combate a favor da alforria dos negros do seu país e pelejou contra a liberdade dos brancos da minha pátria.¹³

A leitura do livro do Dr. Figueiredo Magalhães é de grande valia para estabelecer conclusões sobre os temas em foco, tomados como pontos de absoluta controvérsia. Não ficou, porém, o médico português apenas no terreno das idéias históricas e literárias, pois também tratou dos aspectos formais do uso da língua, tentando comprovar a existência de deslizos gramaticais e estilísticos no discurso, na linha de falsas noções de correção lingüística de tão grande influência entre os escritores, mormente a partir da segunda metade do século XIX. A certa altura, chegou a afirmar:

O Sr. Nabuco fez no seu discurso alterações fônicas, morfológicas e sintáticas, que abalam profundamente as células glóticas do organismo gramatical da língua portuguesa, e que desfiguram o característico da sua fisionomia real.¹⁴

Diante do exposto, uma indagação se impõe: que influência terão exercido no espírito de Joaquim Nabuco o protesto do Dr. Figueiredo Magalhães e os reparos que lhe acrescentou em livro?

O escritor acompanhou como parte interessada toda a celeuma que se fez por motivo da sua designação para orador das festividades camonianas do Gabinete Português de Leitura, impressionado com a impugnação do seu nome; e, assim sendo, como já foi observado, no discurso se nota a "veemência do tribuno" quando, falando "ao impulso de um desabafo", reclama para os brasileiros o mes-

¹³ MAGALHÃES, Figueiredo. Op. cit., p. 61-2.

¹⁴ Id., *ibid.*, p. 33.

mo direito de celebrar as glórias do poeta¹⁵. Não fugiu, portanto, à provocação do Dr. Figueiredo Magalhães.

Vinte anos depois, ao lançar nova edição do discurso, como parte inicial do livro *Escritos e Discursos Literários* (1901), apresenta o texto com cortes substanciais e muitas alterações de forma e conteúdo. Uma nota de pé de página adverte:

O autor fez nesta reprodução diversos cortes e algumas alterações de acordo com o primitivo manuscrito.

Infelizmente, o confronto dos dois textos torna discutível o teor da nota. Se, por um lado, não há por que pôr em dúvida que algumas modificações tenham sido feitas pela lição do citado manuscrito, outras, porém, como logo se percebe, só podem ter resultado da evolução do pensamento do autor ou da aceitação de críticas que lhe foram dirigidas, como as do Dr. Figueiredo Magalhães¹⁶. Envolvido, como os escritores contemporâneos, pelas idéias gramaticais distorcidas, acusado de violar as normas da língua culta, e não tendo condições de se opor aos preconceitos gramaticais tão em voga no momento, não vê ele outra alternativa senão corrigir os deslizes ou supostos des-

¹⁵ MONTELLO, Josué. Um Protesto a Propósito de Camões. In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25/7/1972.

¹⁶ Foram as seguintes as passagens do texto de 1880 suprimidas na edição de 1901: p. 7, linhas 1-3 ("Senhor, ... meus Senhores.") e 23-24 ("S. M. o ... a Imperatriz."); p. 10, l. 33-35 ("Podia-se fazer ... glória do Poeta?"); p. 11, l. 9-11 ("Foi assim ... em seu nome."); p. 11, l. 21-37 ("O emigrante Portuguez ... nem liberdade, nem") e p. 12, l. 1 ("desejo de recusar-me."); p. 17, l. 30-38 ("que limita-lhe o horizonte ... assim como tem o") e p. 18, l. 1-20 ("contorno fluctuante ... como Vasco da Gama:") e l. 37 ("(1) Rig Veda."); p. 20, l. 3-24 ("O trabalho da composição ... a sua bandeira."); p. 21, l. 2-7 ("Portugal obedecia ... seja a distancia."); p. 22, l. 37-38 ("Fez bem ... o período da de-") e p. 23, l. 1-4 ("cadencia de um artista ... obra prima da madureza."); p. 25, l. 15-25 ("sujeito á Inquisição ... convento de Santa Anna"); p. 98 l. 32-37 ("elle guarda a vela ... sob o qual desfila"). Além destes cortes, há numerosíssimas alterações de forma e de conteúdo de um texto para outro, também merecedoras de atento exame.

lizes que lhe apontavam¹⁷. Quanto aos cortes no texto, exigem cuidadosa análise, a partir do conhecimento das crises de pensamento por que passou, de tal modo que se possa mais seguramente avaliar as razões que os teriam determinado.

1.5 ÚLTIMOS ESTUDOS

Os trinta anos que decorreram de 1880 até a data do falecimento de Joaquim Nabuco foram por ele intensamente vividos, como registram as suas biografias: viagens, mais longas ou breves, à Europa e aos Estados Unidos; exercício de mandatos parlamentares, de atividades jornalísticas ou puramente literárias; pregação de idéias e envolvimento em campanhas como a do abolicionismo; casamento em 1889; participação destacada na criação da Academia Brasileira de Letras; reingresso na diplomacia, a partir de 1900 — são acontecimentos que marcam profundamente a personalidade do autor de *Minha Formação* e lhe fecundam a obra de escritor.

A Portugal e aos portugueses continuou muito apgado, e assim, certamente, ao grande intérprete da alma lusitana, Luís de Camões. Por isso também, muitos elementos de projeção na colônia portuguesa do Brasil, e figuras de primeiro plano do mundo político e literário em Portugal, continuaram a tratá-lo com o maior apreço. Lembre-se, por exemplo, o fato de ter sido, aos 22 de dezembro de 1888, o autor do discurso de inauguração do novo

¹⁷ Do texto de 1880 para o de 1901, o escritor converteu em "que" a expressão interrogativa "o que" (exemplo: "o que são?" → "que são?", p. 7, linha 20), e em colocação proclítica do pronome pessoal átono os casos de ênclise nas orações subordinadas introduzidas por pronome relativo ou conjunção subordinativa (exemplo: "dizer que acho-me" → "dizer que me acho", p. 12, l. 3). Fez ainda inúmeras outras modificações no texto: substituiu por minúsculas as letras iniciais maiúsculas de dezenas de substantivos comuns ou adjetivos a que ele quis dar este relevo na transcrição de 1880, como se pode ver na presente edição fac-similada; suprimiu o acento gráfico com que assinalara a preposição *a* ("á todos" → "a todos"); alterou a pontuação, com bastante freqüência, suprimindo ou acrescentando sinais, ou substituindo um sinal por outro, como lhe pareceu melhor.

edifício do Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro — ocasião em que, mais uma vez, se refere às glórias do poeta:

Deliberadamente, vós, portugueses, construístes uma biblioteca, a mais grandiosa das edificações desse gênero na América, e a levantastes sob o duplo padroado de Luís de Camões e do Infante D. Henrique. A alma deste edifício é assim, antes de tudo, a própria alma nacional. Estas pedras são estrofes dos *Lusiadas*.¹⁸

Essa devoção camoniana — tão bem expressa nas páginas do livro de 1872 e dos discursos de 1880 e 1888 — é que lhe dará ânimo, nos últimos anos de vida, e em correspondência com o desempenho de funções diplomáticas, para proferir conferências nos Estados Unidos, a convite de Universidades interessadas em ouvir a palavra do Embaixador do Brasil, já então conhecido pela atuação em favor do pan-americanismo. As conferências foram três: a de 14 de maio de 1908, na Yale University — “The Place of Camoens in Literature” (editada num folheto de 26 páginas); a de 21 de abril de 1909, no Vassar College — “Camoens, the Lyric Poet” (29 páginas); e a de 23 de abril do mesmo ano, na Cornell University — “The Lusiads as the Epic of Love” (23 páginas). Ao remeter a seu grande amigo Machado de Assis um exemplar da primeira, em carta de 8 de junho de 1908, comentou:

V. verá com prazer que me tornei um propagandista aqui dos *Lusiadas*. Faço isto também em honra da nossa língua, que é tomada como um dialeto do espanhol, o que dá à América Espanhola, com as suas dezoito nações, certo prestígio sobre nós.¹⁹

Como ele mesmo disse, fazia o papel de “rapsodo de Camões”²⁰, e parece que prosseguiria nesse caminho en-

¹⁸ *Escritos e Discursos Literários*, 1901. p. 47.

¹⁹ ARANHA, Graça. Op. cit., p. 167.

²⁰ Assim se apresentou Joaquim Nabuco na conferência proferida na Cornell University: “Pela terceira vez apareço perante uma Universidade americana no papel de rapsodo de Camões” (v. a tradução de Carolina Nabuco em *Camões e Assuntos Americanos*, 1940. p. 71).

quanto lhe fosse possível. Com efeito, ainda preparava uma outra conferência sobre o poeta, atendendo a convite da Universidade de Harvard, quando a morte o surpreendeu, a 17 de janeiro de 1910.

2 VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE JOAQUIM NABUCO AOS ESTUDOS CAMONIANOS

2.1 JULGAMENTO DA CRÍTICA ESPECIALIZADA

Que valor se pode, realmente, atribuir nos dias atuais aos estudos camonianos de Joaquim Nabuco?

Causa estranheza verificar, na bibliografia de trabalhos recentes, quando não a omissão completa, a citação apenas parcial e inexpressiva do que publicou o grande escritor.²¹

Cumprir dizer, no entanto, que o desconhecimento ou o descaso em relação a esses estudos de Nabuco, compreensíveis até certo ponto, só se pode caracterizar como resultante de desinformação bibliográfica ou de preconceitos vários, já agora inaceitáveis diante do que têm dito ilustres ensaístas que se dispuseram a lê-los e a analisá-los com a merecida atenção.

Aos pronunciamentos mais antigos de Afrânio Peixoto, de Jaime Cortesão, de Álvaro Lins e outros, acrescenta-se o que têm dito ultimamente grandes especialistas em estudos lingüísticos e literários como Américo da Costa Ramalho, Hernani Cidade, Sílvio Elia e Gilberto Mendonça Teles: a análise metódica e séria a que procederam para avaliar a contribuição de Joaquim Nabuco à divulgação e

²¹ A título de exemplo: na edição da *Obra Completa* de Camões organizada para a editora Aguilar (Rio de Janeiro, 1963), a minuciosa bibliografia com notas do preparador do texto, o eminente camonista Antônio Salgado Júnior, simplesmente menciona *Camões e Os Lusíadas* (1872), e não registra o discurso de 1880 nem as conferências de 1908-1909; todavia, aí está dito, a propósito do livro de Afonso Celso Júnior, *Camões — Estudo Crítico Histórico-Literário* (São Paulo, 1880): "É talvez a partir deste trabalho que a crítica brasileira começa a ter pronunciado interesse pelas questões camonianas" (v. p. CIV-CV).

ao conhecimento mais amplo da obra camoniana não deixa mais dúvida a respeito da sua efetiva importância.

Assim sendo, em lugar do desinteresse pelas coisas do passado, o que se impõe é, ao contrário, o reexame de contribuições como a de Nabuco, à luz dos conhecimentos da Camonologia atual. Cabe ao ilustre professor Américo da Costa Ramalho, Catedrático da Universidade de Coimbra, a primazia de uma avaliação global, muito lúcida e bem fundamentada, da "atividade camoniana" do autor de *Minha Formação*, tendo em vista "reabilitar o escritor brasileiro do juízo áspero de Teófilo Braga" no ano de 1872 e "valorizar o contributo positivo" de tal atividade²². Hernani Cidade termina o depoimento que publicou na revista *Cultura* em 1972, com as seguintes palavras, em seguida à citação de *Camões e Os Lusíadas*: "este artigo procura exprimir a alegria com que sinto apoiado o meu camonismo pelo entusiasmo camonista, em tão formosos e finos conceitos expresso, do grande escritor". Cada um dos estudos camonianos de Nabuco mereceu recensão crítica minuciosa e segura, com abundância de elementos informativos, na comunicação de Sílvio Elia à II Reunião Internacional de Camonistas, realizada em 1973, em Niterói e no Rio de Janeiro. Quanto a Gilberto Mendonça Teles, são bastante significativas, por partirem de um ensaísta de visão tão extensa e profunda da nossa literatura, as suas afirmações de que "a data de 1872 pode ser tomada como início dos estudos de Camões entre nós" e de que Joaquim Nabuco "é o fundador da Camonologia no Brasil"²³.

Por tudo isto, iniciativas como a da reedição fac-similada do discurso de 1880 constituem expressiva e valiosa homenagem a Luís de Camões, nas comemorações do quarto centenário da morte do poeta.

2.2 BIBLIOGRAFIA

— Fontes Para o Estudo da Contribuição de Joaquim Nabuco ao Conhecimento da Vida e Obra de Luís de Camões.

²² *Camões e Joaquim Nabuco*, ed. 1962. p. 16.

²³ *Camões e a Poesia Brasileira*, ed. 1979. p. 87 e 145.

2.2.1 Obras de Joaquim Nabuco

Camões e Os Lusíadas. Rio de Janeiro, Tipografia do Imperial Instituto Artístico, 1872. 286 + V p.

Camões — Discurso Pronunciado a 10 de Junho de 1880 por Parte do Gabinete Português de Leitura. Rio de Janeiro, G. Leuzinger, 1880. 31 p.

Obs. — Com a mesma composição tipográfica, saíram duas outras “edições” no mesmo ano.

Minha Formação. Rio de Janeiro, H. Garnier, 1900. X + 311 p.

Obs. — V. referências das p. 36 e 218-9.

Escritos e Discursos Literários. Rio de Janeiro, H. Garnier, 1901. VIII + 303 p.

Obs. — Neste volume se reproduz, com o título “Terceiro Centenário de Camões”, e muitas modificações de forma e conteúdo, inclusive a supressão de diversas passagens, o discurso de 1880 (v. p. 1-23) e se publica o texto do discurso de 22 de dezembro de 1888, na inauguração do novo edifício do Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro — “Portugal e Brasil” (v. p. 43-53)

O livro foi reeditado em 1919, 1939 e 1949.

Address Delivered Before the Students of Yale University, on the 14th May, 1908 — *The Place of Camoens in Literature*. By Joaquim Nabuco, Ambassador of Brazil. 26 p.

Camoens, the Lyric Poet — Address at Vassar College on April 21, 1909, by Joaquim Nabuco, Brazilian Ambassador. 29 p.

The Lusíads as the Epic of Love — Address at Cornell University on April 23, 1909, by Joaquim Nabuco, Brazilian Ambassador. 23 p.

Discursos e Conferências nos Estados Unidos. Tradução do inglês de Artur Bomilcar. Rio de Janeiro, Benjamin Aguila [1911] 207 p.

Obs. — Com os títulos “O Lugar de Camões na Literatura” (p. 13-40), “Camões — O Poeta Lírico” (p. 41-77) e “Os Lusíadas Como a Epopéia do Amor” (p. 79-106) estão incluídas no volume as conferências de Joaquim Nabuco sobre temas camonianos. A nota prévia do tradutor diz: “Nova York, julho, 1911.”

Camões e Assuntos Americanos — Seis Conferências em Universidades Americanas. Traduzidas do inglês por Carolina Nabuco. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1940. [6] + 155 p.

Obs. — As conferências camonianas, na tradução de Carolina Nabuco, têm os títulos “O Lugar de Camões na Literatura” (p. 1-30), “Camões, Poeta Lírico” (p. 31-67) e “Os Lusíadas — Epopéia do Amor” (p. 69-98)

2.2.2 Obras Sobre Joaquim Nabuco e Seus Estudos Camonianos

ARANHA, Graça. *Machado de Assis e Joaquim Nabuco* — Comentários e Notas à Correspondência Entre Estes Dois Escritores. 2. ed. Rio de Janeiro, F. Briguet, 1942, p. 91-2, 167-8, 169, 171-2, 177, 254, 256, 268-9.

Obs. — A 1.^a edição deste livro é de 1923.

BRAGA, Teófilo. *Camões e o Sentimento Nacional*. Porto, Ernesto Chardron, 1891. p. 290-295.

CIDADE, Hernani. Como o Meu Camonismo se Sente Apoiado em Joaquim Nabuco. In: *Cultura*. Rio de Janeiro, MEC, ano 2, n.º 6, abr.-jun. 1972. p. 66-71.

COELHO, Henrique. *Joaquim Nabuco* — Esboço Biográfico. São Paulo, Monteiro Lobato, 1922. p. 46-7, 73 e 202.

CORTESÃO, Jaime. *Camões e o Descobrimento do Mundo*. Lisboa, Seara Nova, 1944. p. 9-11.

- ELIA, Silvio. Nabuco e *Os Lusíadas*. Comunicação apresentada à II Reunião Internacional de Camonistas. Niterói, Programa Especial UFF-FCRB, 1973. 19 p.
- LINS, Álvaro. *Discurso Sobre Camões e Portugal*. Rio de Janeiro, MEC, Serviço de Documentação, 1956. p. 82-3.
- MACEDO, Francisco Ferraz de. *Desabafo Patriótico e o Tricentenário de Camões no Rio de Janeiro* — Estudo Crítico e Documentado, ou a "Censura" Feita aos Promotores e Orador Oficial do Tricentenário, Escrito Este Dia a Lume com Antecedência ao Ato. Rio de Janeiro, Tipografia Acadêmica, 1880. 223 p.
- MAGALHÃES, Figueiredo. *Camões e os Portugueses no Brasil* — Reparos Críticos. Primeira Parte. Rio de Janeiro, Tipografia da Gazeta de Notícias, 1880. 155 p.
- MONTELLO, Josué. Um Protesto a Propósito de Camões. In: ———. *Os Bonecos Indultados*. Rio de Janeiro, A Casa do Livro, 1973. p. 119-21.
Obs. — Artigo antes publicado no *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25/7/1972.
- NABUCO, Carolina. *A Vida de Joaquim Nabuco*. 5. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, INL, 1979. p. 39-41, 99, 291-2 e 440-1.
Obs. — A 1.^a edição é de 1928.
- PEIXOTO, Afrânio. Ensaio Camonianos. In: *Estudos Camonianos* — Reedição de Ensaio, de Autores Brasileiros Já Falecidos, Sobre a Vida e Obra de Luís de Camões. Volume I. Rio de Janeiro, MEC, DAC, 1974. p. 5-256.
Obs. — Os *Ensaio Camonianos* de Afrânio Peixoto foram editados anteriormente como livro autônomo em 1932 e em 1944.
- RAMALHO, Américo da Costa. Joaquim Nabuco e Camões. In: *Estudos Camonianos*. Coimbra, Instituto de Alta Cultura, 1975. p. 101-23.
Obs. — Desta conferência feita na New York University e na Columbia University, no ano letivo de 1961-1962, há edição anterior,

como suplemento de *Brasília XI*, Coimbra, 1962, 41 p.

Relatório da Diretoria do Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro em 1880. Rio de Janeiro, Tip. e Lit. Moreira, Maximino & Cia., 1881. 53 + 86 p. [Anexos]

TELES, Gilberto Mendonça. *Camões e a Poesia Brasileira*. 3. ed. revista. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1979. p. 31-2, 86-7, 145-6 e 166.

Obs. — A 1.^a edição é de 1973.

VIANA FILHO, Luís. *A Vida de Joaquim Nabuco*. 2. ed. São Paulo, Martins, INL, 1973. p. 44, 404, 407-8 e 417.

Obs. — A 1.^a edição é de 1952.

A' Bibliotheca Nacional

oferece

Joaquim Nabuco.

CAMÕES

JOAQUIM NABUCO

CAMÕES

DISCURSO

PRONUNCIADO Á 10 DE JUNHO DE 1880

POR PARTE DO

GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA.

RIO DE JANEIRO

IMPRESSO POR

G. Leuzinger & Filhos, Ouvidor 31.

1880

AO SÑR. J. C. RAMALHO ORTIÇÃO,
1.º SECRETARIO DO GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA
NO RIO DE JANEIRO,

*este pequeno volume é offerecido em lembrança do
Terceiro Centenario de Camões.*

JOAQUIM NABUCO.

Rio de Janeiro, 10 de Junho de 1880.

Senhor, (1)

Senhora, (2)

Minhas Senhoras e meos Senhores,

Quando, no dia 10 de Junho de 1580, Luiz de Camões expirava em Lisbôa, na mais completa miseria, ao desamparo de todos, abandonado até de si mesmo, si alguém lhe dissesse que elle só morria para ficar immortal, talvez que o Poeta, esmagado como o Gladiador pelo seo proprio destino, sem que no vasto Amphitheatro uma voz, um gesto, um olhar, pedisse compaixão para elle, affastasse com indifferença essa esperança de uma vida que não é mais do homem, mas tão sómente do seo genio e da sua obra.

Entretanto, senhores, por mais que a consciencia transforme n'uma tragedia pessoal cada um dos nossos soffrimentos, que aos olhos de um espectador desinteressado que, abrangesse o interior de todas as almas, não pareceriam mais dramaticos do que a queda silenciosa da ave ferida no vôo, o que são todos os infortunios reaes e verdadeiros do Poeta, comparados á gloria que nos reune á todos, trezen-

(1) S. M. o Imperador.

(2) S. M. a Imperatriz.

tos annos depois da sua morte, em torno da sua estatua?

O homem é o nome. A parte individual da nossa existencia, si é a que mais nos interessa e commove, não é por certo a melhor. Alem desta, há outra que pertence á patria, á sciencia, á arte; e que, si quasi sempre é uma dedicação obscura, tambem pode ser uma creação immortal. A gloria não é senão o dominio que o espirito humano adquire dessa parte que se lhe incorpora, e os Centenarios são as grandes renovações periodicas dessa posse perpetua.

Tomando a iniciativa que lhe competia por ser a primeira das fundações litterarias de Portugal no Brazil, o Gabinete Portuguez de Leitura, no Rio de Janeiro, quiz associar o seo nome ao terceiro Centenario de Camões por uma triplice commemoração. A primeira foi o assentamento da pedra fundamental da Bibliotheca Portugueza, que terá á entrada, para melhor recordar o dia de hoje, as estatuas dos seus dois padroeiros: o grande Poeta e o grande Infante. A segunda foi a sua edição especial dos *Lusiadas*, a qual tomará logar de honra na Camoneana do Centenario. A terceira é esta imponente solemnidade artistica, honrada com a presença de um Soberano, que já mostrou, com Victor Hugo, que é para elle um dos privilegios do seo officio de rei poder esquecer que o é diante de um grande poeta, com a presença de uma princeza que só tem feito fallar de si pela sua bondade e pela sua benevolencia para com todos, e com a representação da Camara dos Deputados, que interpretou bem, com a sua homenagem á Luiz de Camões, o sentimento unanime do nosso paiz.

Nesta festa uns são Brasileiros, outros Portuguezes, outros estrangeiros; temos todos porem o direito de abrigar-nos sob o manto do Poeta. A patria é um sentimento energico, desinteressado, benefico, mesmo quando é um fanatismo. Este fanatismo

admitte muitas intolerancias, menos uma que o tornaria contradictorio consigo mesmo: a de recusarmos o concurso espontaneo das sympathias estrangeiras nas grandes expansões da nossa Patria.

Si o dia de hoje é o dia de Portugal, não é melhor para elle que a sua festa nacional seja considerada entre nós uma festa de familia? Si é o dia da lingua Portugueza, não é esta tambem a que fallam dez milhões de Brasileiros? Si é a festa do espirito humano, não paira a gloria do poeta acima das fronteiras dos Estados, ou estará o espirito humano tambem dividido em féodos inimigos? Não, em toda a parte a sciencia prepara a unidade, enquanto a arte opera a união. Até a patria é um sentimento que se alarga, abate as muralhas da China que o isolavam, e torna-se cada vez mais, como se tornou a familia entre os homens, e há de tornar-se a religião entre as Igrejas, um instrumento de paz, de conciliação, e de enlaçamento entre os povos.

N'um sentido mais especial, porem, pôde-se dizer que sejamos nós, os Brasileiros, estrangeiros nesta festa?

Seria preciso esquecer muita cousa para affirmar-o.

Não foi o Brazil descoberto, colonizado, povoado por Portuguezes? Não foi uma colonia Portugueza durante tres seculos, que se manteve Portugueza pela força das suas armas, combatendo a Hollanda, até que, pela lei da desaggregação dos Estados, e pela formação de uma consciencia Brasileira e Americana no seo seio, assumio naturalmente a sua independencia, e corôou seo Imperador ao proprio herdeiro da Monarchia? Depois deste facto, apesar dos preconceitos hoje extinctos, não tem sido o Brazil a segunda patria dos Portuguezes? Não vivem elles connosco sempre na mais completa communhão de bens, n'um

entrelaçamento de familia, que tornaria a separação dos interesses quasi impossivel?

Quanto ao Poema, deixai-me dizel-o, elle nos pertence tambem um pouco. Quero esquecer a lingua Portugueza, que nos é commum, e a successão legitima que nos faz tão bons herdeiros, pondo de parte a tradição nacional, dos contemporaneos de Camões e do velho Portugal dos *Lusiadas*, como os Portuguezes do seculo XIX, para tomar somente a obra de arte.

Qual é a idéa dos *Lusiadas*, si elles não são o poema das descobertas maritimas e da expansão territorial da raça Portugueza? Mas o descobrimento do Brazil não será uma parte integrante desse conjuncto historico? As antigas possessões de Portugal na India reclamam o Poema como o seo titulo de nascimento e de baptismo, porque elle é o roteiro dos navegantes que foram a

..... ver os berços onde nasce o dia;

só as terras do Occidente, encontradas ao acaso nessa derrota matinal, não podem ter parte na obra que representa o impulso, que as encontrou perdidas no mar, e as entregou á civilisação, porque nellas

..... o claro Sol se esconde ?

Entretanto a India Portugueza é uma pallida sombra do Imperio que Affonso d'Albuquerque fundou; ao passo que o Brazil e os *Lusiadas* são as duas maiores obras de Portugal.

Quanto ao Poeta, que deve ter tambem, não vos parece? uma palavra que dizer no dia de hoje, é-lhe por acaso indifferente que a sua lingua seja fallada na America por dez milhões de homens, que serão um dia cem milhões ?

Podia-se fazer um Centenario Portuguez, e outro Brasileiro; mas não seria qualquer distincção uma irreverencia perante a gloria do Poeta?

Inspirando-se, estou certo, nestes sentimentos

a Directoria do Gabinete Portuguez de Leitura, sem olhar para a lista dos seus Socios, nem dos seus Compatriotas, resolveo reunir nesta esplendida festividade Portugal e o Brasil, por forma que as nossas bandeiras e as nossas côres nacionaes podessem apparecer juntas, e não faltasse á Luiz de Camões a homenagem filial de um só dos paizes, que figuram nos *Lusiadas* como o grande corpo da Monarchia.

Foi assim, senhores, que o Gabinete Portuguez commetteo a unica falta do seu brilhante programma, nomeando-me para fallar em seu nome.

A honra de ser o interprete da admiração de um seculo inteiro e de dois povos unidos no Centenario de um poeta, é um desses privilegios dos quaes se deve dizer :

E' melhor merecel-os sem os ter
Que possuil-os sem os merecer.

Confesso porem que aceitei este logar pela divida de gratidão que temos para com Portugal, e na qual, como Brasileiro, reclamo a minha quota parte.

O emigrante Portuguez chega ao Brazil sem fortuna, mas tambem sem vicios, e pelo seu trabalho crêa capitães; vem só, e funda uma familia; seus filhos são Brasileiros; fallando a nossa lingua, e da nossa raça, essa immigração nem parece de estrangeiros; todos os annos, á força de privações corajosamente supportadas, ella põe de lado uma somma consideravel, que não accresce tanto á riqueza de Portugal como á nossa.

Todos estes beneficios merecem o mais solenne reconhecimento da parte de quem, como eu, votou a sua vida politica toda á causa do trabalho livre. Tambem quando me offereceram este logar na grande festa que a Nacionalidade Portugueza solemnisa hoje no Rio de Janeiro, como no mundo inteiro, em todas as escalas que os seus navios foram descobrindo no Planeta, não senti nem liberdade, nem

desejo de recusar-me. Não preciso dizer, como aliás o podia fazer sem deixar de ser sincero, que nesta noite sou Portuguez; basta-me dizer que acho-me animado para com a pequena, mas robusta Nação que fundou o Brazil, e que foi tanto tempo a Mãe Patria, de um sentimento que, si não se confunde com o patriotismo, não deixa de confundir-se entretanto com o proprio orgulho nacional.

Não vou repetir-vos a historia de Camões; não tenho talento bastante para contar-vos o que todos sabeis de cór; não posso porem estudar a obra sem fallar rapidamente do homem.

Camões descendia de uma familia de fidalgos da Galiza, que não se distinguiram só pelas armas; a imaginação nelles era tão nativa como a coragem. Eram pobres. Já nesse tempo a pobreza era o apanagio dos fidalgos em Portugal, talvez porque os *antigos*

Troncos nobres de seus antecessores

não lhes deixavam a liberdade de adoptarem uma profissão lucrativa, ou porque uma longa selecção militar lhes havia dado um temperamento, que podia ser mercenario, mas não mercantil.

Dos primeiros annos de Camões sabemos ao certo muito pouco. Não há muito tempo que se fixou positivamente o lugar, e provavelmente a data do seo nascimento. Nascido em Lisbôa no anno de 1524, parece que Luiz de Camões foi educado em Coimbra, sob as vistas de seu tio Dom Bento, Cancellario da Universidade. Quando apparece em Lisbôa, elle vem armado de fortes e aturados estudos litterarios; muito moço, é já um poeta que não tem rival, mesmo nessa poesia elegante, que faz antes parte da historia da moda e do vestuario de um seculo.

Não há em torno do Poeta, nos primeiros annos da vida, senão pallidos reflexos da Renascença, que entretanto como o Sol que ao morrer converte

toda a sua luz em côr, concentrava-se no intenso colorido Veneziano. O morticínio dos Judeos, o trafico de escravos, a Inquisição com os seus Autos da Fé, as intrigas Hespanholas, o despotismo grosseiro de um rei fanatisado pelos Jesuitas, as pestes que se repetem, a alegria que desaparece no meio da miseria crescente, eis o quadro de Lisbôa durante longos annos. Si, em vez de ficar encerrado no horizonte moral de um povo que não sentia a Arte, tendo que abrir caminho por si mesmo em todas as direcções do seu genio n'um circulo de ferro, Camões tivesse ido á Italia, e se houvesse misturado em Roma com os discipulos de Raphael, com os amigos do Ticiano, com os adoradores de Miguel Angelo, familiarizando-se com os frescos do Vaticano, e a tragedia humana da Sixtina; como elle não teria crescido pela Arte, e pela liberdade! A obra prima estava em germen no sentimento, e elle que levou a patria consigo para Macáo, a teria levado tambem para Roma.... A sua natureza poetica approximando-se da Grecia teria sentido a acção eterna daquella patria do Bello, e quem sabe si alem dos *Lusiadas*, que eram o peccado original do seu genio, outras obras primas não teriam augmentado a sua influencia permanente sobre o espirito humano, e a herança immortal que nos deixou?

E' ao tempo que Luiz de Camões passou em Lisbôa, admittido á intimidade da sociedade elegante e aos serões do Paço, que se prende o romance do amor que lhe inspirou D. Catherina de Athayde.

Os grandes poetas não parecem completos sem uma mulher que os acompanhe perante a historia. Só se comprehende que elles tenham inspiração, tendo amor. E' uma illusão, senhores, do sentimento popular, mas, como qualquer outra é melhor a respeitar que a destruir. A illusão é uma parte de nós mesmos, e a melhor; não é possivel arrancal-a sem que no espaço que ella occupa fique um vazio que nada enche.

Que Luiz de Camões amou uma dama do Paço, pode-se afirmar; mas quem foi ella? Sabe-se por um acrostico que foi uma D. Catherina de Athayde, mas infelizmente para os biographos, em vez de uma elles encontraram no Paço tres Catherinas de Athayde. Essa abundancia de Catherinas explica-se talvez por que era esse o nome da rainha. Actualmente porem a favorita é a filha de Dom Antonio de Lima. O seo partido é numeroso; o seo padrinho o Visconde de Jorumenha. Não posso discutir de passagem um ponto tão complexo; mas, si os versos de Camões têm valor biographico, e, si o *Parnaso* que corre sob o seo nome é o que lhe roubaram, a protegida do distincto biographo tem rivaes poderosas. Como conciliar com os seos direitos os dessa outra D. Catherina de Athayde, filha de Alvaro de Souza, fundados na tradição, no testemunho do seo confessor de que lhe fallavam sempre no poeta, e no facto de ter ella morrido moça, depois de se haver casado com outro, o que explica certos sonetos (CC.LXXIV), que não tem dois sentidos, sobretudo para as mulheres:

Já não sinto, senhora, os desenganos
Com que minha affeição sempre tratastes...

.....
A mágoa choro só, só choro os danos
De vér por quem, Senhora me trocastes...

Ainda há porem uma terceira D. Catherina de Athayde, e esta prima do Poeta. A verdade, senhores, é divina; mas a certeza nem sempre vale mais do que a duvida.

Contentemo-nos com saber que D. Catherina de Athayde tinha cabellos loiros e ondedos, as faces côr de rosa, o collo de neve, os olhos verdes, o olhar luminoso, a falla doce, que era alegre, cortez, e suave, e que, si a belleza é antes de tudo a graça musical dos movimentos, ella tinha

Esse compasso certo, essa medida
Que faz dobrar no corpo a gentileza...

Quanto ao amor do Poeta, lêde as suas Canções, algumas das quaes parecem escriptas por um Grego, de naturaes que são. Nellas reconhecereis logo essa plenitude de vida que se aspira por um dia claro, sob o Azul diaphano, n'uma atmospherá pura, quando a alma sente-se, como o *noûs* de Anaxagoras, « a mais pura e subtil de todas as substancias », e o Ar nos torna não só melhores, como mais intelligentes e mais livres.

Ao amor de Camões por D. Catherina tem-se attribuido o seo desterro de Lisbôa.

Qualquer que fosse a razão, porem, desde que pela primeira vez partio-se a cadêa da fortuna, nunca mais ella se reatou para Camões. Desterrado de Lisbôa em 1546, no anno seguinte elle bate-se em Africa, onde perde o olho direito; em 1550 alista-se para a India como soldado, e não parte porque a náó arriba; demora-se em Lisbôa tres annos, um dos quaes na prisão, até que em 1553 parte para a India na náó *S. Bento*, para lá ficar desesete annos. Como vêdes, passo rapidamente sobre factos que conheceis, para chegar ao Poema.

No meio da depravação dos costumes, da sede de dinheiro, da ausencia completa de qualquer especie de moral, ninguem podia escapar ao envenenamento produzido pela decomposição do Dominio Portuguez na India. Camões não era asceta, nem excentrico; misturava-se livremente com a sociedade que o cercava; não era nem puritano, nem hypocrita, e não tinha esse poder de isolação que permite aos fortes e aos escolhidos conservarem-se alheios ao meio no qual vivem, interiormente extranhos ao movimento de que fazem parte.

Si o homem, porem, adaptou-se sem velleidade de resistencia, e sem constrangimento de vontade, á decadencia sem nenhum reflexo de Ideal, de Arte ou de nobreza, da vida militar na India, o Poeta, pelo contrario, com a mesma expontaneidade, reagio,

traçou um circulo de heroismo em torno de si; creou na patria um isolamento para o seo genio, e compoz os *Lusiadas*, escrevendo cada novo Canto obrigado pela emoção de que o enchia o Canto que havia acabado. E' assim a obra de arte; ella força o artista a não a deixar incompleta, e o faz sentir como Cesar, o qual fez da ambição uma arte, que nada está feito emquanto resta alguma coisa por fazer. Si não fosse assim, quantas obras primas não ficariam, como o S. Matheus de Miguel Angelo, metade na pedra, metade no genio do esculptor? Mil vezes antes para uma obra de arte ficar eternamente mutilada, como as estatuas gregas, do que eternamente incompleta.

Na partida de Camões para a India devemos vêr, senhores, como quer que o chamemos, o acaso intelligente que leva o artista á collocar-se, sem que o saiba, e ás vezes contra a sua vontade, nas condições unicas em que lhe é possivel produzir a obra que será a medida do seo genio.

A' bordo da náu que o levava, Camões repetio, como tantos outros que não conhecem o seo proprio desinteresse, nem a sua dedicação: « Ingrata Patria! Não possuirás os meus ossos. » *Non possidebis ossa mea.* São as palavras de Scipião. « Ingrata Patria! » *Parvi mater amoris*, mãe de pouco amor, como chamava Dante á Florença. Mas essa vingança, ironia da Arte, que brinca com o Artista, como o musico com o instrumento, elle a queria completa; Portugal não possuiria os seos ossos, mas possuiria o seo nome immortal. Era uma vingança, como todas as que o homem de coração toma da patria, de si mesmo, da mulher que ama, uma vingança de amor. Elle queixava-se da viagem que ia fazer, e era essa viagem que o devia tornar um grande poeta, e o representante de Portugal perante o espirito humano. Em Lisbôa, com as occupações insignificantes, mas forçadas, da vida da Côrte, com

as pequenas conspirações da inveja, e as feridas do amor proprio, com o espirito alegre, sociavel, e superficial, que é preciso ter nas salas, com a intervenção benevola da Inquisição e dos Jesuitas, o que teriam sido os *Lusiadas*?

Foi no Oriente, em Macáo, senhores, nessa gruta, á qual prende-se a devoção de seculos, collocado n'uma das extremidades dessa enorme têa, que dava á Portugal o direito de ser chamado antes da Hollanda, *a aranha dos mares*, foi no Oriente que a patria appareceo á Camões como uma entidade diversa de tudo o que elle havia até então confundido com ella.

O fetchista tornou-se pantheista. A historia nacional se lhe representou ao espirito como a vida phenomenal de uma substancia quasi divina e eterna. Até mesmo o Portugal do seo berço, da sua mocidade, do seo amor, visto por entre as associações todas da memoria, devia ter-lhe parecido a incorporação transitoria e incompleta do grande Todo nacional, do genio Portuguez destinado a dominar o mundo, a converter-se em outras terras, a animar outros continentes.... O que é a patria assim, senhores? Não será uma religião, um mysticismo ardente? Não occupa ella todo o espaço destinado ao poder creador do homem? Não é uma sorte de loucura sublime, a hypertrophia de um sentimento heroico? Pois bem, os *Lusiadas* são o resultado da patria assim comprehendida, que se apodera da imaginação do artista, e dá ás suas creações a forma grandiosa; que limita-lhe o horizonte, mas imprime nos objectos que se destacam um alto relevo. Esta é a patria dos seos *Lusiadas*, cuja voz elle ouve no concerto dos ventos e das ondas; cuja sombra elle vê extendida sobre o mar; cuja gloria faz vibrarem unisonas todas as cordas da sua harpa de bronze. Quando falla dos seos heróes, a adoração nelle tem a realidade concreta do anthropomorphismo, assim como tem o

contorno fluctuante e vaporoso do pantheismo quando elle a encara na sua substancia insondavel. Éssa é a Patria que elle adora como o pastor Aryano á Aurora brilhante que apparece sobre os cumes nevados do Himalaya, ou a lua que se abre no Indo, como uma grande flôr do lótó... E' á ella que elle pede no meio da oração inconsciente, que todo o homem dirige do fundo do coração ao deos que nelle se reflecte:

« Onde a vida é livre, onde os mundos são radiantes, ahí torna-me immortal » (1).

porque é ella a divindade, cujas encarnações elle celebra, da qual adora cada *avatar* triumphante, e á quem dá a beber, na taça das Musas, o licor que dava a immortalidade aos deoses! Essa patria que o embriaga, é a razão de ser da sua obra; a circumferencia inteira do seo genio; a medida do seo poder creador; ella confunde-se para elle com a sua propria vida, e della elle devia dizer sempre, no seo desterro na China, durante a composição penosa dos *Lusiadas*, como Vasco da Gama:

Esta é a ditosa patria minha amada;
A' qual se o Céu me dá, que eu sem perigo
Torne, com esta empreza já scabada,
Acabe-se esta luz allí commigo.

O perigo, senhores, não faltou ao Poeta. A pintura apoderou-se do seo naufragio nas costas da Indo-China, e representa-o tentando salvar das ondas, não a vida, mas o Poema. Os soffrimentos não lhe alteram porem a idéa fixa de terminar a obra. Aos cantos *molhados* do naufragio elle accrescenta mais quatro.

Não sei si os *Lusiadas* não deviam na primeira idéa do Poeta terminar no Canto VI, talvez destinado a ser augmentado com a *Ilha dos Amores*.

Os ultimos cantos do Poema, preciosos como são, parecem novas galerias accrescentadas á nave

(1) Big Veda.

central. N'elles a historia Portugueza que se tinha desenrolado magestosa nos outros torna-se biographica e individual; ornamentos são amontoados uns sobre outros; o Imperio da India toma o logar proeminente, ao passo que o Poeta está cansado, vê-se obrigado a repetir-se, queixa-se, irrita-se, lança mão da satyra, e ameaça até as Nymphas de abandonar a obra si ellas o não inspiram.

Exceptuai o Canto IX, accommodado, estou certo, ás exigencias e aos escrupulos da Inquisição, mas que, apezar d'isso, e das explicações provavelmente forçadas do Poeta, parece uma pagina da Renascença, um fresco da Farnesina, ou melhor a representação viva da *Caça de Diana* do Dominiquino, natural, sadia, alegre, sensualmente ideal; exceptuai a *Ilha dos Amores*, que podia estar reservada na idéa do Poeta para encerrar os *Lusiadas* primitivos, e o que vêdes? Os ultimos cantos nos revelam que depois da interrupção, não sei de quantos annos, que houve na composição do Poema, ou pela imposição de uma poetica orthodoxa á qual elle não soube forrar-se, ou pela idéa que uma grande obra é forçosamente uma obra grande, ou pela reflexão que tantas vezes destróe a belleza do pensamento espontaneo, qualquer que fosse o motivo enfim, o Poeta, si conseguiu igualar-se á si mesmo em eloquencia, não conseguiu todavia, o que era impossivel, renovar a faculdade creadora. Foi esta entretanto que enriqueceo os dominios da Arte com a figura colossal de Adamastor, e com a figura poetica de Ignez de Castro; com as telas épicas das batalhas, e os quadros risinhos da mythologia; com esses episodios todos que seriam n'um poema arido verdadeiros oasis para a imaginação, mas que nos *Lusiadas* podem ser comparados aos quatro rios que cortavam a relva do Paraíso, alem de tantos incomparaveis versos, cada um dos quaes poderia encerrar por si só a alma de um artista, porque são a

verdadeira veia de ouro da inspiração, e nem um só delles podia ser obra senão de um grande poeta.

O trabalho da composição do Poema não nos revela, como o da composição da *Divina Comedia*, nenhum soffrimento tragico do espirito, debruçado sobre os abysmos da sua propria allucinação, querendo seguir com os olhos fechados a restia de luz que precede a Dante nesse *Inferno*, que elle creou talvez com o receio ingenuo e catholico de que elle não existisse; tão pouco, senhores, nos revela aquella composição a liberdade serena com a qual Goethe olha como naturalista para o homem, autor das suas proprias desgraças moraes, do seo proprio destino intellectual, desprezando idealmente a vida n'uma illusão inexplicavel, que o torna inferior a qualquer borboleta dos tropicos, que contenta-se com viver alguns dias, e para a qual a Natureza é um poema de luz, de cores, de amor, e de vida!

Os *Lusiadas* não resumem o homem, nem a vida; não são o espelho do Infinito subjectivo, nem o da Natureza; elles são como obra de arte o poema da patria, a memoria de um povo. Foram, há tres seculos, dia por dia, o testamento de uma grande raça, e são hoje a sua bandeira.

Portugal, senhores, podia ter tido uma vida modesta; preferio porem n'um dia encher o mundo e a posteridade com o seo nome. Um principe de genio da casa de Aviz teve a intuição da missão historica da sua patria, o Infante Dom Henrique.

A' beira do mar, ás vezes azul, unido, luminoso, attrahindo mais e mais com a sua calma, com o seo silencio, e o seo horizonte, a véla do pescador; ás vezes revolto, cahotico, infernal, querendo tudo destruir; Portugal não podia escapar á irresistivel fascinação do desconhecido, a cuja borda elle estava inclinado. O que podia haver alem de tão terrivel? A morte? Mas quando a morte certa, e inevitavel mesmo, impedio a nossa especie de realizar um

desejo, de satisfazer um capricho, de descobrir uma verdade, de afirmar um principio! Portugal obedecia á essa força centrifuga que impelle as nações maritimas á apoderarem-se do mar na canôa do selvagem do Pacifico, ou na galera de Colombo, e a fructificarem ao longo das costas fronteiras, qualquer que seja a distancia.

Nada porem se faz de grande sem um consideravel emprego da energia lentamente accumulada no individuo ou na raça, e a energia que Portugal despendeo foi muito superior á que o seo organismo podia produzir sem aniquilar-se.

O seo destino pode ser comparado ao dessas aves aquaticas que habitam os rochedos do Oceano... Um instincto insaciavel o levava para os mares desconhecidos do Sul; a loucura do descobrimento apoderou-se d'elle, e, como essas aves de que eu fallo, quando depois de ter voado sobre os mares descobertos e os mundos novos, elle quiz voltar ao seo rochedo, ao seo ninho de pedra, o organismo estava exausto, as forças o trahiram, e, abrindo as grandes azas que o tinham levado á India e trazido á America, elle soltou o grito estridente, que repercutem os *Lusiadas*, e cahio extenuado sobre as ondas!

Esse momento unico, porem o, torna tão grande como a Hollanda, como a Inglaterra, como a Hespanha, e desse momento, depois do qual a Conquista consome as forças criadas, as quaes só mais tarde hão de ser reparadas pela colonisação, Luiz de Camões foi o poeta.

Entretanto, apesar de serem os *Lusiadas* a mais elevada expressão artistica da Patria, a Nação não cooperou nelles, não ajudou o Poeta a deificá-la, e recebeu com indifferença o Poema. Camões, que havia cantado para ter um premio nacional, como elle proprio o diz:

Que não é premio vil ser conhecido
Por um pregão do ninho meu paterno,

reconhece na conclusão da sua empreza que esse premio Portugal não o podia dar.

O favor com que mais se accende o engenho
Não no dá a patria, não, que está mettida
No gosto da cubiça e na rudeza
D'ũa austera, apagada e vil tristeza.

Mas devia, senhores, o Portugal do seculo XVI collaborar com elle? Para mim é duvidoso. Imaginemos que, em vez do acolhimento frío que teve, o Poema fazia de cada Portuguez um partidario, incutia o fanatismo patriotico onde já havia o fanatismo religioso. O desastre de 4 de Agosto de 1578 teria occorrido seis annos antes, e o Poeta teria sido parte no suicidio nacional.

Camões, depois de dezeseite annos de ausencia, não conhecia nem o povo, nem o rei, que, ambos haviam mudado. O que lhe inspirava confiança no povo, era o passado; no rei, era a dynastia. Mas o paiz era muito pequeno para occupar a Africa, a Asia, e a America, para combater, conquistar e colonisar á um tempo, e a politica dos Jesuitas não podia desenvolver as forças nacionaes. Quanto ao rei, a dynastia de Aviz acabava, como devia, com um heróe, mas um heróe que era um louco. Magnetismo da bravura e da mocidade, entretanto! Esse rei de vinte e quatro annos, só porque morre como um bravo, envolto na nuvem dos bereberes, só porque o seo cadaver não repousou ao lado do de Dom João II na Igreja da Batalha, mas foi enterrado, como o de um soldado, no primeiro comoro de arêa do deserto, é transformado, como os guerreiros do Norte que as deosas arrebatavam no ardor da peleja, ao primeiro sangue, n'um mytho nacional.

Camões desejou partir com elle para ser o poeta official da campanha, e até começou um novo poema, que elle mesmo rasgou, depois do desastre de Alcacer-Kibir. Fez bem, senhores. Nada há mais triste na historia da Arte do que o periodo da de-

cadencia de um artista de genio, quando a imaginação não pode mais, e o cerebro cansado só produz a repetição banal e a imitação da obra prima da madureza. Felizmente, porem a dignidade do Poeta e a gloria do Artista não passaram pela prova dessa palinodia dos *Lusiadas*.

Desde a publicação do Poema, a alma de Camões, que fôra alegre e jovial na mocidade, communicativa e facil durante a vida, talvez porque a sua esperança toda resumia-se nos *Lusiadas*, torna-se tragica. A expedição Africana, que elle havia aconselhado com a eloquencia de um Gladstone, pedindo a expulsão dos Turcos da Europa, déra em resultado a destruição da monarchia. O seo Jáo havia morrido, legando á historia um exemplo dessa dedicação, que é a honra do escravo. A mãe de Camões, D. Anna de Sá e Macedo, que viveo até 1585, para receber a tença do filho da generosidade de Felipe II, estava inutilisada pela idade. A pobreza do lar era extrema, e, si a tradição não mente, chegou até á esmola, e á fome. Como devia ser triste para elle morrer assim, recordar o passado, reconstruir a sua vida toda!

« A poesia, disse Carlyle, é a tentativa que o homem faz para tornar a sua existencia harmonica. »
« Quem quizer escrever poemas heroicos, disse Milton, deve fazer um poema heroico da sua vida inteira. » Com effeito, senhores, que poesia é mais elevada do que, por exemplo, a vida da mulher verdadeiramente bella, quando essa vida é tornada harmonica pelo respeito, pelo culto, pela adoração de si mesma, como a producção de uma Arte superior, que é a Natureza? Que poema heroico é maior do que esse em que o operario converte o trabalho, o marinheiro o navio, a mãe o filho, o rei o reinado, a mulher o coração, o homem o dever, e o povo a historia?

Este material não é mais commum que o mar-

more ou o verso. A nossa propria vida é a materia mais difficil de trabalhar artisticamente e de converter em Poesia. Nesse sentido, talvez, que lançando um olhar sobre o passado Camões só visse nelle os fragmentos de uma existencia dispersa, da qual a memoria tornara-se por fim o registro indifferente. Porque não renunciou elle, para ser feliz, á sua propria superioridade, á composição d'essa epopéa quasi posthuma da sua raça? Mas como se enganava! Essa vida, cujo nexo elle não achou no meio das contradicções do impulso e das difficuldades da lucta, navio perdido no mar, cuja direcção desde o principio escapára á sua vontade, cujas velas o vento contrario o obrigava á amainar, emquanto a corrente o desviava do seo rumo, essa vida tinha uma unidade que a torna harmonica, senhores, como o queria Carlyle, e heroica, como o pedia Milton, e essa unidade, da qual os *Lusiadas* são a expressão artistica, não é outra senão a necessidade que a Nação Portugueza teve de produzir uma obra universal no momento unico da sua historia em que ella com Luiz de Camões chegou a possuir a faculdade do genio.

Por mais triste porem que fosse para o Poeta a consciencia imperfeita que elle tinha do seo destino individual, a sorte de Portugal devia commovel-o ainda mais.

Imaginai que um espirito creador acaba de levantar um monumento á patria, e que esse monumento é a syntese da vida collectiva de muitas gerações: ao mesmo tempo o Livro de Ouro da Nobreza, e o Livro Sibyllino do futuro; a galeria das armaduras de tres seculos militares, e o Tombo das cartas de navegação; o Arsenal onde jazem os navios que rodearam a Africa, e os que descobriram a America; o Campo Santo onde dormem os heróes sob epitaphios romanos, e a Cathedral que guarda as bandeiras de cem batalhas; imaginai que o artista acredita que a obra viverá pelo menos tanto

como a patria em cujo solo elle a levantou, e que de repente em vez de ser o edificio só, é a terra mesma que se abate e se desmorona.

Nesse momento, Camões não separou a patria do poema, os *Lusiadas* de Portugal. O poeta das *Orientaes* e de *Hernani* assiste em vida á sua immortalidade. Mas como podia Camões acreditar que a gloria succederia á miseria e á indiferença, no meio das quaes elle morria? Não, o poema não duraria mais do que a patria. E si durasse? A' confiança infundada que elle teve na hegemonia Portugueza correspondia a certeza, tambem infundada, da eterna aniquilação de Portugal. Pois bem, morto Portugal, si os *Lusiadas* lhe sobrevivessem, o poeta já via o Poema vertido para o Hespanhol, sujeito á Inquisição infinitamente mais cruel na patria de Torquemada, e si não destruido pelo fanatismo iconoclasta, mutilado, prostituido, ou pelo menos profanado, como o templo de uma religião extincta, que vê a *cella* da sua divindade morta tornar-se o altar de um deos desconhecido.

Foi assim que elle morreo, nessa dolorosa oppressão, no dia 10 de Junho de 1580, para ser enterrado pela caridade particular n'uma pobre sepultura do convento de Santa Anna.

Os poemas, porem, senhores, tem os seus destinos como as nações.

Si a Hespanha, em vez de declinar, depois de Felipe II, tivesse, não crescido exteriormente, mas progredido internamente, repellindo do seu seio a Inquisição e o absolutismo, e seguindo a parallela da Inglaterra e fundasse a sua capital em Lisboa, em frente das suas Colonias de Alem-mar, na embocadura do Tejo, talvez que a lingua Hespanhola absorvesse a Portugueza, e esta ficasse para sempre embalsamada, como as grandes linguas mortas, nas fachas de um poema; talvez que

a Nação Portugueza, a qual nesse tempo já havia realizado a sua grande missão, vivesse somente nas paginas dos *Lusiadas*. O destino de Portugal porem era outro; assim tambem o do Poema.

O que é a celebração deste Centenario, senão a prova de que Portugal não morreo de todo em 1580, mas somente atravessou a morte, e de que os *Lusiadas* não foram o tumulo nem da raça, nem da lingoa?

Dos dois lados da fronteira, depois que se operou a cicatrização dolorosa, formou-se um patriotismo diverso. A nação criou nova alma, e o Poema de Camões, que elle julgava condemnado ao esquecimento, tornou-se a patria do Portuguez, como a Biblia o é do Israelita, e o Koran do Musulmano, em qualquer latitude onde elles se achem.

Si eu posso fazer um voto nesta noite, não é que se levante á Camões uma estatua na capital da America Portugueza, deixo essa iniciativa aos que melhor a podem tomar; mas que os *Lusiadas* sejam distribuidos generosamente pelas escolas, para serem lidos, decorados, e commentados pela mocidade. Não é um livro que torne ninguem Portuguez, é um livro que torna todos patriotas; que ensina muita cousa n'uma idade em que estão sendo lançados no menino os alicerces do homem; que faz cada um amar a patria, não para ser nellà o escravo, mas o cidadão; não para adular-lhe os defeitos, mas para dizer-lhe com doçura a verdade. Nelle se aprende que os principios e os sentimentos devem ser os musculos, e não os nervos, da vida; que a existencia do homem alarga-se pela sua utilidade exterior, que em vez de gyrar o Mundo em torno de nós, como no systema de Ptoloméo, devemos nós gyrar em torno do Mundo, como no de Copernico. Elle ensina que a vida é a acção, e condemna essa

do organismo doentio que dobra-se sobre si mesmo, em vez de se expandir na Natureza da qual faz parte. Condemna o ascetismo e a simonia, a justiça sem compaixão, a força sem direito, as honras sem merecimento; eleva a mulher no respeito do homem, o que é um serviço prestado ás raças meridionaes; mostra a lingoagem que se deve fallar aos reis, sobretudo

Se he certo que co'o rei se muda o povo;

incute a coragem que deve ser a principal parte da educação; familiarisa o ouvido com a belleza, a medida, e a sonoridade da nossa lingoa que será sempre chamada a lingoa de Camões; mostra que a popularidade é uma nobre recompensa, mas que não deve ser o movel de nenhuma conducta, quando falla do

... que, por comprazer ao vulgo errante,
Se muda em mais figuras que Proteio;

ensina que o homem forte leva a patria em si mesmo, ou como elle o diz melhor:

Que toda a terra é patria para o forte;

prega o desinteresse que é a condição essencial de qualquer nobreza, sobretudo quando o Templo, como em Jerusalem, e o Forum, como em Roma, estão invadidos pelas bancas dos mercadores; fulmina a escravidão em dois versos, que encerram a eterna injustiça das grandes riquezas accumuladas pelo trabalho alheio não retribuido, quando promete não louvar a quem

Não acha que é justo e bom respeito
Que se pague o suor da servil gente;

indica, senhores, ao que se propõe á qualquer elevado e patriotico fim na vida de que arte

..... o peito um callo honroso cria
Desprezador das honras e dinheiro,

e lhe aponta a unica fórma digna de subir ao que

elle chama — *o illustre mando*, e que há de ser sempre para os homens altivos e firmes, onde quer que o governo não fôr uma conquista, mas uma doação:

Contra vontade sua e não rogando!

Tenho atravessado nesta noite comvosco o dominio inteiro da arte. « O verdadeiro peregrino, diz um personagem de Shakespeare, não se cansa, ao medir reinos com os seus debeis passos ». Pois bem, eu acabo de medir o reino da Poesia com a devoção de um peregrino, e agradeço-vos a attenção com que me ouvistes.

Senhores, a obra de arte existe por si só: admirada, si o povo a sente; solitaria, si elle a não comprehende, mas sempre a mesma e sempre bella. Portugal tem razão em considerar os *Lusiadas*, como Jerusalem para o Hebreo, e Athenas para o Helleno, a patria do seu espirito. Elles são um poema que em vez de ser escripto podia ser levantado, como o frontão do Parthenon, sobre columnas doricas pelo compasso de Iktinos; esculpido em relevo nas metopas do friso pelo cinzel de Phidias; pintado á fresco, nas paredes da Pinacotheca, pelo pincel de Polygnoto, si Portugal fosse a Grecia.

A grande estructura de marmore pentelico serve só para cobrir as estatuas dos deoses e dos heróes, e as pinturas nacionaes das suas muralhas; no seu architrave reluzem os escudos votivos; o navegante o avista do mar na pureza das linhas horizontaes com que elle corta o Azul; as suas grandes portas de bronze abrem-se para deixar passar o cortejo das Panathenéas da patria; elle guarda a vela de purpura da galera sagrada; é ao mesmo tempo que a Acropole de Athenas o Forum de Roma; a tribuna do povo defendida, como os Rostros, pelos esporões dos navios tomados em combate; o Arco de Triumpho sob o qual desfila o

prestito Portuguez desde Affonso Henriques até D. Sebastião, a nação toda, vestindo a purpura e cingindo a corôa pela Via da historia.

Agora só me resta inclinar-me diante da tua estatua, ó glorioso Creador do Portugal moderno. Na pleiade dos genios, que roubaram o fogo ao ceo para dar á humanidade uma nova força, tu não és o primeiro, mas estás entre os primeiros.

A' estatua ideal do homem moderno, Shakespeare deo a vida, Milton a grandeza, Schiller a liberdade, Goethe a Arte, Shelley o Ideal, Byron a revolta, e tu lhe déste a patria. A tua gloria não precisa mais dos homens. Portugal pode desaparecer, dentro de seculos, submergido pela vaga Européa, ella terá em cem milhões de Brasileiros a mesma vibração luminosa e sonora. O Brazil pode deixar, no decurso de milhares de annos, de ser uma nação latina, de fallar a tua lingua, pode dividir-se em campos inimigos, o teu genio viverá intacto nos *Lusiadas*, como o de Homero na Illiada. Os *Lusiadas* podem ser esquecidos, desprezados, perdidos para sempre, tu brilharás ainda na tradição immortal da nossa especie, na grande nebulosa dos espiritos divinos, como Empedokles e Pythagoras, como Appelles e Praxiteles, dos quaes apenas resta o nome. A tua figura então será muitas vezes invocada; ella apparecerá á algum genio creador, como tu foste, á foz do Tejo, qual outro Adamastor, convertido pelos deoses nessa

Occidental patria lusitana,

alma errante de uma nacionalidade morta transformada no proprio solo que ella habitou. Sempre que uma força extranha e desconhecida agitar e suspender a nacionalidade Portugueza, a attracção virá do teu genio, satellite que se desprendeo della, e que resplandece como a lua no firmamento da terra, para agitar e revolver os oceanos.

Mas até lá, ó Poeta divino, até ao dia da tradição e do Mytho, tu viverás no coração do teu povo: o teu tumulo será, como o de Mahomet, a patria de uma raça; e por muitos seculos ainda o teu Centenario reunirá em torno das tuas estatuas, espalhadas pelos vastos dominios da lingua Portugueza, as duas Nações eternamente tributarias da tua gloria, que unidas hoje pela primeira vez pela paixão da Arte e da Poesia, acclamam a tua realêza electiva e perpetua, e confundem o teu genio e a tua obra n'uma salva de admiração, de reconhecimento e de amor, que há de ser ouvida no outro seculo!

O DISCURSO DE JOAQUIM NABUCO

Depois do discurso do presidente Ramalho Ortião, ao inaugurar-se solenemente a vida do Gabinete Português de Leitura no seu novo edificio, Joaquim Nabuco proferiu esta notavel peca oratória:

"O Gabinete Português de Leitura não quis esquecer que em 1880 fui o seu orador na comemoração do terceiro centenário de Camões, e hoje me confere a mesma elevada honra na inauguração da Bibliotheca Portuguesa do Brasil.

Entre 1880 e 1888 teve lugar uma áspera campanha, e assim como nas guerras antigas convertiam-se em armas e escudos as próprias lâmpadas dos templos, eu me vi forçado a converter ora em investidas, ora em aclamações, o espontâneo interesse que eu tinha antes tomado pela poesia e pela arte.

Ir buscar-me a despeito dessa luta de tantos anos para falar em vosso nome, não é só uma prova de fidelidade aos que uma vez vos serviram com dedicação; é a melhor demonstração do desprendimento de espirito e da continuidade de propósitos com que os portugueses levam por diante as suas grandes empresas, indifferentes aos preconceitos, identificados com a obra ao ponto de pensarem por ella. Eu descubro nessas qualidades as raizes profundas das fundações portuguezas na América, das quais, não é preciso dizer, a mais considerável ficará sempre sendo o Brasil.

É um facto digno de análise a adaptação de vosso patriotismo ao nosso país.

Somente num sentido eu consentirei em chamar o Brasil país estrangeiro para vós; no sentido de sermos uma nacionalidade política distincta. Nós nos constituimos em nação independente, ou melhor, diversa da vossa, porque essa era a lei da formação social da América. Foi um simples fenómeno de cissiparidade.

A extensão do território que Portugal possuia deste lado do Atlântico excluiu a possibilidade da união permanente dos dois povos. Se tivéssemos continuado unidos, a nossa representação nas cortes seria um dia dupla da vossa e o primeiro acto da maioria

brasileira havia de ser a mudança da capital de Lisboa, digamos para o Recife, o nosso ponto mais oriental. A lei do predomínio europeu, sem falar do mandamento — RESPEITARÁS PAI E MÃE, — não consentiria que a Europa fosse governada da América.

Foi um romance de que não guardaste ao seu autor o menor ressentimento. Nós falamos aqui do 7 de Setembro como se fizesse na Inglaterra do 4 de Julho. Estamos todos convencidos de que o Brasil se tinha feito homem, e a tutela paterna cessa com a maioridade do filho. Deixai-me dizer o que penso. Se nós não nos tivéssemos separado em 1822, quem sabe o que teria acontecido? Talvez não existisse hoje nem Portugal nem Brasil. Eu sou dos que por nada tocariam na história. Eu penso que a humanidade, como o homem, não se deve arrepende nunca. O que eu quis lembrar com isto é que entre nós houve um facto civil apenas — a nossa emancipação; não houve rutura dos laços de família que nos prendiam. O vosso patriotismo adaptou-se ao nosso país sob essa firme persuasão.

O português no Brasil tem orgulho da sua raça, que fundou este colosso que eles vêem do outro lado do Atlântico, deitado sobre o mapa do mundo com a cabeça sob o Equador, o coração sob o Capricórnio e os pés sob o Cruzeiro do Sul. (Vós olhais para o Brasil como o escultor olha para a sua estátua, como o pai se revê num filho glorioso. Sois em certo sentido mais brasileiros do que os brasileiros. Podeis ter um sentimento incómodo, quando pensais no futuro de Portugal, colocado como uma tentação na mais bela parte dessa Península Ibérica, para onde as correntes vulcânicas hão de um dia forçosamente correr e na qual os instrumentos políticos hão de marcar talvez a maior oscilação do solo europeu. Mas a vossa fé no futuro desimpedido e desembarçado do Brasil excede a dos brasileiros. Tendes mais confiança em nós do que nós mesmos. Se dependesse de vós, o câmbio estaria sempre acima do par. Nesse sentido é que eu digo que até pareceis mais brasileiros. Ao vosso lado nós somos pessimistas. Eu vou dar a razão talvez: é que, na vossa totalidade, sois homens que só pedis e só quereis trabalho.

Vós sentis que não deveis deixar morrer também a vossa tradição na memória da grande nacionalidade que fundastes; eu confesso que no vosso caso a tarefa é mais necessária do que no caso da Inglaterra ou da Espanha.

É somente diante da Inglaterra, que em consciência o americano do norte reconhece uma superioridade nacional, uma civilização mais culta, e é a ela somente que lhe paga o tributo da imitação; é ela só que ele copia.

O fundo comum entre os povos hispano-americanos e a velha Espanha é infinitamente menor do que entre norte-americanos e ingleses. A Espanha no século XIX não pode suprir as necessidades intellectuais e administrativas de um povo que queira aprender. A sua atmosfera literária é ainda medieval. É preciso ir beber a outra fonte. As superioridades que ela tem são outras, é nela que se aprende a noção castelhana do respeito próprio, o culto cavalheiresco da mulher, o desinteresse, a magnanimidade. Mas se os editores espanhóis não são fornecedores intellectuais, nem mesmo a própria Espanha, os descendentes espanhóis, quer do México, quer do Peru, são todos filhos de Pelayo, todos assistiram à entrega das chaves de Granada por Boabdil, todos, em uma palavra, sentem o mesmo respeito que eu chamarei fidalgo, pelo conjunto da civilização peninsular, pela alma espanhola, cujo biógrato continua a ser Cervantes, e que tem a sua expressão na palavra de Castelar, no pincel de Padilha... e no verso do grande "espanhol" do século — Victor Hugo.

Entre Portugal e o Brasil a diferença é maior. Os brasileiros não sabem nada do vosso país, e a desgraçada quarentena do Lazareto desculpa a nossa ignorância. O brasileiro vai directamente a Paris. O que lê, é o que a França produz. Ele é pela intelligência e pelo espirito cidadão francês, nasceu parisiense; em que lugar de Paris eu ignoro. Parisiense, ele vê tudo como o pode ver um parisiense desterrado de Paris. Não há um brasileiro talvez que tenha pensado meia hora seguida sobre cousas portuguezas... Nós falamos a mesma lingua, mas de que serve, se não lemos o portuguez? Para dizer a verdade, nos estamos tornando um povo

poliglota. É uma condição séria. Eu a exponho com franqueza, como se este fosse já o primeiro conselho de guerra da nossa língua sitiada e pronta a capitular.

Mas quanto à falta de interesse recíproco entre a rua do Ourvidor e o Chiado, não vos impressioneis com isso! Quero dizer somente que estamos longe uns dos outros, e que a vida é demasiado curta para o homem viver senão do que vê e do que ouve, excepto nos momentos em que a vida mesma fica suspensa por uma dessas emoções como temos tido, como a França, sobretudo, costuma causar-nos e em que nossos olhos procuram ver e os ouvidos ouvir através do Atlântico.

Não vamos a Portugal visitar como peregrinos os seus lugares históricos, não vamos mais a Coimbra, mas fazemos talvez melhor do que isto: formamos deste lado do Atlântico uma só família com o povo português, o que quer dizer que qualquer palpação mais forte da vossa pátria vibraria igual em nossos corações.

É por terdes um terreno tão favoravelmente disposto, que eu vos aconselho que não tardeis a semear o que por honra de todos nós deve dar uma melhor colheita ao Brasil — é o que começais a fazer hoje.

Esta festa é o começo de uma propaganda necessária, que pode produzir um renascimento — o da nossa língua, começo da renaissance do nosso patriotismo. Eu compreendo um povo humanitário, não compreendo um povo cosmopolita. Não há uma grande raça poliglota. Nenhum escritor é grande senão em sua língua, em todas as mais ele não tem iniciativa, só pode imitar. Não se pode viver à mesa do estrangeiro como um parasita. Toda raça que esquece as suas origens começa a decair; toda raça que é indifferente à sua língua começa a dissolver-se.

Contra isso protestais por meio deste edificio, e tendes razão. Não vos limitastes a levantar um monumento que só fale ao povo como só uma obra de arte pode falar, sugerindo, inspirando, comovendo.

O edificio está completo, a estrutura material está pronta, ides agora insuflar-lhe o espirito, a alma, que o há de animar. Que alma deve ser essa? Ela sai destas pedrarias, senhores.

Deliberadamente vós, portugueses, construistes uma biblioteca, a mais grandiosa das edificações desse género na América, e a levantastes sob o duplo padroado de Luis de Camões e do Infante D. Henrique. A alma deste edificio é assim, antes de tudo, a própria alma nacional. Estas pedras são estrotes dos LUSÍADAS. Elas deviam ser condecoradas pela história com a Ordem de Aviz. Está aqui o espirito dos grandes reis, que escreveram com a espuma das ondas virgens a vossa Odisseia épica.

É a primeira significação deste monumento; é monumento levantado à missão histórica de vossa nacionalidade, e portanto é uma afirmação da vossa consciência portuguesa, da pátria intangível, tão convencida, tão solene e tão alta como é a Batalha e como são os LUSÍADAS. Nesse sentido o vosso edificio é directamente filho de Camões, é uma petrificação da onda de patriotismo que jorrou há oito anos do seu sepulcro três vezes secular, tão viva como a gull-stream. Não vos admiréis da fecundidade eterna do génio! Ainda hoje não se conhecem as estrelas todas que hão de compor na história essas conselhações nacionais chamada Dante, chamada Camões, em torno das quais se move a humanidade.

Mas este edificio tem um segundo carácter: ele é um padrão de posse nacional; com ele reclamais para vós o domínio da língua portuguesa no Brasil em nome de Luis de Camões. E tendes razão. A língua é uma tradição preciosa. Quando me lembro que as palavras que estou pronunciando são em parte as mesmas que Cícero deixava cair dos seus lábios solenes em períodos contados, eu confesso que desejava ver essas medalhas gloriosas livres o mais possível da mistura bárbara que lhes corre o contorno. Não é possível restaurá-las, eu sei bem, mas impecamos, pelo menos, a corrupção maior e em todo caso limpemo-las, façamo-las timir ao lado das verdadeiras para ver o que lhes resta ainda do metal primitivo, vigor desse acento latino, o verdadeiro conquistador do mundo! Essa língua é vossa, é propriedade vossa; seriam precisos séculos a qualquer das três línguas europeias transplantadas para a América, tanto à inglesa como à espanhola ou à portuguesa, para mudarem o seu centro de gravidade ou a sua sede de governo da

Europa para a América. Nós podemos repeliir as vossas inovações; as línguas não são alteradas pelo gosto, mas em geral pela falta de gosto.

A posse porém da língua vos ficará pertencendo e o que fizerdes dela, será sempre tido pela língua portuguesa, e ainda não se viu ciar um Império ou Estado, disse Milton, que não prosperasse pelo menos medianamente enquanto conservou o seu amor e interesse por sua língua. A língua portuguesa é a fronteira inextinguível da vossa nacionalidade.

Há uma terceira afirmação neste edificio: é o culto de Camões. Ele pertence ainda à comemoração religiosa de que tivestes a iniciativa. Estamos aqui, senhores, no santuário brasileiro da religião camoneana, e eu não preciso dizer-vos que essa é a base sólida e indestrutível de toda a nossa literatura, que ninguém que não admire Camões há de fazer em nossa língua nada que seja grande, fecundo, nada que mereça viver e reproduzir-se. Tudo que sai da atracção dos LUSIADAS precipita-se pelos espaços vazios. Uma geração educada em Camões só pode ser uma geração forte, máscula, heroica. — Ele só tem um rival como formador de homens: Dante.

Al estão os três grandes traços desta criação: afirmação da pátria, reivindicação da língua portuguesa, centro da religião ou, melhor, da cultura camoneana — há um quarto traço característico: aliança intelectual luso-brasileira. Este monumento é um símbolo de fraternidade. Não se fazem doações destas a uma nação com a qual não se está vinculado irremovivelmente! Não se fazem benfeitorias destas em casa alheia.

Agora vossas obrigações: como centro de vida patriótica, deveis ser o arquivo, ou melhor, o reflector de tudo que interesse à vossa nacionalidade, desperte o vosso patriotismo, transporte portugueses e brasileiros pelo espirito aos santuários nacionais de Portugal, por três séculos nossa pátria comum. Nesse terreno, se vos offerecem inmensas oportunidades e eu espero que se vos possa algum dia deparar a maior de todas: uma visita dos vossos reis ao Brasil, onde eles encontrariam a hospitalidade a mais reconhecida do vosso patriotismo. Como centro da língua portuguesa, cabe-vos exercer

uma espécie de censura sobre todas as corrupções provenientes de pura ignorância, de grosseira indiferença pelo calor dos vocábulos; deveis ser uma caixa de amortização que substitua toda essa moeda falsa. Para isso, senhores, tendes diversos meios. Distribuíd leitura, deveis insinuar os bons livros. Sois uma biblioteca, deveis ser uma escola. As vossas salas estão pedindo quem as anime com as suas lições.

Tendes ainda um alvívere: fazer vir ao nosso país os vossos filólogos, peritos que examinem o estado de composição do português em nosso país, onde o sol relaxa até a língua, e onde os representantes da nobre raça caucásica precisam que o pobre africano os ajude a tudo, até a falar. O Brasil está destinado a ser o público maior dos vossos escritores, o principal freguês dos vossos livreiros, porque não podemos deixar de reconhecer a propriedade literária. Ainda no vosso jubileu o orador foi o primeiro dos vossos estilistas, o artista incomparável que deu à língua portuguesa um grau de fluidez inferior ao da franceza, que a fez mais leve e toda via mais brilhante do que o espanhol e o italiano.

Para perpetuar a religião camoneana, deveis fazer estudar os LUSIADAS no que eles têm de vivo, de palpitante, de eterno. Insistir a festa de 10 de Junho, distribuir edições populares em que o público aprenda a ler do poema o que ele precisa não esquecer e o que deve formar-lhe o carácter e inspirar-lhe o patriotismo. Fostes vós que nacionalizastes Camões no Brasil, e não podeis prestar melhor serviço aos dois povos do que sempre cobrando deles o tributo de vassalagem que ambos devem ao soberano imortal da sua língua.

Por último, senhores, como aproximação íntima dos nossos países, que maior serviço podeis prestar do que a concorrência que ideis fazer aos estabelecimentos do Estado?

A vossa é uma biblioteca da iniciativa particular, que se transforma numa grande biblioteca pública. A servidão está constituída e não pensastes em contestá-la. Todos os que quiserem ler serão recebidos como hóspedes, de boa vontade. Deixar vir a nós, é a vossa divisa, os que tiverem sede de aprender. No menino pobre

que bate à vossa porta com medo de ser importuno pode estar o germe de um operário de espirito. Não sois vós que assumireis a responsabilidade de desviar essa vocação.

Meus senhores, a solenidade desta noite faz-me recordar a de 10 de Junho de 1880. Acabastes de receber uma nova honra do Imperador, cujo reinado ficará sendo uma verdadeira página da república das letras porque é a exaltação da ciência acima de todas as outras dignidades sociais. Ao lado dele honra-vos também com a sua presença a Augusta Senhora cuja vida só teve uma ambição e uma recompensa — a de fazer do trono o modelo dos lares. Com eles está a herdeira do trono, a qual, antes de cingir a coroa imperial, já tem na frente a coroa cívica de 13 de Maio; e identificado com ela o príncipe-consorte, que adquiriu por uma selecção mais valiosa do que a do nascimento e dos combates, o direito de dizer-se tão brasileiro como qualquer dos nossos soldados. Vedes mais um príncipe engenheiro, como só uma dinastia que se tornou uma família brasileira como qualquer outra, podia produzir, e que ilustra praticamente a sinceridade democrática, científica e cívica de seu Augusto Avô.

Tendes, além da realza, o mais brilhante auditório que podéis reunir... Deixai-me notar ao acaso alguns claros. O primeiro, o de um dos pilares da Beneficência Portuguesa, ainda há pouco derribado. O segundo, Manuel de Melo, o autor do vosso Catálogo, o lapidário do vosso escriptorio, o adivinho entusiasta de vosso progresso. O terceiro, mas não devo falar dele como de um morto, nesse recinto onde ele estará vivo sempre... Eduardo Lemos. Ele soube cumprir o primeiro dever dos fundadores. Cada criação é um homem; tomai qualquer obra, seja uma sociedade, seja uma propaganda, seja uma política! Há sempre um homem em torno de quem se estabelece o movimento. Quando uma instituição qualquer não tem por si um homem que se identifique com ela, um homem de fé, está visto, e de intuição, que pudesse, de novo, criá-la se ela morresse ou concebê-la se ela não existisse, esta instituição está morta ou pelo menos entra em decadência, de que só pode outra vez levantar-se se aquele homem aparecer.

Eduardo Lemos associou-se a um amigo que pensava como ele. A substituição recíproca estava assegurada para o caso de faltar algum deles. As directorias são colectividades, mas as colectividades que fazem grandes cousas, como a actual directoria do GABINETE PORTUGUÊS, têm consciência de que só as fazem porque encontraram o homem que a instituição exigia.

Esse homem é hoje o vosso presidente, que merece ser destacado dos seus illustres, devotados e leais companheiros para ser colocado ao lado de Eduardo Lemos, como os dois que sonharam este immenso esforço patriótico, inspirado pela mesma centelha germinal do terceiro centenário de Camões.

Eu vos felicito e vos agradeço como brasileiro a doação magnífica e o ainda mais magnifico exemplo que nos acabais de oferecer.

NOBLESSE OBLIGE. Este monumento obriga, senhores, os que vos sucederem a inspirar-se na sua genealogia: no patriotismo, no amor dos seus concidadãos e no culto da glória literária portuguesa de que vós lhes deixareis o fidei-comisso sagrado.

Elevastes um monumento a vós mesmos, que dominará épocas de indiferença atestando a vossa fé patriótica. Ele é o testamento de uma geração inteira de portugueses amantes por igual da sua e da nossa pátria, cônscios de que a riqueza tem deveres, e de que exílio voluntário impõe obrigações dobradas para com a pátria ausente, solicitude dobrada pelos seus patrióticos.

Tinheis hospitais, beneficências, escolas, oficinas, como sem o socorro do Estado nós não poderíamos ter. Agora tendes uma biblioteca, que é o mais belo edificio da nossa cidade, que revive em suas formas exteriores tanto como nas suas estantes, o génio português por ineiro, toda a vossa tradição nacional. Eu confesso que admiro todos os vossos esforços patrióticos, até as vossas sociedades de música. Para mim Portugal tem sete maravilhas como nenhuma outra nação possui, e eu falo só do que vi: os LUSIADAS, a entrada do Tejo, a Torre de Belém, os Jerónimos, Sintra, o vinho do Porto e a Colónia Portuguesa do Brasil.

Tendes razão, senhores, de nos fazerdes admirar a vossa pátria pela magnificência das criações portuguesas no Brasil.

Vós tendes uma ascendência ilustre, no vosso sangue misturaram-se os sangues das velhas raças independentes da Península e da velha raça conquistadora do mundo, fostes civilizados pelos Romanos, a língua que falais foi nos acampamentos das legiões que a aprendestes, o vosso valor era tradicional, falava-se dele em Roma e em Carthago, barestes os Árabes e os Castelhanos, fizestes os LUSÍADAS, atravessastes a ocupação estrangeira num sono, sonhando com D. Sebastião, alma da vossa nacionalidade durante séculos, descobristes o caminho das Índias, causastes pela agitação em que viveis diante das ondas o descobrimento da América, fizestes cousas extraordinárias, sois a pátria do Condestável e de Vasco da Gama, de Luis de Camões e do Infante D. Henrique, de Pombal e de Mousinho da Silveira, de Herculano e de José Estêvão. Tendes obrigação onde quer que estejais, de fazer respeitar esse passado do qual o mundo não deve perder a memória, nem vós a consciência da identidade, e no Brasil tendes dobrada obrigação de o exaltar, porque estais em frente da nacionalidade que é a maior glória de vossa pátria, o orgulho do vosso sangue, o horizonte da vossa língua, o eco vibrante da vossa literatura e que tem sido até hoje a vossa SEGUNDA PÁTRIA — porque tem sido a pátria dos vossos filhos!

Nos estamos passando neste momento o nosso Cabo da Boa Esperança, como o chamavam antes o Cabo Tormentório, e nessas ocasiões há muito quem queira representar o papel de Adamastor. Eu sei que as profecias de Adamastor saíram certas, mas o velho Adamastor predisse somente o passado e os novos querem predizer o futuro. Eu não quero que esses agouros sinistros se realizem: creio firmemente, que, sem perturbações de espécie alguma, sem manchar de sangue a tradição de tolerância que já reina entre nós há meio século, sem desfazer a grande obra do reinado que é a unificação da pátria, sem macular a alvura desse pedestal de 13 de Maio, sobre o qual a Grécia teria levantado a estátua de uma Amazona vencedora, o Brasil há de atravessar unido

e forte este fim de século, onde o sopro de 1789 levanta ondas encapeladas. Assim também, meus senhores, eu estou certo de que o vosso GABINETE não deixará nunca de encontrar quem continue a vossa tradição, quem aceite a vossa herança, e quem desenvolva o vosso pensamento de 1888, como vós desenvolvestes o de Rocha Cabral e dos seus companheiros de 1837, com os maiores recursos que o progresso da civilização e o aumento certo da influência literária portuguesa hão de facilitar a quem vier depois de vós. No centenário desta data o arauto das gerações futuras virá neste mesmo recinto proclamar os vossos nomes, como os de operários da civilização, de servidores da língua portuguesa, e de videntes do destino da vossa pátria.

Eu vos disse que as pedras deste edifício pareciam estrofes dos LUSÍADAS; deixai-me acrescentar que um dia o patriotismo português as virá decifrar e interpretar... "Se um dia o nome de Portugal houver de desaparecer da cartá politica da Europa — foram as palavras finais do discurso de Ramalho Ortigão, neste GABINETE — esta casa será ainda como a expressão monumental da profecia posta por Garrett na boca de Camões moribundo:

"Soberbo Tejo, nem padrão ao menos
Ficará de tua glória? Nem herdeiro
Do teu renome? Sim: recebe-o, guarda-o,
Generoso Amazonas, o legado
De honra, fama e brio: não se acabe
A língua, o nome português na terra".

Se o eclipse fatídico de que falou o grande escritor se realizasse, se se pudesse reproduzir o assassinato de uma nacionalidade em plena consciência de si mesma, nesse dia, senhores, vós não vos esqueceríeis de que o génio dos vossos descobridores, a dedicação dos vossos missionários, a coragem dos vossos colonos, fundou nesta parte da América desde o século XVI uma nação que nunca deixou de ser portuguesa e que soube manter o seu carácter de portuguesa durante os tempos da usurpação castelhana, à força de heroísmo e de bravura... Vós vos lembraiíeis de que além

do pequeno Portugal europeu existe um grande, um imenso Portugal americano, e que este vos havia de oferecer uma hospitalidade mais espontânea do que em 1808, e então o dia infalível da restauração de vossa pátria, Portugal e o Brasil fariam uma só nacionalidade... tão certo como eles hão de eternamente falar uma só língua."

REVISTA ILUSTRADA

CORTE

Anno..... 16 \$ 000
 Semestre..... 9 \$ 000
 Trimestre..... 5 \$ 000

PUBLICADA POR ANGELO AGOSTINI

A correspondencia e reclamações devem ser dirigidas
 a Rua da Assembleia 44 Officina Lithographica da Revista Illustrada.

PROVINCIAS

Anno..... 20 \$ 000
 Semestre..... 11 \$ 000
 Avulso..... \$ 500



Quadro commemorativo das festas do 3º Centenario de Camoës no Rio de Janeiro.

Este colossal desenho, que ja deu cabo de algumas grossas de lapis, que estragou varias canetas e meia dúzia de canivetes, não conseguiu ainda, (felizmente) esgotar a enorme paciencia do desenhista que propoese a reproduzir nelle toda a festa do centenario e os principaes personagens que nelle tomaram parte.

Quando estiver prompto o entregaremos aos nossos assignantes.

N.B. Com certeza não passará deste anno.

Metti-me em camisa de 11 varas!

Revista Illustrada

CHRONICAS FLUMINENSES

Rio, 19 de junho.

Esta semana não teve historia propria : foi consagrada ao ocio e ao descanso, e o pouco que viveu, viveu-o da vida festiva da outra, como verdadeira parasita que foi. Cada um achou-se cansado de tanta festa, e guardou o seu enthusiasmo e a sua casa, para ficar em casa a resmoer o centenario de Camões, a estirar-se, lendo os supplementos commemorativos das folhas diarias, bocejando e finalmente dormindo...

Nós temos o folego mais curto do que o folego do Creador : Deus só descansou depois de uma semana de trabalho ; nós espreguçamo-nos, estremunhados, ao quarto dia de festejos e de enthusiasmo ! E, eu confesso, nunca vi tanta resistencia, tanta actividade, nem tamanha sede de festas, no Rio de Janeiro, em homenagem a um homem que nem sequer nos pôde agradecer. Os poetas debulharam-se em alexandrinos, o commercio em luzes, o povo em contentamento. Desde o dia 8, já não havia luvas nem rimas no mercado ; offercia-se um conto de reis por um camarote no Pedro II, e dez contos por uma rima para espirito... S. M. destinou algumas linhas á publicidade ; os jornaes não se fizeram representar pelos reporters, e o *Jornal do Commercio* provou que possuia casa — ao todo : tres estreias de successo...

++ No digerir de tanta homenagem, levanta-se agora um problema : de quem a ideia dos festejos ? do Gabinete portuguez de leitura, d'aqui ? ou da Sociedade real de sciencias, de Lisboa ?

Eu não vejo bem o que pôde ganhar ou perder uma ideia por ter rebentado aqui ou além, se lá e cá medrou e desenvolveu-se com igual pujança. Creio mesmo que a questão seria assim melhor enunciada : quem leu primeiro o almanak d'este anno ? o Gabinete portuguez de leitura ? ou a Sociedade real de sciencias ?... D'aqui, de Lisboa ou de Tombuctú, foi o centenario de Camões que todos festejaram ; foi ao grande epico que a imprensa, a politica, o commercio, o povo renden preito e homenagem. E lembre quem quizer o centenario do Caminha, a ver se pega...

Mas porque negar aqui o que o lá mesmo confessam ? Que partio do Gabinete o primeiro impulso.

E nem é na primazia da idéa que está a grande gloria. O triumpho consiste mais na sua realisação esplendorosa, digna e intelligente ; e para esse fim ninguem correu mais dedicadamente do que o Gabinete portuguez de leitura.

A elle deve-se a fundação do novo edificio, a primorosa edição dos *Lusiadas*, o estudo de Ramalho Ortigão, as composições de Machado de Assis, Miguez, Arthur Napoleão e Carlos Gomes, o discurso do Sr. Joaquim Nabuco e tantas outras manifestações brilhantes do talento, que o desespero do insuccesso jámais poderá esquecer.

++ Nos supplementos, distribuidos pela imprensa, brilham os nomes mais respeitaveis : no *Jornal do Commercio*, muitos politicos, na *Gazeta de Noticias*, escriptores todos conhecidos, na *Estação*, primorosamente impressa em elzevir, gravados sobre madeira, os de quasi toda a nova geração, o *Messageur du Brésil* tambem foi todo camoneano. A *Revista Brasileira* deu um numero especial de duzentas paginas, todo em verso, salvo honrosa excepção das boas palavras com que S. M. se dignou „cingir, como laço de sympathia, a formosa grinalda que os nossos poetas consagraram a Camões, o maior genio da lingua fallada por dois povos irmãos, cantor das maravilhas da navegação, a que devemos o nosso Brasil“ — boas, modestas e bem pensadas.

Alludindo a essa excepção, alguém observou mesmo que S. M. foi o unico prosa da *Revista Brasileira*.

++ A essas manifestações seguiram-se : a collocação da pedra fundamental do novo edificio, na rua de Luiz de Camões, destinado ao Gabinete portuguez ; a commemoção positivista dos brazileiros no Gymnasio ; o festival do Gabinete, no theatro imperial ; os saraos artisticos e litterarios do Retiro e Club portuguezes, a *promenade aux flambeaux*... e tantas e tantas outras, concluindo tudo no domingo cam as regatas em Botafogo, a festa maritima mais esplendida, mais deslumbrante que o Rio de Janeiro tem visto — um luxo, uma vaidade, uma urgia de luz e de adornos. O povo alliouse ao Club das regatas, enfeitando todas as sacadas, illuminando os jardins ; e á noite, as gondolas venezianas, o fogo de artificio

... a bahia de Botafogo parecia um scenario immenso de peça phantastica.

Até o tempo concorreu com os seus dias mais claros e suas noites mais frescas para o brilhantismo das festas a Camões, das quaes, se algumas passaram deixando fraca lembrança, outras ficam como o edificio do Gabinete, a sua bella edição dos *Lusiadas*, a selecta lyrica da manifestação positivista, como attestados duradouros de tão justa admiração por aquelle que até conseguiu apagar de todo os preconceitos nacionaes, originados pelas luctas da independencia, dando ao sentimento da contiuidade historica uma viveza até então desconhecida.

Eis para mim a mais bella significação da celebração do terceiro centenario de Camões, no Rio de Janeiro.

++ Um episodio intereressante :

Na festa do Retiro litterario portuguez, depois de um discurso justo e laconico do presidente da sociedade, depois do bello hymno a Camões do maestro Noronha, do „Estavas linda Ignez“...graciosamente recitado... sobe á tribuna o Sr. Palmella e discursa uma hora. Ao cabo d'esse tempo, annuncia elle :

— Eu principio !

E segue de novo em seu discurso interminavel até que os assistentes, aproveitando um espirro do orador, resolveram applaudil-o, applaudil-o, de modo que foilhe impossivel continuar.

Está pois achada a receita contra os *cacetes*.

Applicações de applausos, até o mal ceder.

JULY D.

Ao melhor amigo de Camões

Da aureola divina
Do lusitano Homero,
O' Jau, um reverbero
A face te illumina !

Quando te considero,
O' alma peregrina ;
A fronte se me inclina
E o nome teu venero !

No meio da desdita
Descommunal que opprime
A alma do seu senhor,

O' affeição bemdita !
Conforto lhe é sublime
O teu fiel amor !

A. LOPES CARDOSO.

O olho cego

O nosso mestre, um pobre velho que nos ensinava tudo quanto sabia da leitura, quando passámos á grammatica entrou a corrigir as phrases erradas que pronunciavamos: não digas *nós vai*, pequeno; é *nós vamos*! Isto fazia elle com certo ar de quem sabia muito, e aliás o pobre velho sabia bem pouco, um quasi nada.

Então nós o aturdiámos com perguntas maliciosamente preparadas, e pregavamos o quinão ao mestre em cousas que anticipadamente pediamos em casa que nos ensinasse.

— Quem era o pai dos filhos de Zebedeu?

(Esta elle sabia, porque affirmava que havia estudado toda a historia... de Roquette).

— Qual move-se, o sol ou a terra?

— Quem veio primeiro: a gallinha ou o ovo?

O homem ficava aturdido, e não raro muito envergonhado, porque ás mais das vezes não sabia responder á pergunta ou explicar o facto sobre que era questionado.

De uma vez eu ia a dar lição e estava picado no intimo, por não ter uma pergunta a dirigir ao velho Lopes. Abri o livro e comecei a voltar as paginas, muito distraído e a fingir que estava a procurar o lugar da lição, e que n'esse empenho gastava tanto tempo e tinha tanta difficuldade, como quando procurava na oração o verbo ou o sujeito, que andavam perdidos na estrophe da pagina seguinte ou na da antecedente.

— Então, o que temos hoje?

Eu ia dizer — nada! quando vejo o retrato da primeira pagina dos *Lusiadas*, e occorre-me uma ideia:

— Hoje é isto: porque motivo o Camões, com esta corôa de espinhos, é cego de um olho?

— Qual olho? disse o Lopes empallidando ao prever que ia fazer fiasco, porque decididamente elle não sabia qual o motivo porque o Camões era cego, a não ser aquelle que eu mesmo sabia — que era por não ter vista o Camões. — Qual olho, este?

— Não senhor; este, o fechado.

Elle coçou o queixo, tomou uma pitada entre os dedos, e depois semi-fechando os olhos com uma expressão de grande

figura, disse pausadamente, para bem estudar a resposta:

— Em primeiro lugar isto não é corôa de espinhos — embora o devesse ser. (Valera-lhe isso a ideia que serviu para a resposta.) E' uma corôa de louros. Quanto á cegueira, eu lhe digo: este homem era muito amigo da patria, porém ainda mais amigo da grammatica; e os golpes que n'esta davam sentia-os elle muito mais do que os que eram atirados áquella. Pois bem, um dia um menino que não queria estudar a grammatica disse á sua vista, d'elle: *nós vai*. Foi como um ferro em brasa que o queimára repentinamente, offendendo-lhe o olho: estava cego!...

Eu tive um meneio vagaroso de cabeça, e os outros pequenos que aos poucos tinham se approximado afim de ouvirem a historia, volveram aos seus lugares dizendo — Vio? Eu nunca mais. — Nem eu. — Nem eu!

De muito valeu n'aquelle dia ao nosso bom mestre o olho cego do Camões!

Hoje seria o caso de dizer-se: ora o Lopes!

D. FIFIO.

Pensamentos soltos

Camões foi um pobre, de espirito!

JULY D.

Chronica theatral

Se o theatro Pedro II tivesse desabado na noite de 10 de junho, teria esmagado tudo quanto as letras, as artes, a politica... possuem actualmente em maior actividade. La estavam: a côrte, o senado, a imprensa, a camara, a magistratura... tudo emfim.

Mas os theatros não sabem cahir a tempo e o espectáculo correu esplendido, illuminado e applaudido: o Sr. Joaquim Nabuco fallou desasombradamente, a distincta poetisa D. Adelina Lopes Vieira recitou com sentimento e colorido vivaz a bella poesia de J. Seguiet, e representou-se perfeitamente *Tú, só tú, puro amor...*, escripto por Machado de Assis em commemoração do centenario de Camões, a pedido do Gabinete portuguez de leitura

— é o melhor a pedido que tenho visto...

÷

Tú, só tú, puro amor... é um episodio da vida do poeta: Camões apaixonou-se por Catharina de Atayde, é correspondido pela filha de D. Antonio, na côrte murmura-se, enreda-se, e o pai nobre obtem do rei o desterro do cantor da bella dama. Nada mais simples, entretanto...

Entretanto nada mais graciosamente escripto, mais primorosamente facetado. De onde o successo então?

De um tom nobre, de um estylo puro, de uma caracterisação perfeita, de uns toques vigorosos, de uma ironia delicadamente sensível e de um „pico“ de realismo a François Coppée. E' um verdadeiro mimo litterario.

÷

A scena passa-se em Lisboa, toda n'uma sala do palacio real, e a Sra. D. Lucinda, Furtado Coelho, Simões... deram-lhe bastante côr local. Catharina de Athayde — D. Lucinda — apresentou-se n'um bello costume, ricamente adornado, sempre graciosa e admiravel no seu cubiçado papel de inspirar bellos sonetos. Esteve de uma naturalidade louvavel.

Camões — Furtado Coelho — foi o poeta exaltado, amante de sua Catharina e respeitoso do seu rei. D. Antonio — o Sr. Simões — andou bem, e os outros tambem não andaram mal; e quando desceu o panno, grande parte do publico ficou á espera de mais.

Contavam com uma comedia, e não havendo casamento, ficaram todos a perguntar: onde está o gato?

÷

No mesmo theatro e com a *Dora*, de Sardou, estreiarão sabbado passado a Sra. Celestina Paladini, o Sr. Brazão... ambos conhecidos do nosso publico.

A Sra. Celestina Paladini é a mesma artista italiana que outr'ora tanto se fez applaudir no S. Pedro de Alcantara, para onde emigrará brevemente. A mesma...

Com duas differenças: está mais gorda e representa agora em portuguez — mais uma homenagem a Camões — que aprendeu ultimamente em Lisboa, de onde nos chega. Pelo excesso de adipo, perdeu a grande facilidade do jogo de phisionomia; exprimindo-se em portuguez, não dá á pa-



Muito admirado deve ter ficado Camões ao ver o Per
gigantesca e Adamastorica festa do seu centenário.



Retrat-lhe depois de 300 annos a grandiosa,

lavra a sua tonalidade, nem á phrase o seu verdadeiro colorido, a sua gradação... Perdeu portanto duas grandes qualidades.

Do Sr. Brazão, fallarei proximamente.

÷

O *Filho de Coralia* tem alcançado um successo, engrandecido pelas lunetas de augmento dos criticos optimistas.

Os jornaes, que recebem annuncios, aconselham mesmo que se vá munido de lenços, para enchugar as lagrimas de enternecimento...

Para enchugar o pranto de dó pela peça injustamente executada, corrigem os maliciosos.

Nem tanto, nem quanto. A peça foi magistralmente escripta, está bem traduzida e não é mal representada nos dois primeiros actos. No terceiro porém, ha situações dramaticas, tão violentas, tão violentas que...

Que seria tão longo.....

÷

De mais os nossos artistas tem sempre uma grande difficuldade deante de si; representam dramas passados em uma sociedade que elles não conhecem, nem se querem dar ao trabalho de a conhecerem.

Nas peças de salão, a maior parte naufragam no vestir-se, no entrar, no comportar-se em scena, e até no sentar-se. Não se improvisa a distincção de maneiras.

Quanto ao desempenho propriamente...

Notarei sempre ao Sr. Eugenio de Magalhães — artista intelligente e que merece interesse — esta circumstancia: o filho de Coralia experimenta no terceiro acto dous grandes soffrimentos; um mais intenso que outro. Porque exprimir ambos de modo identico, sempre cahindo n'uma cadeira, ora á direita, ora á esquerda?

Isto é pelo menos quasi tão monotono como o arquejar constante da Sra. Ismenia.

÷

Estreiou hontem a companhia lyrica, que de conhecidos tem apenas a Sra. Durand e a Sra. Terzano. Cantou-se o *Baile de Mascaras*.

A primeira foi logo recebida com uma estrepitosa salva de palmas devidas ao seu talento artistico e á sua voz, crystalina,

possante, redonda e igualmente bella. Os outros estreiantes Ada Adini, Bulterini, Athos conquistaram-n'as depois no correr do espectáculo.

O tenor — fórma de Sanctis e barbado — começou não inspirando sympathias, mas acabou sendo applaudido e com justiça: tem boa voz, bem timbrada e sabe usar della com arte e methodo.

Com o barytono succedeu quasi o inverso. Esperemos porém.

A Sra. Adini, graciosa, elegante, de um bello perfil, não pôde mostrar toda sua voz no papel de pagem e encantou mais a vista que os ouvidos. Ainda assim mereceu justos applausos no ultimo acto.

÷

Eu acabo de receber um convite e uma participação: um convite da Rio Thespians para o seu espectáculo no S. Luiz, em 22 de junho; e um aviso de que o Sr. Eugenio de Magalhães prepara uma esplendida festa para seu beneficio no Recreio.

A Rio Thespians é uma sociedade de amadores inglezes, distinctos não só por si mesmos, como ainda por gostarem da arte e tirarem d'ella louvaveis proveitos: o o producto do espectáculo reverterá em beneficio do *the british educational fund* e do Asylo dos meninos desvalidos.

O Sr. Eugenio de Magalhães é um artista intelligente e que progride.

÷

O Sr. Castiglioni faz proezas no Polyteama; mas antes vê-lo que descreve-lo.

JUNIO.

Triolet

CAMÕES

Em vida pobre obscuro,
Depois de morto foi rei!
Quem pôde lêr no futuro?
Em vida pobre obscuro!
— Foi de Ignez o fado duro,
Por não vir de nobre grei —
Em vida pobre obscuro,
Depois de morto foi rei!

JUNIO.

Gazetilha

A redacção da *Revista Illustrada* continua a gosar perfeita saude, apesar do frio que nos surpreendeu e do *Jornal do Comercio* continuar na ignorancia de nossa existencia.

*

Proximamente distribuïremos um grande supplemento de todas as festas camoneanas — tão grande que ainda não pôde ser concluido.

*

O Sr. Dr. Rozendo Moniz recitou uma poesia *A Camões*, de pés inteiros — a poesia, e bem medidos; mas de mão quebrada — o Sr. Rozendo.

O que é a admiração!

*

De um nosso collega recebemos este autographo: „Nos Campos Geraes do Paraná, vi um tinoco lendo os *Luziadas* de Camões. — *O Caipira*.“

*

A companhia de Botafogo transportou setenta mil pessoas, no dia das regatas, sem um só tropeço, nem barulho. Tambem durante os festejos os capoeiras não deram nem cabeçadas, nem navalhadas. — Tudo em homenagem á Camões.

*

Attendendo ás proesas do imperador no Paraná, o Jockey-club decidio hontem crear um premio especial e conferill-o a S. M.

E' o premio de Jockey-mor.

*

Diz-se que a Sociedade real de sciencias, de Lisboa, mandou agradecer ao Tinoco o seu profundo pensamento solto sobre Camões. Foi intermediario entre as duas potencias o Sr. Candido Zesferino.

*

Não foram tres, mas quatro as estreias em homenagem a Camões: S. M. deitou artigo, os jornaes demittiram os reporters de redactores, o Sr. Luiz de Castro deitou casaca e sahio o estandarte mucicipal.

*

Desde segunda-feira que não se faz senão esperar Carlos Gomes e elle não vem.

Está como Grouchy, na batalha de Waterloo.

R.

Bibliographia

A commemoração do terceiro centenario de Camões teve, além de outras muitas, a vantagem real de um movimento litterario brillantemente accentuado. Quasi todos produziram alguma cousa, e alguns, como Machado de Assis, muitas e boas cousas.

Eu tenho sobre a mesa uma verdadeira montanha de publicações, um pedestal digno do genio que o inspirou, figurando no alto a *Revista Brasileira* que até a Roma foi buscar as inspirações de Luiz Guimarães Junior e de Magalhães — uma gloria hoje passada.

Em frente de tanta igniaria fina, ha como que uma indigestão previa; e o primeiro movimento é de desanimo.

Eu serei quando noticiarista.

Da edição dos *Lusiadas* do Gabinete portuguez de leitura, temos uma bello volume elzeviriano, primorosamente impresso, lusciosamente encadernado e brillantemente estudados n'um consciencioso trabalho de Ramalho Ortigão — *Luiz de Camões, a Renascença e os Lusiadas* — de um estylo nobre e elevado, de um colorido quente e vivo que impressiona e seduz. Quando se occupa da côrte e do jesuitismo que entregou Portugal á Hespanha, é de um realismo crú, mas sincero e honesto, de uma ironia caustica, mas justa e benefica contra a hypertrophia sacerdotal...

A commissão brasileira tambem editou uma selecta das poesias lyricas de Camões. Como trabalho typographico foi uma surpresa, porque nunca se fez tão bom no Rio de Janeiro.

E' um pequeno volume de sonetos, canções, sextinas... sem prologo, sem introdução, todo de Camões.

O discurso do Sr. Dr. Joaquim Nabuco, eu apenas ouvi-o. O orador apenas traçou com eloquencia a vida de Camões, a côrte em que viveu o poeta e as condições em que escreven o seu poema. Abandonando a rhetorica, foi justo, brillante e digno.

Tambem em commemoração ao centenario publicou o Sr. Gil Castello Branco um volume de contos: *Ataliba o vaqueiro, Hermione e Abelardo, a Mulher de ouro*.

E' uma commemoração apenas pela epoca da publicação, porque no mais...

No grande côro entoado ao grande epico houve algumas dissonancias. Exemplo: o *Desabafo patriotico e o tricentenario de Camões no Rio de Janeiro*, pelo Sr. Dr. F. Ferraz de Macedo. E' uma censura feita aos promotores e orador official do tricentenario.

Eu agradeço ao seu autor a transcrição de algumas palavras agradaveis á *Revista Illustrada*...

Recebemos ainda as poesias — antigas — a Camões, editadas em folhas soltas, pelo Gabinete portuguez;

A *Camões*, poemeto de Jayme de Siquier, escripto para o Gabinete e bem recitado pela poetisa D. Adelina Lopes Vieira.

Camões entre dois mundos, escripta e calorosamente recitada no theatro imperial pelo Dr. Rozendo Moniz.

JULY D.

Fabula instantanea

CAMÕES

A' patria que cantou volve da guerra
Onde fama e um olho deixa — dura lei! —
Morre de fome! E hoje é rei...

... na terra

De cegos quem tem um olho é rei.

K. BRITO.

Livro da porta

(DO QUINTAL)

Do *Paranaense*, que se publica em Curitiba, acabamos de receber uma photographia, mal feita, tendo no dorso a nota seguinte:

„ Redactor do *Paranaense*, periodico a que S. M. ligou importancia por procural-o sempre.

„ Jornal denunciante das escandalosas compras de terras, que muito impressionou a S. M.

„ Este retrato é velho, o redactor actualmente tem bigodes mais espessos e não tem cavanhaque.“

Este sendo muito obscuro, vinha mais este recado a lapis:

„ A redacção do *Paranaense* pede que mande-lhe vinte exemplares da *Revista*

que trouxe a questão entre ella e o juiz municipal, fazendo acompanhá-las da respectiva conta para embolsar.“

E' n'este recado que está a cousa, o lapis do collega fez a luz sobre o negocio; e apezar dos escandalos grammaticaes, conseguimos comprehender: o redactor do *Paranaense* — actualmente sem cavaignac — nos quer comprar, nos quer ter de guardacostas contra o juiz municipal e offerece-nos por esse serviço a compra de vinte exemplares da *Revista Illustrada* — dez mil réis — alma generosa! de bigodes mais espessos! nós te agradecemos.

Certamente no pedir e no offerecer não vai agravo; más nós recusamos tua offerta, homem sem cavaignac. Pois havemos de receber dez mil réis do homem que denunciou as escandalosas compras de terra e que muito impressionou a S. M. por procural-o sempre?...

Não! generoso Cresus de bigodes mais espessos, nós te serviremos de graça; simde graça — e não basta a honra de te espessar mais os bigodes e te barbear o cavaignac!

Espera pois os vinte numeros; mas uma graça antes: manda-nos tambem o teu nome, a tua biographia, para que possamos, depois de espessar teus bigodes e raspar teu cavaignac, escrevel-a por baixo, recommendando teu nome á immortalidade e clamando:

Posteridade! lá vai o redactor do *Paranaense*, de bigodes mais espessos e cavaignac barbeado!

Recebemos ainda:

Oh! mon étoile, tango brasileiro, composição de Francisca Gonzaga, sobre palavras de G. G.

Manhã de amor, ballada, idem, idem.

Qualquer d'estas composições é mais uma prova do talento artistico e poderosamente inspirado da compositora brasileira; e se preferimos é pelo quebro gracioso e indolente das nossas musicas nacionaes; mas a ballada é tão graciosamente inspirada quanto delicadamente escripta.

Camões, — polka, composição do maestro Mesquita, cujo nome já dispensa apreciações.

JUNIO.



A Revista bem desejaria tratar de varios assumptos, fallar da celebre Paladini, do Cesar de Linza, das maravilhosas magicas do Castiglione, da estreia da Companhia Lyrica etc etc, porem Camões, Camões pôde mais do que a nossa vontade e...

e o Centenario Camoneanizou-nos completamente.



Vimos o grande poeta sob todos os feitios e fórmãs, mas sem haver um só parecido com outro. Todos os pintores estão cegos acerca da semelhança

Isso faz-nos crer que Camoes que tenz um olho só, é o rei de todos os seus retratistas. Pintando os Lusíadas pintou-se a si mesmo